

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO PAULO
ESCOLA DE FILOSOFIA, LETRAS E CIÊNCIAS HUMANAS
DEPARTAMENTO DE HISTÓRIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA

DANIELA JAQUELINE DO NASCIMENTO SANTOS

**A HISTÓRIA ROMANCEADA EM *PADRE BELCHIOR DE
PONTES* DE JÚLIO RIBEIRO**

Guarulhos

2019

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO PAULO
ESCOLA DE FILOSOFIA, LETRAS E CIÊNCIAS HUMANAS
DEPARTAMENTO DE HISTÓRIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA

**A HISTÓRIA ROMANCEADA EM *PADRE BELCHIOR DE
PONTES* DE JÚLIO RIBEIRO**

Daniela Jaqueline do Nascimento Santos

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História do Departamento de História da Escola de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade Federal de São Paulo para a obtenção do título de Mestre em História.

Orientadora: Profa. Dra. Ana Lúcia Lana Nemi.

Linha de pesquisa: Poder, Cultura e Saberes.

Guarulhos

2019

Ficha catalográfica

SANTOS, Daniela Jaqueline do Nascimento.

A história romanceada em "Padre Belchior de Pontes" de Júlio Ribeiro/Daniela Jaqueline do Nascimento Santos. – Guarulhos, 2019.
158 f.

Dissertação de mestrado em História – Universidade Federal de São Paulo, Escola de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Departamento de História, 2019.

Orientador: Profa. Dra. Ana Lúcia Lana Nemi.

1. História. 2. Literatura. 3. "Padre Belchior de Pontes". 4. Júlio Ribeiro.

Daniela Jaqueline do Nascimento Santos

A história romanceada em *Padre Belchior de Pontes* de Júlio Ribeiro.

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História do Departamento de História da Escola de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade Federal de São Paulo para a obtenção do título de Mestre em História.

Orientadora: Profª. Dra. Ana Lúcia Lana Nemi.

Linha de pesquisa: Poder, Cultura e Saberes.

Aprovação: 27/02/2019

Prof. Dra. Ana Lúcia Lana Nemi (Presidente da Banca)

Departamento de História. Universidade Federal de São Paulo

Prof. Dr. Rafael Ruiz Gonzales (Titular)

Departamento de História. Universidade Federal de São Paulo

Prof. Dr. Wilton José Marques (Titular)

Departamento de Letras. Universidade Federal de São Carlos

AGRADECIMENTOS

Agradeço a todo corpo docente e aos colegas da turma de 2016 do programa de pós-graduação em História da EFLCH. O olhar sensível, cuidadoso e atento para meus escritos, assim como os apontamentos de precisão cirúrgica dos professores do departamento de História foram imprescindíveis para a minha pesquisa e de fundamental importância para que a dissertação tomasse forma e se enriquecesse com novas reflexões, discussões, leituras e aportes teórico-metodológicos diversos. Sobretudo, agradeço as valiosas trocas com os Profs. Drs. Luis Ferla, Denilson Botelho de Deus, Luís Filipe Silvério Lima e André Machado, assim como as Profas. Dras. Mariana Martins Villaça, Márcia Mansor D'Alessio e Maria Rita de Almeida Toledo, realizadas nas disciplinas ministradas por elas e cujo aproveitamento foi precioso para a pesquisa.

Agradeço vivamente também o companheirismo, bom humor, suporte emocional e técnico, para além das trocas acadêmicas e políticas com os colegas de turma, elas foram essenciais, pois juntos e de mãos dadas atravessamos períodos tensos e de retrocesso no cenário sócio-político de nosso país, e também nas lidas com o árduo e exaustivo trabalho da pesquisa e escrita da dissertação, estar ao lado de vocês para atravessar esse período sombrio que por inúmeras vezes tornou a trajetória do mestrado ainda mais intensa foi extremamente importante para que eu desse conta de terminar esse trabalho. Sobretudo, agradeço a amiga Vanessa Nadotti e o amigo Fábio Dantas Rocha por todo carinho e suporte ao longo desses anos, desde a graduação, com votos de que permaneçamos a nos acolher sempre, a esperança de novos caminhos e possibilidades já nos foi apresentada pelo Fábio.

Agradeço as queridas amigas de uma vida inteira: Marcela, Fabiana e Andrezza, pela amizade, por todo amor emanado ainda que, por vezes, de longas distâncias, assim como todo o suporte emocional e os inúmeros e enriquecedores debates sobre política e outros assuntos tão caros a nossa experiência, sempre de forma leve e bem humorada. Novamente para essa etapa do mestrado vocês foram fundamentais, como sempre são. Aproveito para decretar o fim das horas roubadas pela pesquisa, e manifestar minha eterna gratidão pela compreensão a um só tempo acolhedora e estimulante de vocês.

Agradeço imensamente as minhas alunas e alunos da Escola Municipal Danylo José Fernandes, toda a equipe docente e gestora, bem como a comunidade escolar dessa instituição como um todo. Aos alunos que passaram por minhas destreinadas mãos ao

longo desses anos em que as atividades do mestrado foram concomitantes as de sala de aula de uma escola pública localizada na periferia de São Paulo, gostaria de dizer que a experiência de pela manhã estar sentada no banco das aulas da pós como discente e a tarde estar a frente de turmas de Ensino Fundamental como professora foi para mim absolutamente intensa e enriquecedora. Certamente carregarei comigo todo esse aprendizado com os quais vocês me presenteiam todos os dias por toda minha vida. Muitas vezes, ao longo desses anos, vocês foram bálsamo e inspiração para a perseguição firme no propósito de concluir esse trabalho, pois diariamente quando lançavam-me seus característicos olhares questionadores e desafiadores sedentos por transformação, eu sabia que precisava terminar o que havia começado, também para ser uma professora melhor para vocês, pois a crença na mudança é o que leio todos os dias nesses olhares, gestos, angustias, gargalhadas. Todos os dias vocês me apresentam novos motivos para acreditar na força da educação, na pesquisa e no estudo, e em seu potencial de transformação da realidade injusta e desigual, inspirada e na companhia de vocês consegui chegar ao fim do mestrado, muito obrigada!

Agradeço igualmente a compreensão dos colegas professores e da equipe gestora dessa mesma unidade escolar, o interesse e respeito de vocês pelas minhas infindáveis leituras e pelo andamento das coisas com o mestrado, além de outras formas de suporte, acolhimento e apoio foram muito importantes ao longo de toda essa jornada.

Agradeço a professora Célia Regina da Silveira e mais uma vez ao professor Denilson Botelho de Deus pela leitura generosa e atenta que fizeram de meu texto no exame de qualificação, os apontamentos, direcionamentos e orientações que fizeram foram muito importantes para dar novo fôlego e me fazerem ter mais confiança e acreditar em meu próprio trabalho.

Agradeço a minha orientadora professora Ana Lúcia Lana Nemi por toda a ajuda, incentivo e parceria agora no mestrado mas que, no entanto, já existe desde a iniciação científica nos idos tempos da graduação. A sua leitura sempre cuidadosa de meus escritos, suas aulas, colocações em grupos de estudos, indicações bibliográficas e apontamentos conceituais foram sempre imprescindíveis para a minha formação acadêmica de uma maneira geral. No entanto, tão importante quanto a sua sempre benevolente orientação é o acolhimento e humanidade com que trata a mim, como a todos seus orientandos, se não fosse esse seu proceder tão sensível e compreensivo diante da minha realidade de professora/trabalhadora e mestranda, eu certamente não teria conseguido concluir mais essa etapa de minha formação. Manifesto aqui a minha

mais sincera gratidão e admiração por essa imensa delicadeza que viabiliza e possibilita que tantos como a mim, acreditem e permaneçam no caminho dos estudos.

Agradeço fundamentalmente a minha família, a quem dedico essa dissertação e a quem devo absolutamente tudo. A nossa união como família é sempre fundamental para cada passo que dou seja ele em qual direção for, todo esse amor e confiança foi extremamente importante durante todo o processo do mestrado. Muito obrigada por estarem sempre ao meu lado e me ensinarem todos os dias a compartilhar com o mundo um pouco desse amor incondicional que cultivamos entre nós.

Agradeço ao meu companheiro Carlos Eduardo, sem dúvida alguma se não fosse por você essa dissertação não viria ora a luz, existe um pouquinho de você em cada página, frase e palavra desse texto. O seu interesse pelo meu tema de pesquisa mesmo sendo em muitos sentidos tão distantes do teu me fortaleceu e animou em muitos momentos. Você foi suporte sobretudo nos momentos de dúvidas, dificuldades, exaustão e angústia. Repito, sem o seu amor, sensibilidade, carinho e cuidado, sem falar de todo o suporte emocional, técnico e na imensa confiança depositada em mim, essa dissertação de mestrado se quer existiria. Muito obrigada por tudo sempre. Você foi fundamental em mais essa etapa como é para mim todos os dias.

A minha família:

mamãe Sandra, papai Deusdete e irmã Débora, e sempre para eles.

“A literatura desenvolve em nós a quota de humanidade na medida em que nos torna mais compreensivos e abertos à natureza, à sociedade e ao semelhante”. [...] a fruição da arte e da literatura em todas modalidades e em todos os níveis é um direito inalienável”. (CANDIDO, Antonio. Direitos Humanos e literatura. In: A.C.R. Fester (Org.) Direitos humanos E... Cjp / Ed. Brasiliense, 1989.)

RESUMO

O presente estudo pretende se debruçar sob a trajetória e produção literária do intelectual Júlio Ribeiro (1845-1890). Tendo sido Ribeiro um “homem de letras” e imprensa multifacetado, é importante destacar que aqui será privilegiada a análise de seu primeiro romance intitulado *Padre Belchior de Pontes*. Pretende-se examinar a interpretação que esse autor fez de seu período, e que inscreveu nessa sua narrativa, a partir de seus posicionamentos sociopolíticos e religiosos, bem demarcados em toda a obra, além de avaliar os seus significados, alcances e limites. Assim como tenciona-se abordar os métodos dos quais Júlio Ribeiro lançou mão para se deslocar no tempo e no espaço entre distintas temporalidades que sobrepõem-se entre si, valendo-se não por acaso para isso de um romance histórico.

Levando-se em consideração as relações existentes entre história e literatura, procurar-se-á compreender o desenvolvimento de questões de seu contexto histórico que foram veiculadas através da linguagem literária por esse autor, e quais são os elementos da trajetória intelectual de Júlio Ribeiro presentes em sua obra que dialogam com a realidade histórica e cultural da segunda metade do século XIX, momento em que viveu e produziu.

ABSTRACT

The present study intends to look under the trajectory and literary production of the intellectual Júlio Ribeiro (1845-1890). Having been Ribeiro a "man of letters" and multifaceted "man of press", it is important to emphasize that here he will be privileged the analysis of his first novel titled *Padre Belchior de Pontes*. It is intended to examine the interpretation that this author made of his period, and that inscribed in this his narrative, from his sociopolitical and religious positions, well demarcated throughout the work, as well as evaluate their meanings, scope and limits. Just as it intends to approach the methods of which Júlio Ribeiro made use of to move in the time and the space between different temporalities that overlap each other, being worth not by chance for that of a historical novel.

Taking into account the existing relations between history and literature, we will try to understand the development of questions of its historical context that were transmitted through the literary language by this author, and what are the elements of the intellectual trajectory of Júlio Ribeiro present in his work that dialogue with the historical and cultural reality of the second half of the nineteenth century, at which time he lived and produced.

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO.....	12
INTRODUÇÃO. JÚLIO RIBEIRO PERSPECTIVAS HISTÓRICAS E LITERÁRIAS..	14
CAPÍTULO I. O ROMANCE HISTÓRICO <i>PADRE BELCHIOR DE PONTES</i> : CONTEXTO, INTENÇÕES E INTERPRETAÇÕES.....	31
A edição do romance histórico <i>Padre Belchior de Pontes</i> da <i>ediouro</i> , aspectos materiais e análise de seus apêndices.	41
Reflexões sobre o <i>prólogo</i> do romance histórico <i>Padre Belchior de Pontes</i>	63
CAPÍTULO II. A GUERRA DOS EMBOABAS EM <i>PADRE BELCHIOR DE PONTES</i> .	96
O antijesuitismo de Júlio Ribeiro e a defesa da fé protestante.....	106
A construção narrativa da guerra dos emboabas.....	120
A identificação da experiência histórica dos paulistas com o movimento republicano. ...	136
CONSIDERAÇÕES FINAIS	145
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	157

APRESENTAÇÃO.

Esta dissertação discute a obra *Padre Belchior de Pontes* de Júlio Ribeiro, publicada pela primeira vez de modo integral no ano de 1876. Trata-se de uma narrativa que conta a trajetória biográfica do religioso que a intitula, e que se passa na Vila de São Paulo de Piratininga deslocando-se também para os sertões mineiros quando da marcha da tropa paulistas em direção à chamada Guerra dos Emboabas. A trama desse romance histórico cobre a vida de Belchior de Pontes desde seus tempos de menino quando nutre uma arrebatadora e correspondida na mesma medida paixão pela personagem paulista Branca, passando pela destacada atuação dessa personagem religiosa e de outros “heróis” paulistas e portugueses no evento da Guerra do Emboabas, até a sua morte.

Esta produção literária nos permite discutir as aproximações entre literatura e história especialmente no que diz respeito ao tema do romance histórico. Perseguindo esse objetivo dividimos essa dissertação nas seguintes partes:

Na Introdução, que se trata de uma espécie de “primeiras palavras” sobre a trajetória pessoal, profissional e intelectual de Júlio Ribeiro, buscamos, sobretudo, situar a obra *Padre Belchior de Pontes* (1876), dentro de seu contexto e de sua experiência histórica, uma vez que uma das marcas de Ribeiro é justamente a multiplicidade de suportes nos quais produziu e de ofícios nos quais atuou profissionalmente, tendo sido professor, jornalista, filólogo e literato. Além disso, esse momento introdutório procura ainda avaliar o espaço ocupado por Júlio Ribeiro dentro do quadro cultural e círculo letrado paulista, assim como acompanhar as filiações e rupturas político-partidárias estabelecidas por ele na segunda metade do século XIX, enfatizando-se as correntes filosóficas, ideológicas, estéticas e religiosas com as quais dialogou e que esclarecem muitas de suas intencionalidades e concepções a respeito dos processos históricos também expressas por meio da linguagem literária em seu romance.

No primeiro capítulo existe uma descrição analítica a respeito dos apêndices encontrados na edição selecionada do romance de estreia de Júlio Ribeiro, *Padre Belchior de Pontes*, pois considerou-se que as informações que contém são bastante relevantes e sugestionam uma determinada apreciação do romance, já que elas preambulam a leitura da obra. Ainda que tenham sido elaboradas quase um século após a primeira publicação do romance, julgou-se que elas notificam de alguma maneira a recepção e circulação do romance historicamente. Também no primeiro capítulo consta

o exame feito do prefácio à primeira edição do romance histórico *Padre Belchior de Pontes* e de seu subsequente prólogo. A análise delonga-se talvez em demasia na descrição dessas duas partes, contudo esse fato se justifica, pois considerou-se que ambas condensam com clareza e promovem ampla visibilidade as operações historiográficas e metodológicas de Ribeiro ao abordar a história por meio da literatura, o que em última instância é o objetivo central desse esforço de pesquisa.

No segundo capítulo, a análise se concentra na continuidade da avaliação do romance histórico de Júlio Ribeiro, se dedicando aos demais eventos narrados nas partes subsequentes do romance e seu epílogo (Primeira Parte – Os Paulistas; Segunda Parte – O sertão; Terceira Parte – Os Emboabas; Quarta Parte – A Guerra; Epílogo – O Mártir), além de buscar relacioná-las àquelas fontes citadas por Ribeiro em seu prefácio a primeira edição do romance, tais quais Pedro Taques de Almeida Paes Leme, Frei Gaspar da Madre de Deus e Manuel da Fonseca. O fato de Ribeiro ter feito questão de elencar referências historiográficas e documentais por si só já é revelador do modo como a história e a literatura aparecem de modo imbricado nessa sua obra, ademais tais escolhas também permitem localizar sua narrativa dentro de uma determinada tradição que construiu uma defesa da causa e razões paulistas no conflito nativista denominado “Guerra dos Emboabas”, eivadas de fortes motivações e intencionalidades políticas e religiosas de graves consequências ideológicas.

Já as considerações finais pretendem ser uma retomada dos levantamentos e análises promovidas nos outros dois capítulos precedentes à guisa de conclusão dos estudos realizados, buscar-se-á nele demonstrar como e de que modo o intelectual Júlio Ribeiro intencionou atrelar as temporalidades dos eventos narrados por ele em *Padre Belchior de Pontes* às suas proposições políticas oitocentistas, ou seja seu próprio tempo vivido, tais quais o anticlericalismo/antijesuítismo, o abolicionismo, o protestantismo e o republicanismo.

E por último ainda tem-se ao fim as referências bibliográficas e demais anexos.

INTRODUÇÃO. JÚLIO RIBEIRO PERSPECTIVAS HISTÓRICAS E LITERÁRIAS.

No ano de 1876, foi editada de modo integral a primeira produção literária do intelectual Júlio Ribeiro, o romance histórico *Padre Belchior de Pontes*. A obra já havia aparecido anteriormente no formato de folhetim publicada pela *Gazeta Commercial*, jornal sorocabano para o qual Ribeiro contribuiu como diretor e redator chefe. Doze anos mais tarde surgiria sua segunda incursão no ramo literário, o romance *A Carne*, datado de 1888.¹

Nesse momento de sua trajetória pessoal, profissional e intelectual Ribeiro já havia atuado em algumas frentes do campo cultural e círculo letrado paulista e, sobretudo, já havia há algum tempo assumido os ofícios que lhe garantiriam meios de sobrevivência a um só tempo material e intelectual, o jornalismo e o magistério.² Por meio de ambos, Ribeiro já expressara uma série de inquietações de caráter político, sociocultural e econômico, assim como também histórico. Já manifestara também a sua grande indisposição para com o regime imperial, e igualmente aos pilares que lhe garantiam sustentáculo, a escravidão, a elite oligárquica e a igreja católica. Era também membro e frequentava assiduamente a maçonaria assim como era dedicado missionário presbiteriano, pelo menos desde a tenra idade de vinte anos.

Pode-se dizer que Ribeiro, na ocasião da publicação de *Padre Belchior de Pontes*, estava ainda em meio ao processo de sua inserção obstinada no campo cultural letrado paulista, o que em parte justifica a empreitada de se aventurar também na seara literária. Doze anos mais tarde, no advento da publicação de *A Carne*, temos um Ribeiro que já havia rompido com o Partido Republicano Paulista, o PRP, devido a suas

¹ SILVEIRA, Célia Regina da. **Erudição e ciência:** as procelas de Júlio Ribeiro no Brasil oitocentista (1845-1890). São Paulo: Editora UNESP, 2008, p. 62, n. 47.

Ainda que não tenha sido publicado integralmente nessa primeira iniciativa 1874 registra o ano de aparição na imprensa paulista do primeiro romance da pena de Júlio Ribeiro, e romance histórico! O folhetim circulou de 18 de novembro de 1874 a 29 de outubro de 1875 na *Gazeta Commercial* de Sorocaba, no entanto, é apenas em 1876 que ganha sua primeira edição livresca dividida em dois tomos e impressa pela tipografia da *Gazeta de Campinas*.

Quem notifica os caminhos percorridos e as relações estabelecidas que viabilizaram a publicação de seu primeiro romance é o próprio Júlio Ribeiro na seção intitulada *Ao Leitor* que prefacia a primeira edição de *Padre Belchior de Pontes*, assim como também a historiadora Célia Regina da Silveira que além de perscrutar de modo mais analítico a trilha desses encontros e contatos pactuados por Ribeiro, os qualifica procurando demonstrar sua relevância não apenas para a publicação do romance mas para a própria incursão material e simbólica do autor no círculo letrado paulista da segunda metade do século XIX.

² É também Célia Regina da Silveira quem pontua que Júlio Ribeiro ao abraçar o magistério, que juntamente com suas intensas atividades ligadas a imprensa tornariam possível sua atuação enquanto intelectual não bacharelado, buscava garantir justamente sua sobrevivência como “homem de letras” dentro de um contexto imperial hostil a homens que a despeito de serem livres, não possuíam nem eira nem beira, ou no caso de Júlio Ribeiro nem título de bacharel, nem cabedais, e tampouco recursos econômicos.

“cautelos” diante da questão escravista, e vacilante postura no que se referia à ampliação das benesses liberais e republicanas ao grosso da população, sem falar na hostilidade que Ribeiro mantinha com os principais líderes do partido quanto ao momento propício para a instalação do novo regime político, o qual Ribeiro considerava urgente enquanto que a postura geral do partido era protelatória, ou para utilizarmos o termo vigente a época “oportunista”, que tinha o sentido de aguardar o momento propício para a proclamação da república e o objetivo de esquivar-se assim de grandes impactos e perturbações sociais.³

Sua confissão religiosa também já havia migrado do que podemos chamar de um protestantismo positivista para um ardoroso ateísmo, as “procelas” pessoais e profissionais que já havia atravessado Ribeiro tornaram mais evidentes sua vontade, ou antes, necessidade de imprimir uma marca e construir uma identidade própria que o fizesse reconhecido dentro do círculo letrado e inerentes instâncias de poder paulistas.⁴ Todos esses processos lhe sugeriram novas temáticas e consequentemente novas escolhas estéticas e metodológicas para a abordagem da história por meio da narrativa ficcional literária, e aparecem com clareza nesse novo romance.⁵

Em ambas as produções literárias da lavra de Júlio Ribeiro, encontramos uma sintetização de seus contundentes posicionamentos políticos, de suas filiações institucionais e ideológicas, suas predileções temáticas e os procedimentos dos quais lançou mão para construir sua marca e identidade no campo letrado. Acima de tudo, é

³ BOSI, Alfredo. **A escravidão entre dois liberalismos**. São Paulo: Revista do Instituto de Estudos Avançados, núm. 2-3, IEA-USP, 1988, p. 37.

O termo “cautela” é de Alfredo Bosi.

SILVEIRA, Célia Regina da. Opus cit. p. 152

“A política “oportunista” dos contestadores do regime monárquico era a favor da via pacífica nas transformações políticas, ou seja, do agir politicamente de acordo com as tendências da opinião pública, a fim de evitar traumas políticos e sociais.”.

⁴ BOSI, Alfredo. Opus cit. p. 32-33.

“É importante ressaltar que não só de homens políticos se fez a militância. Um movimento intelectual forte, que retoma *cientificamente* os ideais das Luzes, estava em curso ao longo desses anos. Sílvio Romero resumiu-o com a expressão “um bando de idéias novas”, fixando também em 1868 o seu ponto de partida. Positivismo e evolucionismo, Comte e Spencer, formam o eixo principal de referência. O trabalho livre e um regime político mais representativo eram as metas a ser atingidas. Os positivistas religiosos abraçam logo as propostas mais radicais.”

⁵ SILVEIRA, Célia Regina da. Opus cit. pp. 107-121

Em 1885 Júlio Ribeiro iniciou a escrita de uma série de textos que foram publicados sob o título de *Cartas Sertanejas* pelo *Diário Mercantil* de São Paulo, nos quais endereça ácidas críticas as principais lideranças do Partido Republicano Paulista, o PRP, tais quais, os irmãos Alberto e Campos Sales e Prudente de Moraes. Nessas mesmas *Cartas* Ribeiro questiona também a candidatura desses dois últimos a deputados para a Assembleia Geral, colocando em dúvida, sobretudo, a capacidade intelectual e nível de erudição desses representantes republicanos. As provocações foram respondidas a altura e geraram um renhido debate entre as partes envolvidas. As desavenças do autor em estudo com o PRP são criteriosamente assinaladas por Silveira em seu estudo.

possível identificar em sua narrativa ficcional as interpretações e os (re)significados que dava às suas experiências vividas e ao passado histórico que lhe chegava, bem como as contradições presentes nas reflexões que realizou e em seu pensamento de uma maneira geral. Os romances de Ribeiro condensam em sua narrativa tudo aquilo que Ribeiro almejava intimamente expressar e que aparece de modo um tanto mais diluído nos demais suportes em que o autor produziu.⁶

É possível, portanto, através da análise de seus romances, perscrutar as apreciações históricas que Ribeiro atribuiu aos processos em andamento em seu próprio tempo vivido, qual seja a segunda metade do século XIX no contexto brasileiro e mais especificamente paulista. Processos históricos esses que Júlio Ribeiro escolheu, e não de modo aleatório, veicular através da linguagem literária, e justamente por acreditar que tal eleição narrativa não é arbitrária que esse é o ponto que constitui o objeto central do presente estudo e que será privilegiado nessa pesquisa. Assim temos que, a escolha da literatura não é obra do acaso para Ribeiro, admitimos aqui como premissa que o autor deliberadamente buscou a narrativa literária e a manipulou como ferramenta para sintetizar seus posicionamentos e concepções históricas, “beneficiando-se” assim justamente das aproximações que essas duas áreas, a história e a literatura sugerem.

Não que esse procedimento tenha sido invenção inaugurada por Júlio Ribeiro, tampouco que se constituísse numa particularidade de sua produção, aliás seus contemporâneos valeram-se extensivamente desse mesmo sistema. É sabido que até o século XIX existia uma concepção mais alargada do que era história e do que era literatura, de modo que muitas vezes ambas eram no mais das vezes expressas simultaneamente em um mesmo texto.⁷ No entanto, o presente estudo detém-se aos desdobramentos dessa imbricação na narrativa ficcional da pena de Ribeiro.

⁶ Refiro-me aqui a seus textos jornalísticos e sua fecunda e comprometida atuação na imprensa, e também aos seus dois aclamados compêndios de gramática portuguesa, um deles intitulado *Grammatica Portuguesa*, que é considerado por alguns linguistas e pesquisadores bastante progressista, ainda mais se ponderando o período em que foi publicado e que circulou largamente, tendo sido não obstante, adotado por renomadas instituições de ensino do século XIX, como o Colégio Pedro II e a Escola Normal de São Paulo. O pesquisador José Bento Cardoso Vidal Neto em sua dissertação de mestrado defende e procura demonstrar que Ribeiro foi um dos filólogos pioneiros no acolhimento das chamadas *variações linguísticas* para citarmos aqui um exemplo.

VIDAL NETO, José Bento Cardoso. **A Grammatica Portuguesa, de Júlio Ribeiro: um corte epistemológico na gramaticografia brasileira e a questão da língua portuguesa no Brasil**. 2010. 141 f. Dissertação (Mestrado) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2010.

⁷ FERREIRA, Antonio Celso. **A epopéia bandeirante: letrados, instituições, invenção histórica (1870-1940)**. São Paulo: Editora Unesp, 2001. p. 192-193.

Júlio Ribeiro foi um intelectual polissêmico e seus posicionamentos, sejam eles políticos ou históricos, muitas vezes desdobraram-se em contradições, sendo possível identificar facilmente polifonias em seu discurso. Não se trata aqui de abordar em detalhe a biografia e trajetória desse intelectual, objetivo já desempenhado pela historiadora Célia Regina da Silveira em sua cuidadosa tese de doutoramento publicada posteriormente pela editora UNESP sob o título: *Erudição e ciência: as procelas de Júlio Ribeiro no Brasil oitocentista (1845-1890)*.⁸

No entanto, ainda que como dito não constitua objetivo do presente estudo traçar a trajetória de Júlio Ribeiro, e sim perpetrar uma análise dos sentidos históricos que é possível assinalar em sua obra literária, mais especificamente em seu romance histórico intitulado *Padre Belchior de Pontes*, é evidente que aspectos dessa natureza são de maior importância para a compreensão de seus escritos. Parte-se, portanto da concepção de que é impossível distanciar completamente uma obra de seu autor, ademais, se quer-se compreender determinada produção não é mesmo desejável que se opere dessa maneira.

Alinhamo-nos aqui a metodologia utilizada por Nicolau Sevcenko em sua *Literatura como missão: tensões sociais e criação cultural na Primeira República*, na qual apresenta a relação íntima que as trajetórias – e tragédias – pessoais e intelectuais dos autores que analisa, Lima Barreto e Euclides da Cunha, mantém com suas criações

⁸ SILVEIRA, Célia Regina da. Opus cit.

A pesquisadora Célia Regina da Silveira realiza nessa obra um estudo de grande fôlego reconstituindo a trajetória pessoal/familiar, assim como profissional, social e intelectual de Ribeiro, a partir da leitura de seus textos jornalísticos, romances e outras fontes originais buscadas em arquivos diversos onde constavam material a respeito de Júlio Ribeiro, balizando todas essas informações recolhidas com a análise das biografias existentes sobre o intelectual Júlio Ribeiro, que contribuíram em grande medida para a construção de uma determinada imagem a respeito da personalidade supostamente visceral, combativa e polemista por excelência desse autor. A historiadora também avalia qual a parcela de atuação ativa e interesse do próprio Ribeiro na construção desse marco identitário que sobrevive assinalando até os dias de hoje o legado de sua obra. Para Silveira a legenda intransigente era meio de imprimir uma marca que garantisse meios de sobrevivência material e simbólica dentro de um cenário letrado hostil a homens como Júlio Ribeiro, despossuído de recursos econômicos e cabedais, contando apenas com seu capital intelectual “como moeda de troca” no contexto cultural paulista de *fins de siècle*. A autora atrela a trajetória de Ribeiro e sua resiliente tentativa de se autopromover enquanto figura aguerrida e radical, aos processos históricos correntes do período em que Júlio Ribeiro viveu e produziu, demonstrando como o multifacetado “homem de letras” Júlio Ribeiro, pode sobreviver e cavou seu espaço dentro da lógica interna do regime monárquico, que privilegiava e reproduzia tão somente os membros de uma acanhada elite intelectual.

Assim o fato de Júlio Ribeiro ter produzido em diversos suportes, ou em linguagem menos formal “ter atirado em todas as direções”, segundo a autora deve-se não por exclusiva demonstração da vastidão de seus talentos, mas, sobretudo demonstra uma necessidade de sobrevivência material e ampliação de suas chances de atuação e reconhecimento enquanto intelectual ainda que não gozasse a princípio dos meios tradicionais exigidos para essa inserção.

literárias. Sevcenko observa que “[...] Ambos são co-protagonistas das obras patéticas que escreveram e que em grande parte se nutrem mesmo desse seu desengano. [...]”.

Em outro momento desse mesmo estudo, que é importante aporte teórico metodológico da presente pesquisa, Sevcenko aprofunda essa relação autor/obra e estende a sua observação ao contexto político, social, econômico e histórico em que esse binômio está inserido, asseverando que:

A exigência metodológica que se faz, contudo, para que não se regreda a posições reducionistas anteriores, é de que se preserve toda a riqueza estética e comunicativa do texto literário, cuidando igualmente para que a produção discursiva não perca o conjunto de significados condensados na sua dimensão social. Afinal, todo escritor possui uma espécie de liberdade condicional de criação, uma vez que os seus temas, motivos, valores, normas ou revoltas são fornecidos ou sugeridos pela sua sociedade e seu tempo – e é destes que eles falam. Fora de qualquer dúvida: a literatura é antes de mais nada um produto artístico, destinado a agradar e a comover; mas como se pode imaginar uma árvore sem raízes, ou como pode a qualidade dos seus frutos não depender das características do solo, da natureza do clima e das condições ambientais?⁹

Assim delineada essa orientação metodológica passamos à apresentação no âmbito dessa introdução do intelectual Júlio Ribeiro bem como dos processos fundamentais de seu contexto histórico, enfatizando os aspectos que consideramos condição *sine qua non* para a compreensão e análise das imbricações entre história e literatura presentes em seus romances.

Júlio César Ribeiro Vaughan que, a partir de 1872, passaria a assinar apenas Júlio Ribeiro, nasceu em 14 de abril de 1845 na cidade mineira de Sabará, e pode bem ser caracterizado como um engajado intelectual republicano e abolicionista, sem dúvida, porém, pautado no determinismo de raça e de gênero, seu progressismo encontrou limite em um posicionamento regionalista e liberal, que não obstante marcou a experiência de muitos intelectuais seus contemporâneos no contexto da segunda metade do século XIX brasileiro, momento de crise do regime monárquico e de intenso questionamento de seus pilares, qual seja, a igreja católica e a elite escravocrata.¹⁰

⁹ SEVCENKO, Nicolau. **Literatura como Missão: Tensões Sociais e Criação Cultural na Primeira República**. 2ª ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2003. p. 29.

¹⁰ É digno de nota apontar que a cidade mineira de Sabará onde nasceu Júlio Ribeiro foi fundada durante os descobertos das minas de metais preciosos no início do século XVIII, tendo sido palco de alguns dos conflitos armados entre paulistas e emboabas no contexto dos agravos protagonizados por estes dois “partidos” que disputavam, sobretudo o controle político-administrativo e o domínio dos territórios auríferos da região. Alguns lances e episódios da chamada “Guerra dos Emboabas” são abordados por Ribeiro na elaboração de seu romance histórico intitulado *Padre Belchior de Pontes*. A escolha desse

Ribeiro foi, portanto um intelectual polissêmico, tendo apresentado dissonâncias em seu pensamento, que podem ser melhor assimiladas ao se acompanhar a trajetória desse autor e também através da leitura de seu primeiro escrito literário em 1876.

A historiadora Emília Viotti da Costa, logo na Introdução de sua obra *Da Monarquia à República: momentos decisivos*, assinala que desde a tomada do poder em 1822 pela elite comercial e agrário-exportadora no movimento de Independência, algumas concessões foram feitas em nome do “espírito liberal”, ainda que esse tenha sido cuidadosamente expurgado de suas perspectivas mais abrangentes. Dentre tais licenças, algumas são dignas de nota e permitem historicizar o contexto que possibilitou o surgimento de uma personagem tal qual foi Júlio Ribeiro, seus coetâneos e interlocutores, como a tímida abertura religiosa, e a relativa valorização do pensamento ilustrado.

Nas palavras de Viotti essa elite:

[...] Formados na ideologia da Ilustração, expurgaram o pensamento liberal das suas feições mais radicais, talhando para uso próprio uma ideologia essencialmente conservadora e antidemocrática. [...] Continuando a tradição colonial, subordinaram a Igreja ao Estado e mantiveram o catolicismo como religião oficial, se bem que, numa concessão ao pensamento ilustrado, **tenham autorizado o culto privado de outras religiões.**”¹¹

Essa mesma elite oligárquica, como é sobejamente sabido, alternou-se no poder dividida, ainda que apenas formalmente, em dois partidos políticos, o liberal e o conservador, durante o primeiro e parte do segundo reinado na primeira metade do século XIX até o fatídico ano de 1868, ano em que diversos estudiosos localizam o ponto nevrálgico de uma crise gerada sob o peso das grandes transformações ocorridas em várias dimensões da realidade política, social, econômica e cultural.

Segundo Alfredo Bosi a máxima repetida reiteradas vezes pela verdade estarrecedora que condensa de que “não há nada mais parecido com um saquarema do que um luzia no poder” vigorou longamente, e em nome do espírito de conciliação ambos os partidos garantiram certa estabilidade aos primeiros anos do governo de D. Pedro II.¹² A abolição do tráfico de escravos a partir de 1850, após algumas tentativas

evento histórico específico, se justifica, entre outras questões pela vontade de Ribeiro de se autorretratar em seu romance, assim o fato de Ribeiro ser oriundo de Sabará é bastante significativo.

¹¹ COSTA, Emília Viotti da. *Da Monarquia à República: momentos decisivos*. 9. ed. São Paulo: Unesp, 2010. p. 11.

¹² BOSI, Alfredo. *Opus cit.* pp. 4-39

A frase é do político pernambucano Antônio Francisco de Paula Holanda Cavalcanti de Albuquerque.

malfadadas anteriores de pressão britânica por força de leis que foram olímpicamente ignoradas, inaugura uma diferenciação um tanto mais consistente, criando uma fissura dentro da hegemonia oligárquica, divisionária de fazendeiros agroexportadores escravocratas, dos barões do café atrelados a um insurgente dinamismo econômico que tem como consequência o desenvolvimento dos centros urbanos.¹³

O progresso econômico da segunda metade do século XIX acarretou profundo desequilíbrio entre poder econômico e poder político. Concebido em 1822, o sistema político parecia pouco satisfatório aos setores novos, na década de 1880. As novas elites urbanas não se sentiam suficientemente representadas e os fazendeiros das áreas cafeeiras mais novas, que produziam boa parte da riqueza do país, sentiam-se peados pelas estruturas políticas do Império. O Partido Republicano recrutou adeptos nesses grupos sociais insatisfeitos. Republicanos e abolicionistas adotaram um estilo político novo. Pela primeira vez, a política saía dos limites estreitos dos conchavos familiares para a praça pública. Os políticos falavam às populações urbanas. Os poetas e escritores voltaram a falar do povo, redescobrimo-o, como fonte de inspiração. Apesar dessas tentativas de mobilização popular, a República se faria como a Independência se fizera – sem a colaboração das massas. O novo regime resultaria de um golpe militar. [...]¹⁴

O ano de 1868 é justamente o ano da deposição autoritária do gabinete de Zacarias de Góis por D. Pedro II. Fazendo largo uso das prerrogativas que seu poder moderador lhe permitiam e asseguravam, o gesto que destituía o gabinete liberal que possuía maioria no parlamento geraria grande revolta e agitação.

A historiografia é unânime em assinalar o ano de 1868 como o grande divisor de águas entre a fase mais estável do Segundo Império, e a sua longa crise que culminaria, 20 anos mais tarde, com a Abolição e a República. [...] A crise de 68 é o momento agudo de um processo que, de 65 a 71, levou à Lei do Ventre Livre. Analisada por esse ângulo, é uma crise de passagem do Regresso agromercantil, emperrado e escravista, para um reformismo arejado e confiante no valor do trabalho livre. Essa leitura dos fatos tem sua verdade, mas é preciso que se distinga com clareza a vertente liberal-radical

¹³ O estudioso de literatura brasileira Alfredo Bosi resume as transformações econômicas e ideológicas instauradas a partir de 1850 nos seguintes termos:

“A história do *novo liberalismo*, para continuar usando a expressão de Joaquim Nabuco, pode ser apreendida tanto no ritmo da longa duração quanto nos das conjunturas. Pelo primeiro, que contempla o nível dos sistemas, a relação se faz entre a nova corrente ideológica, visível desde os anos 60, e o dinamismo econômico e social que a extinção do tráfico instaurou no país já a partir de 1850. Os capitais, que montavam em cerca de 16 mil contos, liberados para afluir ao comércio, à manufatura, à rede de transportes ou ao puro jogo da Bolsa, na verdade aceleram o processo de urbanização e o emprego do trabalho assalariado. A situação foi alimentada, estruturalmente, pela contínua expansão agroexportadora que a demanda internacional sustentou até o fim do século: a existência de um mercado interno e de um pólo urbano em desenvolvimento na região Sudeste foi a condição necessária para a emergência de valores liberais mais amplos do que os professados pelo discurso intra-oligárquico.”

BOSI, Alfredo. Opus cit. p. 25-26

¹⁴ COSTA, Emília Viotti da. Opus cit. p. 17.

(expressão que aparece, pela primeira vez, em 1866, na folha *A Opinião Liberal*), do conjunto bastante híbrido que foi o Partido Liberal, até a abolição completa em 1888.

Nos últimos decênios do Império as tendências progressistas circulam pelo partido Liberal e pelo Republicano, mas não coincidem perfeitamente nem com um nem com outro. E haverá resistências conservadoras, e até escravistas, em ambos os grêmios.¹⁵

É nesse clima de intensa agitação que surgem na imprensa paulista, com destaque para a cidade de Sorocaba, depois passando por Campinas e finalmente a capital da província, São Paulo, os escritos de Júlio Ribeiro. Essas são as principais localidades pelas quais circulou sua produção intelectual e onde Ribeiro atuou como docente e realizou suas demais atividades políticas e religiosas.

A historiadora Célia Regina da Silveira pontua as relações sociais estabelecidas por Ribeiro que promoveram a migração de sua província natal, Minas Gerais, por volta dos 22 anos, até as paragens paulistas, precedida por uma breve passagem pela capital da corte, Rio de Janeiro, para cursar o Colégio Militar, no entanto, essa investida na carreira militar não durou mais de um ano. A autora procura identificar os meandros dessas relações políticas e religiosas que o aproximaram do cenário republicano e do círculo letrado paulista, reforçando os seus já professados ideais liberais.¹⁶ Assim, a conversão ao presbiterianismo, daquele que fora católico de berço e passada a fase protestante seria ateu, é fundamental para que Ribeiro tenha condições para se estabelecer em São Paulo e para que inicie seus primeiros contatos com a elite contestadora do regime imperial. Além disso, a adoção da bandeira republicana e da maçonaria lhe garantiriam mais à frente a ocupação de cargos de professor em

¹⁵ BOSI, Alfredo. Opus cit. p. 25

¹⁶ SILVEIRA, Célia Regina da. Opus cit. p. 44-47.

As relações firmadas por Ribeiro dentro da comunidade protestante também influíram na sua formulação familiar primária, filho de mãe solo, professora de primeiras letras em Minas Gerais e pai norte americano que não participou ativamente de sua criação, em uma viagem a Sorocaba Ribeiro irá conhecer e casar-se no ano de 1871 com Sofia Aureliana de Souza, que na época possuía apenas 14 anos. Filha de protestantes e maçons que residiam na cidade, essa primeira esposa de Ribeiro desafortunadamente morreria em breve, provavelmente vítima de tuberculose, assim como os três frutos desse primeiro casamento. Nas palavras de Silveira:

“A devoção religiosa de Ribeiro ao presbiterianismo – demonstrada antes também em relação ao catolicismo, religião em que foi batizado (como se verá em outra parte do trabalho) – encerra, de certo modo, uma questão que não era somente de foro religioso, mas sintomática da busca de uma definição social para si. A religião foi um caminho que lhe abriu, ainda que indiretamente, possibilidades de relações sociais que foram importantes, para o lugar que ocuparia na sociedade: a elite letrada paulista. [...] Como foi que Ribeiro, recém-chegado a Sorocaba, passou a ocupar a redação de um dos jornais mais importantes da cidade? A afirmação segundo a qual a religião, de certo modo, criou condições para que se estabelecesse relações sociais que lhe abririam possibilidades de se iniciar como homem de imprensa, explica-se pelo fato de que, ao vincula-se à família Bertholdo pelo casamento, Ribeiro também passaria a relacionar-se com um grupo de homens liberais, ligados à Maçonaria e que também se destacavam na imprensa sorocabana, no debate de temas relativos ao progresso da província de São Paulo, com ênfase, sobretudo, na expansão da linha férrea em direção ao sul da província.”

renomadas instituições de ensino da cidade de Campinas, assim como ambas as causas defendidas estiveram sempre relacionadas às oportunidades que teve de desenvolver-se na imprensa, e publicar seus compêndios de gramática e romances, incluindo *Padre Belchior de Pontes*, em todas essas localidades.¹⁷

Desse modo, Silveira se refere à relevância da maçonaria, do protestantismo, dos ideias liberais e republicanos para a projeção de Ribeiro na imprensa e na atuação de importantes colégios de Campinas.

Os dois principais jornais de Campinas apresentam Júlio Ribeiro ao público como jornalista, romancista e latinista. Esses atributos foram importantes para sua contratação pelos colégios mencionados; no entanto, no que se refere ao Internacional, além de admitir um professor que se adequava às propostas inovadoras que pretendia desenvolver, julgava positivo possuir em seu quadro um docente protestante [...] No famoso Culto à Ciência, além dos méritos intelectuais de Ribeiro, o fato de ele ser republicano e maçom veio ao encontro do ideário político do grupo idealizador dessa escola, cujo quadro de professores era inteiramente constituído por republicanos e maçons, favoráveis ao ensino secular e científico.¹⁸

É mais uma vez Emília Viotti da Costa quem nos apresenta uma síntese do contexto em que essas novas correntes político-filosóficas puderam aparecer. Sobre a maçonaria e sua íntima relação com o pensamento ilustrado e a difusão dos ideias liberais no Brasil, Viotti afirma que:

As sociedades secretas do gênero da Maçonaria que começaram a se multiplicar no Brasil nos fins do século XVIII teriam, por sua vez, importante papel na divulgação dessas teorias. A Conjura Baiana dos fins do século XVIII coincide com a fundação na cidade da Barra, em 1797, da loja maçônica “Os Cavaleiros da Luz”. Em Pernambuco, fundou-se inicialmente o Areópago, de onde saíram duas Academias: “Paraíso e Suassuna”. Alguns dos indiciados em processos e implicados nos movimentos revolucionários da época, principalmente na Revolução de 1817, pertenceram aos seus quadros. Também no Rio de Janeiro as sociedades secretas se multiplicaram. Conta-se que D. João VI, mandando averiguar a situação das

¹⁷ SILVEIRA, Célia Regina da. Opus cit. p. 99-100

Ribeiro lecionou a disciplina de Língua Portuguesa nos colégios Internacional, Culto à Ciência e Florence, todos eles colégios da cidade de Campinas que pretendiam estar alinhados com as mais modernas diretrizes educacionais relacionadas aos princípios liberais e ideais republicanos, que por sua vez apostavam alto na instrução pública e na primazia da ciência. No que diz respeito a sua atuação docente e as concepções pedagógicas defendidas por Júlio Ribeiro, ele ainda fundaria no ano de 1882 sua própria instituição de ensino, o Colégio Júlio Ribeiro na cidade de Capivari, cujo lema não obstante era “Sem Deus e sem rei”, pelo menos essa era a frase inscrita em sua pedra fundamental. Por último, ainda ocuparia o cargo de professor interino da Escola Normal de São Paulo em 1886, o qual logo abandonaria para ingressar por meio de concurso como professor de Latim no Curso Anexo da Faculdade de Direito de São Paulo em 1887, já em 1889 ano anterior a sua morte encontrava-se professor interino de Poética, Literatura e Retórica no Instituto Nacional do Rio de Janeiro.

¹⁸ SILVEIRA, Célia Regina da. Opus cit. p.87- 88.

sociedades secretas, foi informado de que grande número de personagens importantes ligados ao governo estava envolvido nessas sociedades. Depois da rebelião de 1817, D. João resolveu suspender suas atividades mandando, em 30 de março de 1818, fechar todas as lojas. Elas, no entanto, logo se reorganizaram e, em 1821, estavam de novo em pleno funcionamento. Elementos os mais representativos da sociedade faziam parte dos seus quadros: professores, funcionários, comerciantes, fazendeiros e numerosos padres. Ao contrário do que se verificava na Europa, onde a Maçonaria assumira posição nitidamente anticlerical, no Brasil eram íntimas as ligações entre clero e Maçonaria.

Às vésperas da Independência a Maçonaria estava pronta para participar de forma eficiente no movimento, imprimindo-lhe suas diretrizes.¹⁹

As correntes político-filosóficas às quais aderiu, assim como as instituições que frequentou Júlio Ribeiro, foram fundamentais para a sua trajetória e evidentemente marcam as suas diversas produções, inclusive aquela que aqui nos interessa de perto, seu romance *Padre Belchior de Pontes*. Assim, o protestantismo, a maçonaria e o republicanismo, tão típicos e próprios ao contexto do fim do século XIX, estão presentes e proporcionam poder explicativo e de compreensão dos posicionamentos, intencionalidades e interpretações da história realizados por Ribeiro nessa sua narrativa ficcional.

Além dessas filiações ideológicas e institucionais, existe uma outra que está no pano de fundo e que incide decisivamente sobre todas elas, que é o ideário científico. Ribeiro acima de tudo foi um entusiasmado propagandista e defensor do positivismo cientificista, tal empenho pode ser constatado em toda a sua produção, com destaque para o romance *A Carne*, cujo discurso altamente cientificista, absolutamente central na obra, é o que motiva e atribui sentido à narrativa. De qualquer modo o fator evolucionista-cientificista e uma concepção positivista dos processos históricos são de extrema importância para a compreensão das interpretações que realizou também em *Padre Belchior de Pontes*.

Além de localizarmos Júlio Ribeiro dentro do cenário sociopolítico e econômico, faz-se igualmente necessário identificarmos suas conexões inscritas no campo cultural. Ribeiro pertenceu a badalada *Geração de 70*, ainda que quase nunca seja lembrado, reconhecido ou celebrado como tal, assim mesmo suas preocupações e predileções estilísticas, estéticas e temáticas não o negam. Todas as suas produções intelectuais

¹⁹ COSTA, Emília Viotti da. Opus cit. p. 31

deixam flagrantes o exposto, e no caso de seus romances essa questão não é diferente. A respeito da “geração de 1870” Monica Pimenta Velloso afirma:

É nítida nessa geração de intelectuais a mudança da percepção e sensibilidade sociais traduzidas no anseio de mudança no mundo da política. O Manifesto Republicano de 1870 é considerado um dos marcos da modernização brasileira (Machado, 1973). Nesse documento enfatizava-se a necessidade urgente da abolição da escravidão e da instauração da República. Essas mudanças eram compreendidas como indispensáveis para garantir a entrada do Brasil na modernidade. É forte a imagem de um mundo novo contrastando com as ruínas do antigo.²⁰

Os intelectuais dessa geração apresentam algumas características comuns, como não poderia deixar de ser, pois se assim não fosse não constituiriam uma geração, quase todas essas padronizações podem ser encontradas em Júlio Ribeiro como, por exemplo, o paradigma científico e seu inerente instrumental, considerado como único referencial legítimo para se pautar a realidade.

Uma das preocupações mais prementes para o grupo era o de “[...] buscar a integração do Brasil na cultura ocidental. Para dar conta de tal tarefa, tentou-se definir a nacionalidade [...]”²¹. Muitos dos membros dessa geração lograram resolver essa questão a partir da chave do regionalismo, ou da compreensão da questão nacional, a partir do local. É o caso de Ribeiro, que assim opera em seus romances, procurando contribuir com o debate a respeito da “brasilidade” através de sua interpretação de São Paulo, em diferentes temporalidades, mas que ao fim e ao cabo, refletem a São Paulo de seu próprio tempo, ou seja, da segunda metade do século XIX. Não obstante, *Padre Belchior de Pontes* é um romance de carregado apelo regionalista, enquanto que *A Carne* constrói um vivido retrato da sociedade paulistana em franca transformação. A respeito dessa questão o historiador da cultura Antonio Celso Ferreira assevera que:

Dada sua natureza ficcional, seria desapropriado julgar o romance de Júlio Ribeiro como falsificação histórica, do modo interpretado por Manuel Bandeira, em análise crítica na qual argumenta: “sendo o autor católico de criação, a leitura da Bíblia fizera-o presbiteriano, como a razão mais tarde o faria ateu. E era protestante, ao tempo em que escreveu *Padre Belchior de Pontes*, daí as objurgatórias à Companhia de Jesus” (apud Ribeiro, 1976, p. 76). Mais valioso, isto sim, será compreender como o seu enredo, ao glorificar o bandeirante/ sertanejo, atribui ao passado histórico significados extraídos das aspirações do presente, assim se entrelaçando às demais expressões da elite letrada do período.

²⁰ VELLOSO, Monica Pimenta. O modernismo e a questão nacional. In: FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucília de Almeida Neves (Org.). O Brasil Republicano: O tempo do liberalismo excludente. São Paulo: Record, 2008. p. 354.

²¹ VELLOSO, Monica Pimenta. Opus cit. p.335.

Padre Belchior de Pontes é, acima de tudo, romance que se enquadra no debate de ideias filosóficas e científicas do final do Império, trazendo as formulações literárias do republicanismo e abolicionismo. Sua distinção está, no entanto, em abordar a história regional e nacional, de um ponto de vista radicalmente crítico em relação ao papel nela desempenhado pelos jesuítas, preparando o terreno para que o autor, na década seguinte, assumisse a defesa incondicional do anticlericalismo e do cientificismo. Acompanham-no no intento, é certo, outros intelectuais da época, adeptos do evolucionismo e do positivismo, mas a presença arraigada do pensamento católico nas rodas intelectuais paulistas abrandaria os espíritos, mantendo acesos os conteúdos sagrados na interpretação histórica regional.²²

Ainda a respeito da “Geração de 70” Sevcenko comenta:

Arrojados num processo de transformação social de grandes proporções, do qual eles próprios eram fruto na maior parte das vezes, os intelectuais brasileiros voltaram-se para o fluxo cultural europeu como a verdadeira, única e definitiva tábua de salvação, capaz de selar de uma vez a sorte de um passado obscuro e vazios de possibilidades, e de abrir um mundo novo, liberal, democrático, progressista, abundante e de perspectivas ilimitadas, como ele se prometia. A palavra de ordem da “Geração modernista de 1870” era condenar a sociedade “fossilizada” do Império e pregar as grandes reformas redentoras: “a abolição”, “a república”, a “democracia”. O engajamento se torna a condição ética do homem de letras.[...]”²³

A partir dessa apresentação mais geral do intelectual Júlio Ribeiro, torna-se dispensável dizer que o estudo de sua trajetória, concatenada à sua produção intelectual, é de grande valia para verificar e avaliar as possibilidades e projetos em curso durante a segunda metade do século XIX, especialmente no quadro letrado paulista, momento em que viveu, produziu, e certamente influenciou e foi influenciado mutuamente por ele.

Como já dito, acreditamos que o estudo detido de seu romance histórico, *Padre Belchior de Pontes* (1876) pode iluminar as interpretações históricas desse autor que são fruto, e próprias desse momento de crise e transformações. Os limites, contradições e desdobramentos do pensamento liberal encetado por Júlio Ribeiro, que esteve “no olho do furacão” desse momento de ampliação, ainda que relativa, das possibilidades e oportunidades geradas pela crise estão de modo conciso inscritos em sua narrativa ficcional, e a escolha da literatura patenteia a vontade de expressão dos mesmos valendo-se de um mecanismo que no entendimento de Ribeiro agregaria estatuto de verdade à sua narrativa, a aproximação da literatura com a história.

²² FERREIRA, Antonio Celso. Opus cit. p. 192-193.

²³ SEVCENKO, Nicolau. Opus cit. p. 96-97

Defendemos assim o uso da literatura como fonte não só legítima, mas também privilegiada para o historiador na medida em que acreditamos em sua capacidade ímpar de notificar os processos em curso dentro da dinâmica da história, uma vez levada em consideração, é claro, a metodologia específica e criteriosa para a abordagem desse tipo de fonte documental.

Júlio Ribeiro é citado por Gilberto Freyre no *Prefácio à 1ª Edição* de sua obra prima *Casa-Grande & Senzala*, ao lado de outros grandes nomes da literatura nacional, os quais Freyre registra incluindo Ribeiro como “*alguns dos seus maiores mestres*”:

“De outras fontes de informações ou simplesmente de sugestões, pode servir-se o estudioso da vida íntima e da moral sexual no Brasil dos tempos de escravidão: do folclore rural nas zonas mais coloridas pelo trabalho escravo; dos livros e cadernos manuscritos de modinhas e receitas de bolo, das coleções de jornais; dos livros de etiqueta; e finalmente do romance brasileiro que nas páginas **de alguns dos seus maiores mestres** recolheu muito detalhe interessante da vida e dos costumes da antiga família patriarcal. Machado de Assis em *Helena*, *Memórias póstumas de Brás Cubas*, *Iaiá Garcia*, *Dom Casmurro* e em outros de seus romances e dos seus livros de contos, principalmente em *Casa Velha*, publicado recentemente com introdução escrita pela Sra. Lúcia Miguel Pereira; Joaquim Manuel de Macedo n’*As vítimas algozes*, *A moreninha*, *O moço louro*, *As mulheres de mantilha*, romances cheios de sinhazinhas, de iaiás, de mucamas; José de Alencar em *Mãe*, *Lucíola*, *Senhora*, *Demônio familiar*, *Tronco do ipê*, *Sonhos de ouro*, *Patas da gazela*; Francisco Pinheiro Guimarães na *História de uma moça rica* e *Punição*; Manuel Antônio de Almeida nas *Memórias de um sargento de milícias*; Raul Pompéia n’*O ateneu*; **Júlio Ribeiro n’A carne**; Franklin Távora, Agrário de Meneses, Martins Pena, Américo Werneck, França Júnior são romancistas, folhetinistas ou escritores de teatro que fixaram com maior ou menor realismo aspectos característicos da vida doméstica e sexual do brasileiro; das relações entre senhores e escravos; do trabalhos nos engenhos; das festas e procissões.

Também os fixou a seu jeito, isto é, caricaturando-os, o poeta satírico do século XVIII, Gregório de Matos. E em memórias e reminiscências, o visconde de Taunay, José de Alencar, Vieira fazenda, os dois Melo Moraes, deixaram-nos dados valiosos. Romances de estrangeiros procurando retratar a vida brasileira do tempo da escravidão existem alguns, mas nenhum que valha grande coisa, do ponto de vista da história social.²⁴

Aparentemente Gilberto Freyre também julgou a obra de Júlio Ribeiro como fonte substancial para o entendimento e escrita da história, ainda mais se considerarmos que justamente nessa obra Freyre dedicou-se com bastante atenção ao estudo do comportamento sexual das elites metropolitanas em seu encontro com os povos

²⁴ FREYRE, Gilberto. **Casa-grande & senzala**: Formação da família brasileira sob o regime da economia patriarcal. 48. ed. São Paulo: Global, 2003.

originários e adventícios. Certamente por ser um romance que aborda as aventuras eróticas de uma mulher – a personagem Lenita - *A Carne* pode contribuir enormemente para uma análise que caminhe nesse sentido.

Dito isso, uma vez que meu trabalho se propõe a estar, ou antes, esmiuçar a linha tênue, ou como colocou Peter Burke as “fronteiras instáveis” entre ficção e realidade, história e literatura, é importante que aqui pontuemos e apresentemos algumas premissas básicas e demais referenciais teórico-metodológicas.²⁵

Paul Ricoeur, em *Tempo e Narrativa*, sintetiza da seguinte forma a relação indubitavelmente imbricada entre história e literatura:

[...] A relação entre ficção e história é seguramente mais complexa do que se possa imaginar. No entanto, é decerto preciso combater o preconceito segundo o qual a linguagem do historiador poderia se tornar totalmente transparente, a ponto de deixar falar os próprios fatos: como se bastasse eliminar os *ornamentos da prosa* para acabar com suas *figuras de poesia*. Mas não é possível combater esse primeiro preconceito sem combater o segundo, de acordo com o qual a literatura de imaginação, por fazer uso constante da ficção, não apreende a realidade. Os dois preconceitos devem ser combatidos juntos²⁶.

Nesse trecho em destaque, Ricoeur parece considerar que não é possível que se conceitue história e literatura, realidade e ficção como uma única e mesma coisa, parece ainda discordar da vertente mais radical da chamada *linguistic turn* e seus leitores fundamentalistas que pretenderam aproximar e identificar definitivamente ambas as áreas devido ao caráter narrativo que lhes é próprio e característico. Todavia, certamente ele acredita que é perfeitamente plausível analisar a história e a literatura em um movimento dialético, que é justamente o ponto de vista em que nosso estudo sobre as produções literárias de Ribeiro tem acordo. Portanto, apesar de não consideramos as aproximações entre história e literatura um modo de anular as suas singularidades, reconhece-se aqui as tensões prementes entre ambas as matérias, de modo que esse é ponto da obra de Ribeiro que será destacado e analisado em seus desdobramentos. Ou seja, tão importante quanto admitir a dimensão narrativa da história e o limite de seu

²⁵ BURKE, Peter. As Fronteiras Instáveis Entre História e Ficção. In: et al. Gêneros de fronteira: cruzamentos entre o histórico e o literário. São Paulo: Xamã, 1997. p. 107-115.

Nessa mesma obra Peter Burke contesta a localização do surgimento do Romance Histórico no século XIX, como afirma George Lukács, por sua vez Burke vê evidências desse gênero, e demonstra através de alguns exemplos de obras que possam ser definidas como romance histórico já no final do século XVII.

²⁶ RICOEUR, Paul. **Tempo e narrativa**: O tempo narrado. 3. ed. São Paulo: WMF Martins Fontes, 2010. (v. 3). p. 263.

alcance do passado, é reconhecer a riqueza de informações que a literatura pode ofertar para o conhecimento científico do passado.

Um último recurso da ficção merece ser destacado. A ficção não se limita a explorar, sucessivamente, por meio de suas variações imaginativas os aspectos da concordância discordante ligados à constituição horizontal do fluxo temporal, em seguida as variedades de concordância discordante ligadas à hierarquização dos níveis de temporalização e, por fim, as experiências-limite que balizam os confins do tempo e da eternidade. A ficção tem, ademais, a capacidade de explorar uma outra fronteira, a dos confins entre a fábula e o mito. Ora, sobre esse tema, mais ainda do que sobre o tema precedente do tempo e da eternidade, nossa fenomenologia não diz nada. E sua sobriedade não deve ser criticada. **Somente a ficção, por continuar ficção enquanto projeta e retrata a experiência, pode se permitir um pouco de ebriedade**²⁷.

Nessa outra passagem, Paul Ricoeur toca em dois pontos fundamentais para a nossa análise, o primeiro deles diz respeito ao deslocamento pelas distintas dimensões do tempo – presente, passado e futuro - que à literatura não só é mais autorizado com maior liberdade quanto lhe é mesmo característico. Tal autonomia diante das temporalidades aparece claramente na obra de Ribeiro, e será analisada com bastante atenção, pois oferece testemunho do modo próprio de Ribeiro conceber os fatos passados e seus contemporâneos.

Já o segundo ponto retoma a questão que viemos tratando anteriormente, a ideia de que à literatura é permitida uma dose maior de “ebriedade” enquanto a história sustenta-se e deve se orientar por uma metodologia própria que necessita fontes e aporte teórico, ainda que seja preciso reconhecer os seus limites no que diz respeito a uma suposta e ingênua capacidade de fazer aparecer o passado tal qual ele ocorreu.²⁸

²⁷ RICOEUR, Paul. Opus cit. p. 229

²⁸ Idem. p. 245

Num outro ponto de sua reflexão Ricoeur faz referência a metodologia própria da história para narrar o tempo passado:

“Destacada do contexto do *reenactment*, a imaginação do historiador poderia se confundir com a do romancista. Ora, diferentemente do romancista, o historiador tem uma dupla tarefa: construir uma imagem coerente, portadora de sentido, e “construir uma imagem das coisas tais como elas foram na realidade e dos acontecimentos tais como eles realmente aconteceram”. Essa segunda tarefa só será parcialmente cumprida se nos ativermos às “regras de método” que distinguem o trabalho do historiador daquele do romancista: localizar todas as narrativas históricas no mesmo espaço e no mesmo tempo; poder relacionar todas as narrativas históricas a um único mundo histórico; combinar o retrato do passado com os documentos em seu estado conhecido ou tal como os historiadores os descobrem.

Se nos detivéssemos nesse ponto, a pretensão à verdade das construções imaginárias não seria satisfeita. O “retrato imaginário do passado” seria *outro* do que o passado. Para que seja o *mesmo*, tem de ser numericamente idêntico. Repensar tem de ser uma maneira de anular a distância temporal. Essa anulação constitui a significação filosófica – hiperepistemológica – da reafirmação.”

Nesse segundo parágrafo do trecho recortado da obra de Ricoeur o filósofo refere-se a ideia da reafirmação do passado que ele apresenta em seu estudo crítico filosófico, que discorre sobre a

A eleição de alguns estudiosos e autores, em detrimento de tantos outros possíveis que debatem a mesma questão, para compor e contribuir no debate teórico-metodológico não representa uma adesão definitiva a uma determinada corrente de pensamento em prejuízo de outras, apenas considera-se que os autores lidos e citados aqui jogam luz ao debate que se pretende realizar em torno da narrativa ficcional constituída por Ribeiro, e agregam, portanto, poder de compreensão e esse tema, qual seja, o modo como Ribeiro pretendeu expressar e dar vasão às suas preocupações de ordem histórica valendo-se da literatura em *Padre Belchior de Pontes*.

Júlio Ribeiro viveu e atuou em um contexto sociopolítico, cultural e histórico, sem falar na dimensão econômica, de intensas, graves e agitadas transformações, e é quase impossível nesse breve espaço dar conta de sua trajetória, devido à abundância de sua produção intelectual e da quantidade impressionante de atividades que desenvolveu no magistério e em diversas outras áreas do conhecimento, suas atuações e vivências foram intensas e diversificadas apesar de sua breve vida, Ribeiro faleceu em 1890 aos 45 anos. Assim nesse momento introdutório destacou-se os elementos fundamentais de sua trajetória que incidiram sobre sua produção literária.

De todo modo procurou-se salientar, acompanhando o estudo proferido por Célia Regina da Silveira, principal estudo recente a respeito desse autor, alguns dos principais aspectos de sua trajetória que consideramos indispensáveis para a compreensão e entendimento de seu romance histórico. De mesmo modo também procuramos retomar alguns dos tópicos mais elementares relativos ao contexto da segunda metade do século XIX, momento de grande crise do regime monárquico frente à projetos republicanos.

Feitas essas observações introdutórias apresento as partes que compõem esta dissertação: No primeiro capítulo procede-se a uma análise mais detida do romance histórico *Padre Belchior de Pontes* do ano de 1876, alguns pontos serão eleitos e desenvolvidos com esforço metonímico, ou seja, tomando a parte pelo todo, devido à impossibilidade de tratar, nos acanhados limites dessa dissertação, todas as disposições e comentários de caráter histórico que Ribeiro faz nessa sua obra de estreia no ramo literário. Dessa forma, o primeiro capítulo se restringirá à análise dos apêndices da edição da *Ediouro* do romance *Padre Belchior de Pontes*, seu prefácio à primeira edição e daquilo que Ribeiro chamou de Prólogo da narrativa.

impossibilidade de qualquer narrativa seja ela histórica ou literária alcançar a ação que transcorreu no passado, nesse sentido só é possível uma ação no presente que reafetua o passado por meio da narrativa.

Já o segundo capítulo se dedicará a análise das partes restantes do romance, a saber, Primeira Parte – Os Paulistas; Segunda Parte – O sertão; Terceira Parte – Os Emboabas; Quarta Parte – A Guerra e Epílogo – O Mártir. Nessas últimas subdivisões do romance histórico *Padre Belchior de Pontes* Júlio Ribeiro empreende uma reconstituição histórica de alguns episódios da chamada Guerras dos Emboabas, que são examinados partindo da perspectiva que anima a presente pesquisa, qual seja, perscrutar os métodos utilizados por Júlio Ribeiro ao abordar a matéria histórica por meio da narrativa literária.

Por último as considerações finais retomam de modo conclusivo todos os questionamentos levantados e análises efetuadas.

CAPÍTULO I. O ROMANCE HISTÓRICO *PADRE BELCHIOR DE PONTES*: CONTEXTO, INTENÇÕES E INTERPRETAÇÕES.

Em 1876 foi publicado pela primeira vez de forma integral, dividido em dois volumes, o romance histórico *Padre Belchior de Pontes*, pela tipografia da *Gazeta de Campinas*. Essa foi a estreia literária do jornalista, filólogo e professor Júlio Ribeiro (1845-1890). O texto já havia aparecido anteriormente de maneira seriada, ou seja, no formato de folhetim na *Gazeta Commercial*, jornal sorocabano dirigido por Ribeiro de Setembro de 1874 até Agosto do ano seguinte.²⁹

Tratava-se, como já antecipado, de um romance histórico, gênero textual e narrativo desenvolvido com contornos mais claros ao longo do século XIX, que estreitava ainda mais as relações estabelecidas entre ficção e realidade, literatura e história, sentido e experiência, tensionando mais gravemente desse modo suas aproximações e os limites das mesmas.³⁰

O filósofo György Lukács em sua obra *O romance histórico*, a despeito de uma rigidez estruturalista consequente de uma leitura marxista um tanto ortodoxa das questões estéticas, que por sua vez redundou em uma crença na capacidade da literatura de apreender a totalidade da história, concepção essa hoje em dia bastante questionável, teorizou e conceituou o surgimento do romance histórico, de modo que para ele suas origens se enraízam no romance social do século XVIII.

De acordo com Lukács o romance histórico constitui-se em um momento singular do romance em que a apreensão temporal torna-se determinante e fundamental para a construção das narrativas, dos enredos e das personagens, que só seriam explicáveis, então, a partir justamente de sua ligação íntima com a história e os distintos extratos do tempo: “[...] O que falta ao pretenso romance histórico anterior ao de Walter Scott é o elemento especificamente histórico: o fato de a particularidade dos homens ativos derivar da especificidade histórica de seu tempo. [...]”³¹

²⁹ De acordo com a historiadora Célia Regina da Silveira, Ribeiro dirigiu a *Gazeta Commercial* de Sorocaba a convite de Maylasky com o claro objetivo de defendê-lo e a Companhia Sorocabana das críticas tecidas e endereçadas à seu projeto ferroviário por dois outros jornais *O Ypanema* e *A Esperança* de Itu.

³⁰ BURKE, Peter. Opus cit. p. 107-115.

LUKÁCS, György. **O romance histórico**. Tradução Rubens Enderle. São Paulo: Boitempo, 2011.

³¹ Idem. p. 33

A pesquisadora Arlenice Almeida da Silva na *Apresentação* dessa edição do livro de Lukács sintetiza essa questão da singularidade do romance histórico para o filósofo nos seguintes termos:

“[...] Se o gênero mantém uma ligação orgânica com a arte narrativa da Idade Média e provém do romance social do século XVIII, **desenvolve-se como romance histórico pela forma singular como nele figura a apreensão do tempo**. Dessa maneira, o romance histórico não é episódico ou um gênero particular, mas a formalização que o romance assume ao figurar o passado como a pré-história do

Assim, Lukács identifica o nascimento daquilo que considera o verdadeiro romance histórico como sendo fruto da Revolução Francesa, ou possibilidade aberta pela “Era das Revoluções”, se preferirmos utilizar a nomeação empregada por Eric Hobsbawm. Nesse momento teria se constituído um maior reconhecimento dos indivíduos enquanto sujeitos da história, ou ainda, como aponta o historiador alemão Reinhart Koselleck, a partir da Revolução Francesa se estabeleceram novas formas de se relacionar com as diversas dimensões temporais, presente, passado e futuro. Nas palavras de Lukács:

Primeiro foi a Revolução Francesa, as guerras revolucionárias, a ascensão e queda de Napoleão que fizeram da história uma *experiência das massas*, e em escala europeia. Entre 1789 e 1814, as nações europeias viveram mais revoluções que em séculos inteiros. E a celeridade das mudanças confere a essas revoluções um caráter qualitativamente especial, apaga nas massas a impressão de “acontecimento natural”, torna o caráter histórico das revoluções muito mais visível do que costuma ocorrer em casos isolados. Para darmos apenas um exemplo, basta ler as memórias juvenis de Heine em *O livro de Le Grand**, em que ele retrata com vivacidade o modo como a rápida mudança dos governos afetou o menino Heine. Se a essa experiência vem unir-se o reconhecimento de que tais revoluções ocorrem no mundo inteiro, fortalece-se extraordinariamente o sentimento de que existe uma história, de que essa história é um processo ininterrupto de mudanças **e, por fim, de que ela interfere diretamente na vida de cada indivíduo.**³²

Reinhart Koselleck, em sua obra *Futuro Passado: Contribuição à semântica dos tempos históricos*, na qual procede a um resgate histórico da inserção da questão do perspectivismo nas preocupações de ordem historiográfica, desde a Antiguidade, passando pela Idade Moderna, chegando até próximo ao debate contemporâneo, para responder e refletir a respeito da questão do relativismo na história, ou ainda do historicismo, busca ir além da reflexão a respeito do auto reconhecimento dos indivíduos enquanto agentes da história que experienciam, e aponta para as novas maneiras de se relacionar e abordar a questão das diversas perspectivas temporais existentes, inauguradas também com os processos revolucionários, sobretudo a própria Revolução Francesa.³³

presente. Para Lukács, Walter Scott foi o principal criador dessa forma, influenciando Balzac, Púchkin, Manzoni ou Tolstói, que são relidos e valorizados como exemplares casos de apreensão formal da totalidade. São, portanto, herança literária e medida de referência para a produção contemporânea e crítica de arte.” p. 17

³² LUKÁCS, György. Opus cit. p. 38-40

³³ KOSSELLECK, Reinhart. *Futuro Passado: Contribuição à semântica dos tempos históricos*. Rio de Janeiro: Editora Puc Rio, 2006.

Para o historiador, desde a Antiguidade até o século XVIII, a busca pela verdade histórica implicava imediatamente na sublimação do historiador e de seu respectivo ponto de vista, pontuando que até esse momento, o primado das fontes era o dos chamados testemunhos oculares, o que influenciava diretamente nas relações que se estabeleciam entre passado e presente naquela época, de modo que o passado era, portanto, algo que se verificava de forma contínua e quase que intocada no presente.

“A experiência histórica manteve-se associada a um presente que se movia continuamente para a frente, recolhendo fatos do passado, sem poder sofrer transformações substantivas. *Nil novum sub sole* [nada de novo sob o Sol], essa era a máxima válida tanto para a Antiguidade clássica quanto para os cristãos, no horizonte da expectativa do Juízo Final. As metáforas do espelho, do reflexo ou da verdade nua, todas referentes a visão contemporânea, baseavam-se no fundamento das experiências próprias da qualidade do tempo presente, o qual, em sua concepção historiográfica, valia-se do recurso aos testemunhos oculares.”³⁴

Já o desencadeamento da Revolução Francesa acompanha um processo de perda do status do testemunho ocular que esteve ligado à percepção da efemeridade das transformações e à sensação de dificuldade de se apreender a história do tempo presente, característica própria das revoluções. Nota-se, a partir desse momento, uma diferenciação muito mais clara e marcante, entre as distintas temporalidades, o presente, o passado e o futuro, desse modo ocorre a introdução do perspectivismo na história que esta ligado por sua vez, à introdução do ponto de vista do historiador, inaugura-se, portanto necessariamente nova relação entre a experiência vivida e percepção do tempo histórico.

“[...] a noção de que a referência a um posicionamento é constitutiva do conhecimento histórico. A ela correspondia uma forma de apreensão do real capaz de, com o auxílio do “tempo progressivo”, favorecer a *fissura entre as dimensões de passado, presente e futuro*. Com a temporalização dessa história fraturada pela perspectiva, passou a ser necessário refletir sobre o próprio ponto de observação, uma vez que este se altera em meio ao e por causa do movimento histórico.”³⁵

A questão do romance histórico e de seu relacionamento particular com a história e as perspectivas temporais ainda será retomada nesse mesmo capítulo para se observar as temporalidades que se sobrepõem na obra de Júlio Ribeiro em diálogo com outros teóricos para além de Lukács e Koselleck. Acreditamos que para a análise de um romance histórico é imprescindível que se discuta os diversos deslocamentos no tempo

³⁴ KOSELLECK, Reinhart. Opus cit. p.166-167

³⁵ Idem p. 177

que caracteriza esse gênero narrativo, por esse motivo proposições como as que foram discutidas até aqui ajudam a elucidar as imbricações entre história e literatura presentes nessa forma específica de romance, em particular *Padre Belchior de Pontes*, objeto de estudo desse capítulo.

Em *Padre Belchior de Pontes* Júlio Ribeiro narra as desventuras, partindo da defesa da causa dos paulistas das contendas entre esses e os assim chamados “emboabas” (portugueses) no início do século XVIII, ainda durante o período colonial, como não poderia deixar de ser, sendo esse autor auto-declaradamente regionalista³⁶, assumidamente beirando ao bairrismo³⁷. No entanto, apesar de Ribeiro ser depositário da tese que coloca os paulistas como os arautos da legitimidade nesse conflito nativista, tradição que foi inaugurada pelo genealogista Pedro Taques de Almeida Paes (1714-1777) em sua *Nobiliarquia Paulistana*, referência bibliográfica esta a qual, aliás, Ribeiro cita diretamente no prefácio à primeira edição de seu romance histórico, é preciso ponderar que a bravura e a resistência aguerrida dos “forasteiros emboabas” também recebem tom elogioso nos episódios do levante que são romanceados por Ribeiro, isso por que esse autor considera que eles seriam, por sua vez, a descendência do povo mineiro.³⁸

Sobre as muitas teses apaixonadas alinhando-se a favor ou contra um ou outro dos “partidos” envolvidos nesse conflito nativista, altamente comprometidas ideologicamente com as construções narrativas que promoveram, a historiadora Adriana Romeiro comenta:

Há quase dois séculos, a Guerra dos Emboabas integra o repertório das chamadas revoltas nativistas, expressão que designa os movimentos coloniais que tinham, em sua origem, o sentimento de amor à pátria, e que se opunham à opressão da metrópole. É bem conhecida a tradição da historiografia oitocentista de conceber os movimentos políticos do período colonial em função de um suposto ideal de libertação nacional, associado à paulatina tomada de consciência em relação à Metrópole, que desembocaria na Independência da nação. Nesta perspectiva, as revoltas coloniais constituiriam prefigurações de um acontecimento culminante que, completando os elos de uma cadeia, dotava-as de sentido e lógica,

³⁶ FERREIRA, Antonio Celso. Opus cit. p.177-202.

³⁷ RIBEIRO, Júlio. **Padre Belchior de Pontes**. Rio de Janeiro: Ediouro, sd. (Coleção Prestígio). Biografia, introdução e notas de: M. Cavalcanti Proença/Prefácio de: Elsie Lessa. s/p.
“A minha tríplice dedicatória tem uma razão forte de ser: mineiro por nascimento, paulista por criação, **eu voto às províncias de Minas e S. Paulo um amor ardente, intenso, bairristico até**. Personificando os dois queridos torrões em dois dos seu mais nobres filhos, e dedicando-lhe o meu livro, dou disso uma prova.”

³⁸ ROMEIRO, Adriana. **Paulistas e emboabas no coração das Minas: ideias, práticas e imaginário político no século XVIII**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2008.

inscrevendo-as numa única totalidade. Ao lado de eventos como a Revolta de Beckman, a Insurreição Pernambucana e a Guerra dos Mascates, a Guerra dos Emboabas seria, assim, o despertar do nativismo em solo mineiro, a pungente luta do colonial contra o metropolitano.

Mas, ao contrário das demais revoltas nativistas, nas quais não há dificuldade para se identificar o grupo social imbuído de um caráter autonomista ou nacionalista, a Guerra dos Emboabas impôs um problema sério aos historiadores: seriam os paulistas ou os emboabas os verdadeiros nativistas, os campeões da causa nacional? A questão dividiu a historiografia, que se viu então mergulhada num longo e estéril debate sobre o caráter ideológico do movimento.

[...] O certo é que as matrizes analíticas da Guerra dos Emboabas haviam sido estabelecidas ainda no século XVIII [...].³⁹

Essa dificuldade exposta em se identificar os supostos heróis da causa nacional nesse levante em específico, segundo essa mesma pesquisadora, deriva-se do fato de que antes de mais nada os litígios protagonizados na região das Minas terem sido a expressão de uma verdadeira competição entre potentados (polos de poder privado) paulistas e emboabas movidos exclusivamente por interesses de mando e territoriais que pouco, ou nada tinham a ver com a lealdade ou infidelidade a Coroa Portuguesa, e tampouco com o amor incondicional a pátria nascente, como quiseram assim revestir suas razões, os próprios combatentes e aqueles que se ocuparam da reconstrução histórica do conflito, movidos por sua vez, por ambições e intencionalidades particulares, como é o caso de Júlio Ribeiro na segunda metade do século XIX. Além disso, a chamada Guerra dos Emboabas envolvia ainda, as adversidades enfrentadas pelo estado português e seus funcionários e representantes estabelecidos nos domínios coloniais em fazer valer a autoridade real e instalar mecanismos de controle e administrativos nos inóspitos e vastos sertões.

[...] A apropriação acrítica dessas matrizes setecentistas resultou numa historiografia altamente ideologizada e marcadamente descritiva, desprovida de um esforço de reflexão mais ampla e escorada em adjetivos exaltados. Nos séculos XIX e XX, a historiografia de orientação paulista, engajada na construção do mito do paulista como bandeirante, derivada diretamente das obras de Pedro Taques e frei Gaspar da Madre de Deus, retomaria a Guerra dos Emboabas, concebendo-a como a luta aguerrida dos homens do Planalto em defesa da pátria, ameaçados pelos reinóis.

[...] Reduzido às suas devidas proporções, o levante emboaba em nada se assemelha à imagem de uma guerra sangrenta e prolongada, em que se digladiavam paulistas e filhos do Reino. Tampouco o campo militar ofereceu o cenário para o desenlace do conflito, constituindo antes uma forma particular de legitimação do

³⁹ ROMEIRO, Adriana. Opus cit. pp. 14-15

partido emboaba, que dele se serviu para reforçar sua fidelidade à Coroa, colocando-se sob a órbita do poder régio. [...] ⁴⁰

Assim, é possível afirmarmos que Júlio Ribeiro foi um dos intelectuais que se aproveitaram do ensejo sugerido por essa temática, tecendo em *Padre Belchior de Pontes* uma série de elogios à raça dos paulistas, e outros tantos aos “forasteiros”, reservando suas proposições mais críticas para aquela que seria em sua interpretação do conflito a verdadeira causadora das “tantas desgraças assistidas nos sertões das Minas de Cataguases”, a Companhia de Jesus.

Desse modo pontuamos aqui a conveniência da escolha desse levante nativista, com isso quer-se dizer que a eleição da “Guerra dos Emboabas” dentre tantas outras possibilidades não é de modo algum aleatória, e que esse evento foi, aliás, cuidadosamente selecionado e interpretado por Ribeiro por permitir que o autor abordasse questões que estão envolvidas na querela e que o mesmo relacionava diretamente à seu próprio tempo vivido. Entre outras, podemos citar como uma das mais relevantes em seu romance histórico a questão jesuítica, que Ribeiro correlacionava a influência nefasta que atribuía a igreja católica, responsável em sua opinião por todo obscurantismo que pairava sobre a sociedade brasileira ainda no final do século XIX, assim como não podia perdoá-la por ser pilar fundamental da monarquia, deixando entrever de tal modo sua postura altamente anticlerical e abolicionista. Outra questão desenvolvida por Ribeiro nessa mesma obra foi a defesa da suposta excepcionalidade dos paulistas inserida em um contexto de valorização do regional como forma de busca da identidade brasileira, bastante típica dos intelectuais do XIX, particularmente da Geração de 70.

Para além dessas matérias, que não devem ser tomadas de modo estanque, pois conectam-se entre si, Júlio Ribeiro, acompanhando a historiografia oitocentista positivista, referências bibliográficas e fontes primárias as quais, aliás, cita nominalmente em seu Prefácio à primeira edição do romance, atribuía ao levante paulista um suposto caráter de questionamento à autoridade régia, que seria germinem da aspiração pela independência com relação à metrópole e, porque não, do tão sonhado por ele próprio regime republicano, uma vez que Ribeiro, na interpretação que inscreve em *Padre Belchior de Pontes*, reitera a tese de que a relativa autonomia proporcionada pelo isolamento geográfico dos paulistas diante dos demais domínios coloniais da América Portuguesa, desde sempre representara mostras evidentes de que “nesses

⁴⁰Idem. pp. 16 e 224

torrões” vigorou desde os primórdios uma verdadeira República rebelde a tirania monárquica.

Tais modos de interpretar a experiência paulista no período colonial, ou seja, como sendo isolada e ciosa de sua independência diante da monarquia, será balizada com os debates historiográficos recentes que nos informam a esse respeito. Considerar a “Guerra dos Emboabas” como evento privilegiado para defender a superioridade paulista e o espírito bandeirante não é necessariamente uma novidade instaurada por Júlio Ribeiro, no entanto os meandros dessa operação em seu romance histórico é o que será investigado aqui.

É importante pontuar que tudo isso diz muito sobre o modo teleológico e guiado com que Ribeiro lia os processos históricos, ele acreditava piamente que os paulistas previram a República e defenderam esse regime político em suas batalhas contra aqueles que seriam os representantes da monarquia portuguesa, consubstanciados na figura dos emboabas. Assim como das inúmeras passagens do romance que insinuam, ou antes sugerem diretamente, que a Companhia de Jesus é a instituição que está por detrás de todos os malfeitos históricos já sucedidos, podemos extrair que fatalmente Ribeiro apostava na influência nefasta dos jesuítas nesses eventos, e ainda que ele tivesse íntimo interesse em que seus leitores traçassem paralelos entre as ações do jesuítas no início da história do Brasil e sua atuação como religião oficial do estado brasileiro ainda na segunda metade do século XIX.

Como visto a pesquisadora Adriana Romeiro, na ampla revisão historiográfica que faz dos debates suscitados pela chamada Guerra dos Emboabas, sintetiza com clareza a maneira como procederam os historiadores paulistas dos séculos XIX e XX, ancorados em duas principais fontes, Pedro Taques e frei Gaspar da Madre Deus, justamente dois dos nomes listados por Ribeiro em seu Prefácio à primeira edição, já mencionado e que terá tratamento mais detalhado adiante, no qual Ribeiro esclarece as referências históricas das quais se valeu para a escrita de *Padre Belchior de Pontes* dando assim pistas de sua metodologia e buscando aferir maior veracidade à sua versão dos fatos narrados.

O agravante no caso de Júlio Ribeiro é que as suas interpretações dos acontecimentos envolvidos nessa revolta nativista se realizam em uma narrativa literária. Assim, Ribeiro romanceia processos históricos imbuído dos mesmos objetivos que estes historiadores seus contemporâneos, apostando no seu apelo argumentativo e nas possibilidades que este tipo de narrativa poderia conferir a sua versão interpretativa.

A escolha desse conflito, qual seja, a “Guerra dos Emboabas”, suscita ainda outras possibilidades analíticas, como a auto representação indireta que esse autor faz de sua própria trajetória nesse romance histórico. Tendo Júlio Ribeiro nascido na cidade de Sabará⁴¹ em Minas Gerais e posteriormente migrado ainda bastante jovem para diversos municípios paulistanos, vivenciou momentos importantes de sua vida pessoal e trajetória profissional e intelectual nessas duas localidades as quais o levante envolveu e por onde se estendeu. Essa representação de si mesmo que aparece nas entrelinhas de *Padre Belchior de Pontes*, o autor repete de modo mais direto em trecho do romance naturalista *A Carne*. Em ambos os casos a inclusão de dados autobiográficos nos ajudam a conhecer Ribeiro pela forma como o mesmo descrevia sua própria figura e dimensionava sua experiência histórica, diante das quais é preciso ressaltar também os limites dessas apresentações, justamente por serem auto referenciadas.

Nesse primeiro trabalho, Ribeiro ainda mantém um forte diálogo com a estética do romantismo, o que se observa claramente pelas enaltecidas e longuíssimas descrições das bucólicas paisagens geográficas e riqueza natural da vila de São Paulo de Piratininga, e pelas exposições minuciosas feitas quando narra a marcha das tropas paulistas rumo ao conflito armado que lhes “restauraria” a honra arranhada pelos “emboabas”. Ainda assim, já é possível espiar em algumas passagens do romance vestígios do naturalismo que o autor abraçaria com vivo entusiasmo doze anos mais tarde em seu segundo romance, *A Carne*.

Alguns estudiosos e críticos literários preferem não definir o estilo de Ribeiro, justamente para evitar o risco de o limitar em uma classificação que não corresponda ao verdadeiro ecletismo estético que figurou em suas produções literárias e alhures nas outras atividades intelectuais que desempenhou. De fato, ainda que Ribeiro tenha

⁴¹ ROMEIRO, Adriana. Opus cit. p. 210

A respeito da centralidade do arraial de Sabará que depois do levante seria elevado a categoria de vila e posteriormente município a pesquisadora Adriana Romeiro afirma que:

“A escolha do Sabará como primeiro palco do levante emboaba obedecia ao propósito de atingir a sede administrativa da região, onde vivia a maior autoridade local, o superintendente Borba Gato. O arraial também se situava numa zona estratégica sob vários pontos de vista. Localizado às margens do Rio das Velhas, por ali passavam homens e mercadorias que chegavam às Minas pelo caminho da Bahia. Como entreposto comercial, o arraial passou a atrair os que se dedicavam ao comércio, e bem cedo o elevado número de forasteiros desequilibrou a situação dos primeiros conquistadores. O arraial oferecia ainda a vantagem - decisiva - de abrigar uma grande população forasteira, em oposição à minoria paulista: Bento do Amaral Coutinho refere-se ao “desigual partido que tinham [os paulistas] no Rio da Velhas, com os nossos por serem muitos. Também a marcha das tropas de Nunes Viana em direção à Cachoeira do Campo - relatada por Amaral Coutinho - cumpria uma função estratégica importante: situado no alto de uma colina, o arraial funcionava como a porta de entrada para a região do Ouro Preto e para a região do Rio das Mortes. Mais tarde, o conde de Assumar chegaria a propor que se elevasse ali uma fortaleza para dominar as três comarcas das Minas, e que a sede do governo da capitania fosse estabelecida na Cachoeira.”

declaradamente promovido um romance naturalista em *A Carne*, considerar *Padre Belchior de Pontes* um romance eclético no que diz respeito a questões formais é bastante mais assertivo e abrangente.

Assim é que, entre uma adjetivação exaltada e outra da “gloriosa” beleza natural das paragens paulistas e mineiras, Júlio Ribeiro deixa transparecer e insere muitas de suas percepções, preocupações, concepções históricas e ideológicas datadas de fins do século XIX⁴².

Desse modo, ao narrar com grandiloquência as peripécias paulistas e emboabas na chamada “Guerra dos Emboabas”, Ribeiro (in)conscientemente⁴³ pretende discutir algumas questões de seu próprio tempo vivido. É interessante notar como esse autor, dinâmico em suas realizações intelectuais e polissêmico em seus posicionamentos políticos procura, nesse romance histórico, abordar questões históricas que o interessavam de perto através da linguagem literária. A observação dos argumentos que ele desenvolve nessa obra, utilizando-se da literatura como suporte para veiculá-los, é de grande interesse para este estudo.

A respeito de *Padre Belchior de Pontes* e a resolução de questões e concepções históricas na literatura, especificamente no que tange a escolha do romance histórico, o historiador Antonio Celso Ferreira, em sua obra intitulada: *A epopeia bandeirante: letrados, instituições, invenção histórica (1870-1940)*, na qual analisa através das perspectivas da história cultural o quadro da produção sertaneja, em capítulo dedicado especificamente à obra de Júlio Ribeiro, comenta:

Dada sua natureza ficcional, seria desapropriado julgar o romance de Júlio Ribeiro como falsificação histórica [...] Mais valioso, isso sim, será compreender como o seu enredo, ao glorificar o bandeirante/sertanejo, atribui ao passado histórico significados extraídos das aspirações do presente, assim se entrelaçando às demais expressões da elite letrada do período.

Padre Belchior de Pontes é, acima de tudo, romance que se enquadra no debate de ideias filosóficas e científicas do final do Império,

⁴² FERREIRA, Antonio Celso. Opus cit.

Apesar de o estilo se aproximar bastante do romance romântico, há passagens em “Padre Belchior de Pontes” que já anunciam a posterior adesão ao Naturalismo, escola que predominou em seu segundo romance “A Carne”.

⁴³ Digo “(in)conscientemente” pois algumas das questões que são apresentadas parecem ser bastante diretas, como por exemplo, a crítica ácida e contundente à religião, sobretudo a católica, e aos valores e costumes de sua época. No entanto, é possível extrair ainda de sua obra, algumas considerações que talvez não tenham sido claramente elaboradas pelo autor, é o caso de seu regionalismo praticamente acrítico, característica que o liga à “geração de 70” que teve como uma de suas vertentes a pretensão de compreender a questão da brasilidade justamente através da chave do regionalismo. Há ainda as contradições de seu “progressismo” que acaba por reproduzir e reforçar uma série de análises e conclusões teleológicas, que muitas vezes se traduzem em determinismos de gênero e de raça.

trazendo as formulações literárias do republicanismo e do abolicionismo.⁴⁴

Reconhece-se dessa maneira as potencialidades das produções literárias da pena de Júlio Ribeiro para a compreensão das possibilidades que estavam em curso em seu contexto, uma vez que ao conceber *Padre Belchior de Pontes*, o autor almejava, deslocando-se no tempo e no espaço e tomando a Guerra dos Emboabas como mote, desenvolver uma série de impressões e preocupações que o afetavam diretamente na segunda metade do século XIX.

Assim, acreditamos que é possível perscrutar a partir da leitura e narrativa que Ribeiro construiu do levante nativista, suas intenções e expectativas diante desse evento, compartilhada com seus coevos, pois ao romanceá-lo Júlio Ribeiro deixa entrever as inquietações de um intelectual que viveu num período de grandes transformações, e que por meio desse romance histórico expressou largamente e defendeu vivamente as causas às quais aderiu apaixonadamente, assim como suas tragédias pessoais e profissionais, "sendo ele um homem livre vivendo na ordem escravocrata" que não possuía cabedais, e que contava só e tão somente com seu capital intelectual. Tudo isso aparece claramente em seus modos de interpretar eventos passados.⁴⁵

O questionamento reproduzido abaixo de Ricoeur nos parece bastante pertinente e encerra esse primeiro ato introdutório ao debate que se pretende desenvolver aqui a respeito da produção literária de Júlio Ribeiro. Pois sua narrativa ficcional de processos históricos pode contribuir no entendimento de seu contexto, a província de São Paulo de fins de século, assim como tem a nos dizer e informar sobre os usos e leituras do passado, através de sua incursão nas diversas temporalidades da história, valendo-se das oportunidades oferecidas pela narrativa literária.

Remontar o vestígio não é tornar os acontecimentos passados aos quais ele conduz contemporâneos de seu próprio vestígio? Leitores de história, não somos transformados em contemporâneos dos acontecimentos passados por uma reconstrução viva de seu encadeamento? Em suma, pode o passado ser inteligível de outra forma que não seja *persistindo no presente*?⁴⁶

Portanto, é importante destacar que visualizamos a existência de pelo menos a princípio, três temporalidades distintas que se sobrepõem em Júlio Ribeiro. A primeira delas remete ao contexto paulista na época da Guerra dos Emboabas no início do século

⁴⁴ Idem. p. 192-193

⁴⁵ SILVEIRA, Célia Regina da. Opus cit.

⁴⁶ RICOEUR, Paul. Opus cit. p. 240

XVIII. Em sua interpretação desse período, na obra *Padre Belchior de Pontes*, Ribeiro pontuou a excepcionalidade dos paulistas, imbuído por um regionalismo enviesado, ao passo em que atacava instituições, cuja atuação condenava em seu tempo vivido.

A segunda temporalidade a ser destacada seria a realidade vivenciada pelo próprio autor, em que as transformações decorrentes da crise da monarquia estavam em curso. Assim, é também preciso diferenciar o período em que viveu Júlio Ribeiro e a leitura que o mesmo faz dele, somando-se a isso a trajetória de busca de inserção do intelectual dentro dos quadros letrados paulistas imperiais, uma vez que sua condição social implicou em ações e interpretações que se referem a ela diretamente.

Nota-se, contudo, que tais temporalidades que aqui se procurou decompor, convergem, em um certo sentido, em uma mesma, visto que Ribeiro pretendeu em ambas as produções literárias de sua pena, discutir questões de natureza diversas, mas que remetiam diretamente ao período em que viveu e atuou.

Uma outra dimensão temporal possível atrelada ainda à segunda destacada, refere-se a sua interpretação a respeito do período que vivenciou, e que procurou retratar em *A Carne*, obra na qual criticou acidamente a sociedade paulista da segunda metade do século XIX, denunciando o seu moralismo, e o conservadorismo presente em seus valores e costumes, ao passo em que exaltava os avanços e feitos científicos e sua racionalidade inerente.

De modo que, por mais que tenha se deslocado no tempo e no espaço para relatar a Guerra dos Emboabas, ou para fazer um registro de seu tempo, esse autor, teve como finalidade discorrer sobre dilemas relacionados ao seu presente e sua experiência vivida.

A edição do romance histórico *Padre Belchior de Pontes da ediouro*, aspectos materiais e análise de seus apêndices.

A edição do romance histórico *Padre Belchior de Pontes* que serve de base para o presente estudo é a da *Ediouro*⁴⁷, nessa publicação a obra de Júlio Ribeiro aparece inserida em uma coleção intitulada *Coleção Prestígio*, e na qual constam **Biografia**,

⁴⁷ A edição consultada do romance histórico *Padre Belchior de Pontes* não possui em toda sua materialidade indicação exata do ano em que foi publicada, no entanto, existem algumas marcações temporais no decorrer de seus apêndices que circunscrevem aproximadamente o período em que a obra foi reeditada pela *Ediouro*.

Introdução e Notas de M. Cavalcanti Proença⁴⁸, e **Prefácio** de *Elsie Lessa*⁴⁹, para além de uma seção intitulada **Ao Leitor** do próprio punho de Ribeiro⁵⁰, está última é o prefácio à primeira edição do romance de 1876 ao qual já nos referimos.⁵¹

Essa coleção específica da *Ediouro* era também voltada para o público escolar do 2º Grau, de modo que na folha de rosto do livro encontramos a seguinte indicação: “Com apêndice que se destina essencialmente a finalidade didática”. No entanto, essa seção pedagógica não será trabalhada aqui, por escapar dos objetivos definidos para o presente estudo.⁵²

⁴⁸ Manuel Cavalcanti Proença (1905-1966), foi um romancista e crítico literário brasileiro que procedeu à estudos a respeito da biografia, ontologia e obra de consagrados literatos brasileiros.

⁴⁹ Júlio Ribeiro foi o primeiro de uma série de intelectuais/escritores na família, sua neta foi Elsie Lessa (1914-2000) que é quem prefacia essa edição de *Padre Belchior de Pontes* da *Ediouro*. Elsie foi cronista e trabalhou ao lado de importantes nomes do modernismo, tendo sido casada com o novelista Orígenes Lessa, com quem teve um filho, Ivan Lessa (1935-2012), bisneto de Ribeiro, portanto, também jornalista e importante colaborador de “O Pasquim”.

⁵⁰ A *Ediouro Publicações* tratou-se de um conjunto editorial que reunia uma vasta diversidade de empreendimentos editoriais, desde passatempos do *Grupo Coquetel*, também atrelado ao conglomerado, até livros clássicos da literatura de autores consagrados, a maioria deles em edições de bolso e, ou populares. Esse é o caso dessa coleção intitulada *Prestígio* na qual foi inserida o romance histórico de Júlio Ribeiro ora em análise. Além disso, essa coleção e edição de *Padre Belchior de Pontes* da *Ediouro* era também voltada para o público escolar, uma vez que já na folha de rosto do livro encontramos a seguinte indicação: “Com apêndice que se destina essencialmente a finalidade didática”. Há ainda outras informações que confirmam essa destinação para alunos do 2º Grau. Tal apêndice didático mereceria tratamento mais detido, no entanto, sua realização acabaria por escapar dos objetivos definidos para o presente estudo.

⁵¹ Nesse mesmo texto em que prefacia a primeira edição completa do romance, Júlio Ribeiro historiciza a trajetória que percorreu para viabilizar a publicação de *Padre Belchior de Pontes* desde as primeiras iniciativas em formato de folhetim, até a divulgação do texto integral em 1876 que contou com a colaboração de Francisco Quirino dos Santos, e com os dirigentes da *Gazeta de Campinas* Abílio Marques e Pedro Frozen. Assim, após relatar algumas desventuras com relação a edição de seu romance histórico Ribeiro diz: “Parecia estar tudo acabado. Não contava eu, porém, com a generosidade de uma alma sonhadora e nobre que, não se tendo ainda materializado em um cristal de cloreto de ouro, ergue-se de sobre o positivismo dominante, desfere da lira inspirada melodias suavíssimas, e ousa afrontar o século com a manifestação de suas crenças. Sem o mínimo interesse, espontâneo como o que pode haver de espontâneo, o sr. dr. Francisco Quirino dos Santos incumbiu-se da publicação de ‘Padre Belchior de Pontes’ [...] Termino, tornando público o reconhecimento que, pelo muito que me secundaram, devo aos ilustrados e dignos gerentes da “Gazeta de Campinas”, srs. Abílio Marques e Pedro Frozen.

⁵² Coleção *Prestígio* – Literatura Textos completos

“Os livros da Coleção *Prestígio* foram criteriosamente escolhidos entre as obras dos melhores autores nacionais e portugueses, de diferentes épocas e de diversos gêneros literários.

Ao chegar à Coleção *Prestígio*, considera-se que o aluno/leitor já adquiriu o hábito da leitura e deve, portanto, ser levado a raciocinar mais profundamente sobre a obra, o tipo dos personagens, o gênero literário e o autor.

Para encaminhar o aluno a esse estudo, incluímos no final de cada livro um apêndice didático que faz considerações sobre a obra e sobre o autor e levanta questões relativas ao texto.

Os livros contam, ainda com introduções e/ou biografias de importantes nomes da literatura brasileira: M. Cavalcanti Proença, Adonias Filho, Afrânio Coutinho, Darcy Damasceno, Péricles Eugênio da Silva Ramos, Antonio Houaiss, Josué Montello, Francisco de Assis Barbosa, Tasso da Silveira, Augusto Pissarra, Raquel de Queiroz, Américo Facó, Manuel Bandeira, Sérgio Buarque de Holanda, Silveira Bueno.”

Contudo, consideramos fundamental referenciar os demais apêndices da edição tomada aqui como fonte primária, pois acreditamos que tais suplementos contém uma série de informações relevantes que contribuem grandemente para a compreensão e estudo do romance histórico *Padre Belchior de Pontes*, sobretudo no que diz respeito à interface que se quer destacar entre história e literatura empreendidos por Júlio Ribeiro nessa obra.

Começamos então pelo prefácio à primeira edição integral do romance que recebeu a titulação sugestiva de *Ao Leitor*, pois nele Ribeiro, como é de praxe em prefácios, supõe como interlocutor e pretende interpelar os leitores que iram iniciar a leitura de *Padre Belchior de Pontes*. Desse modo o autor aproveita-se da conveniente ocasião para alertá-los e esclarecer alguns pontos cruciais que para ele deveriam anteciper a fruição do romance. Esse prefácio também foi reproduzido e consta nessa edição didática e popular da *Ediouro*. É importante lembrar ainda que a primeira edição integral da obra foi dividida em dois tomos, e que o texto a que passamos ora a análise precedeu a publicação do primeiro tomo do romance histórico e é datado de 1º de setembro de 1876.⁵³

Nesse primeiro ato introdutório Ribeiro procura historicizar a repercussão inicial atribuída a seu primeiro romance ainda no momento de sua publicação no formato de folhetim.

Este romance, cujo primeiro tomo sai ora à luz, teve realmente fortuna.

Comecei a escrevê-lo em Sorocaba, sem plano assente, sem seguir escola, sem pretensão de espécie alguma, só e só para encher o espaço de um periódico que aí redigi.

Suas linhas, traçadas em retalhos de papel, ora sobre o “mármore” do prelo, ou sobre as “galês” da “composição” foram-se envolvendo, emaranhando, avultando sem método, como os fios de uma meada que tentam dobrar mãos ainda inexperientes.

Nem sei por que, tirei em raquítico volume o que ora vai sob a epígrafe de “prólogo”.

E que havia de suceder?

A imprensa paulista quase em peso, folhas da corte e de várias províncias; escritores de mérito reconhecido levantaram “una voce” à obtinha, exaltaram-na, glorificaram-na.

Após essa passagem Ribeiro inicia a descrição dos caminhos percorridos e infortúnios enfrentados, assim como os contatos estabelecidos para conseguir a publicação de seu primeiro romance. A esse respeito não nos deteremos em demasia,

⁵³ Antes de assinar o prefácio à primeira edição de seu romance de estreia, Júlio Ribeiro localiza espacial e temporalmente seu escrito da seguinte maneira: “Campinas, 1º de Setembro de 1876”.

pois acompanhamos a abordagem e conclusões da historiadora Célia Regina da Silveira que se debruçou com profundidade sobre tais questões.⁵⁴

Dando prosseguimento a seu prefácio, Júlio Ribeiro chega ao ponto que é de maior interesse para o nosso estudo, nele o autor esclarece detalhes importantes a respeito de suas concepções históricas, assim como menciona as fontes e bibliografias consultadas para a composição de seu romance.

A citação direta de autores e obras, para além de conferir o crédito devido aos materiais consultados e largamente utilizados como fontes de informação histórica, também possuem o objetivo de enfatizar a alta erudição do intelectual Júlio Ribeiro. No entanto, mais importante que isso, funcionam como mecanismo, do qual Ribeiro se valeu, para fortalecer e auferir maior veracidade a sua narrativa manifestamente ficcional e carregada de construções históricas bastante marcadas pelo momento em que viveu o autor de *Padre Belchior de Pontes*.

“Padre Belchior de Pontes é um romance essencialmente histórico em sua máxima parte: tirados alguns anacronismos necessários ao enredo algumas ficções e um ou outro personagem de imaginação, tudo o mais teve vida, “passou-se mesmo” como poderá ver quem se quiser dar ao trabalho de compulsar a “Nobiliarquia Paulista” de Pedro Taques de Almeida Paes e Leme, a “Vida do Venerável Padre Belchior de Pontes” por Manuel da Fonseca, a “Crônica da Companhia de Jesus” por Simão de Vasconcelos, as “Memórias da Capitania de S. Vicente” por frei Gaspar de Madre de Deus, o “Quadro Histórico da Província de S. Paulo” pelo Brigadeiro Machado de Oliveira, os “Apontamentos para a História dos Jesuítas” pelo dr. Antônio A. H. Leal, os “Precursores da Independência” pelo dr. Martim Francisco Júnior, a “Cruz de Cedro” pelo exm.º barão de Piratininga, etc., etc.”⁵⁵

O historiador Antônio Celso Ferreira aponta as intencionalidades de Júlio Ribeiro ao citar nominalmente suas fontes, observando justamente essa tentativa de angariar maior convicção a narrativa que está prestes a realizar.

“No preâmbulo do livro, o escritor dá notícia dos procedimentos historiográficos utilizados, fornecendo uma extensa lista das fontes consultadas, no propósito de trazer uma história “verídica”, malgrado a ficção necessária para entreter o leitor. Da relação, constam as obras históricas que formavam o repertório de leituras dos homens de letras da segunda metade do século XIX. O curioso é comparar tal

⁵⁴ A historiadora Célia Regina da Silveira traçou com riqueza de detalhes os meandros da trajetória de Ribeiro que viabilizaram a publicação dessa e outras obras de sua pena, por esse motivo não nos alongaremos nesses quesitos do prefácio, dando ênfase maior as notificações que o mesmo apresenta a respeito de suas operações e concepções historiográficas.

⁵⁵ RIBEIRO, Júlio. **Padre Belchior de Pontes**. Opus. Cit.

Trecho extraído da seção “Ao Leitor” assinada por Júlio Ribeiro na cidade de Campinas em 1º de setembro de 1876, presente na edição de “Padre Belchior de Pontes” da editora Ediouro com biografia, introdução e notas de M. Cavalcanti Proença e prefácio de Elsie Lessa (neta de Júlio Ribeiro).

procedimento aos métodos usados nos escritos históricos, vistos na parte anterior: se, naqueles, os “documentos”, além de se apresentarem como ornatos a mais de uma escrita rebuscada, funcionavam enquanto atestados de verdade para entremos claramente imaginativos, nessa forma de romance a nomeação das “fontes” delinea-se como recurso para mitigar a ficção.”⁵⁶

É de fundamental importância para a análise a qual nos propomos, colocar mais uma vez em perspectiva os contornos do método histórico adotado por Júlio Ribeiro. O fato de o autor pontuar e reconhecer por si mesmo a existência de elementos ficcionais em seu romance, o qual o mesmo também classifica como sendo “romance essencialmente histórico em sua máxima parte”, classificação esta, aliás também bastante sintomática e que será problematizada mais adiante, merece bastante atenção, pois trata-se, a meu ver, de uma espécie de recurso que revela um esforço de Ribeiro no sentido de levar os leitores a limitar os seus questionamentos ou possíveis suspeitas diante das demais invenções ou imaginações históricas que Ribeiro manifesta em sua reconstrução do conflito entre paulistas e emboabas.

Ora, se o próprio autor reconhece que foram necessários ao enredo “alguns anacronismos, algumas ficções e um ou outro personagem de imaginação”, mas que, no entanto, a despeito dessas ressalvas todo o resto teve vida e “passou-se mesmo”, torna-se dispensável que seu público leitor questione o grosso ou a majoritária parte de seu relato, procedimento que, portanto, em última instância acaba por reforçar a impressão de fidedignidade que o autor quer passar. Especialmente considerando-se que logo em seguida o autor indique para aqueles que “se quiserem dar ao trabalho” a lista de autores, estudiosos e historiadores consagrados, que foram por ele buscados para embasarem seu relato e conferir ainda mais legitimidade empírica a ele, ou seja, para aqueles que não estiverem convencidos pela confissão admitida por Ribeiro em seu prefácio, há ainda a possibilidade de verificar por conta própria nas variadas leituras eruditas que Ribeiro realizou, a veracidade de suas proposições históricas a respeito de alguns episódios da “Guerra dos Emboabas”.

Evidentemente, tais leituras e interpretações setecentistas dessa revolta nativista, nas quais Júlio Ribeiro afirma que respaldou a sua própria versão romanceada do conflito, são sobejamente carregadas de construções enviesadas do passado que revelam muito a respeito dos interesses sociopolíticos e econômicos do período do qual

⁵⁶ FERREIRA, Antonio Celso. Opus. cit. p. 181.

emergiram. Uma imprescindível metodologia crítica ainda estava um tanto distante da realidade de Ribeiro assim como de suas fontes e referências.

Assim, por mais que se esforce e se muna de inúmeros recursos para persuadir seus leitores de seu refinamento científico e compromisso com a verdade, Ribeiro ainda estava preso a uma concepção que apostava na capacidade que a história tinha de fazer reviver o passado tal como ele fora. A energia gasta pelo intelectual no intento de demonstrar a autenticidade de seu romance, que se deu no entroncamento não por acaso entre história e literatura, acaba por revelar justamente os seus limites. Assim, temos que, aparentemente, a generosidade de Ribeiro, que a princípio pode parecer um convite para que seus leitores chequem e confirmem as informações que serão narradas nas mesmas fontes e referências consultadas e supostamente insuspeitas, na verdade funciona como mecanismo para dispensar essa postura, e para que seus leitores acreditem e deem ainda mais confiança à presumida verdade histórica condensada em seu relato.

Mais adiante, ainda no prefácio que viemos tratando, Ribeiro prossegue notificando o seu método investigativo - “de visu” - de pesquisa, reforçando o intuito de auferir credibilidade para a sua narrativa e suas interpretações dos fatos históricos:

“Um exemplo entre muitos: a riqueza incrível do Doutor Guilherme, a magnificência de sua fazenda em Araçariguama, a visita que lhe fez o Patriarca da Etiópia, **nada disso é fabulado**: como tive ocasião de verificar “de visu” lá está ainda em S. Paulo, na igreja do Colégio, escondida pelo supedâneo do altar de Santa Rita, a lápida que cobre os restos do Crespo americano; acha-se até bem conservado o seguinte gongórico epitáfio em mau latim:

Hoc iacet in Tumulo Guilermus; presbiter Auro,

Et genere, ET magno nomine Pompeius.”⁵⁷

Fica patente mais uma vez, através da leitura do trecho destacado acima, o mecanismo adotado pelo autor de *Padre Belchior de Pontes* para legitimar suas afirmações de cunho histórico. Júlio Ribeiro reitera tacitamente o seu “passou-se mesmo”, do parágrafo anterior, agora afirmando que “nada disso é fabulado”, e para além disso ele nos conta com maior acuidade que chegou mesmo a ir em pessoa à campo verificar um ou quiçá alguns detalhes factuais que estão presentes em sua narrativa, para comprovar mais uma vez a dedicação dispensada para com a verdade e a fidelidade de sua versão romanceada de alguns episódios do levante emboaba.

⁵⁷ RIBEIRO, Júlio. opus. cit.

Assim, a partir da análise desse prefácio à primeira edição podemos vislumbrar muitos dos modos de apreensão da história adotados por Ribeiro e observar os meios dos quais se valeu para garantir a credibilidade de seus leitores à sua narrativa ficcional, tais como a citação direta de suas referências bibliográficas e a descrição de sua metodologia de pesquisa.

Tal modo de abordar a matéria histórica se aproxima sobremaneira da concepção positivista da História praticada pelos historiadores românticos do século XIX, e o fato de a obra de Júlio Ribeiro estar justamente localizada no entrecruzamento entre a história e a literatura, revela uma escolha mais ou menos consciente desse autor. De maneira que, é possível que Ribeiro tenha almejado justamente dar vassão às suas proposições históricas, que se enquadram dentro dessa perspectiva que buscava reconstituir o passado de modo a fornecer ao povo uma identidade nacional, valendo-se da literatura, ou antes do romance histórico, pois este gênero particular oferecia elementos que lhe garantiam ainda maior liberdade para romancear eventos passados.

A questão da auto representação mencionada anteriormente, também já começa a despontar no último parágrafo desse prefácio, no momento em que Júlio Ribeiro finaliza suas considerações iniciais com sua dedicatória.

A minha tríplice dedicatória tem uma razão forte de ser: mineiro por nascimento, paulista por criação, eu voto às províncias de Minas e S. Paulo um amor ardente, intenso, baírrístico até. Personificando os dois queridos torrões em dois dos seus mais nobres filhos, e dedicando-lhes o meu livro, dou disso uma prova. O nome que procede aos dois conspícuos brasileiros é para mim sagrado: é o de minha mãe.⁵⁸

Desse modo, Ribeiro finaliza o seu prefácio justificando a escolha temática de seu romance histórico também por uma questão abertamente pessoal, conectada a sua trajetória de vida, assim “A Guerra dos Emboabas” serve, portanto, de ensejo para que Ribeiro, além de veicular suas proposições de fundo histórico por meio da linguagem literária, coloque também questões de sua experiência vivida. Nesse sentido, a sua abordagem está permeada direta e indiretamente por suas preocupações do presente, sejam elas de cunho pessoal ou políticos, se é que é possível separar de modo tão estanque tais dimensões que compõem a realidade.⁵⁹

⁵⁸ RIBEIRO, Júlio. op. cit.

⁵⁹ Digo isso porque a própria historiadora Célia Regina de Silveira mostra ao acompanhar a trajetória de Ribeiro, que foram questões religiosas e políticas que proporcionaram a vinda de Ribeiro para municipalidades paulistas. Uma vez instalado e transitando por elas Ribeiro estabeleceria contatos permeados por suas convicções políticas republicanas, pela sua confissão religiosa protestante e sua

Tratemos agora do prefácio dessa edição da *Ediouro* que é assinado por Elsie Lessa (1914-2000), ilustrada neta de Júlio Ribeiro que foi jornalista e cronista, tendo sido durante longo período colaboradora assídua do jornal *O Globo*.

Prefaciando a obra de seu avô nessa reedição popular e voltada para estudantes, Elsie contraria de imediato o otimismo com relação à suposta fortuna de livro que Júlio Ribeiro atribui à sua obra. Assim, Lessa começa seu breve prefácio discordando daquela primeira linha do prefácio à primeira edição de Ribeiro dizendo que: “Este romance, cujo primeiro tomo sai ora à luz, teve realmente fortuna”, para a neta de Ribeiro, em realidade o romance histórico *Padre Belchior de Pontes* “Não teve nenhuma”, ainda mais se comparando essa sua primeira produção literária com o verdadeiro frisson despertado pelo seu segundo romance “A Carne”.

O destino dos livros é como o das pessoas: imprevisto, desigual, tantas vezes injusto.

O destino de livro foi injusto para com o “Padre Belchior de Pontes”, de Júlio Ribeiro, meu avô. Vai ver que para contrariar aquela primeira linha do seu prefácio da primeira edição:

“Este romance , cujo primeiro tomo sai ora à luz, teve realmente fortuna”.

Não teve nenhuma. Enquanto “A Carne” era debatido, discutido, posto no “index” – o que lhe aumentava extraordinariamente a venda – provocando polêmicas violentas sobre seus méritos e deméritos e esgotava edições sem fim, que se repetem até hoje, quase oitenta anos depois de publicada, o belo romance histórico do “Padre Belchior de Pontes” ficou quase esquecido.

Essa constatação de Lessa nos dá algumas pistas sobre a repercussão posterior aquela primeira registrada por Ribeiro na ocasião da publicação da primeira edição integral de seu romance histórico. A honestidade concisa de Lessa parece corresponder tanto mais a realidade em que se encontrou o consumo da obra de Ribeiro do que o entusiasmo inicial de seu próprio autor.⁶⁰ Todavia a comparação entre *Padre Belchior*

participação ativa na maçonaria, que lhe garantiriam possibilidade de sobrevivência no quadro letrado paulista, e também meios para publicar suas produções e atuar como jornalista e professor.

⁶⁰ Tamanho esquecimento e marginalização diante do intelectual Júlio Ribeiro e sua produção, de uma maneira geral, e de sua obra literária de modo particular, talvez se deva pela pecha que o sombreada dispensada em grande parte pela crítica literária, que acabou quase sempre atrelando todas as produções intelectuais de Ribeiro, às polêmicas encetadas pelo seu romance *A Carne*, a despeito de este ter sido publicado somente no ano de 1888, ou seja, dois anos antes de sua morte prematura aos 45 anos. A pesquisadora Célia Regina da Silveira problematiza àquelas análises que fazem uma leitura da produção intelectual de Ribeiro a partir desse seu romance mais celebrado como se ele e sua grande repercussão, sejam elas negativas ou positivas, pudessem explicar suas realizações anteriores. De qualquer modo é inegável que as críticas polarizadas endereçadas à *A Carne*, que variaram desde a consideração sobre a obra sempre citada de José Verissimo: “É o parto monstruoso de um cérebro artisticamente enfermo”, e seguindo na mesma linha o artigo provocativamente intitulado de “A Carniça” do Padre Senna Freitas citado por M. Cavalcanti Proença como veremos em seguida, até na direção oposta, o elogio de Tito

de Pontes e *A Carne* não se encerra no prefácio de Lessa somente no nível da diferença da crítica e recepção recebida pelas duas obras, para ela o público conheceria através da leitura de *Padre Belchior de Pontes* um Júlio Ribeiro “mais equilibrado, mais igual, com seu infinito talento de narrador, revivendo um momento da história de S. Paulo também injustamente esquecido.”

Não é possível saber exatamente quais foram os critérios utilizados por Lessa para tecer tal comentário, contudo é provável que ela possa estar tanto se referindo à distinções estético-formais, quanto a aspectos biográficos da trajetória percorrida por Júlio Ribeiro que marcaram o momento da composição dos dois romances, que possuem uma distância temporal bastante considerável de dose anos entre a publicação de um e outro.

Padre Belchior de Pontes aproxima-se mais do romance romântico, como já dito, no que diz respeito à suas escolhas formais e vocabulares, a despeito das pinceladas naturalistas que despontam em algumas passagens, que são, no entanto, bastante tímidas em comparação à crueza e objetividade naturalista com que são descritos os episódios de *A Carne*.

Já no que concerne ao instante biográfico em que foram produzidas, publicadas e circularam, a afirmação comparativa de Lessa pode estar amparada no fato de que no momento da publicação de *A Carne*, Júlio Ribeiro já havia protagonizado sua ruptura com o *PRP*, que foi eloquentemente publicizada em suas *Cartas Sertanejas*, nas quais manifesta suas críticas e concepções políticas contrárias àquelas defendidas por Alberto Sales, seu irmão Campos Sales e Prudente de Moraes, dirigentes do partido e nomes centrais do republicanismo paulista. Assim como a própria publicação de seu segundo e último romance desencadearia polêmicas incendiárias com críticas negativas e defesas algumas delas apaixonadas diante do romance. Assim, Elsie Lessa pode ter afirmado que o leitor conheceria através de *Padre Belchior de Pontes*, um Júlio Ribeiro mais sereno, pois em 1876 seu avô ainda não havia sido estigmatizado com a pecha de autor virulento e visceral.

Lívio “A grande qualidade de *A Carne* é sua psicologia” afetaram decisivamente a figura intelectual de Júlio Ribeiro.

Para além desses posicionamentos temos o consumo desse romance como sendo algo subversivo e fundamental para a iniciação da vida sexual de algumas gerações, tudo isso marcou definitivamente o lugar ocupado por Ribeiro no quadro da literatura nacional. De modo que é provável que a sugestão de Lessa de que a agitação que se configurou em torno de *A Carne* possa de fato ter obscurecido *Padre Belchior de Pontes*, isso é claro posteriormente a publicação de seu segundo romance já que, segundo o próprio Ribeiro sua obra foi bem acolhida inicialmente.

De qualquer modo, e talvez justamente por esse motivo, Lessa prossegue em seu prefácio afirmando estar bastante satisfeita com a iniciativa da *Ediouro* de relançar em edição popular *Padre Belchior de Pontes*, considerando a reedição até mesmo um ato de justiça para com o romance histórico de seu avô. Para Lessa, a nova publicação faria “as delícias” e “o espanto desta geração de calça “calhambeque” e êmula do iê-iê-iê”. Essa indicação, para além de Lessa citar uma “renovação do cinema nacional”, que provavelmente se refere ao movimento cinematográfico do *Cinema Novo* que se desenvolveu durante as décadas de 1960 e 1970, nos permite localizar essa publicação da *Ediouro* por volta da década de sessenta do século passado, já que em sua materialidade não há indicação alguma do ano exato em que foi editado.

O que me fez contente ao saber que a “EDIOURO” cogitava agora de pô-lo de novo ao alcance do público, em edição popular, como tem feito com tantas obras-primas da literatura nacional e estrangeira. É uma justiça tardia, mas justiça.

Fará conhecer ao público um Júlio Ribeiro diferente do autor da “Carne”, mais equilibrado, mais igual, com seu infinito talento de narrador, revivendo um momento da história de S. Paulo também injustamente esquecido.

Sobre a empolada reconstituição histórica a qual Ribeiro procede em *Padre Belchior de Pontes*, a respeito de um momento específico do período colonial, sua neta apenas aponta, como visto, que considera o tema escolhido também injustamente esquecido, e mais adiante, em uma breve passagem, indica que no momento da composição ainda havia uma ode dos paulistas aos grandes feitos bandeirantes, postura elogiosa que pela sua fala já havia passado por alguma criticidade, menos vangloriosa e mais condizente com as atividades que praticavam, sobretudo o apresamento indígena.

Quantas vezes pensei no que daria este romance no cinema – nesta hora de renovação do cinema nacional – o esplendor da casa e da vida do patriarca Guilherme Pompeu de Almeida, em Araçariguama, as águas murmures do Rio das Velhas, os episódios da guerra dos emboabas, sob a égide dos vultos dos bandeirantes, **cuja conquistas os paulistas ainda defendiam**. E a doce história de amor de Branca e Belchior, o romance impossível, que é o fio condutor da narrativa. Sem falar nas sotaínas escuras dos jesuítas, nas salas quiestas dos capítulos ou nos banquetes pantagruélicos. Tudo isso entremeado de descrições soberbas de “rimances-xácaras” do “humour” malicioso e contundente daquele mineiro- paulista, com sangue de saxão do lado paterno a lhe correr nas veias.

Quanto à apresentação biográfica de Júlio Ribeiro e a Introdução da obra, nessa edição de *Padre Belchior de Pontes* da *Ediouro* ficam a cargo do crítico literário, romancista e estudioso de literatura brasileira, Manuel Cavalcanti Proença (1905-1966,)

e podemos afirmar que elas se limitam à repetição de construções canônicas a respeito da personalidade de Júlio Ribeiro, e a aspectos estruturais e técnicos da linguagem empregada por esse autor em seu romance histórico.

Nessa breve apresentação da vida e obra de Ribeiro, M. Cavalcanti Proença reforça uma série de estereótipos que se convencionou atrelar à trajetória política e intelectual de Ribeiro, como alertou em seu estudo a historiadora Célia Regina da Silveira⁶¹, desta forma, a suposta personalidade polemista, combatente e aguerrida, radical e intransigente de Júlio Ribeiro ganha novo fôlego e mais um propagandista nessa nova edição de *Padre Belchior de Pontes* com a apresentação que faz desse romance histórico e de seu autor, M. Cavalcanti Proença.

Silveira procura demonstrar como essa forma limitada de caracterizar Ribeiro toma contornos determinantes, e difíceis mesmo de se desvencilhar e desconstruir quando o assunto é Júlio Ribeiro, sobretudo a partir da publicação de seu segundo romance *A Carne* em 1888, que marcará retrospectivamente a partir de então as biografias e os estudos proferidos sobre a produção desse autor tão polissêmico em suas realizações, e isso a despeito dessa obra ter sido publicada somente dois anos antes da morte do autor que a essa altura possuía quarenta e cinco anos, e já havia passado por vários momentos anteriores em sua trajetória intelectual e profissional.

Desse modo, Proença dá longa vasão a essa narrativa já consolidada a respeito de Júlio Ribeiro em sua apresentação, citando logo de início um dos debates mais contundentes e conhecidos dentro os quais Ribeiro se envolveu, justamente aquele que ocorreu logo após a publicação de *A Carne*, e que teve como interlocutor o Padre Senna Freitas. M. Cavalcanti Proença lembra que o religioso chegou a referir-se à obra de Ribeiro como “carne pútrida, exibida a 3\$000 a posta, nos açougues literários de São Paulo e de que Júlio Ribeiro se constitui magarefe”⁶², aludindo ao conteúdo pouco puritano desse segundo romance de Ribeiro que apresenta as aventuras de uma jovem erudita (Lenita) que se envolve sexualmente com um homem mais velho e desquitado (Manuel). Ao que, seguindo a apresentação, Júlio Ribeiro teria respondido prontamente valendo-se de seu “vocabulário rico em pejorativos” com “Olha, Sena Freitas: tu és

⁶¹ SILVEIRA, Célia Regina da. Opus cit.

⁶² Para saber mais a respeito dessa polêmica encetada por Ribeiro ver: RIBEIRO, Júlio & FREITAS, Padre Senna. **Uma Polêmica Célebre**. São Paulo, Edições cultura Brasileira, s/d. e SILVEIRA, Célia Regina da. Opus cit.

porco, Sena Freitas; tu estás borrado, Sena Freitas; tu estás fedendo, Sena Freitas...Sai daqui, Sena Freitas!”.

Assim, o crítico inicia sua apresentação justamente reforçando mais uma vez essa vertente da trajetória de Ribeiro, antes que comente qualquer aspecto do romance histórico que preambula, com o intuito de já preparar, ou incutir no leitor que fará a leitura do romance, a figura de quem se trata seu autor, ainda que as polêmicas citadas sejam todas posteriores ao romance histórico de 1876. Tudo isso acaba por já direcionar a leitura de quem iria conhecer *Padre Belchior de Pontes* através da edição da *Ediouro*, com o agravante de tratar-se de uma edição de caráter popular e com finalidade claramente didática.

Voluntarioso e combativo, não aceitava em seu jornal – o mesmo onde publicou o romance – anúncios sobre fugas de escravos. Coerência de abolicionista convicto.

Abolicionista inflamado, seria, em pouco, republicano dos mais atuantes. Rebelde a toda restrição da liberdade humana, rompe, em certa época, com o Partido Republicano Paulista, o célebre PRP, cuja história, durante algumas décadas, marcha paralela à própria história da república no Brasil.

Esse temperamento rebelde, até violento, tem sido acentuado por todos os que tratam da obra literária de Júlio Ribeiro. Ele próprio, abrindo a polêmica célebre com o padre Sena Freitas, afirma: “Eu tenho reputação feita de escritor agressivo, de escritor virulento.” E corrige: “Virulento, sou; agressivo, não” Para ele, ser agressivo implicava em provocar debates, quando, na verdade, não fazia mais que defender-se.

Nas polêmicas de Júlio Ribeiro, desde logo ressalta a erudição clássica e de ciências naturais, o que explica o tom didático e quase pedante que transparece em certas páginas de seu mais célebre romance – *A Carne*. Quanto à sua auto-propalada virulência, o que nela interessa, é a posse de um vocabulário rico de pejorativos, não sendo difícil identificar Camilo Castelo Branco como modelo de seus torneios literários.

Na sequência, M. Cavalcanti Proença faz comentários mais específicos do romance em questão, lembrando sua aproximação temática com *Eurico, o Presbítero*, de Alexandre Herculano, semelhança essa que também foi ressaltada por outros estudiosos, nas palavras de Proença: “Como romancista, seu primeiro livro, *Padre Belchior de Pontes*, abordando o problema do celibato do clero, lembra seu tanto o *Eurico, o Presbítero*, de Alexandre, embora não seja este o motivo central do conflito.”

Em verdade o tema do celibato era algo bastante frequente e inclusive corrente no momento em que Ribeiro escreveu *Padre Belchior de Pontes*. Sobre sua aproximação com a obra de Herculano, Antonio Celso Ferreira afirma que:

Aliás, *Padre Belchior* lembra visivelmente *Eurico, o Presbítero*, do escritor romântico português Alexandre Herculano: seu protagonista, anunciado no título, devota à bela paulista de estirpe, Branca Castanho Taques, um amor sincero mas irrealizável. Destinado à missão jesuítica, é obrigado a renunciar os desejos humanos, vivendo desde então uma existência atormentada, entre jejuns e suplicios auto-impingidos, até morrer como mártir de São Paulo. [...] Os delírios de um amor não consumado, proibido pelo celibato antinatural, acompanham o padre até o fim, apesar de não desaguarem na demência e na morte trágica, como ocorre no desfecho do romance de Herculano.

[...]

No panorama literário da segunda metade do século XIX, o tema do celibato aparece de modo recorrente, bebendo na mesma fonte do escritor português.

Ainda que não cite o livro de Júlio Ribeiro, Alfredo Bosi chama a atenção para os romances *O seminarista* e *O missionário*, respectivamente de Bernardo Guimarães e Inglês de Souza: “Protesto contra o cerceamento do instinto pelo voto precoce da castidade, *O seminarista* está na linha do romance passionai e retoma, com menos poesia, o esquema final de Herculano no *Eurico*: a loucura do Padre Eugênio após a violação de suas promessas religiosas lembra a morte de Presbítero e a demência de Hermenegarda que fecha o romance português. Bernardo acentua os traços de sensibilidade tolhida, que o idealista Herculano sublimara, e antecipa o romance de tese de Inglês de Souza, *O missionário*”.⁶³

Ferreira também pontua nesse mesmo estudo, as aproximações da narrativa literária hora em estudo com as obras de mesmo gênero, *O Guarani* e *As Minas de Prata*, de José de Alencar (1829-1877). Tais semelhanças são também bastante interessantes, chegando a ser por vezes intrigantes e, portanto, merecerão aqui um comentário mais alongado.

O literato e importante quadro político do partido conservador, José de Alencar, pertencente a uma geração um tanto anterior a de Júlio Ribeiro, em sua obra *As Minas de Prata*, também procede a um romance histórico cujas semelhanças temáticas, estéticas e mesmo intencionais, ou seja, a preocupação de promover uma abordagem histórica que correspondesse aos anseios e palpitações de seu tempo presente, com a obra de Júlio Ribeiro são bastante evidentes.

Assim como em *Padre Belchior de Pontes*, o contexto histórico ao qual remonta o enredo de Alencar é também o período da mineração no Brasil colonial, ainda que, distintamente da obra de Ribeiro, a localidade privilegiada não sejam as províncias de São Paulo e Minas Gerais e sim a “cidade do Salvador” na Bahia. Consequentemente pode-se inferir que o tema específico também não é o da Guerra dos Emboabas aquele

⁶³ FERREIRA, Antonio Celso. Opus cit. p. 179-180 n. 16.

que é circunscrito por Alencar, no entanto apesar dessas diferenças formais em *As Minas de Prata*, Alencar constrói uma narrativa a respeito da Companhia de Jesus, pontuando a malevolência de suas ações que sempre intentava guiar os eventos a favor de seus gananciosos interesses, bastante análoga a que apareceria alguns anos mais tarde no romance histórico de Ribeiro.

Acompanhemos algumas passagens em perspectiva comparativa:

-Então, doutor, sabeis que el-rei houve por bem dividir outra vez o Brasil em dois governos, separando as capitanias do Sul?

-Ainda em 1557 se uniam os dois governos, e já os dividem!

-Pensais com acerto, doutor. Porém não pensam assim vossos amigos que foram os motores disso.

-Falais dos padres, senhor desembargador?

-Falo dos da Companhia de Jesus, que bem conheceis.

-Que interesse podem ter eles na divisão?

-O de vingar-se de dom Diogo de Meneses, pela audácia de lembrar-lhes o texto das Santas Escrituras. Os filhos de Jesus costumam esquecer que seu reino *non est de hoc mundo*.

[...]

-Julgais então que os padres da Companhia para humilhar dom Diogo de Meneses obtiveram tudo isto?

-É fora de dúvida. Quem, se não eles, obteria prerrogativas, como governador algum ainda as teve?

[...]

A ambição insaciável dos reis da Espanha, os quais desde a descoberta do Novo Mundo sugaram o sangue das Américas para arrancar do seio dessa terra o ouro e as pedras preciosas que a natureza aí depositara, explicaria perfeitamente a nova política e a nomeação de outro governador.

Também não deixava de causar reparo ao nosso advogado a chegada do jesuíta, que naturalmente vinha incumbido de alguma missão importante. Isso o inquietava involuntariamente. Um quer que seja lhe fazia recear que o segredo de Estácio se achasse envolvido em todos esses acontecimentos.⁶⁴

Também é possível encontrar semelhança entre as duas produções literárias na construção das personagens que são membros da Companhia de Jesus, e que no romance histórico de Ribeiro são descritas como sendo falsas em sua humildade

⁶⁴ ALENCAR, José de. **As Minas de Prata**. São Paulo: Editora Ática, 2001. (Série Bom Livro). Colaboração pedagógica: Luiz Roncari. p. 33-34.

RUIZ, Rafael. **São Paulo na Monarquia Hispânica**. São Paulo: Instituto Brasileiro de Filosofia e Ciência "Raimundo Lúlio" (Ramon Llull), 2004.

O romance histórico *As Minas de Prata* de José de Alencar remete ao período colonial marcado pelo fim da União Ibérica (1580-1640), momento histórico em que de acordo com o historiador Rafael Ruiz a Companhia de Jesus digladiava-se ora com colonos, ora com o poder institucional representado pelas coroas, ora ainda com ambas as partes simultaneamente pela disputa do poder temporal, quase todos os conflitos giravam em torno ou pelo menos envolviam a questão da mão de obra indígena, seu domínio e direcionamento. A nomeação de um governador para a repartição sul para além do governador geral já instituído, citada na passagem extraída do romance de Alencar, buscava justamente dar encaminhamento a essas concorrências pelo poder político e viabilizar a tarefa colonizadora dessa região.

religiosa e dissimuladas em suas verdadeiras intensões de “domínio absoluto da orbe”. Como é o caso do Geral da Companhia, Gotifredo, que no enredo do romance de Ribeiro viveu na Vila de São Paulo de Piratininga durante alguns anos se passando por um ordinário padre jesuíta chamado Padre Torres, conhecido por todos como O Ervanário, tendo procedido dessa maneira para mascarar suas pesquisas a respeito das potencialidades das terras brasileiras, em particular os “torrões paulistas”, para servirem como sede do governo teocrático que Ribeiro apresenta como sendo o fim último da presença da Companhia de Jesus aqui. Somente mais adiante na narrativa o modesto Padre Torres se revelará o poderoso e temível Geral da Companhia Gotifredo, o mesmo acontece com o superior da Companhia na obra de José de Alencar ⁶⁵.

Fazendo uma reverência ao padre Gusmão, o licenciado foi tomar seu lugar defronte do provincial, concentrando sua atenção no tabuleiro de xadrez. Porém não deixara de impressioná-lo a presença do jesuíta recém-chegado, que continuava a passear de um canto para outro da sala.

O ar de excessiva humildade do padre Molina não o tinha iludido; adivinhara que sob aquela aparência enganadora se escondia o superior, o qual não tardaria a revelar-se. ⁶⁶

Os planos da Companhia de Jesus de conduzir os mais pormenorizados acontecimentos, que se mostram de forma recorrente no romance histórico de Ribeiro, e que diz bastante a respeito de sua forma de conceber os desígnios históricos como passíveis de serem totalmente guiados por um sentido positivo, ou antes, por uma

⁶⁵ ALENCAR, José de. **O Guarani**. São Paulo: Editora Ática, 2006. (Série Bom Livro). p. 6

Sobre o romance *O Guarani* de José de Alencar o pesquisador João Alexandre Barbosa em um complemento pedagógico da versão consultada, faz uma análise sobre as imbricações entre história e literatura também presentes na narrativa ficcional de Alencar que nos interessa bastante, pois o raciocínio pode em última instância se aproximar da elaboração historiográfica de Júlio Ribeiro.

“Na verdade, aquele leitor juvenil dos serões na chácara do pai, o senador Alencar, quando lia e relia para a sua mãe e amigas *Armanda e Oscar, Saint-Clair das Ilhas e Celestina*, fazendo-as chegar até as lágrimas, encontrava agora, antes de atingir os trinta anos, o modo de transformar todas aquelas experiências em objeto capaz de aglutinar, pela ficção, aprofundando-as portanto, as emoções e sensações do leitor sensível. Não mais a história, em contraposição ao romance, a que ele se refere no período de abertura de sua primeira obra (“É uma história curiosa a que lhe vou contar, minha prima. Mas é uma história, e não um romance”): agora tratava-se de, munido de umas escassas notas extraídas de crônicas e do que a fantasia, mais do que o registro verdadeiro, lhe dizia dos sertões brasileiros, enfrentar a ambição que, segundo o próprio romancista, alentava-o desde anos, quando escrevera *Os Contrabandistas*, destruído pelo fogo (mais uma de suas ficções?!). E é curioso observar como, pela leitura do “Prólogo”, é ainda o personagem, não o autor, dos romancetes anteriores que envia à “prima” a cópia de um hipotético manuscrito realizada por ele e Carlota (a jovem romântica do primeiro romancete, como se sabe) “nos longos serões das nossas noites de inverno” como ali está dito. A ficção dentro da ficção, portanto, e não assumindo ares de crônica verdadeira como nos livros iniciais, é que vinha estabelecer a distinção entre história e romance por ele requerida.

⁶⁶ ALENCAR, José de. Opus cit. p. 37

vontade obstinada como é o caso da Companhia de Jesus, ou da religião Católica de modo geral, também aparecem em José de Alencar.

-Quem é o confessor da casa?

-Frade Carlos da Luz, de São Bento.

-Como! Deixaram que nos preterissem?

-Não ignora Vossa Paternidade que os senhores de engenho nos são adversos, por causa do negócio da servidão dos índios.

-Há sempre meios de insinuar-se. Li algures, padre Inácio, que as mulheres governam metade dos homens; e essa metade governa a outra.

-É possível que tenha razão!

-Ora pense o padre Inácio... Não seria bem possível que a mão frágil de um donzela quebrasse a soberbia do governador poderoso? Davi matou Golias e bastou para tanto uma pequena pedra.

-Faz mau juízo de dona Inês o padre Molina; é donzela de muito recato, que estimam quantos a conhecem pelas prendas e virtudes.

-Nem digo o contrário. O que quero dizer é que o confessor de dona Inês seria uma mau servo de Deus se dentro de quinze dias não tivesse o governador na mão.

-E a virtude dessa donzela, padre Molina, não a leva em conta?

- Segundo o voto dos mestres, em cuja lição nos devemos formar, padre Inácio, a virtude é robustez do ânimo: a beleza da mulher, como a força do homem, são instrumentos na mão do operário de Cristo.

Padre Inácio curvou a cabeça diante daquela filosofia perigosa, que assentava a religião sobre as ruínas de todas as crenças e princípios da moral. O tom humilde e tímido com que às vezes falava o padre Molina indicava o homem habituado à obediência; outras vezes, sua voz acentuava a palavra com energia e firmeza, e seu olhar era incisivo e penetrante.

Esse longo diálogo estabelecido por duas personagens jesuíticas de *As Minas de Prata* reproduzido aqui, lembra imediatamente a trama armada, por sua vez, pelos jesuítas descritos por Ribeiro. No romance de Alencar o famigerado padre Molina, que mais tarde se revelou o superior da Companhia, demonstra interesse na influência que Inês ou Inesita, descrita como a “filha de dom Francisco de Aguilar, um dos mais ricos senhores de engenho da Bahia”, poderia ter sobre o “novo governador-geral do Estado do Brasil, dom Diogo de Meneses e Siqueira”, que no enredo do romance era um grande aliado dos senhores de engenho da Bahia contra os jesuítas, sobretudo no que dizia respeito “a grande questão da servidão dos índios”, o que fica claro acompanhando-se a passagem extraída do texto.

Assim, o padre Molina apostava que com a manipulação direta de Inesita poderia quebrar a resistência de Dom Diogo e reverter sua indisposição para com a Companhia de Jesus e seus planos malignos, já em *Padre Belchior de Pontes* é o Padre

Jacinto de Torres, O Ervanário, que mais adiante se revelaria o Geral da Companhia, quem arma um casamento entre a menina Branca Castanho Taques e João Pires Rodrigues com o falso intuito de apaziguar os conflitos entre os Pires e Camargos. Essas duas poderosas famílias paulistas sublevaram a Vila de São Paulo durante vários anos, afim de fazer valer seus interesses político-administrativos e econômicos na região.⁶⁷

Desse modo, na interpretação desse conflito familiar de Júlio Ribeiro inscrita em *Padre Belchior de Pontes*, a Companhia de Jesus supostamente almejava, com o casamento forçado da menina Branca, amenizar os ânimos, mas na realidade tinha por verdadeira intenção justamente torná-los ainda mais incendiários, para que ao fim e ao cabo promovesse o enfraquecimento dos paulistas, fundamental para o mirabolante plano de transformar São Paulo na sede do governo teocrático que os jesuítas queriam aqui fundar, e de onde partiriam seus planos de maior alcance de domínio completo e absoluto de todos os povos e nações colocando-os sob o jugo da Companhia de Jesus.

Acompanhemos a fala de Padre Torres:

Disponhamos bem as cousas, saibamos dirigi-las, e cercear-se-á a possibilidade de outro desastre igual.

Vamos por ordem: a divergência que lavra nesta vila de Piratininga entre a família dos Pires e a dos Camargos é um vieiro que muito promete: como o fogo debaixo da cinza o ódio vive latente, e fomentá-lo é nosso dever, se queremos em submissão a capitania inteira.

Passo a contar-vos o que por minha parte tenho já feito: fingindo querer acabar de uma vez com essa rivalidade, arranjei o casamento de uma filha de Lourenço Castanho Taques com João Pires Rodrigues. Em breve a menina Branca, ativa de natureza e estragada por mimos, aborrecer-se-á do marido apeonado, procurará em qualquer inclinação reprovável lenitivo ao tédio que a há de devorar, e então consequência necessária, teremos o divórcio, elemento poderoso de discórdia, fermento aproveitabilíssimo que, distribuído com tento, azedará toda a massa. E tanto é mais infalível o plano, que ora sei existir no coração de tão precoce mocinha um afeto desses que só pela morte podem ser destruídos.

Ajudando as circunstâncias, ser-nos-á fácil abreviar em tempo oportuno a ruptura entre os noivos e ratear o ódio dos Pires e Camargos, envolvendo também na rixa a poderosa família dos Castanhos.

[...]

Enfraquecer o povo paulista por meio da intriga, despertar a indignação da colônia contra os ônus e vexames que faz pesar sobre as permutas a “Companhia Geral do Comércio dos Brasís, incender a cobiça espanhola com a perspectiva da fraqueza do futuro rei Afonso

⁶⁷ MONTEIRO, John Manuel. **Negros da terra**: índios e bandeirantes nas origens de São Paulo. São Paulo: Companhia das Letras, 1994.

VI, pôr em linha de batalha dez ou doze mil índios disciplinados e fanáticos, proclamar a independência da capitania, e obter um breve em que Alexandre VII a reconheça como "república teocrática", eis em resumo o plano que delineei, e que a todas as luzes julgo adotável.

Sua exequibilidade não pode ser contestada, e acresce que, enquanto na Europa a Espanha degladiar-se com Portugal as "reduções" do Uruguai e Paraguai, aproveitando a aberta, aderirão à nossa causa, e nós robiustecidos pelo concurso de seus soldados, seguiremos em marcha vitoriosa para as capitanias do norte, declarando emancipada e autônoma a América Portuguesa, e quiçá toda a América Meridional..."⁶⁸

Encerramos aqui esse breve estudo comparativo, que poderia se alongar em demasia se déssemos ênfase às várias afinidades existentes entre *Padre Belchior de Pontes* e *As Minas de Prata*, buscamos nos ater aqui ao que nos pareceu oportuno por já apresentar algumas questões concernentes e relevantes ao nosso objeto e objetivo. Concluimos, então, com a sintetização de Ferreira sobre essa matéria:

A descrição dos sertões é digna das melhores páginas da literatura brasileira da época, vagueando no fabulário romântico às minúcias da informação científica. Como nos romances de Alencar, Ribeiro saúda a natureza majestática com termos altissonantes e, prenunciando Euclides da Cunha, procura esquadrinhá-la com a precisão do geólogo, do botânico, do zoólogo. [...] ⁶⁹

Voltemos para a apresentação que Manuel Cavalcanti Proença faz de Júlio Ribeiro, na qual após citar sua parecença temática com *Eurico, o Presbítero* de Herculano, descreve em linhas gerais as questões históricas centrais presentes no romance, no que conclui:

"[...] percorre o livro como um perfume romântico, em meio a citações latinas, a descrições de paisagens brasileiras, a evocações de acontecimentos e figuras históricas, material do romance que se situa no tempo da guerra dos emboabas.

A linha nacionalista é evidente; democracia e abolicionismo são as tônicas feridas com aquela técnica antiliterária dos autores que, de vocação oratória e política, fazem confusão entre canto de página e esquina de praça pública, para os seu comícios."

Dessa forma, Cavalcanti Proença cita de passagem as proposições políticas e históricas que Ribeiro procura inscrever através da narrativa literária fazendo opção pelo romance histórico, o crítico atribui então a *Padre Belchior de Pontes* um caráter panfletário, tocando no ponto que nos interessa reter, o fato de o deslocamento de

⁶⁸ RIBEIRO, Júlio. Opus. cit. p. 47

⁶⁹ FERREIRA, Antonio Celso. Opus cit. p. 186

Ribeiro no tempo e no espaço remeter diretamente à questões que o mobilizavam e o atingiam em seu próprio contexto vivido.

Ainda nessa apresentação M. Cavalcanti Proença prossegue elogiando as vicissitudes do romance histórico de Ribeiro lembrando a repercussão positiva que o mesmo obteve no momento de sua publicação, desde os tempos de folhetim, que é também historicizada por Ribeiro em seu prefácio no qual coloca: “A imprensa paulista quase em peso, folhas da corte e de várias províncias; escritores de mérito reconhecido levantaram “una voce” à obrinha, exaltaram-na, glorificaram-na.”.

M. Cavalcanti Proença retoma o relato do autor: “Não é só de hoje a reação dos leitores diante das personagens do romance. Quando apareceu em folhetim, recebeu imediatamente o aplauso de jornais de São Paulo, do Rio de Janeiro, de escritores de renome; e o autor relata com orgulho: levantaram una voce à obrinha, exaltaram-na, glorificaram-na”.

Além disso, Cavalcanti Proença comenta com certo exagero que *Padre Belchior de Pontes* continua sempre sendo reeditado devido sua narrativa histórica de qualidade tal que faz o leitor envolver-se com o passado que lhes é romanceado: “No entanto, Padre Belchior de Pontes continua reeditado, e, a qualquer tempo, sempre haverá uma editora que o tenha impresso para consumo do leitor comum. É que a narrativa histórica é feita em boa linguagem, os tipos bandeirantes são vestidos à romântica, falam um idioma literário, algumas vezes de concisão espartana. Os padres - que muitos palmilham o livro – são misteriosos, variados, merecendo alguns o desprezo, e outros, a admiração mais fervorosa. Como na vida real.” Entretanto, parece que o realismo/pessimismo da neta de Ribeiro condisse mais com a realidade dos fatos já que circulam pouquíssimas edições posteriores a essa da *Ediouro* atualmente.

Na Introdução do livro, também de autoria desse mesmo crítico literário, ainda com relação às pretensões historiográficas de Ribeiro nesse romance, M. Cavalcanti Proença diz:

Padre Belchior de Pontes é romance histórico, a reviver a vida paulista nos começos do século dezoito, com as rivalidades entre a gente de Piratininga e os portugueses de Minas Gerais, empenhados na guerra dos emboabas.

Baseado em livros que versam o assunto e em documentos da época, o livro apresenta características mais importantes que um simples relato romanceado das lutas que se travaram no Rio das Mortes, pela posse de ouro ainda oculto na terra das minas e em começo de exploração. De fato tratava-se de um romance engajado, como se diria hoje, pois que nele há um combate frontal à ordem dos Jesuítas, e, em última análise, à Igreja Católica Apostólica Romana.

[...]

Nacionalista, anti-escravagista, vibrante de patriotismo, Júlio Ribeiro nos conta uma luta de bravos. E nota-se que escrevia em 1870 [...]

Ao lado desse langor do romantismo, encontraremos a presença de um cientificismo bem do século dezenove, e podemos surpreender as descrições cheias de pormenores, traço naturalista, no parágrafo que abre o capítulo “Núncio” [...]

O que Proença chama de “confusão entre canto de página e esquina de praça pública” acreditamos ser justamente o mecanismo utilizado por Ribeiro de, ao escrever um romance histórico, justamente acentuar suas considerações políticas de seu próprio tempo vivido.

O historiador Edgar De Decca, em comunicação que intitulou de *O que é romance histórico? Ou, devolvo a bola para você, Hayden White*, e que faz parte da publicação intitulada *Gêneros de Fronteira*, faz uma reflexão e enumera diversas modalidades existentes de romance histórico, *Padre Belchior de Pontes* de Júlio Ribeiro poderia se enquadrar em mais de uma delas pelas intencionalidades de seu autor e pela abordagem da matéria histórica típica do século XIX de um modo geral. No entanto, as observações que esse historiador faz a respeito do romance histórico, que apresentaria os grandes eventos como resultados da marcha positiva da história, é o tipo que mais se enquadra a obra de Ribeiro e destacamos aqui:

Havíamos mencionado uma outra modalidade do romance histórico, cujo representante maior no século XIX é sem dúvida o romance *Guerra e paz* de Leon Tostói. Assim como o historicismo, este romance estrutura a sua narrativa a partir de um grande evento histórico, as guerras napoleônicas. Nele, assim como na historiografia do período, existe a ideia de que os grandes eventos são iluminadores do sentido da história, e os dramas do indivíduo e do sujeito históricos estão submetidos à lógica implacável dos grandes acontecimentos.⁷⁰

Portanto, Ribeiro, ao fazer uso do romance histórico, formulado a partir do grande evento cuidadosamente selecionado por ele, a Guerra dos Emboabas, buscava explicar, com todos os personagens envolvidos nesse conflito nativista, a excepcionalidade do povo paulista, os mecanismos utilizados pela Companhia de Jesus para promover sua influência nas instâncias de poder, e a superioridade do regime republicano diante da tirania monárquica, já que, como veremos, Ribeiro, em seu

⁷⁰ DECCA, Edgar Salvadori de. As Fronteiras Instáveis Entre História e Ficção. In: et al. **O que é romance histórico? Ou, devolvo a bola para você, Hayden White**. São Paulo: Xamã, 1997. p. 202-203

romance, repisa a tese de que São Paulo sempre fora uma verdadeira *Rochela*⁷¹ rebelde perante aos desmandos da metrópole.

Valeu-se, portanto, da liberdade que só a matéria ficcional é capaz de oferecer, ou da ebriedade que lhe é permitida como colocou Ricoeur⁷², para expressar seu modo peculiar de entender os processos históricos do passado, pois para o intelectual eles reverberavam diretamente em seu presente, incidindo, inclusive, diretamente em sua fortuna pessoal. Resumidamente, Ribeiro defendeu, em sua reconstituição histórica, as bandeiras do anticlericalismo, do regionalismo e do republicanismo, fazendo uma sobreposição entre distintas temporalidades.

Em um dos capítulos de *Tempo e narrativa – O tempo narrado*, Paul Ricoeur se dedica às tensões existentes na interface estabelecida entre ficção e realidade, literatura e história, e logo na introdução o autor comunica que:

[...]Vamos mostrar que essa concretização só é alcançada na medida em que, por um lado, a história se serve de alguma maneira da ficção para refigurar o tempo, e em que, por outro, a ficção se serve da história com o mesmo intuito. Essa concretização mútua marca o triunfo da noção de figura, sob a *forma do figurar que...*⁷³

Júlio Ribeiro serviu-se da História em *Padre Belchior de Pontes* justamente para sublinhar livremente questões de seu próprio contexto, assim como o historiador pode se servir de sua obra para perscrutar as intenções políticas marcadas pelo lugar social que Ribeiro ocupou, e que estão por detrás dessa reconstrução romântica que ele faz do passado colonial, ou, como colocou Nicolau Secenko:

⁷¹ ROMEIRO, Adriana. Opus cit. pp. 227-228

Sobre a construção do imaginário de que a São Paulo colonial teria sido uma república ciosa de sua autonomia perante a autoridade monárquica, a pesquisadora Adriana Romeira comenta que:

“Os *topoi* da inexpugnabilidade da Vila de São Paulo e da errância dos seus moradores desembocavam numa das idéias mais importantes do acervo de representações dos paulistas, cristalizada definitivamente em fins do século XVII. Tratava-se da autonomia e independência políticas desses homens que, não se reputando vassalos de El-rei, recusavam-se a prestar-lhe obediência e submissão. Em sua narrativa, Froger sintetiza essa idéia a partir do tema da república, diretamente relacionada com o *topos* da Rochela, do qual emerge a imagem de uma terra fora do controle da Coroa, governada de forma independente pelos seus moradores. Indubitavelmente, é esse o cerne da legenda negra dos homens de São Paulo, a que os viajantes, jesuítas, funcionários régios e autoridades locais aludem, conferindo-lhes uma conotação política radical. [...] Fantasiada, a narrativa do beneditino repisa alguns dos temas tradicionais do imaginário sobre a gente de São Paulo, como o ímpeto autonomista e a origem mestiça, mas acrescenta dois novos, que serão recorrentes na fortuna da legenda negra: a idéia de república e o pagamento de tributo ao rei em troca do domínio da terra. [...]”

⁷² RICOEUR, Paul. Opus cit.

⁷³ Idem. pp.311-312

“[...] Dessa forma, lê-se a história simultaneamente ao ato de ler a literatura, reproduzindo como que pelo avesso o movimento de quem fez história fazendo literatura [...]”⁷⁴

Em outra passagem inspirada, Sevcenko, referindo-se ao período logo posterior ao vivido por Ribeiro, já que sua obra analisa esse momento, coloca como essas preocupações de fundo histórico foram inscritas na literatura dos intelectuais que ele estuda, e que coincide perfeitamente como o intuito de Ribeiro ao promover debates históricos nos romances *Padre Belchior de Pontes* e em *A Carne*.

“As décadas situadas em torno da transição dos séculos XIX e XX assinalaram mudanças drásticas em todos os setores da vida brasileira. **Mudanças que foram registradas pela literatura, mas sobretudo mudanças que se transformaram em literatura. Os fenômenos históricos se reproduziram no campo das letras, insinuando modos originais de observar, sentir, compreender, nomear e exprimir.**

[...] Fruto das transformações, dedicada a refletir sobre elas e exprimi-las de todo modo, essa literatura pretendia ainda mais alcançar o seu controle, fosse racional, artística ou politicamente. [...]”⁷⁵

Para encerrar essa apreciação dos apêndices que compõem essa edição da *Edição* do romance *Padre Belchior de Pontes*, apontamos ainda um último aspecto presente na *Introdução* a cargo de Manuel Cavalcanti Proença. O crítico se detém em uma série de minúcias de aspectos estético-formais e preferências linguísticas do romance pontuando os recursos de linguagem privilegiados por Ribeiro e o modo como ele os utiliza. Cavalcanti Proença classifica a filiação estética de Ribeiro da seguinte forma:

“O realismo, como escola literária, que viria a dar, mais tarde, um livro que, pela crua exposição de um sexualismo exaltado, se tornaria célebre – *A Carne*, também de Júlio Ribeiro – apenas desponta nesse volume, onde ainda perduram muitos traços do romantismo.

Em seguida o crítico conclui sua *Introdução* do romance dizendo:

[...] Enfim, a mais do drama na sua fabulação, do seu traço nacionalista e de seus valores estéticos, o livro documenta a evolução da língua literária no Brasil.

[...]

Para terminar, devemos opinar sobre este romance e sua posição na literatura brasileira. Não se trata de livro essencial, sem o qual ficasse mutilada; mas acontece que há livros que se convencionou chamar de “valor cronológico”; este é um deles. Sua leitura atenta é rica de informações sobre uma fase em que o romantismo desfalece, para dar lugar a um indistinto naturalismo-realismo em que sobreviveram, mesmo nos inovadores mais radicais, alguns cacoetes do romantismo, e em que se desenhou o gosto pela palavra rara em si mesmo, pela ostentação vocabular pura e simples,

⁷⁴ SEVCENKO, Nicolau. Opus cit. p. 291

⁷⁵ SEVCENKO, Nicolau. Opus cit. pp. 286-287

que iria florescer pouco adiante. É, pois um momento que deve ser conhecido para configurar a continuidade da literatura brasileira.”

Assim, com o reconhecimento do valor enquanto documento histórico do romance histórico de Júlio Ribeiro também para a história da literatura brasileira, ressaltado pelo comentarista dessa edição de *Padre Belchior de Pontes*, Manuel Cavalcanti Proença, finalmente concluímos nossas considerações sobre os apêndices e passamos no próximo item a uma análise mais interna do conteúdo romance propriamente.

Reflexões sobre o prólogo do romance histórico *Padre Belchior de Pontes*.

Ribeiro principia sua narrativa demarcando e circunscrevendo a época na qual os acontecimentos a serem explanados transcorreram, como é bastante previsível em se tratando de um romance que para o autor é “um romance essencialmente histórico em sua máxima parte” segundo suas próprias palavras em prefácio à primeira edição do romance, como já visto. Assim, o autor registra os sucessos inaugurais da narrativa na data de 1656, ou seja, 51 anos precedidos da data que se atribui à eclosão do levante envolvendo paulistas e emboabas, denominado “Guerra dos Emboabas” (1707-1709), mote histórico, selecionado como o grande evento que explica todos os demais acontecimentos em *Padre Belchior de Pontes*, em torno do qual giram todas as ações, instituições e personagens.

Assim a primeira linha do que descobrimos ao final da leitura dessa primeira parte do romance ser o prólogo do livro, é a seguinte⁷⁶: “Corria o mês de setembro do ano de 1656”. Em seguida Ribeiro, por meio da descrição das moradias de suas personagens principais, que se localizavam “a pouco mais de duas léguas da vila de S. Paulo de Piratininga”, apresenta-nos as condições socioeconômicas de ambas, primeira característica dentre outras, que marca o distanciamento abissal entre Branca e Belchior, a despeito da fortíssima atração e afeto que possuem um em relação ao outro desde tenra idade.

A descrição técnica da engenhosidade e arquitetura dessas moradias já apresenta de saída o tom erudito e altamente cientificista que Ribeiro apresentou em muitas de suas realizações intelectuais, e que não é diferente em *Padre Belchior de Pontes*. O

⁷⁶ O prólogo do romance intitula-se “O Iluminado”, e o primeiro capítulo deste em que se encontra a frase referida chama-se o “Idílio”. Somente após a leitura dos primeiros nove capítulos do romance é que encontra-se o registro “FIM DO PRÓLOGO”.

preciosismo científico com que Ribeiro detalha aspectos arquitetônicos em seus enredos é bastante recorrente e aparece também em *A Carne*.

A pouco mais de duas léguas da vila de S. Paulo de Piratininga, na margem esquerda do ribeirão Pirajuçara, erguia-se um prédio rústico de aparência humilde. A meio encravado em uma restinga de mato, com seu pequeno terreiro cercado a varas, com suas paredes de taipa sem reboco, onde afundavam-se como olhos desconformes os covodais desentupidos, com uma portada baixa e janelas estreitas, agarrado no solo, mais pobre ainda e mesquinho parecia ele pelo confronto com um vasto casarão alpendrado, erecto na riba oposta.

A restinga, coletando, atravessava o Pirajuçara, e ligava os dois edifícios, como uma guerrilha a dois galeotes.

Colocadas em frente uma da outra, dir-se-iam essas construções a encarnação material **e dupla do espírito da época** – o solar afidalgado poderia bem simbolizar a nobreza que, **importada por Martim Afonso de Souza**, criara raízes na capitania; a casinha despretensiosa serviria de transunto **à peonagem esmagada sempre, cujo brasão de martírio não tem lançamento nos livros dos reis de armas.**⁷⁷

Nessa passagem riquíssima em proposições historiográficas, Ribeiro nos apresenta o espírito duplo que para ele teria caracterizado a sociedade colonial, dividida entre a nobreza “importada” pelo primeiro donatário da capitania de São Vicente, Martim Afonso de Souza, e os plebeus sempre oprimidos cujas batalhas não merecem lugar na história oficial ou nas palavras do autor: “nos livros dos reis de armas.” A citação de personalidades históricas pertencentes à máquina administrativa portuguesa é frequente, ou como diria M. Cavalcanti Proença, aparecem aos borbotões, Martim Afonso de Souza é só o primeiro de uma extensa lista. Essa recorrência revela o esforço de Ribeiro em despejar seus inegáveis conhecimentos eruditos sobre a matéria histórica que aborda, a história da São Paulo colonial, além de ser procedimento para demonstrar a profundidade de sua pesquisa, legitimando dessa forma a sua versão dos fatos históricos narrados.

Para além disso, fica patente o maniqueísmo típico da construção narrativa romântica, Branca e Belchior, ocupam lugares opostos na sociedade, cada um em um polo diametralmente distante do outro, Branca representa a nobreza tradicional paulista, e Belchior o povo em luta pela sua emancipação política.

Assim antes mesmos que sejam apresentados e descritos fisicamente o menino Belchior, desgraçadamente futuro *Padre Belchior de Pontes*, e a menina Branca, em breve D. Branca de Lourenço Taques, filha do poderoso snr. Lourenço Castanho

⁷⁷ RIBEIRO, Júlio. Opus. cit. p. 17

Taques⁷⁸ e D. Maria de Lara, conhecemos por meio de suas casas o lugar social que eles ocupam dentro dessa rígida estrutura construída por Ribeiro em consonância com uma certa historiografia romântica e positivista, que reforçou essa desigualdade atribuída a sociedade paulista colonial.

Somente após esse primeiro momento o narrador passa a contar-nos mais sobre os protagonistas do romance, o menino plebeu de ascendência luso-brasileira Belchior, cujo traços físicos em tudo revelam os estereótipos raciais construídos desde o século XVII a respeito da raça sertaneja, sobretudo a idealização de uma determinada memória do paulista como bandeirante, sendo assim preparado física, cultural e emocionalmente para desbravar os sertões inóspitos. Assim, Belchior é “rápido como uma jaguatirica e seus pés eram ligeiros como de um gato”. Além disso, a personalidade também misteriosa, messiânica e fanática de Belchior é nos apresentada através da descrição de sua adoração por Branca.

De repente surgiu à porta do prédio plebeu o vulto esbelto de um menino: rosto moreno, olhos negros e vivos, bastos cabelos anelados, **tudo nele acusava essa fêrvida raça lusa, mistura de godo e árabe, cujas ardentes paixões mais ainda requintaram com a transplantação para a terra americana.**⁷⁹

E mais adiante:

Seu corpo ágil torcia-se, esgueirava-se, evitava espinhos, avançava sempre: seus pés, ligeiros como os de um gato, não faziam estalar o mais frágil ramo seco.⁸⁰

Nessa descrição do menino Belchior temos uma menção pormenorizada da constituição étnica da “raça lusa” – mistura de godo e árabe - e em seguida uma afirmação carregada de determinismo racial e geográfico ao afirmar que as supostas “ardentes paixões” dessa etnia teriam se agravado ainda mais “com a transplantação para a terra americana.”. Assim, encontramos mais um flagrante das correntes científicas novecentistas às quais Ribeiro estava atrelado e contribuiu grandemente para sua difusão. O elogio da “raça paulista” é repetido nesse romance a exaustão, desde sua excepcionalidade digna de ser

⁷⁸ Lourenço Castanho Taques (1609-1677) foi um bandeirante paulista e é referenciado como o primeiro descobridor das minas de ouro do Brasil. De acordo com o que consta em obra do historiador oitocentista Pedro Taques de Almeida Pais, Lourenço Castanho Taques “tendo recebido um convite do príncipe regente Dom Pedro em 1674 para o descobrimento de ouro e prata [...] resolveu-se com seus cabedais e força de armas penetrar o sertão dos gentios Cataguazes [...] e conseguiu o 1º conhecimento das minas, a princípio chamadas de Cataguazes, e mais tarde [...] chamadas Minas Gerais”.

Informações disponíveis na Wikipédia pela busca: Lourenço Castanho Taques.

Pedro Taques Paes Leme e sua obra *Nobiliarquia paulistana* é um dos historiadores citados por Júlio Ribeiro em seu prefácio à primeira edição, não podemos deixar de observar que ele é segundo a historiadora Adriana Romeiro, um “ilustre filho do clã Leme”.

⁷⁹ RIBEIRO, Júlio. Opus. cit. p. 17

⁸⁰ Idem. p.18

representante da identidade brasileira, até a resolução firme e autônoma inerente ao caráter dessa gente.

Já a menina Branca, por sua vez, é uma legítima representante da contribuição para a formação dessa raça vinda diretamente da Europa, fazendo valer quando era desagravada a superioridade de sua condição racial e de classe.

Alva, loura, empalidecida pela comoção, interrogando a espessura com lânguidos olhos azuis, em que, a par da desfaçatez de criança, havia já uns longes da melancolia de moça, entre assustada e risonha, semelhava ela uma aparição fantástica das brumas do norte, uma “valquíria da Escandinávia” perdida por entre as selvas do trópico.⁸¹

E mais adiante:

Havia não sei que de fanático no olhar fixo desse menino a apascentar-se nas formas do corpo delicado que se lhe antepunha: era uma contemplação mística, mais profunda do que adoração, quase idolatria, êxtase.

A mocinha parecia enleada; de súbito franziram-se-lhe os sobrolhos, e uma ligeira expressão de impaciência substituiu-lhe o sorriso.

- Belchior, chamou ela nesse gritar baixinho que conhecem todas as crianças.

O menino, absorto, não respondeu.

- Belchior, repetiu, elevando a voz com entonação de mando.

O silêncio continuou.

A menina transfigurou-se: uma crisperação nervosa arregaçou-lhe o lábio superior, deixando ver duas fiadas de dentinhos alvos e agudos; dilataram-se-lhe as narinas e carregou-se-lhe mais o sobrecenho, ao passo que uma nuvem de púrpura invadia-lhe o colo e as faces.

A oncinha também mostra as presas e recurva as garras ainda tenras: os cachorrinhos da leoa também ensaiam rugidos.

A criança tinha cólera, e nessa cólera **revelava-se o seu sangue patricio.**

- Belchior, ejaculou ela pela terceira vez, sem mais cuidar de sofrer o tom.

O menino emergiu do pasmo, e com acento mal seguro respondeu:

-Estou aqui, Branca; não grite assim que a podem ouvir.

- E que me importa que ouçam?! Ouve-me chama-lo por três vezes, e conserva-se quieto?! Em casa eu não tenho necessidade de gritar tanto pela mucama ou pelo pajem.

Como um ferro em brasa descera estas palavras ao coração do menino: **ser nivelado a uma mucama, ou a um pajem!**

As crianças sentem como os homens, sentem até mais.

Os olhos encheram-se-lhe de lágrimas, e foi com um soluço que articulou:

⁸¹ RIBEIRO, Júlio. Opus. cit. pp. 18 - 19

- Branca, perdoe-me: estava tão enlevado em vê-la, que não tive fala para responder...

Por seu turno revelava-se o plebeu: **pranto e humilhação, partilha sempre dos que não têm nas veias sangue ilustre.**

Reproduzimos essa longa passagem desse momento introdutório da narrativa, pois acreditamos que sua plasticidade nos permite entrever algumas questões fundamentais dos assuntos que são desenvolvidos por Júlio Ribeiro nesse romance histórico.

No diálogo que pudemos acompanhar, Branca demonstra em sua fala todo o poder simbólico de seu “sangue patricio” quando, ao ter o seu chamado ignorado por um breve momento, a menina se irrita a ponto de gritar e insultar o absorto Belchior, que só assim sai de seu estado contemplativo ao qual lhe lançara sua tamanha veneração. De modo que a “‘valquíria da Escandinávia’ perdida por entre as selvas do trópico”, humilha Belchior rebaixando-o ao compará-lo “a uma mucama, ou a um pajem”, que costumavam servi-la em sua residência.

Por meio dessa cena que se passa entre essas duas personagens, Ribeiro menciona não só as diferentes raças que coexistiram aqui no momento da formação étnica brasileira, como também pontua os lugares sociais que estavam reservados e eram derivados dessa mesma origem racial. No passado colonial, que Ribeiro busca em verdade aproximar de seu tempo vivido, a segunda metade do século XIX, a composição étnica legitimaria as posições de mando e as de submissão.

Juntamente a isso, vislumbra-se na passagem uma auto representação das condições de vida, e dificuldades enfrentadas devido ao lugar social que era ocupado pelo próprio autor. Aparentemente Júlio Ribeiro aproveitou seus romances em grande medida para dizer muito de si mesmo e de sua própria experiência, de forma que se apurarmos a atenção veremos que a trajetória de Ribeiro pode ser reconhecida na narrativa que empreende.

Já pontuamos anteriormente a escolha do tema da Guerra dos Emboabas que não é de modo algum fortuita, visto que como ele mesmo fez questão de esclarecer em sua dedicatória, Ribeiro era um mineiro-paulista amante ardente dessas paragens. Novamente, nesse episódio de abertura do romance podemos dizer que com: “Por seu turno revelava-se o plebeu: pranto e humilhação, partilha sempre dos que não têm nas veias sangue ilustre.” talvez Ribeiro também estivesse referindo-se as suas procelas, aos seus dramas e tragédias pessoais, profissionais e intelectuais que muitas vezes acentuou em cartas de caráter privado mas também publicamente.

A pesquisadora Célia Regina da Silveira asseverou em seu estudo que a trajetória de Júlio Ribeiro foi marcada por muitas dificuldades enfrentadas em sua obstinada tentativa de se inserir no restrito e aristocrático circuito letrado paulista, ainda mais sendo ele “um homem livre na ordem escravocrata” que não possuía, nem eira nem beira, ou seja, nem disposições financeiras e um sobrenome ilustre, tampouco título de bacharel. Ainda segundo Silveira o capital intelectual era o único de que dispunha Júlio Ribeiro, como forma de garantir-lhe a sobrevivência material e intelectual, daí a urgência de imprimir uma marca, e afirmar uma identidade social de homem combatente e polemista.⁸²

Filho de mãe solo e de pai norte americano que não participou de sua formação, Ribeiro teve que seguir caminhos tortuosos inúmeras vezes por sua condição econômica, assim de certo modo ao descrever a pobreza de Belchior também estivesse a falar de si. Assim, os infortúnios que ocorrem com Belchior em sua existência ilustre, porém sempre angustiada, dizem um pouco também daquele homem cujos dramas pessoais e sofrimentos foram enormes.

O narrador do romance *Padre Belchior de Pontes* tem o foco na terceira pessoa, assim não participa diretamente dos eventos que narra, no entanto, é onisciente, ou seja, de tudo sabe e acompanha. É fundamental anotar que o narrador se localiza espacial e temporalmente em um momento distinto do das ações descritas, o que se pode inferir através de demarcações textuais tais quais: “dir-se-iam essas construções a encarnação material e dupla do espírito da época”, “gerando nesse tempo de superstição, gélido pavor em quem aí penetrava”, “em que estampava-se visível a fé viva dessas eras”, “a oração que nesse tempos de crença precedia a todas as refeições” etc.

É possível ainda sugerir que o narrador é uma espécie de *alter ego* do próprio autor do romance Júlio Ribeiro, uma vez que além de se auto representar e espelhar questões relacionadas a sua trajetória em vários momentos ao longo do romance, o autor chega em alguns momentos a introduzir fragmentos onde se manifesta diretamente enquanto autor sem utilizar-se portanto da voz do narrador em terceira pessoa, como é o caso da abertura da Segunda Parte do romance intitulada *O Sertão*, no capítulo *O Jaguar*, no qual Ribeiro, antes de dar prosseguimento a narrativa que havia ficado

⁸² SILVEIRA, Célia Regina da. Opus cit. pp. 28-31

Silveira pontua como a posterior polêmica de ruptura de Júlio Ribeiro com o PRP, que foi publicizada pelo mesmo em suas Cartas Sertanejas, ao questionar o preparo intelectual de Campos Sales e Prudente de Moraes para lançarem-se como candidatos, Ribeiro recebe justamente como resposta o questionamento de sua autoridade intelectual justamente por não possuir o título de bacharel.

suspensa no momento em que os paulistas se deslocavam em direção as minas, que em breve seriam palco do conflito entre os mesmo e os forasteiros emboabas, preambula da seguinte maneira:

Pouso-alto!

Salve, região selvática, em que correu veloz a minha infância!
Salve, montanhas agrestes, que muito galguei com a fronte rorejada de suor e o coração cheio de crenças! Salve, florestas virgens confidentes de meus primeiros afetos! Salve, cascatas ruidosas, que me desalterastes tanta vez os lábios pulverulentos da jornada! Salve, linfa do riacho, vencida por mim a braço, domada por mim a remo! salve, céu puríssimo, alentador, de minhas esperanças de menino! Salve, ecos que repetistes as minhas primeiras queixas, salve, terra que bebeste as minhas primeiras lágrimas!

Daqui destas plagas de indústria e trabalho, onde o vapor tem trono e a eletricidade um altar, gasto pelo atrito do mundo, sem ter mais no peito uma fibra que possa ressoar em doce acorde – eu ainda te envio uma saudação:

Salve, Pouso-Alto, salve!⁸³

Esse tipo de intervenção na narrativa demonstra mais uma vez o intuito de Ribeiro de demarcar uma proximidade com o seu próprio tempo vivido, além do mais o autor/narrador fala a respeito da São Paulo colonial seiscentista situado temporal e espacialmente na província de São Paulo novecentista, já bastante marcada por processos de modernização e urbanização, como fica evidente em: “Daqui destas plagas de indústria e trabalho, onde o vapor tem trono e a eletricidade um altar, gasto pelo atrito do mundo, sem ter mais no peito uma fibra que possa ressoar em doce acorde – eu ainda te envio uma saudação”.

Recurso semelhante a este é apresentado pelo estudioso Mamede Mustafa Jarouche em sua apreciação crítica das *Memórias de um Sargento de Milícias* de Manuel Antônio de Almeida, publicado originalmente em folhetim no *Correio Mercantil do Rio de Janeiro*, entre 1852 e 1853, cujos acontecimentos, no entanto, referem-se ao “tempo do rei” de modo que seu autor ao deslocar-se no tempo buscava sobretudo, sublinhar ironicamente as permanências entre essas duas temporalidades:

O que o autor pretendeu dizer? Talvez, de forma irônica, ele estivesse insinuando que o Brasil de *seu* tempo (1852-1853) não seria lá muito diferente do Brasil no tempo de Dom João VI. Nesse sentido, as *Memórias* poderiam constituir uma espécie de *sátira social*, texto por meio do qual se condena a sociedade contemporânea. O governo vivia alardeando que o Brasil progredia a olhos vistos e que a situação colonial era um passado distante; já as *Memórias de um Sargento de Milícias* talvez estivesse dizendo o contrário: nossa situação está e

⁸³ RIBEIRO, Júlio. Opus. cit. p. 87

esteve muito mal...Ironia e oposição veladamente expressas em tom de humor. Obra cujo objetivo era provocar riso, **tinha o referencial em seu próprio presente, para isso instrumentalizando fictícias memórias do passado colonial.**

[...]

Observe-se ainda que o recurso ao passado histórico foi mais um ingrediente introduzido pelos folhetins e romances românticos; entre os numerosos exemplos, estão Victor Hugo, com *Notre-Dame de Paris* (conhecido no Brasil como *O Corcunda de Notre- Dame*), e sir Walter Scott, com *Ivanhoé*.

Ainda que Ribeiro não tenha produzido um texto de memória de qualquer tipo ou uma sátira, como é o caso de Manuel Antônio de Almeida, que como visto buscou justamente sublinhar a distância temporal demonstrando ironicamente a permanência de problemas e vícios na sociedade e na política a despeito da passagem do tempo e da mudança do estatuto político do Estado Brasileiro, acreditamos que Ribeiro de mesmo modo ao proceder a um romance histórico também buscou de muitas formas – seja pela ato de se auto representar ou pela cuidadosa seleção temática – aproximar o passado colonial das questões políticas e institucionais que ainda persistiam e estavam em cheque na segunda metade do século XIX, a despeito das modernizações e transformações urbanas que as tensionavam.

Ainda nesse primeiro capítulo de *Padre Belchior de Pontes*, o encontro entre as crianças Branca e Belchior é encerrado por uma tempestade: “[...] uma dessas tempestades dos países tropicais, tão rápida e inesperadamente formadas, quão terríveis em seus efeitos.”⁸⁴ A simbologia da tempestade foi ao longo da vida de Ribeiro sempre tomada e retomada por ele em diferentes contextos, o substantivo “procela” foi por ele inúmeras vezes utilizado como eufemismo para as suas tragédias pessoais e profissionais, representando as dificuldades que atravessava para ter seu nome reconhecido e sua marca como intelectual imprimida dentro do círculo letrado paulista. Assim, quando funda seu próprio jornal de curta duração em 1887 ele o batiza justamente de *A Procellaria*.

O “Idílio” de abertura em que nos é apresentado o enredo e algumas das personagens principais do romance se encerra com uma “borrasca” que separou o ingênuo, porém intenso encontro entre as duas crianças: “Da banda do oriente um rumor surdo aproximava-se, anunciando a **procela**, e grossos pingos de chuva, atravessando as franças das árvores, vinham, como balas, remover as folhas secas do solo.”. O temporal

⁸⁴ RIBEIRO, Júlio. Opus. cit. p.23

traz a “aparição fantástica” do antagonista Padre Jacinto Torres, cuja figura representa a própria perfídia e dissimulação da Companhia de Jesus, que em última instância é a verdadeira vilã do romance, pretendendo conduzir todos os lances a favor de seus torpes interesses. Assim em meio a tempestade surge o “[...] vulto sinistro de um velho macilento e descorado, **envolto na roupeta negra de Loiola** [...]”, que escondido observava atentamente todo o encontro entre as crianças e que afinal conclui: “Bem, bem, murmurou ele, não perdemos a tarde: este menino é uma prenda, e dele poder-se-á fazer alguma cousa ‘ad majorem Dei gloriam’.”⁸⁵

Esse jesuíta que nos é apresentado com essa aura sinistra, descobriremos mais adiante ser o Geral da Companhia, cargo de maior importância dentro dessa Ordem religiosa, sua frieza calculista e mesquinhez indicam a adjetivação com que são descritos os “filhos de Loyola”, e que se fizermos uma leitura a contrapelo corresponde às críticas que Júlio Ribeiro endereçava a igreja católica. Pois o autor condenava a atuação do catolicismo como pilar do Império no Brasil e representante do obscurantismo, que Ribeiro procurava atacar e combater através da, entre outras coisas, exaltação da racionalidade científica. Tamanha acidez anticlerical e rejeição também pode estar relacionada ao fato de esse autor no momento em que escreveu *Padre Belchior de Pontes* ser protestante e defender vivamente por essa razão, a liberdade de culto. Tudo isso explica a energia do discurso anticlerical que profere Ribeiro na narrativa desse seu romance histórico, que tem como vilã central a Companhia de Jesus.

Já tratamos brevemente da semelhança dessa revelação posterior com a obra de José de Alencar *As Minas de Prata*, o que ainda não comentamos a contento é que em *Padre Belchior de Pontes*, o Padre Jacinto Torres, ou antes, Gotifredo, o Geral da Companhia de Jesus, ser popularmente conhecido como O Ervanário, tendo recebido um capítulo inteiramente dedicado a sua descrição. Esse jesuíta é fundamental para a cooptação do menino Belchior pela Companhia de Jesus, assim como pelo casamento arranjado de Branca, que separa para sempre os enamorados infantes, tudo isso para encaminhar os indecorosos e mirabolantes planos da Companhia. Em *Padre Belchior*

⁸⁵ RIBEIRO, Júlio. Opus. cit. p. 24

Nota presente nessa edição da *Ediouro de Padre Belchior de Pontes*, assinada por Manuel Cavalcanti Proença:

1) ad majorem Dei gloriam: para maior glória de Deus.

Essa frase em latim é reconhecidamente lema da ordem da Companhia de Jesus, e acredita-se que tenha sido cunhada pelo próprio Inácio de Loyola (1491-1556) juntamente com toda a base filosófica dessa sociedade, fundada por ele em 15 de agosto de 1534, porém autorizada e oficializada pelo papa Paulo III somente à 27 de setembro de 1540.

de Pontes, o ervanário é uma espécie de antecessor histórico do homem de ciências, ou cientista, do século XIX de Júlio Ribeiro.

No capítulo, *O Ervanário*, Ribeiro elogia entusiasmadamente a instituição científica, tecendo um longo elogio à superioridade de sua racionalidade e de seu inerente instrumental, localizando em meados do século XVII, um germinem dessa instituição que apenas se afirmaria enquanto paradigma determinante bem mais tarde no Brasil. Dessa forma são descritos os aposentos de Padre Torres, o ervanário, no Colégio Jesuíta da Vila de São Paulo de Piratininga:

Três aposentos contíguos ocupava ele no colégio em S. Paulo. No primeiro, além de sua pobre cama, havia uma mesa, meia dúzia de escabelos, algumas estantes com livros, e várias prateleiras em que se empilhavam, uns por sobre outros, molhos de ervas secas cuidadosamente rotulados. O segundo era **um verdadeiro laboratório alquímico**: fornilhos, cadinhos, alambiques, retortas, matrizes, funis, vasos de formas esquisitas, serpentes empalhadas e mil objetos de formas inqualificáveis para o vulgo, acumulavam-se multiplicavam-se, confundiam-se, gerando **nesse tempo de superstição**, gélido pavor em quem aí penetrava.

Temos nesse trecho em destaque e na construção da personagem do ervanário um exemplar ímpar da transferência de temas e questões contemporâneas a Júlio Ribeiro para o seu romance histórico que se passa no século XVII. Ribeiro introduz na temporalidade para a qual se remete a existência de um figura tal qual o ervanário que possui mesmo um cômodo que é um “verdadeiro laboratório alquímico”. Um verdadeiro representante do cientificismo renascentista vivendo em plena Vila de São Paulo de Piratininga no início do processo de sua colonização, e que simboliza no enredo a ilustração científica diante do obscurantismo que gerava “nesse tempo de superstição, gélido pavor”⁸⁶

As historiadoras Angela Marques da Costa e Lília Moritz Schwarcz demonstram que a virada do século XIX para o XX foi justamente o momento em que se firmava definitivamente a crença na “Vitória da “sciencia”, derrota do obscurantismo”, o

⁸⁶ Nota-se que em *A Carne* também há uma alusão a um “laboratório alquímico”, portanto uma imagem recorrentemente utilizada por Ribeiro: “Na sala do coronel armaram um gabinete de física eletrológica. A velha quadra de paredes corcovadas, caraquentas, povoou-se estranhamente de instrumentos científicos moderníssimos, em os quais o brilho fulvo do latão envernizado se casava ao preto baço das partes enegrecidas, à transparência cristalina dos tubos de vidro multiformes, ao lustroso da madeira brumida dos suportes, à verdura fresca da seda das bobinas. Botelhas de Leyde, jarras enormes, agrupadas em baterias formidáveis, máquinas de Ramsden e de Holtez, pilhas compartimentadas de Krikshank e de Wollanston, pilhas energéticas de Grove, de Bunsen, de Daniell, de Leclanché,; pilhas elegantíssimas de bico-cromato de potassa, acumuladores de Planté, bobinas de Ruhmkorf, tubos de Geissler, reguladores de Foucault, e Duboseq, bugias de Jablochkff, lâmpadas de Edison, telefones, telégrafos, tudo isso poer aí protraía as formas esquisitas, fosco, diáfano, reverberante a um tempo; absorvendo, refrangendo, refletindo a luz de mil modos diferentes. A eletricidade sussurrava, multiplicavam-se por toda a parte faíscas azuladas, ouviam-se estalidos secos, tintinações sonoras de campainhas” (Ribeiro, 2002:126)

processo de urbanização e modernização provocado e ainda mais acelerado pelos avanços tecnológicos e científicos, sobretudo aqueles verificados justamente na segunda metade do século XIX, marcaram profundamente a experiência de Júlio Ribeiro e de seus coetâneos, que assim como o autor de *Padre Belchior de Pontes* não deixaram de comentar as impressões que essas transformações causavam. O interessante é anotar como Ribeiro buscou na construção da figura do ervanário a realização de seu intento de promover uma ode à racionalidade científica que marcava sua experiência, mesmo nesse seu romance histórico que se passa no século XVII. Esse trecho claramente inventivo responde à sua necessidade de pautar o paradigma científico que referenciava suas pesquisas, leituras e concepções eruditas, demonstrando que seu deslocamento temporal ainda mais o liberava para comentar seu tempo vivido.

Acompanhemos mais algumas passagens cuja presença do ervanário o anuncia como precursor no século XVII do cientista do século XIX:

No primeiro dos aposentos, sentado em um escabelo junto de uma mesa em que encostava os cotovelos, padre Torres meditava com a fronte sumida nas mãos. Estava-lhe diante um livro aberto, e a luz mortiça de uma lâmpada de cobre iluminava essas páginas em cujo topo poder-se ia ler: “Epistola de secretis operibus Naturae et Artis”.⁸⁷

A imobilidade completa, o franzido dos sobreolhos, o cerrado das pálpebras indicavam que meditação profunda absorvia o espírito do jesuíta: a obra de Rogério Bacon dava ensanchas a que se conjecturasse qual a idéia dominante que escaldava esse cérebro. Não erraria de certo quem o julgasse adepto da “arte real”, consumindo a existência em procura da “pedra dos filósofos”.

Três pancadas que com intervalo desigual soaram na porta fizeram-no estremecer, sem conseguir todavia arrancá-lo da abstração em que se achava mergulhado.

Após breve espaço repetiram-se.

Levantou-se padre Torres, e, passando a mão pela testa como para varrer as ideias que o dominavam, encaminhou-se para a porta.

- Quem está aí? Perguntou.

- Eu, padre Torres, respondeu de fora uma voz.

- O padre provincial?

- Indigno servo de Nosso Senhor Jesus Cristo.

Padre Torres deu volta à chave, a porta entreabriu-se e o vulto simpático de um jesuíta de meia-idade desenhou-se na penumbra da luz projetada pela lâmpada.

- Heis-de minar vossa saúde com excesso de estudo, padre Torres, começou ele em tom melífluo. Suponho que não andaria longe da verdade, se afirmasse que passastes a noite a folhear o alfarrábio.

⁸⁷ Notas de Manuel Cavalcanti Proença:

“1) **Epistola de secretis operibus Naturae et Artis**: “Carta a respeito das obras secretas da Natureza e da Arte”.

- De fato, velei-a quase toda, como é de meu costume. “Ars longa, vita brevis”⁸⁸ – é preciso aproveitar o tempo. De mais o estudo é o meu descanso. [...] ⁸⁹

E mais adiante nesse mesmo capítulo:

Pois eu vou até o Pirajuçara colher, antes que venha a tormenta, certas plantas de que necessito.

- Está iminente alguma tormenta?

Padre Torres não respondeu, mas, tomando a lâmpada, fez sinal ao provincial para que o seguisse e encaminhou-se para o laboratório.

Aí entrando, dirigiu-se a uma espécie de quadro de madeira a que estava preso por colchetes de metal um tubo de vidro recurvado na parte inferior e cheio até determinada altura d’um metal branco e brilhante como prata polida. Consultou com atenção umas divisões numeradas feitas no quadro, depôs em seguida a lâmpada, procurou papel e lápis, e, tendo traçado fórmulas algébricas, voltou-se para o provincial e disse:

- Hoje entre as duas e as quatro horas da tarde, teremos um aguaceiro tremendo.

- Em boa hora venha, que já é excessiva a seca. Mas como o sabeis vós?

- Disse-me o barômetro.

- O barômetro?

- **Sim, é o nome deste instrumento maravilhoso, inventado há treze anos por Torricelli, o mais inteligente discípulo do imortal Galileu.**

-Porém, se está para chover hoje, podereis ir colhê-las em um outro dia.

-É justamente agora que a seca tem feito evaporar a parte aquosa da seiva, que se acham elas nas condições que desejo: esperar para depois da chuva seria querê-las depreciadas.

- Nada tenho que objetar. Precisa de um animal?

-Prefiro ir a pé: dou-me bem com o exercício, e tenho mais facilidade para estudar qualquer planta desconhecida que se me antolhe no correr da caminhada.

-Sois amante extremoso da botânica e não vos poupais a sacrifícios para dar largas à vossa inclinação.

-É preciso justificar o nome de “ervanário” com que me tem o povo mimoseado.

- Nome que vos honra: quer ele dizer que conheceis as virtudes das plantas e que aliviais os sofrimentos dos homens. Ciência e caridade.

- Dois palavões. O que é “ciência”? Um som sem significado. “Caridade”? Um sentimento impossível, um “flatus vocis” também.

-Estais hoje acerbo, padre Torres efeitos da vigília e do jejum.⁹⁰

[...]

⁸⁸ 2) **Ars longa vita brevis:** A arte é longa, a vida é breve. Provérbio muito usado na Renascença.

⁸⁹ RIBEIRO, Júlio. Opus. cit. p. 29

⁹⁰ RIBEIRO, Júlio. Opus. cit. pp.30-31

Eis o ervanário em plena ação, dessa feita fazendo serão de leitura de uma epístola intitulada “Carta a respeito das obras secretas da Natureza e da Arte” e fazendo uso de um barômetro⁹¹, instrumento que teria sido inventado há apenas **“treze anos por Torricelli, o mais inteligente discípulo do imortal Galileu.”**, trazendo à baila as idealizações científicas de Júlio Ribeiro. Por último, é interessante notar que nessa obra a personagem que simboliza as elucubrações científicas do autor é o jesuíta que ocupa o mais alto cargo da Ordem, mas que, no entanto, é falso em sua índole religiosa, e cuja soberba aparenta desprezar tanto um dogma central para o cristianismo, a caridade, quanto a própria ciência institucionalizada em sua fala: “Dois palavões. O que é “ciência”? Um som sem significado. “Caridade”? Um sentimento impossível, um “flatus vocis” também.”

No capítulo seguinte “Conversação Íntima”, constante ainda do prólogo do romance, acompanhamos um outro diálogo fundamental e bastante revelador que permite mais uma vez apreender o modo de Júlio Ribeiro abordar a matéria histórica por meio da literatura. A referida “conversação” sublinhada no título do capítulo se dá entre os humildes e honrados paulistas, que na trama do romance são pais de Belchior, Pedro Nunes e Inês Domingues, que palestram junto aos demais filhos, na igualmente modesta varanda de sua residência, já descrita anteriormente.

Como respeitáveis moradores da Vila de São Paulo de Piratininga, o tema da prosa é justamente os futuros desígnios políticos da mesma, já que isso apesar de se tratarem de simplórios habitantes da capitania de São Vicente, como os mesmos afirmam, os interessava de perto. Assim, Pedro Nunes expõe: “o caminho que vão as cousas tomando” conforme um informante, o personagem secundário Serafim dos Pinheiros, o havia colocado a par, de modo que ambos conferenciam a respeito da

⁹¹ Idem. p.34

Além de cientista Padre Torres, o ervanário, era também médico, como podemos verificar no momento em que a personagem jesuítica salva o menino Belchior que estava se afogando e em seguida presta a ele os primeiros socorros:

"- Não há mais perigo, segredou ele a Inês Domingues que junto se achava. Os órgãos da respiração funcionam bem e a gente cerebral que poderia sobrevir, previni-a eu com a sangria. Sossego, dieta, e respondendo pelo dentinho.

[...]

- Exagerais e muito, minha irmã. Fiz apenas o meu dever, arrancando-o ao abismo que o ia tragar; cumpri ainda minha obrigação, ministrando-lhe socorros prontos, porque a demora seria a morte.

Agradecei antes a Deus que na sua providência guiou-me ao lugar do sinistro. - Espero arrancá-lo de outro sorvedouro ainda mais perigoso que desdenha da vida do corpo para tomar a da alma: disso, porém trataremos com vagar. Por enquanto nem uma pergunta, nem uma palavra ao menino: qualquer esforço de inteligência, qualquer abalo, qualquer contrariedade trará a febre que procurei evitar. Vou partir, mas amanhã voltarei, para conversarmos sobre um assunto de Magno momento.

“questão dos Pires e Camargos”, acompanhemos mais um longo trecho de tal conversação, que vale a pena por conter detalhes importantes do “método” Ribeiriano.

[...] Lembras-te da questão dos Pires e Camargos?

- Sobre os cargos da governança que essas duas famílias disputavam?

- Sim.

- Como me não hei de lembrar, se não há muito tempo que chegou a carta provisória do sr. dr. Jerônimo de Ataíde, datada de 24 do ano passado, a qual reza assim:

‘O ouvidor chamará a conselho os homens bons e o povo da vila, e intimará a cada um deles que nomeie seis homens para eleitores, três do bando dos Pires e três do dos Camargos (não sendo os cabeças dos bandos, antes os mais zelosos e timoratos); e tanto que todos os votos forem tomados, escolherá para eleitos de cada bando os três que mais votos tiverem entre todos. Estes seis fará apartar em três pares, um Pires com um Camargo, e lhes ordenará que façam os seus três róis, como é estilo; a saber: seis para juízes, três de um bando e três de outro, e um neutral; e três para procuradores do conselho, um Pires, e outro Camargo, e o terceiro neutral’.

- Com efeito! que memória tens!

- Pois se leste mais de cem vezes a cópia que trouxeste, e se me a entregaste para guardar.

- **Então também tomas interesse pelo que vai pela vila?**

“- Pensei que se tratava de outra cousa: nisto tomo parte como deve fazê-lo a mulher de brios que, adjetivando-se com o marido, deseja o bem de seu povo.

-És uma matrona às direitas, e **com esposas do teu quilate não admira o nome que tem os paulistas**. Mas vamos ao caso: sabes que influência legítima exerce sobre o nosso povo o sr. Lourenço Castanho Taques; não ignoras **a consideração em que o tem el-rei, nosso senhor**, que lhe dirigiu uma carta autografa, recomendando o nosso governador, Salvador Correia de Sá e Benevides: em suma conheces que é ele o varão cujo voto dirige os ânimos da capitania. Pois bem, a questão dos Pires e Camargos, apesar do convênio, não está de todo extinta, e de um dia para outro pode reatar-se com mais violência ainda . **Para obviar a isso de uma vez lembrou os padres do colégio aliar a família dos Pires com a dos Castanhos**, a quem os Camargos a amam e respeitam como a sua própria, acabando assim com o germe da discórdia que tantos males tem causado.”⁹²

Tendo acompanhando a animada conversa entre esses dois representantes paulistas, ciosos de sua terra e de sua raça, observamos que na narrativa de tipo regionalista de Júlio Ribeiro, que busca demonstrar a superioridade e as virtudes inigualáveis desse povo, essas personagens seriam, mesmo que paupérrimas, letradas e muito bem informadas e conscientes dos rumos administrativos e políticos de sua “pátria”. Analisando essa passagem encontramos a citação direta de um documento/fonte, que pretende auferir à essa conversa fabulada por Ribeiro um estatuto

⁹² RIBEIRO, Júlio. Opus. cit. p. 25

de verdade. A “matrona às direitas” Inês Domingues inclusive decorou o trecho do documento que estabelecia um acordo entre as partes beligerantes do conflito entre famílias rivais que disputavam o controle administrativo da Vila de São Paulo no início da colonização.

Citar desse modo um documento colonial oficial, a “carta provisória do sr. dr. Jerônimo de Ataíde, datada de 24 do ano passado”, indubitavelmente é uma ferramenta utilizada por Júlio Ribeiro para conferir à sua narrativa maior realismo, lembremos aqui de sua afirmação feita em seu prefácio à primeira edição de *Padre Belchior de Pontes* de que “tirados alguns anacronismos necessários ao enredo alguma ficções e um ou outro personagem de imaginação, tudo o mais teve vida, ‘passou-se mesmo’”. Assim o documento histórico aparece nesse momento para fortalecer a sua construção romântica daqueles que foram os primeiros habitantes da Vila de São Paulo, que são descritos quase mesmo como se fossem cidadãos conscientes e participativos da construção política dessa “República”. O documento traria, portanto maior legitimidade ao elogio que é tecido aos paulistas por Ribeiro em sua obra como um todo, depositário da longa tradição historiográfica que identificou o paulista como herdeiro do bandeirante supostamente superior física, étnica e intelectualmente.

Segundo o historiador John Manuel Monteiro em sua obra *Negros da terra: índios e bandeiras nas origens de São Paulo*, os conflitos entre as famílias nobiliárquicas de sobrenome Pires e Camargo determinaram por muito tempo o rumo dos acontecimentos na Vila de Piratininga, não apenas pelos levantes armados, mas sobretudo, porque ambas as famílias buscavam aparelhar os instrumentos burocráticos-administrativos e disputavam os poderes políticos instituídos para fazerem valer seus interesses econômicos particulares. A “questão dos Pires e Camargo” mencionada por Júlio Ribeiro na passagem que acompanhamos, devidamente acompanhada de sua comprovação documental, marcou indelevelmente a história de São Paulo colonial, e envolvia intrinsecamente muitos dos temas que Ribeiro privilegiou abordar em seu romance histórico, o caso da experiência paulista no período colonial, a questão dos indígenas e sua utilização como mão de obra cativa, e ainda a questão jesuítica.

De acordo com Monteiro:

A ascensão dos Camargo para uma posição hegemônica foi certamente um dos eventos de maior significado na São Paulo seiscentista. A luta contra os Pires trouxe à luz uma série de conflitos e pontos de pressão que afligiam o planalto em meados do século, entre os quais predominaram a questão da mão-de-obra indígena, a

expulsão dos jesuítas e o problema do controle social sobre uma vasta população cativa. De fato, a produção comercial de trigo e o crescimento de grandes posses de índios cativos haviam concentrado parte desproporcional da riqueza nas mãos de poucas famílias, sobretudo os Pires e Camargo, que se digladiaram por boa parte do século XVII.

[...]

A competição entre as duas famílias chegou a um clímax na década de 1650, quando as facções e seus respectivos seguidores indígenas travaram lutas armadas em plena vila de São Paulo. Diante de uma situação praticamente anárquica, agravada pelo problema da inquietação geral da população indígena, **o governador geral sancionou uma concordata em 1655 propondo a alternância das duas famílias no controle da Câmara Municipal, o que resolveu o problema pelo menos no nível da política local.** Mas, se o resultado principal do conflito entre famílias foi a vitória dos Camargo e a conciliação dos Pires, para a maioria dos colonos redundou numa maior alienação do poder, excluindo de vez o acesso dos elementos não alinhados com as principais facções às instituições municipais.⁹³

Na economia interna da versão que Ribeiro nos apresenta sobre esses processos históricos, temos que todos esses aspectos que configuravam o cenário político, social e econômico da Vila de São Paulo seiscentista pretende todo ele ser manipulado pela Companhia de Jesus. Mesmo após as personagens em diálogo demonstrarem ciência do que havia sido estabelecido no acordo, elas ainda possuem receio de que a partilha do poder do modo como havia sido estabelecido e registrado pelo documento citado, não seria o suficiente para extinguir as rivalidades ainda latentes que poderiam ser retomadas com ainda mais força a qualquer momento, contudo diante desse temor é aludida a notícia de que “aos padres do colégio” lembrou unir essas famílias por “entrelaçamento matrimonial” afim de supostamente apaziguar as tensões.

A essa altura já podemos entrever que a menina Branca é quem servirá de instrumento, por meio de seu casamento precoce, para que a Companhia de Jesus consolide seus planos. O trecho em destaque a seguir confirma as suspeitas levantadas:

- S. Paulo, nosso padroeiro, permita que seja atingido.
- Há de ser, há de ser. Os reverendos padres pensam em tudo, e quando dão um passo é um terreno firme.
- Um pouco movediço me parece ele: os Pires estão sossegados, e os Camargos muito quietos, mas haja um ensejo e a guerra rebenará. O governador pouco poderá fazer: bastante cuidado dá-lhe o aperto em que se acham no Rio de Janeiro o governador da praça, Thomé Corrêa de Alvarenga, o provedor da fazenda real, Pedro de Souza Pereira, e o sargento-mór Martim Correia Vaques, que estão a escrever-lhe cartas sobre cartas, contando que **clero, nobreza e o povo** negam-lhes fogo e água. Demais ele próprio não goza lá de muitas simpatias, e há-de

⁹³ MONTEIRO, John Manuel. Opus cit. pp. 200-201.

lembrar-te que, quando para aqui veio, estavam os ânimos indispostos pelos manejos das conspirações do Rio.

- Se lembra! Até em 1641 lhe intimaram que para cá não viesse, que a sua presença importaria a expulsão; e só a prudência de sua resposta, dada em Setembro desse mesmo ano, deveu ele a recepção que teve, e o ficarem as cousas no pé em que se acham.

- Os paulistas foram injustos, mas em tempo reconheceram a sua sem-razão: os do Rio é que ainda nela perseveram, e que o obrigarão mais cedo ou mais tarde a seguir para lá. Neste caso é quase certo rebentar a guerra entre as famílias rivais.

-É justamente o que se pretende atalhar com a aliança dos Pires e Castanhos.[...]”⁹⁴

Há de fato registros do século XVII a respeito da tentativa malfadada de suspensão das rivalidades em nome da comunhão de interesses por meio do casamento entre entes pertencentes às duas famílias beligerantes, no entanto, que fossem obra e parte da “ideia gigantesca” dos jesuítas de “reinar como senhores, ditar leis como déspotas, governar as paixões dos povos, reger os destinos das nações” ficou a cargo da imaginação histórica e intenções críticas de Ribeiro. Não há dúvidas de que os jesuítas estiveram envolvidos na disputa do poder temporal e controle da mão de obra indígena dentro do processo de colonização espanhol e português, contudo Ribeiro apresenta uma reconstituição linear dos fatos, isenta de contradições onde a força motriz dos acontecimentos teria sua explicação na vontade perversa de apenas um dos personagens que compuseram o quadro político e cultural colonial: a Companhia de Jesus.

Ainda segundo a pesquisa de John Monteiro⁹⁵

Os dez filhos de Salvador Pires e Inês Monteiro não receberam parcelas iguais na repartição da propriedade, apesar da existência de leis de herança essencialmente igualitárias. **O filho mais velhos, Alberto Pires, casou-se com uma jovem Camargo, numa tentativa malsucedida de conciliação entre famílias,** e provavelmente permaneceu no bairro. Das cinco filhas, três casaram-se com dotes

⁹⁴ RIBEIRO, Júlio. Opus. cit. p. 26

⁹⁵ MONTEIRO, John Manuel. Opus cit. p.200.

Ainda sobre a questão “Pires e Camargo” Monteiro afirma que:

“Em todo caso, a despeito da imprecisão das listas, fica claro que os Camargo e os Bueno tornaram-se as famílias dominantes de São Paulo na segunda metade do século XVII. A comprovar, registre-se o fato de que quase metade (48%) da décima parte mais rica entre todos os contribuintes pertencia a estas duas famílias, sendo que seus membros controlavam as instituições básicas da vila de São Paulo. A irmandade da Misericórdia, por exemplo, foi completamente dominada pelos Camargo, que se tornaram seus principais benfeitores. No final do século, o juizado dos órfãos, órgão fundamental no fornecimento de crédito, pertencia a um Bueno. Embora tivessem de compartilhar a dominação da Câmara Municipal com os Pires, conforme foi estipulado na concordata de 1655, foram seus interesses os mais beneficiados por esta instituição. Porém, talvez mais importante, eram os Camargo que controlavam a vasta maioria da população indígena no termo da vila de São Paulo, o que, em última análise, garantia sua riqueza, poder e prestígio.”

consideráveis, estabelecendo assim a base das grandes propriedades com amplos plantéis de cativos índios.⁹⁶

Outro momento do prólogo do romance bastante significativo, também expressivo da escrita de Júlio Ribeiro que viemos buscando deslindar, são os capítulos intitutados: “O Capítulo”, “Revelações” e, sobretudo “Projetos”, que convidam o leitor de *Padre Belchior de Pontes* a acompanhar uma comprometedora reunião entre os membros da alta cúpula do Colégio Jesuíta de São Paulo. Nessa conferência ultra secreta nos são apresentadas as ardilosas intenções e os reais propósitos da Companhia de Jesus em terras paulistas, em exposição de tom altamente hiperbólico, através do qual verificamos a frenética citação de uma série de fatos, eventos, questões e processos históricos que Júlio Ribeiro despeja de um só fôlego.

Diante disso, é inevitável que tracemos alguns recortes, devido à enorme quantidade de temas e informações factuais levantadas somente nesse pequeno trecho do livro, ocupemo-nos com maior atenção da questão escravista que é referida, e do tratamento dado a experiência colonial paulista, sobretudo por meio da alusão ao sempre mencionado episódio da aclamação de Amador Bueno, assim como da questão da expulsão dos jesuítas da Vila de São Paulo de Piratininga.

“O Capítulo” inicia-se com a descrição do final de uma “ceia homérica” compartilhada no refeitório do colégio de Piratininga pelos religiosos jesuítas, Padre Rodrigues, Padre Torres, o provincial e ainda mais quatro moços jovens italianos que em comitiva “vieram de Roma à América Lusitana” para a realização de uma importante missão “por ordem do vice-geral da companhia”. O primeiro diálogo que chama atenção, e que merece destaque, ocorre entre um desses moços e o padre Rodrigues, eles versam a respeito da exuberância das “plagas de Piratininga” e do intento de transformá-la por suas qualidades e riquezas naturais em sede da Companhia de Jesus. Essa matriz instalada na vila de São Paulo, seria então vórtice para o esplendor da Ordem que almejava ao fim e ao cabo o “domínio supremo da orbe”.

“-Admirável é vossa terra, senhor padre Rodrigues. Tudo nela é grandioso: as matas excedem as da África, as serras topetam com os astros; os rios são mares. **Não errará de certo quem a julgar fadada pela providência de Deus a ser o berço da regeneração do orbe, como a Ásia o foi do gênero humano.** A Companhia, tendo aqui a sua sede povoará de bons cristãos estes sertões extensíssimos; e forte, inatacável, em sua preponderância, dominará em ambos os

⁹⁶ Idem. p. 196.

hemisférios, legislará como Moisés, firmará no globo o reinado da justiça, e dará esplendor inenarrável à glória de Deus.

A estas palavras proferidas com fogo pelo mais moço dos visitantes romanos respondeu convictamente padre Rodrigues:

- Bem o compreendeu o venerável padre Simão, quando em 1548 mandou a Roma padre Martinho de Santa Cruz. Queria ele persuadir nosso santo fundador Inácio de Loyola, a que adotasse as ideias que acabais de expender; ansiava por vir desbravar o terreno e semear para o futuro, resignando bom grado o alto cargo de preceptor do príncipe... Martinho de Santa Cruz morreu sem trazer resposta, e acontecimentos imprevistos privaram a padre Simão da glória do sacrifício... **A missão augusta de iniciar na terra do Cruzeiro o domínio da Companhia** coube aos santos e humildes varões, padre Manuel da Nóbrega, João de Aspicuelta, Antonio Peres e Leonardo Nunes, e irmãos Vicente Rodrigues e Diogo Jacome.

Em breve se lhes vieram juntar Salvador Rodrigues, Francisco Pires, Afonso Braz e Manuel de Paiva. Esses conspícuos mártires afagaram a mesma idéia e, em termos cheios de amor e respeito, a advogaram junto do generalato da Ordem. Igual cometimento tiveram também em vista mais tarde Luís de Grã, Anchieta e todos os nossos heroicos predecessores. São estes ainda os palmos que mantêm e procuram fazer amadurecer nestes Brasis os filhos de Jesus.

-Que os membros da Ordem mantêm e procuram fazer amadurecer em todas as províncias, meu irmão. Atendei:

A Europa está gasta: em diversas nações desse continente têm tomado pé as medonhas heresias de Lutero e de Calvino. Manifesta-se nos povos uma tendência sacrílega para examinar, apesar das proibições da Santa Sé, as Escrituras Sagradas, e o veneno sutil da doutrina de “salvação gratuita” tem invadido as universidades, as classes abastadas, os mesterais e até as ínfimas camadas da plebe.

Precisamos de gente nova, de uma terra virgem ainda do sobreblasfemo das pregações germânicas, e a América Portuguesa é que está justamente nas circunstâncias desejáveis.

-Sim, meu irmão, a idéia é grandiosa e a conquista segura: apercebamo-nos, porém, para o martírio! Muitos batedores já pagaram com a vida a exploração do terreno, e muitos varões terão ainda que exalar o último alento em prol da causa santa. Não veremos o dia do triunfo, mas que importa? “a Ordem o verá”! O sangue de Inácio de Azevedo e de seus companheiros, derramado pelo hereje Jacques Soria, os gemidos de angústia de centenas de nossos irmãos não bastam ainda para o viço e frutificação da árvore gigante que pretendemos arraigar na terra descoberta por Pedr’Alvares.

O sacrifício nos acena; prontifiquemo-nos. Não podemos deixar incompleto o edifício a que servem de alicerces as ossadas de nossos irmãos. Para nós, filhos de Loyola, o que é a vida quando se trata “da maior glória de Deus?” **A vitória é certa, e a monita da companhia de Jesus será um dia a carta constitucional a que se curvarão submissos os reis e os povos da terra inteira. O sonho do nosso fundador, o domínio do cristianismo...**⁹⁷

A plasticidade dessa cena em que nos são apresentadas várias questões suscita uma série de análises. A primeira que salientamos é a indisposição dos religiosos

⁹⁷ RIBEIRO, Júlio. Opus. cit. p. 35-36.

jesuítas para com o protestantismo, que aparece no trecho: “A Europa está gasta: em diversas nações desse continente têm tomado pé as medonhas heresias de Lutero e de Calvino. Manifesta-se nos povos uma tendência sacrílega para examinar, apesar das proibições da Santa Sé, as Escrituras Sagradas, e o veneno sutil da doutrina de “salvação gratuita” tem invadido as universidades, as classes abastadas, os mesterais e até as ínfimas camadas da plebe”, é importante lembrar que no momento da escrita e publicação de *Padre Belchior de Pontes* essa era a confissão religiosa de Júlio Ribeiro, ainda que anteriormente tenha sido católico e posteriormente será ateu como frisamos na Introdução. Assim, mais uma vez Ribeiro insere diretamente seus combates novecentistas na elaboração de seu romance histórico, que deliberadamente retoma o século XVII para sublinhar a persistência de determinados temas, localizando e privilegiando no passado aqueles que permitissem que ele discorresse sobre embates contemporâneos seus, como a perseguição da igreja católica ao protestantismo.⁹⁸

Faz-se pertinente pontuar aqui que de fato a Companhia de Jesus, cumpriu papel decisivo no período da contrarreforma sendo considerada mesmo fundamental no processo de contenção das conquistas de terreno do protestantismo, devido à sua vocação missionária e educadora. No entanto, é igualmente importante notar que, na reconstrução histórica de Ribeiro, este papel de desmobilização do protestantismo aparece acompanhado e fazendo parte de um projeto maior de dominação mundial. Além da ênfase dada a essa função empreendida pela Companhia de Jesus, motivada pelo intento de Ribeiro em pontuar a marginalização sofrida pelo protestantismo, promovida pela igreja católica ainda em seu tempo vivido, a segunda metade do século XIX.

Nesse trecho também é possível visualizar com maior clareza o intento dos jesuítas de fundar na América Portuguesa, especificamente na província de São Paulo, a

⁹⁸ Sobre o período em que Ribeiro foi protestante ver SILVEIRA, Célia Regina da. Opus cit. pp. 42-44. A autora mostra detalhes de sua conversão e destaca que os contatos realizados por Ribeiro dentro desse universo religioso propiciaram durante algum tempo sua estadia na província de São Paulo, e marcaram, sobretudo suas relações profissionais e familiares.

“O que levou Ribeiro a Sorocaba? Ao que parece, a missão religiosa de pregação do Evangelho. Com formação secundária no Colégio Jesuítico de Baependi (MG) e um repertório de leituras adquirido graças ao exercício autodidata, o escritor foi nomeado professor público por meio de exame, em 1867, na cidade de São Paulo. Nessa ocasião, estabeleceu os primeiros contatos com missionários presbiterianos de origem americana e interessou-se pelo estudo da Bíblia, tendo expressado, mais tarde, ao reverendo Schneider que sua “fé se robustecia de dia em dia”, que a pregação lhe havia preenchido “o vácuo que desconsolava o peito”. [...] Com esse sentimento, converteu-se ao protestantismo em abril de 1870”

[...]

“A religião foi um caminho que lhe abriu, ainda que indiretamente, possibilidades de relações sociais que foram importantes para o lugar que ocuparia na sociedade: a elite letrada paulista.”

sede da Companhia e a partir desse ponto dar vãsão aos seus extravagantes projetos.⁹⁹ A fala de padre Rodrigues é interrompida pelo provincial como que indicando que seu companheiro jesuíta já estava se excedendo em sua exposição, assim em local mais propício e reservado tem lugar e início a reunião do Capítulo, de onde destacaremos mais alguns trechos dignos de nota.

O mais moço dentre os italianos, padre Salvini, é quem preside inicialmente a reunião do Capítulo questionando:

- Fostes vós, padre Rodrigues, começou ele, um dos membros da Companhia expulsos em 1640?
- Sim, reverendo irmão.
- Éreis vós professo?
- Não. Como sabeis, temos quatro graus na Ordem: o de “noviço”, o de escolástico”, o de “coadjutor espiritual” e o de “professo de quatro votos”. Eu tinha o segundo, e só depois de nossa volta, há três anos, foi que juntamente com as ordens da missa recebi a iniciação no terceiro.
- Bem. Historiai-me sucintamente a expulsão da Companhia.
- É fácil. **Tendo chegado a bula que, contra a escravidão dos índios, nossos irmãos Tanho e Montoya, obtiveram do Santo Padre Urbano VII em 6 de março de 1638, revoltou-se a população de Piratininga, e no dia 13 de julho de 1640 foram atacados os colégios e fazendas e nós, cabisbaixos, cheios de medo, trêmulos, tivemos de expatriar-nos, de ir procurar em Buenos Aires uma segurança que os Brasis nos negavam.**
- Como se chamavam vossos companheiros de exílio?
- Padres eram: Nicolau Botelho, Antônio Ferreira, Antônio Matriz, Mateus de Aguiar e Lourenço Vaz: leigos éramos: eu, Antônio Gonçalves e Domingos Alves, por alcunha Pucuí.
- Como se chama o reitor do colégio, expulso também?
- Não sei porque varreu-se-me da memória o nome desse padre: o que lembra-me é que morreu ele no primeiro mês que passamos em Buenos Aires, e que era português de nascimento.
- E que tem feito o colégio de S. Paulo de Piratininga depois da sua reintegração?
- Tem procurado por todos os meios desvanecer quaisquer apreensões que ainda possam existir a respeito da Companhia, e

⁹⁹ Mais a frente na narrativa, uma vez Padre Jacinto de Torres revelado Gotifredo, o Geral da Companhia acompanhamos a seguinte fala dessa personagem: “Tratemos do que nos merece agora demorada atenção. – O estudo que em pessoa hei feito das condições desta “província” arraigou-me inabalavelmente na convicção de que a sede futura da Companhia de Jesus deve existir na América Portuguesa, na capitania de S. Vicente. Não entendo falar de uma sede precária, sujeita ao “placet” de um chefe de governo, tolerada por inofensiva como uma ordem mendicante. Não: refiro-me à sede independente, estabelecida à luz do dia, autocraticamente legislativa, apoiada em milhões de soldados que derramem por ela a última gota de sangue; refiro-me à capital futura dos domínios da Companhia, à metrópole do mundo, à Roma do porvir. A excessiva feracidade destas plagas, as suas jazidas auríferas, os rios caudais que as banham, os mares acidentados que as rodeiam são outros tantos predicados que nos devem mover a adotá-las por alvo exclusivo de conquista: vantagens tão de prezar **atrairão uma corrente incalculável de imigrantes cuja prole, por nós educada**, constituirá o grosso de nossas hostes, e consolidará o nosso poderio, pensando por nossas cabeças, trabalhando para nossa opulência, morrendo em nossa defesa.”

auxiliado por dois varões modelo. Fernão Dias Pais e João Pires, tem sabido insinuar-se no ânimo da população, **de sorte que o domínio dos filhos de Jesus está agora mais firme aqui do que nunca.**

O alvará, que em 3 de outubro de 1643 firmou el-rei D. João IV, e a carta do perdão, que conseguimos para os amotinadores em data de 7 de outubro de 1647, consolidaram-nos e tornaram simpática a nossa causa. Hoje, podemos dizê-lo com segurança, são os jesuítas os verdadeiros árbitros da América Portuguesa.

- Já o poderiam ter sido há mais tempo, e adiantadíssima estaria a nossa grande obra. Imprudentemente procedestes em trabalhar sem instruções de Roma para a restauração da preponderância espanhola, **pretendendo levantar a um trono sem base um fantasma de rei, um homem de vistas curtas, de nobreza secundária, Amador Bueno da Ribeira.**

- Esquece-vos que quando se deu a revolução que aludis, já tínhamos sido expulsos?

- Não; mas lembra-me também que ficaram em Piratininga os Pires, os Rondons, Francisco de Lemos, Ponce de Leão, André Laninga, Bartolomeu de Torales, Espindola, Contreras e inúmeros outros que entretinham convosco nutrida correspondência, que em tudo se guiavam pelos vossos ditames. Quisestes apressar a vossa reabilitação, e promovestes um motim infecundo que ia impedindo de uma vez, a não ser a habilidade diplomática de nossos irmãos de Lisboa.¹⁰⁰ [...]

Nesse fragmente

o temos mencionados as circunstâncias da expulsão dos jesuítas da Vila de São Paulo de Piratininga, o episódio da Aclamação de Amador Bueno e a relação de ambos com o crítico período da restauração de Portugal, gerada a partir do fim da chamada União Ibérica (1580-1640).

Na sequência deste diálogo entre o padre Salvini e o padre Rodrigues ambos passam a dissertar a respeito das questões que giram em torno da transição da mão de obra cativa indígena para a africana.

[...] Outra cousa: que medidas tomastes vós para substituir os servos índios cuja emancipação inscrevestes em vossa bandeira?

- Sabe o reverendo irmão que desde 1617 tem-se iniciado e procurado ampliar a importação de escravos africanos.

- Novo e gravíssimo erro: sub-rogam-se escravos por escravos, distraem-se grossos cabedais e vós vos ides desconceituando.

- Que deveríamos fazer?

- **Servir-vos dos indígenas livres de direito, mas escravos de fato. Educando-os convenientemente não precisareis de impor-lhes condições e castigos, de dar-lhes caráter de servos: eles próprios se viriam submeter ao jugo, trabalhando sem murmurar, sem conceber idéias de revolta.** A escravização material é estúpida. A escravização do espírito, essa, sim, é profícua: reduz o homem a

¹⁰⁰ RIBEIRO, Júlio. Opus. cit. 38-39

máquina, a entidade passiva, a besta de carga que não escouceia e nem recalçitra.

- É uma verdade, mas razões ponderosas levaram-nos a aprovar a idêia da importação de africanos.

- Razões ponderosas! expõe-as; vejamo-las, padre Rodrigues.

- **O colégio, fundando-se nas diferenças anatômicas que apresenta a raça negra, e interpretando o Livro Santo que amaldiçoa os africanos na pessoa de Canaan, seu progenitor, e que os condena a serem escravos, entendeu dar um passo acertado, sancionando que esses homens, tismados na pele e brancos de espírito, atravessassem o mar para cumprir nas plagas americanas as penas do anátema que nas terras da Armênia fulminou-lhes o patriarca que plantou a vinha.**

- Ides descaindo um pouco para a poesia, o que de todo não entra em nossos planos. A escravidão de direito, como já disse, traz em si o germe da revolta. Pouco importa a cor da pele: o coração bate em todos os peitos, e, se com uma aparência de liberdade não se embrutece e se escraviza o espírito de fato, sempre hão de surgir Spártacos a brandir archotes incendiários, como diríeis em vosso estilo guindado.

Para nós a face da questão é fingirmos não querer intervir nesses negócios, e fazer sempre valer a nossa superioridade, impondo-nos como delegados do céu, como representantes do Cristo. O gentio bruto, a classe civilizada, a sociedade em peso, enxergando em nossas pessoas gênios, anjos, demiurgos, virá entregar em nossas mãos no tribunal da penitência. O confessorário é um trono mais firme do que o do rei de França, mais sólido do que a Sé de Roma, tão estável como o mundo. Loyola foi a única inteligência que compreendeu as vistas profundas de Gregório VII, separado embora dele por mais de quatro séculos.

Hidelbrando semeou, Inácio regou, e nós devemos colher. Não nos apartemos do exemplo dado por esses corifeus da teocracia, se não queremos ver perdidas sua vigílias e as nossas. O filho do carpinteiro de Soana não escravizou os germanos, mas pôde calcar aos pés a cabeça orgulhosa de Henrique IV, seu temeroso imperador.

Ainda uma vez, a escravidão nos Brasís é um erro que tendes fomentado e que deveis sanar...¹⁰¹

Essas, para dizer o mínimo, escandalosas revelações, discorrem a respeito da questão escravista no Brasil colonial, através das quais é possível espiar o tom abolicionista do discurso de Ribeiro, assim como ressaltam mais uma vez a crítica desse autor direcionada à Igreja católica ao colocá-la novamente como pilar da monarquia, quiçá como instituição política ainda mais poderosa que esta, como fica atestado pelo excerto: “O confessorário é um trono mais firme do que o do rei de França, mais sólido do que a Sé de Roma, tão estável como o mundo. Loyola foi a única inteligência que

¹⁰¹ RIBEIRO, Júlio. Opus. cit. p. 39

compreendeu as vistas profundas de Gregório VII, separado embora dele por mais de quatro séculos.”.¹⁰²

A fala de Padre Salvini é bruscamente interrompida por Padre Torres justamente por esse último discordar sobremaneira das apreciações que o italiano fez das ações da Companhia em terras paulistas. Uma vez revelado Geral da Companhia é agora Gotifredo, o falso Padre Torres conhecido por todos como o Ervanário, quem dirigirá o capítulo e retomará com opiniões contrárias os temas já abordados, isso após tecer longa explanação a respeito das verdadeiras intenções e motivações da Companhia de Jesus e proceder a um histórico minucioso do surgimento da mesma.

Mas tudo isto é para tempos ainda remotos: o presente é espinhoso, e demanda muito labor.

Por enquanto recalquemos no fundo do peito os sonhos dourados do cérebro, revistamo-nos da humildade como de uma couraça, e arrojemo-nos à luta. **A questão de campanário, a rivalidade de duas famílias, a inimizade de dois homens, o despeito do escravo, bisbilhotice da mucama, tudo devemos aproveitar. Semeemos a seu tempo discórdias, dirijamos reconciliações em ocasião azada, dominemos a mãe de família, reijamos as escolas, e seremos senhores do espírito público do povo, dos que o governam, da terra e de tudo.**

Longe de concordar com padre Salvini sobre o passo que deram nossos irmãos, **quando amotinaram a plebe para representar a farça da elevação de Amador Bueno da Ribeira**, aprovo e muito esse manejo: confirmou ele no pensar da monarquia portuguesa a crença de que fora nossa ausência a causa ocasional de um pronunciamento que nunca se daria estando nós presentes; e hoje considera-nos ela como indispensáveis em suas possessões para manter-lhe em fidelidade os súditos versáteis.

Como provas do que digo, aí está o alvará de 3 de outubro de 1643, aí está a carta gratulatória de 11 de Dezembro do ano atrasado.

De fato, tudo quanto puder concorrer para sermos os intermediários entre o trono e o povo, tudo quanto nos facilitar privança nos paços da realeza e prestígio nas praças públicas deve ser por nós aceto, procurado, disputado até com afã. O alvoroço, que

¹⁰² Idem. p. 43

Em outro momento da narrativa Padre Torres também diz: “- Como sabeis, aspirando ao domínio universal, temos por inimigos natos os reis que não conhecem a nossa soberania, que resistem à nossa autoridade, que inchados de estulto orgulho, querem dirigir-se por si: a tais classificamos Impios, e estabelecemos o prolóquio – É justo matar os reis ímpios. - Ora, a violência prejudica sempre, e a morte a que nos referimos é a morte moral, é o desprestígio da autoridade régia, é a desmoralização da coroa por meio de intrigas políticas, de concitações populares, de incitamento a revoltas. Todavia, quando se faz absolutamente mister, cumpre não nos deixarmos levar de preconceitos, não termos um horror pueril ao derramamento de sangue, não trepidarmos ante o assassinato... Todo o obstáculo tem de ser removido, e a mão que estende-se para abençoar deve saber também vibrar o golpe que mata... e para isso, junto ao coração de cada jesuíta iluminado, dorme um punhal a que serve de bainha o lábaro do calvário.”

tendia a aclamar a Amador Bueno rei dos Brásis foi um passo avantajado nesse terreno.

Aprovo-o, pois, e muito, repito.

Calou-se o geral e refletiu por alguns momentos; depois foi por diante:

- A época é de grandes cometimentos: a monarquia portuguesa vai passar por um crise tremenda que nós habilmente preparamos.

O infante d. Teodósio, moço de engenho elevado e herdeiro presuntivo da coroa, faleceu de “morte natural” aos 15 dias de Maio de 1653; o rei d. João IV acha-se às bordas da sepultura. Mais dia, menos dia, terá de subir ao trono o infante d. Afonso, menino idiota e malvado, a quem as Cortes deferiram juramento em 23 de Outubro do ano em que morreu o irmão: segue-se que os verdadeiros reis de Portugal hão de ser dentro em pouco dois fidalgos ganhos para a causa da Ordem, os condes de Athouguia e de Castelo-Melhor.

A Espanha não pode esquecer o revés de 1640, e, assim que fechar os olhos o temeroso duque de Bragança, tudo porá em campo para reaver o florão luzido que de sua coroa deixou imprudentemente arrebatado: na ambição desmedida de d. Luíza, da mulher que disse “preferir ser rainha uma hora a ser duquesa toda a vida” encontrará ela adversário de respeito, e travar-se-á a luta...

Revoltas desta arte as águas governamentais, muito estultos seremos nós se não fizermos pesca superior às redadas miraculosas de Simão Pedro.

Tudo está previsto, todo o terreno está aplainado; um dos luminares da Companhia, padre Antônio Vieira, varão versadíssimo em línguas e ciências, e altamente dotado de tino político, já recebeu instruções minhas por miúdo. Investido do cargo de confessor de el-rei, para o qual será nomeado, guiará ele os fios da trama que urdimos: a habilidade, de que tão sobejas provas tem dado em melindrosas comissões diplomáticas, com especialidade nos três anos que passou ultimamente no Maranhão, é um pilar seguro em que podemos descansar.

Isto quanto à gestão dos negócios na Europa: pelo que respeita aos Brásis, faz-se mister que uma coorte de jesuítas inteligentes e decididos divida-se aos quatro rumos, **removendo dificuldades, dispondo eventos, governando o porvir.**

Cumpra sermos prudentes e enérgicos a um tempo, para não suceder que percamos o terreno ganho, como aconteceu com a malfadada confederação do Guairá: não se vê a olhos enxutos esboroar-se em três anos um estabelecimento que custará à Companhia mais de um século de trabalhos.

E o estado de pujança em que se achava esse núcleo de forças, diga-o a derrota que em 1641 aí sofreram os paulistas que, dizimados pela nossa artilharia, cortados de ferro, devorados pelos antropófagos, pagaram quase todos com a vida a louca temeridade de agredir no seu reduto as hostes de Loyola. E todavia caiu...¹⁰³

Ambos os longos fragmentos reproduzidos integralmente aqui, pois são de certo modo complementares, dão uma ampla visão do modo verborrágico com o qual Ribeiro

¹⁰³RIBEIRO, Júlio. Opus. cit. p. 46-47

explicita em sua narrativa ficcional fatos históricos mencionados quase sempre em perspectiva teleológica, assim as personagens jesuítas tem total conhecimento e certeza dos desdobramentos posteriores a acontecimentos que ainda estavam por suceder em 1656, ano em que é datada a reunião do capítulo na qual manifestam suas “monstruosas doutrinas”: “A época é de grandes cometimentos: a monarquia portuguesa **vai passar** por um crise tremenda **que nós habilmente preparamos.**”; “**Tudo está previsto, todo o terreno está aplainado.**”

Dessa forma seguem “governando o porvir”, ao passo em que também possuem capacidade de conhecer e dominar os mais diminutos detalhes que estejam relacionados aos fatos históricos narrados: “A questão de campanário, a rivalidade de duas famílias, a inimizade de dois homens, o despeito do escravo, bisbilhotice da mucama, tudo devemos aproveitar”; “**removendo dificuldades, dispondo eventos, governando o porvir.**”.

Resumidamente, Júlio Ribeiro constrói em sua narrativa ficcional uma Companhia de Jesus onipotente e onipresente, cuja intenção é guiar todos os acontecimentos e processos históricos no sentido e a favor da “maior glória de Deus”, que em tudo é a “maior glória” dessa própria Ordem religiosa.

Mais uma vez, o narrador faz alusão reiteradas vezes a documentos históricos, desta vez: “a bula que, contra a escravidão dos índios, nossos irmãos Tanho e Montoya, obtiveram do Santo Padre Urbano VII em 6 de março de 1638”, “o alvará de 3 de outubro de 1643” e “a carta gratulatória de 11 de Dezembro do ano atrasado”, que como no primeiro caso procuram fornecer maior veracidade ao sucessos descritos, tais documentos são dados coletados da materialidade do registro documental que buscam comprovar não só a vastíssima erudição de Júlio Ribeiro e seu esforço no sentido da pesquisa empírica, mas também pretendem agregar realismo à sua versão interpretativa do passado, apresentada por meio de sua narrativa ficcional.

No que tange à questão escravista fica evidente o esforço de denúncia de Ribeiro que intenciona explorar o falseamento das pretensões catequéticas dos religiosos jesuítas no início da colonização da América portuguesa e espanhola, cuja defesa da proibição da escravidão indígena, na prática era um mecanismo de atrair para sua atmosfera de poder e controle o usufruto e domínio dessa mesma mão de obra. Assim, tocando nessa ferida Júlio Ribeiro expunha o quanto ela ainda estava aberta na segunda metade do século XIX, já que o catolicismo ainda era nesse momento a religião oficial do império brasileiro.

Desmascarar, portanto, o passado escravocrata da Companhia de Jesus ,que atuou como elemento fundamental para o processo de colonização portuguesa e espanhola, e mais, colocá-la como a grande vilã de seu romance histórico, desencadeadora de todos os males e desgraças que atingem e selam definitivamente os destinos de suas personagens, assim como marcam profundamente a história da nascente nação, é um modo de Ribeiro pontuar sua postura abolicionista e anticlerical, bastante correntes e coerentes com o seu ideário liberal novecentista.

Desse modo, Ribeiro ataca duas instituições a um só tempo, ou nas palavras do autor “faz caber dois proveitos em um saco”, já que à questão jesuítica ele atrela seu discurso abolicionista. Ao mencionar a questão da transição da mão de obra cativa indígena para a africana, motivada pela rápida redução demográfica da população indígena ocasionada pelas guerras e doenças impetradas pelos colonizadores europeus, somadas aos conflitos de disputa pelo domínio dessa mão de obra entre colonos e jesuítas, sem falar no interesse econômico que o tráfico de escravos africanos acenava aos envolvidos nesse comércio, Júlio Ribeiro coloca que para os perversos jesuítas as etnias a serem subjugadas pouco importava, uma vez que esses almejavam a submissão de todos os povos e classes: “O gentio bruto, a classe civilizada, a sociedade em peso, enxergando em nossas pessoas gênios, anjos, demiurgos, virá entregar em nossas mãos no tribunal da penitência”.

A fala de Padre Salvini que apesar de negar a escravidão como instituição oficial por acreditar que a escravidão da alma, que deve ser velada, é tanto mais desejável quanto mais eficaz aos propósitos de sujeição de todos os indivíduos, permite que possamos entrever a crítica anticlerical de Ribeiro atrelada à sua condenação do regime escravista, já que a passagem busca, sobretudo, ser reveladora do requinte de crueldade presente nas “medonhas doutrinas” apregoadas pelos jesuítas, tanto é que só são livremente afirmadas dentro de uma reunião intimista do capítulo, em: “recinto vedado a olhos e ouvidos indiscretos”.

Sobre a disputa entre colonos paulistas e jesuítas pela escandalosa posse da mão-de-obra indígena John Monteiro afirma que:

A frota de Tomé de Sousa trouxe entre seus passageiros alguns jesuítas que haviam de representar a pedra fundamental da política indigenista. Apesar de sua relativa autonomia, **pois respondiam antes ao general da ordem em Roma do que ao rei de Portugal**, e apesar do enorme poder econômico que acumulariam subsequentemente, nestes primeiros anos os jesuítas serviam aos interesses da Coroa como instrumentos da política de desenvolvimento da Colônia.

Oferecendo um contraponto à dizimação deliberada praticada pela maioria dos colonos, os jesuítas buscaram controlar e preservar os índios através de um processo de transformação que visava regimentar o índio enquanto trabalhador produtivo. Com o estabelecimento de aldeamentos, os jesuítas acenavam com um método alternativo de conquista e assimilação dos povos nativos. Conforme verificaremos adiante, este projeto malogrou, tendo graves implicações para a formação de uma relação amargamente conflituosa entre jesuítas e colonos na região.

[...]

Até certo ponto, a questão envolvia uma delicada discussão ética em torno da liberdade dos índios, discussão que, entretanto, tem sido descontextualizada na historiografia. O fato é que, mais especificamente o que de fato se disputava eram as formas de controle e integração na emergente sociedade luso-brasileira de grupos recém-contatados. Tanto jesuítas quanto colonos questionavam a legitimidade e os métodos utilizados pelo rival para arrancar os índios de suas aldeias natais, que abrangiam desde a persuasão ou atração pacífica até os meios mais violentos de coação. Uma vez consumada a separação, disputava-se o direito de administrar o trabalho dos índios já deslocados para a esfera colonial.¹⁰⁴

Já no que diz respeito à fatídica expulsão dos jesuítas da Vila de São de Piratininga no contexto de toda a instabilidade e transformações provocadas pelo fim da chamada União Ibérica, episódio mais dramático desse caldeirão de interesses políticos e econômicos que gerava inúmeros conflitos das mais diversas ordens, Monteiro esclarece que:

“Na verdade, a mentalidade escravista dos colonos não se chocava com as perspectivas da Coroa e nem mesmo com as dos jesuítas, no que se referia à questão do trabalho no Brasil. Porém, ao insistir no cativeiro manifestamente ilegal dos índios, provocou, no campo político, a oposição ferrenha dos padres inacianos. Afinal de contas, boa parte do poder e prestígio dos jesuítas no Brasil provinha justamente da sua enérgica defesa da liberdade indígena, o que, no contexto imediato do século XVII, não significava tanto a liberdade plena quanto a oposição específica a situações de escravidão ilegítima. A alternativa apresentada pelos padres propunha a liberdade restrita das missões, que cada vez mais tiravam de circulação os índios disponíveis para o mercado de trabalho colonial. Os jesuítas dispunham de bons motivos para criticar os paulistas, uma vez que estes adquiriam a maior parte de seus índios por vias reconhecidamente ilegais; ao mesmo tempo, porém, os colonos exerciam sua oposição aos jesuítas alegando que os padres retardaram o desenvolvimento de suas atividades econômicas.

O confronto fatal entre as partes foi alimentado em dois níveis distintos. Em nível local, os colonos opunham-se ao controle exercido pelos jesuítas sobre os quatro aldeamentos na imediações da Vila de São Paulo. Já na esfera intercolonial, os paulistas passaram a enfrentar os protestos e litígios dos jesuítas espanhóis decorrentes dos assaltos

¹⁰⁴ MONTEIRO, John Manuel. Opus cit. pp. 36-40.

praticados contra as missões das províncias do Guairá e Tape. **As diferenças irreconciliáveis entre as partes ocasionaram demonstrações de força de ambos os lados. Assim, diante das demandas dos jesuítas junto aos governos coloniais e ao Vaticano, que acarretaram novas medidas contra a escravidão indígena, os colonos não tardaram em responder, lançando mão da violência e expulsando os padres da capitania de São Vicente.**”¹⁰⁵
[...]

Especificamente a respeito do documento histórico que é citado por Júlio Ribeiro em sua narrativa, esse mesmo historiador da São Paulo seiscentista afirma que:

“A Coroa, certamente distraída por força dos iminentes conflitos que se iriam desencadear em torno da Restauração de 1640, respondeu de forma apenas lacônica aos apelos dos jesuítas. O Vaticano, por sua vez, foi mais decisivo, pressionando os colonos com a **publicação do breve de 3 de dezembro de 1639, o qual basicamente reforçava a bula de 1537 proclamando a liberdade dos índios das Américas.** Em meados de 1640, os jesuítas passaram a divulgar o conteúdo do breve, provocando tumultos em São Paulo, Santos e Rio de Janeiro. Ainda em junho desse mesmo ano, os representantes das câmaras municipais da capitania de São Vicente reuniram-se para discutir o assunto e, sob forte pressão dos principais moradores da vila de São Paulo, determinaram a expulsão incondicional dos padres, o confisco de suas propriedades e a transferência da administração dos aldeamentos para o poder público.”¹⁰⁶

Com relação à alusão ao episódio da suposta aclamação de Amador Bueno da Ribeira como rei dos paulistas, é preciso dizer que ele também estava totalmente imerso nas questões que envolviam apresamento indígena e as atividades comerciais e contrabando praticado por colonos paulistas e espanhóis que viviam no planalto, ademais estava,

¹⁰⁵ Idem p. 141.

¹⁰⁶ Idem pp. 145-147.

No que tange ao acordo que garantiu o retorno dos jesuítas a Vila de São Paulo treze anos mais tarde, também mencionado no diálogo em destaque do romance *Padre Belchior de Pontes*, John Monteiro demonstra que: “Apesar dos ódios e recriminações desencadeadas pelo incidente da expulsão, os jesuítas acabaram sendo readmitidos na capitania treze anos depois. No acordo negociado entre as principais facções dos colonos é um representante da justiça colonial, os primeiros tratavam de deixar claras as condições sob as quais os padres poderiam voltar. Em primeiro lugar, os jesuítas teriam de abandonar o litígio contra a expulsão e desistir de qualquer indenização pelos danos sofridos. No tratamento da questão indígena, os jesuítas deveriam abdicar do breve de 1639 ou de qualquer outro instrumento de defesa da liberdade indígena. Ademais, os padres deveriam negar assistência aos índios que fugissem de seus donos. Finalmente, adotando um tom mais conciliador, os colonos ofereciam como contrapartida a ajuda aos jesuítas na reconstrução do Colégio, o que de fato fizeram em 1671.

A expulsão, bem como as condições estabelecidas para a volta dos padres, demonstram de forma decisiva o obstáculo jesuítico colocado entre os colonos e seus índios. Os jesuítas, por sua vez, continuaram como poderosos proprietários de terras, uma vez que foi mantida a posse de Embu e Carapicuíba, acrescentando-se posteriormente **as doações da Fazenda Santana e da extensa propriedade de Araçariguama.** Todavia, apesar das aparências, os jesuítas tinham perdido o controle dos aldeamentos, e sua voz de oposição ao cativo indígena fora praticamente emudecida.”

sobretudo, relacionado ao contexto da Restauração Portuguesa, já que o episódio apesar de pouco documentado, sendo inclusive sua existência posta em dúvida por muitos, teria se dado logo após a coroação de D. João IV de Bragança. Assim, a aclamação de um rei paulista de origem espanhola, Amador Bueno, representava a apreensão que as novas diretrizes, pós União Ibérica, inspiravam, alguns colonos paulistas teriam apoiado a aclamação de um rei para os paulistas, pois receavam que seus interesses e negócios com a região do Prata, fossem prejudicados pela reestabelecimento da coroa portuguesa.

De acordo com a historiadora Adriana Romeiro:

A aclamação não era, portanto, uma prática política desconhecida das populações da América Portuguesa, e tampouco dos homens de São Paulo, que guardavam na memória o episódio da célebre aclamação de Amador Bueno, que, apesar de envolta em fumos de lenda, era tida por eles, desde fins do século XVII, como um evento verídico e irrefutável. O principal relato, de autoria de frei Gaspar da Madre de Deus, narra a recusa de Amador Bueno em ser aclamado rei paulista, como queriam os espanhóis que viviam na Vila de São Paulo, por ocasião da aclamação do duque de Bragança. Seus apelos à obediência ao novo rei foram em vão e, desesperado, refugiou-se no mosteiro de São Bento, prontamente cercado pela turba aos brados de "viva Amador Bueno, nosso rei: ao que ele respondeu muitas vezes, em voz alta: viva o senhor D. João IV, nosso rei e senhor, pelo qual darei a vida".¹⁰⁷

Na interpretação linear que Ribeiro traça, o suposto apoio dos jesuítas a esta sublevação teria sido um passo importante na direção de seus planos mirabolantes, uma vez que, diante da agitação e flagrante afronta à autoridade real, a coroa teria reconhecido a imprescindibilidade da presença jesuítica no planalto. É o que podemos inferir da fala do geral da Companhia: "Longe de concordar com padre Salvini sobre o passo que deram nossos irmãos, quando amotinaram a plebe para representar a farsa da elevação de Amador Bueno da Ribeira, aprovo e muito esse manejo: confirmou ele no pensar da monarquia portuguesa a crença de que fora nossa ausência a causa ocasional de um pronunciamento que nunca se daria estando nós presentes; e hoje considera-nos ela como indispensáveis em suas possessões para manter-lhe em fidelidade os súditos versáteis."

Como visto, a questão do isolamento geográfico e o relativo distanciamento da máquina administrativa da coroa portuguesa nessa região, de fato conferiu uma experiência particular para os paulistas nos primeiros anos do processo de colonização, o episódio da Aclamação de Amador Bueno, simboliza também na narrativa de *Padre*

¹⁰⁷ ROMEIRO, Adriana. Opus cit. pp. 271

Belchior de Pontes mais um reforço daquela construção histórica de que os paulistas desde sempre foram avessos à tirania monárquica, afirmando dessa feita, Júlio Ribeiro, o seu próprio republicanismo.

Todas as questões levantadas até aqui, que circunscrevem inicialmente apenas o prólogo do romance histórico *Padre Belchior de Pontes*, e abordam as questões que grassavam no início do século XVI e XVII envolvendo a Coroa portuguesa, seu processo de Restauração, a ordem dos jesuítas, indígenas e colonos paulistas, para Júlio Ribeiro ainda ressoavam com força na segunda metade do século XIX. Através de sua narrativa ficcional o autor buscou justamente construir pontes entre tais processos e seus posicionamentos políticos, estes contemporâneos a um momento em que a monarquia, o regime escravocrata e a igreja católica encontravam-se em cheque devido ao crescente movimento republicano, abolicionista e anticlerical, de cujos esforços no campo cultural *Padre Belchior de Pontes* é um representante. Assim, reiteramos que Ribeiro promoveu um deslocamento entre distintas temporalidades utilizando-se de alguns recursos na busca de legitimar e reforçar a veracidade de sua narrativa, utilizando-se como meio justamente a literatura, que não por acaso foi escolhida.

Nesse primeiro capítulo, procurei descrever e problematizar alguns aspectos presentes nos apêndices da edição de *Padre Belchior de Pontes* da *Ediouro*, da qual nos valem enquanto fonte primária, assim como busquei apresentar na sequência ao menos inicialmente algumas das questões de fundo histórico desenvolvidas por Júlio Ribeiro no Prólogo desse seu romance histórico.

Nesse sentido, foram feitos alguns apontamentos que mais adiante serão retomados para serem melhor avaliados e costurados com o restante da análise documental do romance. Por hora podemos concluir que esse primeiro momento se ocupou de apresentar algumas questões e pontos relevantes de nosso objeto e objetivo. Buscamos apresentar alguns lances das intencionalidades de Júlio Ribeiro ao compor um romance histórico que se ocupa de reconstruir alguns episódios envolvidos na Guerra dos Emboabas, cujos personagens, coroa portuguesa, jesuítas, colonos paulistas e povos indígenas escravizados, propiciavam a discussão a respeito do republicanismo, do anticlericalismo, e permitia encetar debates abolicionistas ainda que tímida e indiretamente. Assim buscamos pontuar alguns de seus mecanismos para aproximar duas temporalidades, e afirmamos que a escolha da literatura foi o primeiro deles.

Para a análise das distintas temporalidades que se sobrepõem em Ribeiro, uma vez que *Padre Belchior de Pontes* trata-se de um romance histórico cuja narrativa

inicia-se no ano de 1656, sendo que seu autor o publicou em 1976, seguimos a mesma metodologia do historiador Sidney Chalhoub que da mesma maneira desmembrou a obra *Helena* de Machado de Assis, acreditamos que é possível operar do mesmo modo com a obra de Ribeiro.¹⁰⁸

“Todavia, *Helena* não podia ser apenas o registro de certa estrutura de dominação: Machado escreveu tal romance em 1876, evocando as práticas sociais e o “clima” vigentes na década de 1850. Ou seja, é preciso ler *Helena* em suas duas historicidades: a da narrativa – anos 1850 – e a do autor – 1876 –, e considerar que houve, de permeio, a crise social e os debates políticos intensos que culminaram na lei de 28 setembro de 1871, depois conhecida como Lei do Ventre Livre. Escrito na perspectiva de quem presencia a emergência da crise nas formas tradicionais de domínio, *Helena* se torna também uma revelação, às vezes sutil, outras vezes aberta e até informada pelo propósito da denúncia, dos antagonismos e da violência inerentes às relações sociais vigentes durante “o tempo saquarema”.¹⁰⁹

Assim, à guisa de conclusão desse primeiro capítulo, acompanhamos o pensamento de Paul Ricoeur, de que o reconhecimento da dimensão narrativa da escrita da história, ao contrário do que muitos já afirmaram, não diminui seu potencial de reconstituir o passado através de seus fragmentos, na realidade ele contribui amplamente nesse sentido. A literatura ou o literato apreende o passado e o presente de um modo peculiar e diferente do historiador na escrita de sua história, no entanto esses modos podem se aproximar pela narrativa e contribuir para o esclarecimento do passado mutuamente.

Foi o que pudemos observar largamente a partir da observação da produção literária *Padre Belchior de Pontes*, da pena de Júlio Ribeiro, buscamos demonstrar que, a literatura se constitui em fonte privilegiada para a história, uma vez é claro observado o rigor metodológico pra sua abordagem, pois notifica os processos em curso dentro da dinâmica da história.

Para concluir, o *entrecruzamento* entre história e ficção na refiguração do tempo repousa, em última análise, nessa sobreposição recíproca, com o momento quase histórico da ficção trocando de lugar com o momento quase fictício da história. Desse entrecruzamento, dessa sobreposição recíproca, dessa troca de lugares, procede o que se convencionou chamar o *tempo humano*, onde se conjugam a representância do passado pela história e as variações imaginativas da ficção, tendo como pano de fundo as aporias da fenomenologia do tempo¹¹⁰.

[...]

¹⁰⁸ CHALLOUB, Sidney. *Machado de Assis Historiador*. São Paulo: Companhia das Letras, 2003.

¹⁰⁹ CHALLOUB, Sidney. Opus cit. p. 19

¹¹⁰ RICOEUR, Paul. Opus cit. p. 328

O incrível é que esse entrelaçamento da ficção à história não enfraquece o projeto de representância desta última, mas contribui para realiza-lo¹¹¹.

Assim, finalizamos destacando essa citação de Ricoeur por acreditarmos que esse primeiro capítulo buscou justamente ressaltar esse entrecruzamento entre história e literatura que constituem e são necessários para a compreensão do tempo e de seus diferentes extratos.

¹¹¹ Idem. p.318

CAPÍTULO II. A GUERRA DOS EMBOABAS EM *PADRE BELCHIOR DE PONTES*

Nesse segundo capítulo a análise se concentrará nas demais Partes que compõem o romance histórico *Padre Belchior de Pontes*, é importante esclarecer que esta produção literária da pena do “homem de letras” e imprensa Júlio Ribeiro, está dividida em seis Partes distintas, quais sejam: o Prólogo do romance intitulado “O Iluminado” já revisitado em capítulo anterior dessa dissertação; a Primeira Parte nomeada “Os Paulistas”; a Segunda Parte: “O Sertão”; a Terceira Parte chama-se por sua vez “Os Emboabas”, a Quarta Parte “A Guerra”; e por fim ainda têm-se o Epílogo da obra intitulado de “O Mártir”. Evidentemente destacaremos dentre todas, aquelas mais ligadas aos argumentos centrais da presente dissertação.

Assim, este capítulo retoma e aprofunda temas discutidos no primeiro capítulo, quando foram apresentadas dimensões da vida social e política de Ribeiro em relação à sua leitura da história de São Paulo e do Brasil narradas em seu romance histórico.

Nesse sentido, ao passo em que Júlio Ribeiro narra de seu modo particular, dedicando-se na Primeira, Segunda, Terceira e Quarta Parte com maior acuidade aos episódios da Guerra dos Emboabas, mote do romance e disparador de todas as matérias já mencionadas, ele aproveita o ensejo para discorrer longa e fartamente sobre questões de seu próprio tempo vivido.

Acompanhando a leitura analítica dessas Partes que integram o romance conseguiremos observar com maior clareza e em riqueza de detalhes, fornecidos pelo próprio Júlio Ribeiro, a sobreposição de temporalidades distintas em seu romance histórico, correspondendo às intencionalidades desse autor que, ao se deslocar no tempo e no espaço, pretendia abordar questões prementes de seu tempo experienciado. Apresentando, para essa operação, novos meios, mecanismos, metodologias e recursos que pudessem agregar ao seu discurso alguma legitimidade quanto à verdade histórica nele inscrita e que aqui serão ressaltados afim de que possamos apreender um dos objetivos centrais desse estudo, que é a compreensão das imbricações e interlocuções entre história e literatura que se dão nessa obra de Júlio Ribeiro, o romance histórico *Padre Belchior de Pontes*.

Assim, logo na Primeira Parte, intitulada coerentemente de “Os Paulistas”, devido ao seu teor que ora passamos a analisar, Júlio Ribeiro inicia a narrativa descrevendo um banquete “pantagruélico” que teria se passado em julho de 1707 em

uma fazenda localizada em Araçariguama de propriedade do próspero paulista Doutor Guilherme Pompeu de Almeida, aquela mesma personalidade histórica à qual Ribeiro já havia se referido em seu Prefácio à primeira edição do romance, nomeado *Ao Leitor*. Naquela ocasião Ribeiro afirmava ter verificado a veracidade da existência de tão notável propriedade “de visu”, expondo assim seu método empírico de investigação e averiguação dos fatos narrados. Destaquemos novamente a passagem prefaciada:

Um exemplo entre muitos: a riqueza incrível de Doutor Guilherme, a magnificência de sua fazenda em Araçariguama, a visita que lhe fez o Patriarca da Etiópia, nada disso é fabulado: como tive ocasião de verificar “de visu” lá está ainda em S. Paulo, na igreja do Colégio, escondida pelo supedâneo do altar de Santa Rita, a lápida que cobre os restos do Creso americano; acha-se até bem conservado o seguinte gongórico epitáfio em mau latim:

Hoc iacet in Tumulo Guilelmus; presbiter auro,
Et genere, et magno nomine Pompeius.¹¹²

No entanto, a descrição altamente pormenorizada em detalhes, tanto da mansão quanto do banquete, com entrecchos notoriamente imaginativos que se mesclam com referências à personalidades históricas de projeção, como é o caso do anfitrião Guilherme Pompeu de Almeida, e outros sobrenomes paulistas de renome como Luís Pedroso, Amador Bueno da Ribeira, Padre Belchior de Pontes, e o próprio patriarca da Etiópia, Manuel de Sá, vulto homenageado na ocasião cuja visita a Pompeu de Almeida teria sido regalada com tão grandioso repasto, não deixam dúvidas de que a afirmação em prefácio se trata de mais um mecanismo de Ribeiro para atestar a veracidade de sua reconstituição histórica. Temos aí mais uma mostra de sua genuína preocupação em angariar legitimidade a sua construção narrativa. Acompanhemos um trecho do romance:

Doutor Guilherme Pompeu de Almeida.

A mão nebulosa do tempo tem já quase delido **da memória da geração atual** este nome prestigioso que foi e deve ser sempre uma das glórias paulistanas. **Ruinosa capela em sítio agreste, uma inscrição sobre uma lápide – eis o que resta do fausto e luzimento do Creso americano**, cuja fama, atravessando os mares, ia reboar nos sertões da Abissínia, e deslumbrar o mais remoto oriente.

Era em Julho de 1707.

Estava em festa o prédio rústico de Araçariguama, residência habitual de doutor Guilherme.¹¹³

[...]

Na área murada que servia de pátio à capela da fazenda e que mediria mais de dois hectares, quatro bandas de música, abrigadas sob

¹¹² RIBEIRO, Júlio. Opus. cit.

¹¹³ RIBEIRO, Júlio. Opus. cit. p. 56

caramanchéis embandeirados, despertavam com doces acordes os ecos das montanhas vizinhas.

Inteligente e amestrada uma criadagem escrava movia-se sem confusão por toda a parte, recebia ordens, desempenhava serviços, provia a tudo.

As janelas e portas dos casarões, abertas de par em par, davam passagem às ondas deslumbrantes da iluminação esplêndida que faziam cintilar dentro **o ouro polido, a prata de labor a pedraria facetada de uma infinidade de jóias, de baixelas, de alfaías, de tesouros** que aí pareciam acumulados pela varinha de condão de um fada dos contos árabes.

Em quartos dispostos em galeria, sob cúpulas custosas **cem camas de alto**, de jacarandá envernizado, convidavam corpos lassos ao repouso, ostentando colchões estofados e travesseiros macios, dignos do mais requintado sibarita: rubejavam as colchas de veludo escarlata, brosladas de ouro; de deslumbrante alvura era a Bretanha dos lençóis arrendados e das fronhas crivadas; reverberava a prata das bacias, dos gomis e dos candelabros em que consumiam-se vagarosamente bugias perfumadas de cera colorida.

Nas varandas espaçosas banquetes opíparos, êmulos dos de Lucullo, e ante os quais pararia extasiado, se já nesse tempo vivesse, o próprio Brillat-Savarin, vergaram as mesas robustas, de pés e travessas artisticamente torneadas.

Era cousa assombrosa, pantagruélica, incrível a profusão de iguarias que aí se encontrava sobre peças de uma baixela fantástica: faisões reais, que recheados de tubaras, conservavam ainda por milagre culinário a parte brilhante de sua plumagem, ladeavam a porcos monteses assados inteiros, a peixes enormes, a veações de todo o gênero... um verdadeiro arquipélago de sopeiras, de terrinas, de pratos covos de vasos de todo o feito e matéria, de porcelana, de vidro, de prata, desafiavam o mais embotado apetite compotagens rescendentes, com legumes tenríssimos, com massas, com molhos com especiarias, com saladas, com tudo...

Doces esquisitos, conservas peregrinas, pompeando em compoteiras de cristal lapidado, andavam à compita pelo provocador do aspecto com o aveludado, com o formoso das frutas delicadas e raras de ambos os continentes...

Longas filas de garrafas de mil formas exibiam as gradações multicores dos vinhos famosos do mundo inteiro: o rubim líquido do Beaune velho mais ainda empalidecia os reflexos desbotados do jahannisberg e o ropázio a dsto do delicioso Tokay que lhe flamejava ao pé...

Em caçoulas de primoroso labor ardiam pastilhas aromáticas, levantando aos ares espirais tênues de fragrância suavíssima...

Enxameavam pelos salões homens de todos os tipos, de todas as classes da nobreza e do clero, cismando aqui, discutindo ali, jogando acolá, comendo além: falavam-se diversas línguas, e por vezes uma exclamação armênia maltesa interrompia uma conversação em tedesco ou em italiano; eram vários os trajares: a murça roxa de um gordalhudo bispo romano roçava pelo burel severo de um padre do rito grego, de cútis requeimada e compridas barbas; ; as casacas de seda dos fidalgos portugueses e paulistas contrastavam pelo escuro das cores com os capelhares alvejantes, com os corpetes bordados, com as bombachas encarnadas, com as polainas amarelas dos cavaleiros egípcios...

Na planície, que se estendia em frente ao pórtico do pátio da suntuosa vivenda, renques de cabanas, levantadas às pressas, serviam de abrigo a basta chusma de criados indígenas e estrangeiros, de todas as raças, de todas as condições, que por aí estanceavam...

Fogueiras descomunais em combustão ativa espantavam o frio que ia se tornando cortante: conquanto mais grosseiras, também abundosas eram as comidas e bebidas que com mão larga por essa gente se distribuíam...

Hospedava doutor Guilherme Pompeu de Almeida a Manuel de Sá, patriarca da Etiópia, que vindo da Índia à Bahia com luzido séquito, passara a S. Paulo com o fito único de conhecer de perto o paulista preclaro, cujo renome de ciência e riqueza lhe chegara aos ouvidos no centro de seus desertos.¹¹⁴

No trecho narrativo destacado, o autor situa temporal e espacialmente com exatidão a datação e o local em que os eventos descritos teriam se passado, o ano é o de 1707: **“Era em Julho de 1707”**, ou seja, anotamos um avanço de 51 anos do início dos eventos narrados que havia sido registrado no ano de 1656. Além disso, ainda mais uma vez o autor/narrador diferencia o tempo em que ele próprio se localiza do tempo narrado, marcando com a expressão **“memória da geração atual”** novamente uma distinção bastante enfática entre o contexto histórico relatado e o tempo de escrita, sendo este último a segunda metade do século XIX, momento em que Júlio Ribeiro viveu e produziu.

É possível extrair, ainda, a partir desse mesmo excerto, um dos movimentos que fazem parte do modo de construção da narrativa de Júlio Ribeiro: o uso “colado” de suas referências bibliográficas. Como visto, em seu texto de prefácio à primeira edição do romance ora em análise, Ribeiro cita nominalmente suas fontes e referências bibliográficas, nas palavras do historiador Antonio Celso Ferreira:

“Da relação, constam as obras históricas que formavam o repertório de leituras dos homens de letras da segunda metade do século XIX [...] Os heróis do livro são, em sua quase totalidade, extraídos dessas crônicas históricas: além do próprio padre Belchior, são romanceadas as ações de chefes bandeirantes como Amador Bueno – descendente de Amador Bueno da Ribeira – e dos emboabas, em contraponto ao jesuítas”.¹¹⁵

Bastante confiante a respeito da verdade encerrada nessas clássicas crônicas históricas e em seus respectivos autores, aos quais se reporta em seu prefácio, podemos verificar, acompanhando a passagem que descreve o banquete em homenagem à visita

¹¹⁴ RIBEIRO, Júlio. Opus. cit. pp. 56 e 57.

¹¹⁵ FERREIRA, Antonio Celso. Opus. cit. pp. 181-182.

do patriarca da Etiópia à propriedade do Doutor Guilherme Pompeu de Almeida, o modo comprometido com que Ribeiro se utiliza desses escritos setecentistas. Para avaliarmos e ficarmos em alguns poucos exemplos diante da profusão de amostras que poderíamos arrolar desse uso dependente ao longo de todo o romance de Ribeiro, acompanhemos, primeiramente em perspectiva comparativa, o modo como às informações coletadas e desenvolvidas por Ribeiro em sua narrativa ficcional aparecem originalmente na obra “Nobiliarquia Paulistana Histórica e Genealógica” do genealogista setecentista Pedro Taques de Almeida Paes Leme, para a seguir refletirmos como foram reinterpretadas e muitas vezes quase que parafraseadas por Ribeiro em *Padre Belchior de Pontes*:

[...] Era a casa do Dr. Guilherme Pompêo n'aquelles dias uma populosa villa, ou corte, pela assistencia e concurso dos hospedes. Para grandeza do tratamento da casa d'este heroe paulista basta saber-se, que fazia paramentar **cem camas, cada uma com cortinado proprio, lenções finos de bretanha guarnecidos de rendas**, e com uma bacia de prata debaixo de cada uma das ditas cem camas, sem pedir nada emprestado. Tinha na entrada da sua fazenda de Araçariguama um portico, do qual até as casas mediava um plano de 500 passos, todo murado, terreno servia de pateo á igreja ou capella da Conceição. **N'este portão ficavam todos os criados dos hospedes, que alli se apeavam, largando esporas e outros trastes com que vinham de cavallo; e tudo ficava entregue a criados, escravos, que para este politico ministerio os tinha bem disciplinados.** Entrava o hospede, ou fosse um, ou muito em numero, e nunca mais nos dias que se demoravam, ainda que fossem os de uma semana, ou de um mez, não tinha nenhum dos hospedes noticia alguma dos seus escravos, cavallos e trastes. Quando, porém, qualquer dos hospedes se despedia, ou fosse um, quinze, ou muitos ao mesmo tempo, chegando ao portão, cada um achava o seu cavallo com os mesmos jaezes, em que tinha vindo montado, as mesmas esporas, e os seus trastes todos, **sem que a multidão da gente produzisse a menor confusão na advertencia d'aquelles criados, que para isto estavam destinados.**

[...] Esta advertência era uma das acções de que os hospedes se aturdião por observarem que nunca jámais entre a multidão de varias pessoas, que diariamente concorriam a visitar e obsequiar dias e dias ao Dr. Guilherme Pompêo de Almeida, se experimentava a menor falta, nem ainda uma só troca de trastes a trastes.

Foi tão profusa a mesa do Dr. Guilherme Pompêo, que n'ella as iguarias de varias viandas se praticava com tal advertencia, que se acabada a mesa, depois d'ella, passadas algumas horas, chegassem hospedes não houvesse para banqueteal-os a menor falta. Por esta razão estava a ucharia sempre pronta. A abundancia do trigo n'esta casa foi tanta, que todos os dias se cozia o pão, de sorte que para o seguinte já não servia o que tinha sobrado do antecedente. **O vinho era primoroso, de uma grande vinha que com acerto se cultivava, e, supposto o consumo era sem miseria, sempre o vinho sobrava de anno a anno.**

[...] Teve o Rev. Pompêo a glória de hospedar por muitos meses a um bispo grego, que das Índias de Hespanha veio ter a S. Paulo para na frota do Rio de Janeiro se passar para Lisboa. **Depois hospedou ao padre Manoel de Sá, patriarcha da Ethiopia, que, vindo da Índia a Bahia, passou a S. Paulo em 1707, attrahido do nome do grande Guilherme Pompêo, a cuja conta correu, por noticias, que teve antecedentes da vinda do patriarcha, toda a despesa logo, que da Bahia chegou ao Rio de Janeiro onde o correspondente fez tratar ao patriarcha com toda a devida grandeza, com a qual embarcou para Santos, de onde passou a S. Paulo já conduzido pelo comboi de 100 indios, que todos carregados tinha mandado Pompêo para transitar dois dias de de jornada até S. Paulo o dito patriarcha.** Este prelado se confundiu de encontrar nas matas da villa de S. Paulo um varão tão bem instruido, que lhe não fazia falta a creação das cortes que Pompêo não tinha conseguido. **Enfim do Rev. Dr. Pompêo toda a noticia será sempre diminuta,** e duvidosa a expressão que se fez verdadeira **pela ocular experiencia** dos que alcançaram tanta magnificencia.

[...] **Não consumirá o tempo o grande nome,** que soube conciliar a docilidade sem alteração, a grandeza de animo sem notas de diminuição, a prudencia, a affabilidade, o amor e a caridade, que praticou até o fim da vida o heroe dos paulistas, o famoso, o saudoso e appetecido Guilherme Pompêo de Almeida, porque a memoria do seu nome durará sempre na noticia que se estabelece nos vindouros de uns para os outros. Não quiz que a campa do seu sepulchro tivesse mais armas que o breve epitaphio que lhe declarasse o nome. Jaz sepultado ao pé do altar de S. Francisco Xavier, que elle fundou; porém os padres do collegio de S. Paulo lhe mandaram abrir no mesmo marmore, que lhe serve de campa, o seguinte epitaphio:

*Hoc jacet in tumulo Guilhelmus presbiter auto
Et genus, et magno nomine Pompeyus. (7)¹¹⁶*

A inspiração da narrativa de Júlio Ribeiro nos escritos de Pedro Taques é bastante evidente. Observando-se os recortes e escolhas temáticas feitas, fica patente a aproximação dos conteúdos elencados e descritos entre ambas as obras, inclusive o caso da inscrição na lápide de Pompeu de Almeida que Ribeiro teria verificado “de visu”, aparece de modo idêntico na Nobiliarquia Paulistana. Não cabe aqui questionar o método enunciado por Júlio Ribeiro, e tampouco duvidar se sua pesquisa em campo teria de fato ocorrido ou não, aliás é bastante provável que ela tenha mesmo acontecido, uma vez que o túmulo referenciado em Araçariguama fica bem próximo da cidade de Sorocaba, localidade na qual Ribeiro residia a época em que iniciou a escrita desse romance histórico. Trata-se apenas de se ressaltar a instigante proximidade e a relação

¹¹⁶ LEME, Pedro Taques de Almeida Paes. **Nobiliarquia paulistana histórica e genealógica**. 5. ed. Belo Horizonte: Ed. Itatiaia; São Paulo: Edusp, 1980. (Reconquista do Brasil). Acrescida da parte inédita, com uma biografia do autor e estudo crítico de sua obra por Afonso de E. Taunay. 3 t. p. 117-119.

estabelecida entre sua narrativa com as obras que lhe serviram de referência bibliográfica. As semelhanças chamam atenção justamente por revelarem as preocupações metodológicas e de embasamento mobilizadas por Ribeiro ao produzir sua narrativa literária no limiar entre a história e a ficção.

O caso é análogo para outras referências bibliográficas citadas em prefácio por Júlio Ribeiro, sobretudo frei Gaspar da Madre de Deus com suas “Memórias para a História da Capitania de São Vicente” e “Vida do Venerável Padre Belchior de Pontes” de Manuel da Fonseca. Novamente para esse último existem passagens do romance que são desenvolvimentos fiéis daquilo que está expresso na obra precursora.

Assistamos mais um exemplo dessa inspiração que poderíamos dizer “*ipsis litteris*” daquilo que está posto na obra de Manuel da Fonseca e que se faz também presente no romance histórico de Júlio Ribeiro. Ao comentar algumas das táticas de combate das quais se valeu o partido emboaba durante o levante, especificamente a de atear fogo no acampamento inimigo no episódio do cerco ao Arraial Novo, Fonseca afirmou em sua obra que:

"de noite, intentaram os cercados queimar as casas, e não faltaram logo cinco emboabas, que, fingindo-se paulistas fugidos do fortim se animassem à empresa, e pegassem o fogo; mas com tão mau sucesso, que, conhecendo os paulistas o engano, lhes tiraram as vidas"¹¹⁷

Agora verifiquemos como os dados coletados dessa crônica setecentista aparecem na literatura de Ribeiro, quando paulistas e emboabas se encontram em pleno prélio. O plano de deitar fogo ao campo paulista, seguindo o exposto na obra de Fonseca, é retomado por Ribeiro sem que seja necessário qualquer tipo de julgamento crítico a respeito de veracidade histórica, e é apresentado por exatos cinco portugueses que o expõem a quem na narrativa de Ribeiro fora o chefe do exército emboaba, Ambrósio Caldeira Brant e a seu suposto lugar-tenente Antônio Francisco:

“- Senhor comandante?
- Entre, ordenou Antônio Francisco.
Entrou um homem da guarnição.
Ambrósio Caldeira acordou, sentou-se e perguntou, esfregando os olhos:
- Que temos?
- **Sou eu e mais quatro camaradas que desejamos falar a vossa senhoria.**
- Onde estão os outros?
- Aí fora. Permite que entrem?
- Certamente. Cheguem, senhores.

¹¹⁷ FONSECA, Manuel. *Apud* ROMEIRO, Adriana. Opus. cit. p. 204

Entraram quatro portugueses mais.

- Que querem?

- **Temos um plano que submeter à aprovação de vossa senhoria.**

- Diga.

- É sabido, senhor comandante, que os Paulistas pretendem incendiar-nos as casas.

- Sim.

- Eles pensam bem: as casas, cobertas de folhas de palmeiras como são, apresentam ótimo alimento ao fogo.

Isto, porém, não é o que importa: o que para remediá-lo era possível fazer-se, fê-lo o senhor lugar-tenente.

- Bem, prossiga.

- A idéia dos Paulistas sugeriu-nos uma idéia; seu plano deu-nos um plano.

- Qual?

- Antes de expô-los são precisas algumas considerações preliminares.

- Faça-as.

- Em campo raso à nossa frente, pouco seriam para temer os Paulistas: entrincheirados nas casas da povoação, são formidáveis.

- Em campo raso levantariam tranqueiras.

- Tranqueiras levantam-se com dificuldade; tranqueiras não são casas. Em campo raso, digo, dizimá-los-íamos das muralhas a tiros de espingarda. As casas deveriam ter sido destruídas.

Antônio Francisco e Ambrósio Caldeira entreolharam-se e sorriram.

O homem continuou:

- Mas o que não foi feito pode-se ainda fazer: a idéia que tiveram os Paulistas de atacar-nos com fogo despertou-nos a idéia de empregarmos fogo contra eles.

- Quer que se procure queimar a povoação?

- Exatamente.

- Atirando-lhes flechas inflamadas?

- Isso incendiaria uma ou outra casa somente.

- Como então?

- Indo lá **cinco homens** resolutos que pegassem fogo a um tempo a todas as casas, ao passo que uma sortida vigorosa, apoiada por viva fuzilaria das muralhas, desorientasse o inimigo.

- Sabe a história dos ratos que determinaram pendurar um cascavel ao pescoço do gato que os assolava?

- Sei, mas não acho paridade.

- Quem irá deitar fogo à povoação?

- Eu e meus quatro companheiros.

- Quem?

- Meus quatro companheiros e eu.

- Tal tentativa é uma loucura.

- Não, senhor.

- É a morte dos que a procurarem levar a cabo.

- É.

- Querem então votar-se a exílio certo?

- Não temos pais, não temos irmãos, não temos esposas, não temos filhos, somos sós no mundo. **A pátria para nós é tudo: por ela nos sacrificamos.**

Demais, perdemos apenas alguns dias de vida: este plano é a única probabilidade de igualarmos-nos às forças.

Se ele não for tentado, ou se não vingar, os Paulistas tomarão o forte, e a guarnição será passada a fio de espada.

- Mas é inútil assim mesmo tal cometimento: antes de incendiarem uma só casa serão presos e mortos.

- **Dar-nos-emos por Paulistas prisioneiros, fugidos do forte.**

- Logo e logo os reconhecerão.

- Vivemos muito tempo com os primeiros exploradores destes sertões, conhecemos de nomes todas as famílias paulistas, nenhum costume colonial nos é estranho, falamos até a língua sem sotaque pátrio.

- Admiro-o, senhor, disse Ambrósio Caldeira, e confesso-lhe que me causa tanto assombro a resolução que tomaram, como a linguagem de que se serve para fundamentá-la. Não o conheço; morava no arraial?

- Não, senhor: vim para o forte um destes dias.

- Nasceu no reino?

- Nasci.

- A que família pertence?

- A uma família obscura.

- Teve estudos?

- Tive, senhor, mas este interrogatório é desnecessário, e vexame. Desejo saber se aprova, o nosso plano, se permite que o ponhamos em execução, se o secundará ordenando a sortida.

- Que dizes, Antônio Francisco?

- Que digo? Que estes homens são dignos filhos de Portugal, que o plano é soberbo, e eu próprio dirigirei a sortida.

- Não o farás, que teu ferimento não o permite. Agora, senhores, quando querem que os auxiliemos?

- O sinal para a sortida, respondeu o homem que falara, será o incêndio da povoação: quando queimar-se se a primeira casa poderão atacar o inimigo. -- Hoje ou amanhã?

- Não o sabemos. Será quando houver ocasião propícia. Esteja vossa senhoria com gente pronta à espera do sinal.

- Bem, podem seguir. Vou consigo, vou dar as ordens precisas, disse Ambrósio Caldeira.

- Um abraço, meus bravos, um abraço antes de partir, exclamou Antônio Francisco, e com o braço livre cingiu ao peito cada um dos compatriotas.

- Até breve, disse ao ouvido do chefe da expedição, que, em que pese a Ambrósio Caldeira, eu estarei à testa da sortida.

- Até o dia do juízo, sr. Antônio Francisco, porque eu e meus companheiros não o veremos

mais: nós vamos morrer."¹¹⁸

O historiador Temístocles Cezar, em artigo sobre o regime de historicidade engendrado pelo IHGB, procura demonstrar como essa instituição fundada no ano de 1838 com o objetivo claro de contribuir com a construção e divulgação de um projeto de identidade nacional para o país recém-independente que espelhasse os anseios e

¹¹⁸ RIBEIRO, Júlio. Opus. cit. pp. 164-165.

interesses de uma elite econômica estabelecida no poder, transformou, através de seus membros, antigos escritos que apresentavam preocupações de ordem historiográficas em fontes documentais. Assim, o que anteriormente à fundação do IHGB era concebido como historiografia, tornou-se documento incontestável a serviço da comprovação da escrita, essa sim autorizada, dos intelectuais e pesquisadores membros do Instituto.

"É através da história que o sentimento patriótico é revelado tanto aos brasileiros quanto aos estrangeiros. No entanto, aqui, o orador não fala de uma história a ser feita ou desvelada, mas de uma história já feita, a qual é necessário examinar com um olhar crítico. A história feita no IHGB não foi sempre original; seus membros reconhecem a existência de produções que lhes antecedem, mas que precisam ser revisadas e corrigidas. Esse processo de *purificação* é o primeiro passo rumo à transformação daquilo que outrora era lido como história em fonte histórica, com a meta de servir de base à escrita da história da pátria. Tais procedimentos fazem parte da operação historiográfica conduzida pelos membros do IHGB com o objetivo de nacionalizar a cadeia cognitiva que narra os eventos desde o período colonial. [...]"¹¹⁹

Desse modo, em variados aspectos podemos identificar as concepções e práticas da escrita da história de Júlio Ribeiro com as orientações propostas pelos eruditos membros do IHGB. Nesse sentido, muito do que é possível apreender das inquietações e proposições historiográficas de Ribeiro, assim como seu modo de abordar a matéria histórica por meio da literatura, se aproxima dos direcionamentos promovidos no IHGB, sobretudo no que diz respeito à maneira como a história da pátria deveria ser redigida, de modo a vangloriar seu heróis e seus respectivos grandes feitos, ainda que a obra de Ribeiro seja um romance histórico. Aliás, a predileção pelo romance, ou mesmo a forma romancada de narrar os eventos do passado, também eram atributos valorizados e defendidos nos corredores do IHGB. Uma das características que liga Ribeiro à história produzida por esta instituição é justamente tomar crônicas e cronistas históricos como fontes documentais *sui generis*, que para eles não prescindam por essa razão de passar por qualquer crivo de dúvida ou criticidade enquanto portadoras da verdade, ou do que realmente aconteceu.

Todavia, retornemos a narrativa de *Padre Belchior de Pontes* no ponto em que a deixamos, pois temos ao longo da mesma uma série de outros exemplos do uso que Ribeiro faz desses escritos originários, valendo-se deles como fontes primárias.

¹¹⁹ CEZAR, Temístocles. Lição sobre a escrita da história: historiografia e nação no Brasil do século XIX. *Diálogos*, Maringá, v. 8, n. 1, p.11-29, 2004. p. 14.

O antijesuitismo de Júlio Ribeiro e a defesa da fé protestante.

A celebração da visita do patriarca da Etiópia, que como visto consta e é notificada também pela “Nobiliarquia Paulistana”, é ensejo no romance histórico para grandes revelações sobre a intimidade do rico anfitrião Guilherme Pompeu de Almeida, que quando solicitado por Manuel de Sá esclarece com maior acuidade a origem de sua imensa fortuna. Pompeu de Almeida, ao final de sua explanação, desabafa a respeito de seu desespero e infelicidade, apesar de tamanha opulência, causados por equívocos cometidos em tenra idade, nos idos de sua juventude. Segundo o que nos conta Júlio Ribeiro em seu romance histórico sobre a biografia desse ilustre paulista, quando muito moço ele teria se ordenado presbítero secular do hábito de S. Pedro, depois de um rompante impensado.

Alguns anos após a morte de sua amorosa mãe, Guilherme Pompeu teria se apaixonado por uma humilde camponesa e, embevecido pelos albos da sedução, teria se casado em segredo com ela sem poder, incorrendo pois, em pecado por ter desse modo rompido com seu voto de castidade. Mas uma vez temos de volta à cena o tema do celibato, que já havia sido brevemente explorado quando da ordenação do menino Belchior cooptado pela Companhia de Jesus, assim, Doutor Guilherme Pompeu de Almeida é mais uma vítima dos melífluos jesuítas, já que seu pai, homônimo, o teria enviado à cidade de São Salvador para adquirir as primeiras letras: “[...] mandou-me para S. Salvador da Bahia ainda em verdes anos: com o trato e doutrinas dos padres jesuítas meus espírito depressa amadureceu[...]”. Pouco tempo depois, Pompeu de Almeida teria adquirido o título de presbítero secular, em princípio sua intenção era mesmo de se tornar franciscano, no entanto, seu pai havia interferido negando-lhe os intentos, preocupado que estava a respeito da questão da herança dos vultosos bens que a família possuía, permitindo-lhe apenas a aquisição do hábito secular. Quando, alguns anos mais tarde, Doutor Guilherme se apaixonou por uma pobre camponesa, com a qual contraiu matrimônio e com ela tem uma filha, seu martírio teve início.

É interessante mais uma vez pontuar que tanto a oposição do pai de Pompeu de Almeida quanto à sua ordenação, como sua experiência juvenil ao lado dos jesuítas, também é assinalada por Pedro Taques em sua “Nobiliarquia Paulistana”. O doutor Guilherme Pompeu descreve, no romance, da seguinte forma os seus sofrimentos e angústias:

“- Ilustre doutor, dizia o primeiro, sois na verdade varão bafejado pela sorte: o que vejo, o que avalio por mim mesmo excede muito o que me tinha chegado por notícia, e que já julgava exagerado. Como conseguistes vós acumular esses capitais enormes que assombram a imaginação, e a que não fazem moessa a mais larga prodigalidade?

- São bens de família, que herdei de meus pais, excelentíssimo e reverendíssimo patriarca, e que Deus tem abençoado em minhas mãos não permitindo que diminuam.

- De longe deve ter vindo essa riqueza, que tanta e tão sólida só se ajunta no decurso de muitas gerações.

- De perto vem, pois meu avô, cujo retrato estais vendo ali à esquerda, passando para o Brasil em 1591 na comitiva de d. Francisco de Souza, sétimo governador geral do estado, trazia mais pergaminhos de nobreza no baú do que moedas de ouro na escarcela. As minas de Jaguamingaba, Jaraguá e Voturuna forneceram os elementos primeiros dos haveres nossos que meu pai aumentou com explorações repetidas no Peru e no Potosi, e que eu não tenho descurado de acrescentar também, mandando sempre gente às ricas lavras de Catanguás.

- Disseram-me que a vossa copa de prata pesava mais de quarenta arrobas?

- Tinha esse peso a que me legou meu pai; eu, porém, adicionei-lhe mais vinte arrobas, e mandei tudo a reformar no reino para que o valor do metal correspondesse o polido da obra.¹²⁰

- É pasmoso. Nunca saístes do Brasil?

- Não, excelentíssimo e reverendíssimo patriarca.

- Pois essa grande cultura de espírito, essa ciência vasta que tendes, onde as fostes beber?

- O pouco que sei, aprendi-o com os reverendos padres jesuítas do colégio da Bahia.

- Mas se sois graduado em filosofia e teologia pela Universidade de Roma?

- Permite que vos observe estardes mal informado. Não fui doutorado pela universidade de Roma, mas por "letras apostólicas" do santíssimo padre Inocêncio XII que quis dessa arte remunerar o meu tal ou qual amor pelo estudo.¹²¹

- Sois na verdade homem feliz em toda a extensão da palavra.

A esse dito do patriarca descorou visivelmente doutor Guilherme: um tremor nervoso percorreu-lhe os membros, como se o embate de pensamentos atrozes lhe confrangeria o cérebro.

¹²⁰ Essas notícias também foram retiradas da Nobiliarquia Paulistana: “Engrossou o seu copioso cabedal com a fertilidade das Minas-Geraes, para as quaes mandando numerosa escravatura debaixo da administração de zelosos feitores, recebia todos os annos avultadas remessas de ouro. Soube distribuir este grande cabedal, mandando a corte de Lisboa reformar a prata, que em muitas arrobas herdou de seus pais, e posta em obra mais polida, teve a copa mais primorosa que nenhum outro seu nacional.” LEME, Pedro Taques de Almeida Paes. Opus cit. pp. 117-118.

¹²¹ Informações também extraídas da Nobiliarquia Paulistana: “Estudou philosophia, theologia, da qual teve o grão de doutor por bulla pontificia. Foi tão amante da letras, que de grandeza e profuso de seu liberal animo tinham segura e protecção os sujeitos bem instruidos na historia sacra e profana. Teve excelente livraria, que por sua morte encheram os seus livros as estantes do collegio de S. Paulo, a quem constituiu herdeiro da maior parte dos seus grandes cabedaes. Nasceu elle na villa da Parnahyba, em cuja matriz foi baptizado a 24 de Abril de 1656. Fez assento no sítio de Araçariguama, onde fundou a capella de N. S. dá Conceição, a cujo mysterio teve cordial devoção, toda adornada de excellente talha dourada com muita magnificencia”

LEME, Pedro Taques de Almeida Paes. Opus cit. p. 116.

Pendeu a cabeça sobre o peito, e deixou escapar um suspiro doloroso, expelido do coração por angústia pungente. Seu interlocutor assustado ergueu-se de salto e, acercando-se-lhe, perguntou ansioso:

- Que é isso, doutor? Sentis alguma coisa? Quereis que chame gente?

Doutor Guilherme levantou para ele seu rosto pálido e desfigurado: depois, como cedendo a injunção íntima e irresistível, atirou-se-lhe ao seio, soluçando com voz entrecortada:

- O que sinto é que, sob estas aparências de felicidade, é, que, parecendo estar rodeado de tudo por quanto à ambição mais desvairada poderia anelar, seja eu o homem mais desgraçado que existe debaixo do sol!!!

[...]

Doutor Guilherme recolheu-se consigo por alguns instantes, depois com voz mal segura principiou:

- Nasci, excelentíssimo e reverendíssimo patriarca, na vila de Parnaíba. Meu pai, querendo que seu único herdeiro varão se consumasse em letras, mandou-me para São Salvador da Bahia ainda em verdes anos: com o trato e doutrina dos padres jesuítas meu espírito depressa amadureceu, e em poucos anos as abstrusidades de Homero e Virgílio, de Píndaro e Horácio, de Eschylo e Plauto não o eram mais para mim; a filosofia e a teologia abriram-me os seus campos, e ao passo que nas - "Meditações" - de Descartes eu aprendia a pensar, a "Suma Teológica" - de Tomaz de Aquino ensinava-me a conciliar a razão com a fé. [...]

[...] Por oito dias disputou-me a morte, e quando ergui-me do leito estava decidido sobre a minha vocação, até esse tempo incerta: queria ser frade mendicante da ordem de S. Francisco. Com súplicas irresistíveis atalhou-me o intento meu pai, a quem os reverendos padres do colégio o tinham comunicado, procurando conciliar as suas esperanças com os meus anelos, deu-me o boníssimo velho licença para tomar ordens de presbítero secular do hábito de S. Pedro.¹²² Ordenei-me de fato alguns anos depois[...]"¹²³

O patriarca escuta solidário o desabafo desesperado de doutor Guilherme e o narrador em terceira pessoa conta-nos que há ainda um outro expectador dessas confissões, que é justamente “o venerável” Padre Belchior de Pontes, agora não mais menino e sim já “um velho de frente calva”¹²⁴, trajado com uma roupeta negra que o identificava como padre jesuíta: “a roupeta negra que o envolvia e o crucifixo dourado

¹²² Ainda uma vez, passagem inspirada na Nobiliarquia Paulistas: “Guilherme Pompêo d'Almeida foi o mimo de seus pais, como unico varão, e com os desejos de o verem bem instruido o mandaram para a cidade da Bahia aprender a lingua latina nos pateos do collegio dos jesuitas, onde se consumou excellente gramático (6). Foi dotado de grande viveza de engenho e docilidade, sobre que sahia muito um natural respeito, que soube sempre conciliar dos estranhos, patricios e parentes. Abandonando ficar herdeiro do grande cabedal de seus pais, que intentaram n'este filho perpetuar a sua casa, teve vocação de ser religioso franciscano na provincia da Bahia, onde se achava, o que sendo communicado a seus pais, lhe atalharam com rogativas este religioso intento, e cedeu o ás supplicas paternaes, assentando presbytero secular.”

LEME, Pedro Taques de Almeida Paes. Opus cit. p. 116.

¹²³ RIBEIRO, Júlio. Opus. cit. pp. 58-60.

¹²⁴ Idem, p. 60.

que lhe brilhava no peito indicavam-no claramente como discípulo de Loyola”¹²⁵. A certa altura o respeitável religioso não consegue se conter e interfere na conferência entre o patriarca da Etiópia e Doutor Guilherme para prestar sua solidariedade e confessar, por seu turno, as angústias de seu coração, também dilacerado pelo celibato e pela implacável perfídia dos jesuítas que o haviam cooptado também quando era apenas uma criança.

Após o franco desabafo de Padre Belchior de Pontes, ele e o patriarca buscam meios para remediar as aflições de Doutor Guilherme, já que para a sua própria tragédia não havia mais tempo hábil que a revertere: “Não há mais esperança para ele; mas para a dor que te consome, Guilherme Pompeu de Almeida, ainda existe lenitivo!”, pois segundo o agora jesuíta, já haviam se passado 51 anos desde que a “a coroa virginal da única mulher que amou foi tirada por outrem”. Assim, os dois varões anciãos preparam-se para tomar medidas cabíveis e mobilizar contatos em Roma para que a ordenação de Guilherme Pompeu de Almeida fosse revogada.

No entanto, o momento mais interessante dessa passagem se dá quando Padre Belchior de Pontes, pela primeira vez, demonstrar-se-á um crítico mordaz dos dogmas da religião católica, com ênfase nas decisões institucionais decretadas por meio de Concílios que, seguindo o argumento discursivo do autor/narrador do romance, extrapolavam as recomendações e preceitos inscritos no evangelho. Assim, a personagem cujo nome intitula o romance histórico de Júlio de Ribeiro, por meio de várias falas e diálogos, questiona doutrinas católicas, aproximando-se por sua vez da fé protestante.

O patriarca inicia o intento criticando o celibato na tentativa de amainar o desespero de doutor Guilherme, acompanhemos a passagem em sua totalidade:

- Doutor Guilherme, em minha humilde opinião “o celibato clerical” não é um dogma de fé, mas sim uma disciplina estabelecida por Gregório VII para ter mão nos desmandos da igreja; acho até que, não se compadece ele muito com o espírito do cristianismo que não quer por forma alguma subtrair seus ministros às doces afeições de família, instituídas pelo próprio Criador no paraíso. O apóstolo Pedro foi casado, e o grande discípulo de Gamaliel disse terminantemente que importava ser o bispo esposo de uma só mulher, que a todos assistia o direito de andarem em companhia de uma irmã na fé, que, enfim, melhor era casar-se o que não pudesse ser continente do que abraçar-se no fogo da concupiscência. Mas a santa sé falou por boca de Hildebrando, e nós não podemos sem incorrer em heresia invocar o testemunho das Escrituras.

Resta-nos uma outra face da questão, e essa favorável, porque se apoia em um caso julgado da nossa própria história.

¹²⁵ Idem, p. 60.

Na infausta jornada de Alcácer-Kibir morreu sem deixar sucessor o jovem rei d. Sebastião. Ao chegar ao reino a tremenda nova tomou conta do governo com o título de "protetor", o cardeal d. Henrique, tio do monarca: confirmada a vacância definitiva do trono, foi ele aclamado rei.

Ocupava então o sólio pontifício o célebre Gregório XII: prevendo esse papa inteligente as desordens que surgiriam em Portugal, se morresse sem prole o velho rei, lavrou um breve que o autorizava a contrair matrimônio que assegurasse sucessão à coroa. O cardeal, que durante sessenta e seis anos soubera merecer o renome de "casto", não quis aproveitar-se da concessão: mas o precedente ficou e vai-nos agora servir. Brillhavam esperançosos os olhos do doutor Guilherme que com sua costumada perspicácia tinha já devassado o pensamento do patriarca.

Este prosseguiu:

- Sob o nome de Clemente XI rege hoje o mundo cristão o ambicioso João Francisco Albani. Com desmedido ardor sustenta ele a causa de Filipe V contra o arquiduque Carlos na "guerra de sucessão" que ora devasta a Europa; seus emissários estão em todas as cortes, e o dinheiro escoa-lhe por entre os dedos como a água que se deita em um crivo...

Não deixará ele por certo de deferir um requerimento bem redigido que leve citado o aresto do cardeal rei d. Henrique, e que vá acompanhado do donativo de algumas arrobas de ouro.

O cardeal Capelli, seu conselheiro, advogará bem uma causa que faça para os cofres de S. Pedro um milhão de cruzados.

É pois minha idéia, doutor Guilherme, que mandeis um enviado a Roma com uma petição vossa renunciando às ordens de presbítero, e requerendo a secularização plena, com todos os seus efeitos civis: da inteligência do vosso procurador e da vossa liberalidade depende todo o êxito da negociação.

Entendo, com já disse, que o estado matrimonial não é por forma alguma incompatível com o ministério de Jesus; uma vez, porém, que a santa sé proclamou por intermédio do vigário de Deus a necessidade do celibato, mais vale ser bom cristão leigo do que clérigo corrompido e lacerado de remorsos. Que dizeis, venerável padre Belchior de Pontes?

- Que falastes como um anjo, excelentíssimo e reverendíssimo patriarca: o projeto que desenrolastes era também o meu, mas com a diferença de que o vosso conhecimento da gestão dos negócios da cúria romana tornou-o muito mais exequível. Uma cousa todavia cumpre confessar: estou com o ânimo dúbio, com o espírito vacilante...

Ouvindo-vos a vós, príncipe da igreja, prelado do pontífice, autoridade legítima na interpretação das Sagradas Letras, parece-me estar ouvindo a voz de minha própria consciência que diz acharem-se em contradição decisões dos concílios com as doutrinas do Evangelho. Com efeito, se o Divino Mestre via com tão bons olhos o casamento de Pedro, que até visitava e curava-lhe a família; se à exceção de Barnabé e de Paulo, os apóstolos andavam em companhia de suas esposas; se os bispos da igreja primitiva tinham filhos que educavam-se no santo temor de Deus - porque interdizer um papa essa ligação honrosa, venerável, instituída e sancionada pelo fundador do catolicismo?

- Tresvariais, padre Belchior de Pontes?

- Não tresvario, argumento... E a salvação gratuita pela fé, a nulidade das boas obras, a mediação exclusiva de Jesus, a proscrição do juramento, a condenação das imagens - serão outras tantas variações de meu cérebro enfermo, ou ensinamentos da Escritura que a santa sé condena?

Doutor Guilherme espantado média o jesuíta que se levantara solene como um dos profetas bíblicos.

O patriarca, erguendo-se por seu turno, disse com voz lenta:

- Padre Belchior de Pontes, nunca supus que pudessem ter minhas palavras tão funesto alcance. As muitas letras vos tiram o sentido; esquece-vos um texto que reduz a pó todas as cogitações heréticas que vos sugere o demônio, procurando tentar-vos a vós, homem escolhido de Deus. Gravai em vosso coração com caracteres de fogo estas palavras de Jesus ao pescador da Galiléia - Tu és Pedro, e sobre esta pedra edificarei a minha igreja. - E o papa é o legítimo sucessor de Cefas.

O jesuíta baixou a cabeça... depois, rompendo em soluços, exclamou:

- Sim... abafe-se o coração numa roupeta, porque o papa é sucessor de Pedro; atravesse eu, atravessem milhares de infelizes, tristes e sós, os páramos da existência, sem uma carícia, sem um consolo, porque o papa é sucessor de Pedro; abreve-se-nos a alma do fel do desespero, porque o papa é sucessor de Pedro; descrevemos do Cordeiro Imaculado, percamos a salvação eterna, porque o papa é sucessor de Pedro!!! Ai, não foi essa a intenção d'Aquele que não vendia graças por ouro, d'Aquele que morreu na cruz pelos pecadores!!!

O patriarca e doutor Guilherme tinham-se aproximado inconscientemente do jesuíta: ao terminar ele a violenta apóstrofe arrancada do imo da alma por dor imensa, esses três nobres corações palpitaram juntos em longo amplexo e suas lágrimas se confundiram.”¹²⁶

Faz-se necessário considerar como este excerto extraído do romance vai ao encontro das intenções de Ribeiro em promover, por meio de sua narrativa ficcional, uma divulgação e uma defesa aguerrida do protestantismo e de seus princípios fundamentais. Afinal, como já mencionado, na época em que redigiu e publicou primeiramente no formato de folhetim o romance histórico *Padre Belchior de Pontes*, entre o final do ano de 1874 até 1876, quando a obra foi integralizada, Júlio Ribeiro frequentava assiduamente a igreja evangélica, e isso pelo menos desde 1867, e havia inclusive se inserido e estabelecido definitivamente relações profissionais e familiares no seio dessa comunidade protestante da cidade de Sorocaba.¹²⁷

Assim, o romance histórico se torna um veículo privilegiado para que Ribeiro milite também por sua confissão religiosa, para além do republicanismo e do cientificismo. Na realidade, é preciso compreender todas essas causas pelas quais Júlio Ribeiro combate em *Padre Belchior de Pontes* de maneira imbricada, já que elas buscam justificação umas nas outras e alinham-se intimamente com as experiências e a trajetória intelectual, profissional e pessoal de Júlio Ribeiro como homem da segunda metade do século XIX, homem livre na ordem escravocrata, porém despossuído de cabedais e sobrenome influente, como bem pontuado pela historiadora Célia Regina da Silveira.¹²⁸

¹²⁶ RIBEIRO, Júlio. Opus. cit. pp. 63-65.

¹²⁷ SILVEIRA, Célia Regina da. Opus cit. 41-66.

¹²⁸ SILVEIRA, Célia Regina da. Opus cit.

Diante disso, é preciso compreender as ácidas críticas endereçadas à Igreja católica, consubstanciadas em seu discurso altamente antijesuítico proferido em *Padre Belchior de Pontes*, não somente por ela simbolizar um dos pilares da monarquia no Brasil mas, sobretudo, por representar uma ameaça à liberdade de culto e o sufocamento de outras crenças. Tamanha indisposição para com a Companhia de Jesus, e à centralidade de suas ações no passado colonial no romance, devem ser entendidas também pelo papel fundamental que esta ordem religiosa desempenhou no contexto da Contrarreforma, entre outros aspectos.

Acompanhemos outro momento do romance em que Ribeiro é ainda mais direto com relação a essas intenções, os capítulos “Deus Ex Machina” e “A palavra de Deus – O Ensino dos Homens”, localizados na Segunda Parte da narrativa intitulada “O Sertão”, tratam praticamente de uma pregação da fé protestante! Quando os paulistas se encontram já em meio aos sertões incultos, em plena marcha para o encontro com o partido emboaba no Rio das Mortes, Padre Belchior de Pontes e Amador Bueno da Ribeira dialogam:

- Amador Bueno, dizia o mais velho dos dois indivíduos, é mister que eu seja franco contigo.

- E podeis sê-lo, padre Belchior de Pontes. Sou paulista e sei corresponder à confiança em mim depositada.

- Estaremos completamente a sós?

- Eu o creio.

[...]

- Amador Bueno, responde com lhaneza: achas justa esta guerra?

- Que guerra?

- Esta em que estamos metidos?

- Contra os "emboabas"?

- Contra quem mais? estás obtuso? não compreendes?

- Compreendo muito bem, mas acho estranha a pergunta, reverendo padre.

- Pois para fazê-la a tempo vim eu de Piratininga, atravessei por sertões inóspitos, tomei um roteiro pouco sabido que, dobrando os perigos, encurta a distância. Repito: achas justa esta guerra?

- Mas se em Piratininga a declarastes vós "guerra de direito, guerra de dever, guerra sagrada", e isto quando pedia dos vossos lábios a decisão suprema! Lembram-me ainda as vossas palavras, homem de Deus, tenho-as presentes na memória, flamejam a meus olhos! Dissestes:

'Armai-vos e voai ao combate! Os pecados dos inimigos chegaram até o céu, e o Senhor se lembrou de suas iniquidades! Fazei-lhes o que eles também vos fizeram, e pagai-lhes em dobro, conforme as suas obras: no cálix em que vos deram a beber dai-lhes a beber dobrado! Olho por olho, dente por dente!'

- Insisto: paulista, achas justa esta guerra?

- Paulista! um paulista fala sempre com o coração nas mãos. Quereis a verdade? Ei-la: - Eu, que aceitei o vosso alvitre, que pus-me em campo, que estou em marcha contra o inimigo, digo-vos com sinceridade: Não, não, três vezes não!

Houve um momento de pausa.

- Nem eu! disse alfim com voz lenta Padre Belchior de Pontes.

Amador Bueno encarou fito o jesuíta: seus lábios tremeram como se ele quisesse falar; nada disse.

- Sei o que se passa em teu espírito, acudiu o interlocutor; leio em teu rosto o assombro que te causa a minha contradição... Mas ouve-me, que te vou abrir os arcanos de minha consciência.

- Não vos compreendo, mas respeito-vos, padre Belchior de Pontes: longe estou de formular uma censura à impecabilidade de vosso caráter.

- **Escuta, Amador Bueno: Esta guerra é a manifestação de um fermento que vem de longe. Há uma mão oculta que a move desde remotos tempos, é a força desconhecida que dirige entre nós, como em todo o mundo, a torrente dos acontecimentos.**

- A providência de Deus?

- Não: a política dos homens. **Desde que a população desta colônia dos Brasis foi crescendo e tomando vulto, foi também medrando um princípio de rivalidade entre os filhos do país e os imigrantes da metrópole. Em Piratininga esse princípio, bafejado pela força de que fiz menção, domina exclusivamente, disfarçado todavia por certa aparência de submissão e respeito. Os paulistas não primam por fidelidade à monarquia portuguesa, e o fato que se deu em 1641 com teu ascendente, Amador Bueno da Ribeira, é uma amostra eloqüente da verdade que ousou manifestar.**

A descoberta dos terrenos auríferos de Minas Gerais veio proporcionar um teatro vasto para o embate livre desses elementos antagônicos: **sem sujeição à autoridade, palavra oca nestes sertões**, sem o freio da moral, sem o temor de Deus, acham-se em campo, frente a frente, a ambição dos forasteiros e o orgulho dos paulistas. O direito do mais forte é o único que reconhecem, e o resultado é esta guerra.

-Mas que política, que força é essa de que falais, que põe em jogo as más paixões dos homens aqui e em toda a parte para dirigir a torrente dos acontecimentos?

- **Essa força...**

- **Sim.**

- **É a Companhia de Jesus.**

Amador Bueno levantou-se como impelido por uma mola.

- Quê?! exclamou; a Chave de Jesus, a congregação santa, a corte de Deus na terra?!!! E quem o diz? um varão respeitável, um santo, um jesuíta!

- Um mártir.

- Estarei eu louco?

- Não estás: senta-te.

Amador Bueno, deixou-se cair na rede, cobrindo a fronte com as mãos.

Padre Belchior de Pontes prosseguiu.

-Amador Bueno, confio na tua lealdade e, já to disse, vou te patentear os segredos do meu coração. Quero que me ajudes a desfazer em parte o mal causado, a conjurar a tormenta que provocamos.

A Companhia de Jesus é uma associação monstruosa, em cujas mãos a religião santa do mártir do Calvário não passa de uma alavanca. Nas crônicas secretas, nas práticas hodiernas, nas ordens que recebo tenho aventado os fins tenebrosos da instituição de Loyola, eu, humildade instrumento que ela torce como um vime, sacrifica como a uma hóstia, que despreza como a um imbecil.

- Padre...

- Sim, Amador Bueno, em vez de trabalhar pela ilustração do espírito humano, ela o abisma em trevas; pregando a paz e a humildade, ela acalenta o orgulho e fomenta a guerra; missionando nos Brasis pela liberdade do índio, ela prende-lhe ao pescoço o grilhão da teocracia.

- Salvo o acatamento que vos devo, estais tresvariando. A causa imediata de nossos males não são os vossos piedosos colegas, os santos padres de Jesus, mas sim mudos religiosos de congregação diversa, esporeados pela ambição, queimados pela luxúria - Frei Conrado e frei Francisco de Menezes.

- Emissários inconscientes da Companhia, manequins que ela move a seu sabor, devassos que ela aproveita.

- Meu Deus!

- Sabes tu o que quer a Sociedade de Jesus?

- A difusão do Evangelho por todo o mundo...

- A escravização da consciência em todo o orbe. Próximo ou remoto, ela quer o futuro das nações, quer sugar-lhes a seiva, quer reinar absoluta e desassombradamente. Não se atira sobre a presa: fascina-a e espera-a.

- Esta guerra é uma de suas obras, é a realização de um de seus planos, é uma roda de seus mecanismos. Quem incita os "emboabas"? Frei Conrado e frei Francisco de Menezes. Quem estimula os paulistas? Padre Belchior de Pontes. E quem é frei Conrado, quem é frei Francisco de Menezes, quem é padre Belchior de Pontes? - Os dois primeiros são almas tismadas nos pegos da iniquidade, aleijões sociais, sem sentimentos humanos, impudicos, capazes de tudo; o último é um caráter fraco, um coração morto pelo sofrimento, sem energia para lutar, esmagado pelo desânimo. São três manivelas, de ordem diversa é verdade, mas que desempenham satisfatoriamente as funções para que foram destinadas.

Amador Bueno não replicou, em suas feições debuxava-se a imobilidade do pasmo. Seu espírito, avezado desde o primeiro bruxulear da razão a enxergar na igreja de Roma e principalmente na Companhia de Jesus a encarnação viva da impecabilidade de Deus aniquilava-se perante o mundo de ideias novas, absurdas, incríveis, que rebentavam-lhe às palavras de um homem que sempre considerara inspirado, de um vidente, de um traumaturgo...

Parecia-lhe tão monstruosa a confrontação do que sempre tivera por verdade com as revelações inopinadas que ora ouvia, que esquivava-se à tarefa de raciocinar, amedrontado da conclusão... O juízo proferido mesmo no foro íntimo, nos arcanos da consciência, sem a articulação de um só sim, assombrava-o como um sacrilégio...

Não havia também apelar para demência do velho sacerdote: suas palavras vinham tão dos seios da alma, eram tão doridas, que Amador Bueno sentia-se convencido a seu pesar.

E sofria. Não se abala uma fé sem que se devaste uma alma; o morrer de uma crença é como o desarraigar de uma árvore - deixa uma chaga.

Padre Belchior de Pontes foi por diante:

- Amador Bueno, não entro contigo em considerações de outra ordem, que me torturam o viver: não quero patentear-te todos os abismos lóbregos de minha alma, em que coriscam, como lampejos do inferno, os anseios sem nome da dúvida... Fica onde estás e sê feliz... Mas é preciso que saibas que esta guerra é iníqua, que a Companhia de Jesus que a fomenta está condenada por Deus, que levá-la a seu termo é atirar rolos de incenso aos pés de Satanás!

- Eu ensandeco... a Companhia de Jesus condenada por Deus!

- Desde a sua fundação!

- O instituto de Inácio de Loyola!

- Serpente astuta, pélagos de ambição sem costas, sem praias, sem limites.

- De Diogo Laynez!

- O mais dissimulado hipócrita que esteve em Trento.

- De Claudio Aquaviva!

- O fautor do regicídio.

- Do venerável Anchieta!

- O Carrasco de João Boles.

- João Boles era um herege...

- João Boles foi um mártir.

Amador Bueno levantou-se, deu alguns passos pela barraca; depois, cruzando os braços, estacou em frente de seu interlocutor.

- Padre, disse, é de todo o coração, com a consciência tranqüila, sem sentir arder no cérebro a chama do desvario, que me falais, que acusais a Companhia?

- **Responda-te o volver de quase dois séculos, o testemunho de cinco gerações...**

Onde se agitam questões de vida ou de morte para a humanidade, onde se embatem os interesses das gentes, onde tumultuam as paixões dos povos procura, procura bem, que oculto na sombra, sumido nas trevas deparar-te-á o vulto sinistro do jesuíta. Vê-lo-ás no concílio de Trento proscrevendo a leitura da Bíblia impondo à consciência uma golilha de ferro, circunscrevendo a religião com uma muralha de bronze: vê-lo-ás junto de Carlos IX, benzendo os punhais para a matança de São Bartolomeu; vê-lo-ás alucinando a mente do sombrio dominicano, Jaime Clemente, para assassinar Henrique de Valois; vê-lo-ás armando Chatel e Ravaillac contra Henrique de Navarra; vê-lo-ás nos camarins das prostitutas Montespan ou Menos, solicitando a revogação do édito de Nantes; vê-lo-ás ao pé de Filipe V, pregando "a guerra de sucessão" vê-lo-ás em Lisboa, instigando Pedro II contra Felipe V; vê-lo-ás em Piratininga elegendo rei a teu parente; vê-lo-ás "neste pouso" a dirigir-te contra o "emboabas"; vê-lo-ás no Rio das Mortes, açulando os "emboabas" contra ti. Por toda a parte, em todo o lugar, na Etiópia e no Paraguai, em Pekim e em São Vicente, na corte dos reis, nas alcôvas das rameiras, nos comícios dos povos, no púlpito, na escola, no confessionário, no seio do lar, sobre as ondas do oceano, em desertos áridos, no âmago dos sertões, no coração das florestas encontrarás sempre o padre de Jesus, risonho e insidioso, flexível e traiçoeiro.

- Padre Belchior de Pontes, uma pergunta, mas que requer ser respondida com se a fizera o próprio Deus; vai nela a salvação ou a perda de uma alma. Sois cristão?

- Sou cristão.

Amador Bueno calou-se por momentos, e padre Belchior de Pontes, puxou de trás da rede uns alforjes de viagem, abriu-os e tirou um livro que, pelo rostido da capa e pelo dobrado das folhas, mostrava ter sido versado diurna e noturnamente.¹²⁹

[...]

- Padre, o que é ser cristão?

- Ah! queres mesmo morder no fruto proibido, queres conhecer a distinção entre o bem e o mal? Eu to digo - Ser cristão é reconhecer a Deus como o criador de todas as cousas, como o ente espiritual único em sua essência, trino em pessoas, imutável em sua natureza, onipotente, justo, bom, misericordioso, santo, perfeito, infinito; é reconhecer que o homem, criado em estado de inocência, decaiu pelo pecado e perdeu-se com toda a sua posteridade para todo o sempre, sem o recurso de apelo, sem conservar o mínimo direito de agravo; é reconhecer que, a não ser o próprio Deus, ninguém poderia redimir a culpa; é reconhecer que o verbo, que o Filho de Deus, que a segunda pessoa da Trindade baixou à terra, tomou carnes, fez-se homem, foi tentado, padeceu, morreu, salvou a humanidade; que baixou ao seio da terra, que ressurgiu triunfante, que está junto do Pai, que há de vir no dia da ira separar os escolhidos dos réprobos, como um pastor aparta as ovelhas dos bodes; é reconhecer que ele é o único mediador, que Ele é o único advogado, que Ele é o único intercessor entre o Deus pai e os filhos condenados de Adão; e não dar valor às obras pias, aceitar de graça a salvação pela fé, humilhar a fronte e dobrar os joelhos, qual o camelo que tem de passar pela porta baixa de uma muralha; é ter certeza de salvação, com confiança plena e exclusiva no valor do sangue, que, vertido no Gólgota, apagou os pecados do mundo...

- Não é esta a doutrina da igreja.

- Mas é a doutrina de Jesus.

- Negais o valor das obras, e o cumprimento da Lei coopera na salvação.

- "Se a justiça é pela Lei, segue-se que Cristo "morreu debalde".

- Reduzis a nada a mediação dos santos.

- "Há um só Deus e um só mediador entre Deus e os homens, Jesus Cristo homem".

- Excluis da redenção o vulto venerando da Virgem.

- Ela própria reconhecia a necessidade de um Salvador.

- Não me falais no sacrifício da missa.

- O sacrifício da missa derrota o do Calvário.

- Nada dizeis sobre o sacerdócio.

- Exceto Cristo, não há sacerdotes.

- A presença real no sacramento da Ceia?

- O sacramento da Ceia foi instituído em memória do Divino Mestre: onde se faz memória não há presença real.

- O santo pontífice de Roma?

- "É o homem do pecado, o filho da perdição, que se opõe e "se eleva sobre tudo o que se chama Deus, que é adorado, que se "assenta no trono de Deus, ostentando-se como se fora Deus".

- Padre...

- Não o sou: padre quer dizer pai, e Cristo disse: "A ninguém chameis Pai vosso sobre a terra, porque um só é vosso pai que está nos céus.

¹²⁹ RIBEIRO, Júlio. Opus. cit. pp. 102-106.

- Perco, perco a cabeça! Quem vos comunicou esta doutrina estranha, herética, e todavia plausível, concludente, lógica?

Este livro.

E padre Belchior de Pontes abriu no frontispício o volume que tinha entre mãos. Amador Bueno leu:

"O novo testamento, "isto é, de todos os livros do" novo concerto "do nosso fiel Senhor e Redentor" Jesus Cristo, "traduzido na língua portuguesa pelo reverendo padre João Ferreira A. de Almeida, ministro pregador do" Santo Evangelho "nesta cidade de Batávia em Java Maior. Em Batávia, por João de Vites impressor da Ilustre Companhia e desta nobre cidade. Ano 1683".

- O Novo Testamento em vulgar! exclamou ele. Mas é proibido.

- Sim, desde 1229: o concílio de Tolosa vedou que os leigos pudessem manusear os livros da Bíblia, fora o psaltério; e que quem quer que fosse os tivesse em vulgar.

- E então?

- E então é que quatrocentos e setenta e nove anos depois a igreja se arreceia de juízes, sente-se culpada e, para não ser confundida, proscribe a palavra Deus.

- Dai-me esse livro.

- Dou-to. Recorda-te, porém, de que eu te disse: "Fica onde estás, e sê feliz". Este livro é a luta, é o sofrimento, é o martírio... É a luta - porque pôr-te-á frente a frente com a igreja de Roma, com a Companhia de Jesus, com as aves todas da terrível malícia negra levada à perfeição por Gregório VII; é o sofrimento - porque ao tombar das ilusões esfacela-se a alma, cancela-se o coração, envenena-se o viver; é o martírio - porque sobre os confessores de Jesus ainda se projeta a sombra sinistra do partíbulo de João Boles, porque ainda fumea a fogueira de João Huss... Mas se ele é luta, o sofrimento, o martírio, é também a vitória, o gosto, a vida. A vitória - porque o bem deve fatalmente vencer o mal, porque Cristo tem de pôr a todos os seus inimigos por escabelo de seus pés; o gozo - porque nada há que dê uma ideia de delícia infinda que sente a alma sedenta ao abreviar-se nas águas puras da doutrina sacratíssima da verdade; a vida - porque essa é a coroa que o filho de Deus reserva para os seus eleitos... [...]"¹³⁰

Observe-se ademais que fatos e eventos históricos são citados em um ritmo frenético e compulsivo, mas de modo algum aleatório, todos ou quase todos os episódios e personalidades históricas reputadas relacionam-se diretamente com a trajetória do protestantismo em embate para se consolidar enquanto religião. Assim é o caso da alusão à Noite de São Bartolomeu, evento de repressão que promoveu um massacre de protestantes na França e que foi perpetrado por reis católicos, no ano de 1572; a lembrança da revogação do Édito de Nantes, documento que havia sido assinado em 1598 pelo rei francês Henrique IV, garantindo tolerância religiosa aos

¹³⁰ RIBEIRO, Júlio. Opus. cit. pp. 106-107.

huguenotes nesse país, mas que, no entanto, seria revogado em 1685 pelo rei Luís XIV, de forma que os huguenotes voltariam a ser perseguidos a partir dessa data na França; e ainda a menção a João Boles (Jacques Le Balleur), reputado por muitos como um dos autores do primeiro documento sobre a doutrina protestante no Brasil, denominado “Confissão da Guanabara”, e que teria sido executado em Salvador na presença do padre José de Anchieta.

Assim sendo, é interessante atentar para mais uma característica peculiar ao modo de Júlio Ribeiro empreender sua reconstituição dos processos históricos, selecionando cuidadosamente fatos e extraindo do passado eventos que possam reforçar seus argumentos, elencando de modo compulsivo episódios da história que se relacionem ao discurso que procura comunicar, para que eles contribuam de maneira significativa com o pretexto de atribuir maior legitimidade a suas alegações. No mais das vezes, tais acontecimentos, citados em profusão verborrágica, relacionam-se também às suas proposições políticas e religiosas, e é devido a elas que Ribeiro promove uma forçada interpretação da história, que para ele devem responder antes aos embates que ele enfrentava em seu cotidiano do que à veracidade dos fatos narrados.

Nesse sentido, o discurso de posse proferido pelo literato Manuel Bandeira na Academia Brasileira de Letras, datado de 30 de novembro de 1940, é bastante incisivo e revelador daquilo que estamos buscando demonstrar a respeito da narrativa de Júlio Ribeiro em *Padre Belchior de Pontes*. O acadêmico, ao ingressar e ocupar a cadeira de número 24 dessa instituição, tendo, portanto, como patrono Júlio Ribeiro, é bastante assertivo com relação ao protestantismo expresso por Ribeiro em seu romance histórico: “Católico de criação, a leitura da Bíblia fizera-o presbiteriano, como a razão mais tarde o faria ateu”. Apesar de a afirmação ser um tanto sucinta, ao seguirmos a trajetória de Júlio Ribeiro, como o fez a pesquisadora Célia Regina da Silveira, verificamos que ele passou por esses três momentos em seu curto tempo de vida, e que tais filiações religiosas serão por ele amplamente expressas em suas contribuições na imprensa, na literatura, assim como nas demais atividades que desempenhou, o que não é diferente para *Padre Belchior de Pontes* que flagrou sua fase protestante. Bandeira discorre sobre essa questão em seu discurso de posse nos seguintes termos:

[*Padre Belchior de Pontes*] “Parecia-lhe sim um romance essencialmente histórico, não obstante alguns anacronismos que achou necessários ao enredo, algumas ficções e uma ou outra personagem de imaginação. É ficção, e ficção sem fundamento nenhum na realidade, a profissão de fé protestante do Padre Belchior. Monstruosa falsificação da verdade histórica, sem dúvida, e que atinge também a

verdade psicológica do romance. Porque ainda que se tratasse de um padre inventado e não do Padre Belchior, não se justifica a hipocrisia do sacerdote, hipocrisia por fraqueza, quando ele nos é apresentado como um santo, e, portanto de coração limpo e vontade forte, apanágio de todos os santos. O Padre Belchior, tão verídico a ponto de por amor da verdade infringir uma vez, e foi a única, a lei jesuítica da obediência cega; tão bom que só pisava de manso a terra, por ele venerada como a mãe comum a que todos temos de voltar; o Padre Belchior que os índios de Embu chamavam respeitosamente Abaré Tupã (o Padre Santo); o Padre Belchior tido por toda a gente como taumaturgo e profeta cuja férrea vontade se impunha os mais rudes tratamentos de cilícios e jejuns: o Padre Belchior aparece no romance degradado, simpaticamente na intenção do escritor, ao papel de um fantoche nas mãos dos seus superiores. Aqui o defeito do artista era fruto da paixão do homem. Católico de criação, a leitura da Bíblia fizera-o presbiteriano, como a razão mais tarde o faria ateu. Era protestante ao tempo de *Padre Belchior de Pontes*, e o protestante se sobrepôs ao romancista. Nisso e nas suas objurgatórias à Companhia de Jesus, cujo padre geral ele conduz puerilmente às terras de Piratininga para a mesquinha tarefa de assanhar o ódio entre Pires e Camargos. Tudo isso não vale nada. O romance amoroso do padre é do pior romantismo e termina por uma cena bem ridícula. O verdadeiro romance, a que o suposto caso passionai de Belchior de Pontes se acrescenta desequilibradamente como uma superfetação ociosa na estrutura artística, é o da expedição vingadora dos paulistas. Diz José Veríssimo, na sua *História da Literatura Brasileira*, que nada no livro nos dá a ilusão da época e do meio romancado, antes pelo contrário. O julgamento me parece injusto. Júlio Ribeiro inspirou-se na leitura das crônicas de Pedro Taques, de Simão de Vasconcelos, de Frei Gaspar da Madre de Deus, de Machado de Oliveira e outros. Note-se aqui mais uma face da curiosidade intelectual do escritor. Hoje até virou moda ler esses velhos cronistas. Não era assim há setenta anos atrás. Quem cotejar com o romance a narrativa da expedição paulista feita pelo Padre Manuel da Fonseca em sua *Vida do Venerável Belchior de Pontes*, verificará a verdade dos sucessos e do espírito do tempo. Os defeitos estão em pormenores, em certos diálogos por exemplo, com efeito despropositados, como assinalou Veríssimo.¹³¹

A historiadora Célia Regina da Silveira comenta algumas intervenções de Ribeiro na imprensa em favor da liberdade de culto, no entanto nenhuma delas compara-se à verdadeira empresa realizada pelo autor nesse sentido no romance *Padre Belchior de Pontes*.¹³²

¹³¹ Discurso de posse de Manuel Bandeira disponível em:

<http://www.academia.org.br/academicos/manuel-bandeira/discurso-de-posse>

¹³² SILVEIRA, Célia Regina da. Opus cit.

A construção narrativa da guerra dos emboabas.

Voltemos uma vez mais à narrativa do romance quando, em meio às suas supostas confissões protestantes, Padre Belchior de Pontes recebe uma “missiva” que o obrigará a realizar o último e mais grave cometimento requerido pela cruelíssima Companhia de Jesus. Tratam-se de ordens superiores para que inflame e autorize, quando consultado, os paulistas da Vila de Piratininga à guerra contra os emboabas. Isso porque, segundo a lógica interna que se pode apreender da narrativa de Ribeiro, a deflagração do conflito armado não só teria feito parte do estrambólico plano meticulosamente elaborado pela ordem dos jesuítas, como também foi levada a efeito e totalmente direcionada, em todos os seus pormenores, pelos mesmos jesuítas, valendo-se de Padre Belchior como instrumento imprescindível para sua execução. Segue a reprodução do fragmento da obra em que constam as orientações encaminhadas a Padre Belchior de Pontes e emitidas pela alta cúpula da Companhia de Jesus:

"- Desculpai a minha ousadia, reverendíssimo doutor e vós, santo patriarca: urgia que desempenhasse junto de padre Belchior de Pontes um missão de importância. - Irmão, o padre provincial, sabendo que hoje aqui estaríeis, despachou-me para que vos entregasse em mão própria este prego que vos envia. Era o que tinha a fazer. Não quero interromper-vos por mais tempo; concedei-me licença.

Acompanhando de feito as palavras, o discípulo de Loyola apresentou um invólucro de pergaminho timbrado no lacre com as armas da Companhia de Jesus, e retirou-se, saudando com afetada humildade.

Padre Belchior de Pontes indeciso não ousava quebrar o selo.

Acudiu-lhe o patriarca:

- Nada de etiquetas, reverendo padre, tomai conhecimento das ordens de vosso superior, que, ao que parece, são momentosas.

Obedeceu o jesuíta, e, abrindo a missiva, percorreu-a rapidamente com a vista... Mais lívida se lhe tornou a tez desbotada, empanaram-se-lhe de lágrimas os olhos, e, estendendo para o patriarca a folha aberta, articulou com um soluço:

- Trague eu dia por dia o fel do sofrimento: espezinhem-me o coração, torçam-me a índole... Recomendastes-me obediência, obedecerei.

- Não desejo conhecer os segredos que existem entre vós e o vosso superior, disse o patriarca, recusando.

- Não há segredo para vós ambos. Lede, lede alto.

Tomou o patriarca a folha escrita em latim, e traduziu-a em vulgar:

'O provincial de Piratininga ao reverendo padre Belchior de Pontes, saúde.

“Para maior glória de Deus” ordeno-vos aproveiteis de vossa estada em casa do Doutor Guilherme Pompeu de Almeida, por ocasião da vinda do patriarca da Etiópia, para trabalhar na vinha do Senhor.

Como sabeis, não convém aos interesses do reino de Deus, representados pelos da Companhia, que consigam tomar pé nas minas de Cataguás os forasteiros que aí se têm vindo estabelecer como senhores. Imitando a Gedeão, pregai a guerra santa contra esses filisteus incircuncisos de espírito: fazei valer o concurso de gente que aí tem de afluir para ver o patriarca, e as disposições de ânimo em que se acham os paulistas: com a eloquência que vos caracteriza não será difícil acender entusiasmo. Sei que vos repugnarà a vós, homem de paz, fazer de arauto de hostilidade, mas a

obediência que "como um cadáver" nos deveis, achará uma exemplo grandioso no ânimo frio com que Moisés armava o braço dos levitas contra Israel pecador.

Bom seria que induzísseis o generoso patriota, doutor Guilherme, a contribuir com algum donativo para o custeio da expedição que se prepara, e cuja notícia já lhe deve ter chegado.

A paz de Cristo seja convosco.

Dado na vila de S. Paulo de Piratininga, aos 5 dias do mês de Julho do ano MDCCVII do nascimento de Nosso Senhor Jesus Cristo.'

Ao terminar a leitura fuzilou um relâmpago nos olhos de Manuel de Sá: dilataram-se-lhe as narinas e tremeram-lhe os lábios como se uma apóstrofe de indignação estivesse prestes a irromper-lhe do seio, ao ver como esses homens hipócritas, em nome de um Deus de paz, ateavam o facho da discórdia: breve, porém, serenou-se, e foi com calma quase perfeita que restituiu o prego levemente amarrotado por uma críspação de dedos. O patriarca da Etiópia conhecia a Sociedade de Jesus... [...] ¹³³

Assim, além das questões aqui já levantadas, o início dessa Primeira Parte da narrativa também nos revelará os ditos paulistas, ainda em ocasião do pantagruélico banquete na propriedade de Araçariguama, a dissertar a respeito dos encaminhamentos que a desforra contra os emboabas deveria seguir, por meio das personagens que doravante co-protagonizariam o romance ao lado daquela que o nomeia - Padre Belchior de Pontes. O narrador/autor nos apresentará o exaltado Luís Pedroso e o ponderado e comedido Amador Bueno da Ribeira, outras duas personalidades históricas cuja biografia Júlio Ribeiro vergará e romantizará com muita liberdade criativa e imaginativa, fazendo-as convergir aos intentos de sua autoria.

Desse modo, em um diálogo que ocorre no andar inferior do casarão de Pompeu de Almeida, enquanto o anfitrião encontra-se no de cima em "mútuas confidências"¹³⁴, entre "Dois moços de tez requeimada pelas correrias do sertão, um varão de idade madura, um menino de onze anos e um padre jesuíta"¹³⁵, encontramos as primeiras alusões aos episódios da chamada Guerra dos Emboabas especificamente. Acompanhemos de perto o colóquio que é por si só bastante revelador das primeiras considerações e avaliações de Júlio Ribeiro sobre esse conflito armado colonial:

"À fé de Luís Pedroso, dizia um dos moços, que não farei os meus trinta anos sem que tenha dado uma lição de mestre a esses intrusos! Como havemos de tolerar que as "catas" descobertas por Antônio Rodrigues Arzão, exploradas com mil perigos em dilatados tempos por Fernão Dias Pais Leme, por Manoel de Borba Gato, por João Lopes de Lima e por tantos outros paulistas, passem sem protesto para o domínio dos "emboabas"? Nunca!

¹³³ RIBEIRO, Júlio. Opus. cit. p. 69.

¹³⁴ RIBEIRO, Júlio. Opus. cit. p. 65.

¹³⁵ Idem, p. 65

As espadas que herdamos de nossos avós ainda não estão embotadas, e uma bala de nossas carabinas ainda alcança a cinquenta passos!

Somos paulistas, e como paulistas havemos de combater!

- E se tu soubesses o que ainda anteontem me disse minha mulher? Olha, Luís, temos guerra com toda a certeza: quando as mulheres a pregam arrebeta sem remédio.

- Mas o que disse tua mulher, Francisco Bueno?

O moço por este nome designado tomou pela mão o menino, e disse-lhe com expressão amorosa e animadora:

- Conta tu, Vicentinho, o que disse tua mãe.

Levantou a criança para Pedroso os seus olhos límpidos e já **coruscantes do fogo que abrasava desde o berço essa raça de aventureiros audazes**, e com voz infantil, mas vibrante de entusiasmo, exclamou:

- **Mamãe disse que só com o sangue dos “emboabas” se poderá lavar a mancha que desfeia a honra dos paulistas**; que todas as mulheres deveriam desprezar os maridos que não fossem pela guerra; que ela seria a primeira a abandonar papai se ele hesitasse. Se papai partir eu irei com ele; não quero que mamãe e nem as primas me chamem de covarde.

- Mas que poderás tu tão pequeno, Vicentinho?

- Eu? ora! posso derrubar um “emboaba” com a minha escopeta como derrubei outro dia um bugio do alto de um jequitibá.

O jesuíta olhou para o belicoso menino com um sorriso de satisfação, depois disse com voz solene:

- Senhor Amador Bueno da Veiga, senhor Luís Pedroso, senhor Francisco Bueno, **o desacato feito em Caeté a dois paulistas que queriam haver um bacamarte que lhes tinha sido roubado, as tropelias que todos os dias praticam os “emboabas”** são amostras apenas do ódio em que nos têm Tomaz Ribeiro Corso, **Ambrózio Caldeira, Antônio Francisco** e outros corifeus dessa gente vil que votou-nos ao extermínio, insuflada por frei Conrado e **frei Francisco de Menezes**. Este último, fidalgo arruinado em orgias e jogatinas, depois frade da Trindade, egresso e sempre desmedidamente ambicioso, alimenta rancor figadal contra os paulistas que lhe foram à mão no monopólio infame que pretendia organizar da aguardente, do tabaco, das reses que se consomem nas Gerais. É ele o anjo mau de Manuel Nunes Viana que, em rebeldia aberta se fez aclamar “governador das minas”; foi pelas sugestões pérfidas desse apóstolo de Satanás que se forjaram ordens faladas de el-rei, impondo aos nossos patrícios que recolhessem em um armazém as armas de fogo de que dispunham.

O plano desses homens é expulsarem-nos a nós desprevenidos, arvorarem-se em senhores independentes, desfrutarem por anos as minas, e retirarem-se depois repletos de ouro para as possessões espanholas.

- Se o povo paulista, porém, lhes não embargar os passos, mandando de presente a Satanás suas almas tismadas...

- És precipitado, Luís Pedroso, interrompeu Amador Bueno: só se deve lançar mão da guerra como ultimo recurso; é um meio violento e extremo que prejudica tanto ao vencido como ao vencedor. Tentemos a conciliação; se ela falhar apelaremos então para as armas; antes, não.

- Reconheço, **acudiu o jesuíta a quem semelhante moderação não parecia convir**, a prudência tradicional da família dos Buenos... Teríeis razão se ainda fossem possíveis meios conciliatórios... mas aí! Estão eles esgotados em vão, e a demora nos aprestos apenas poderá servir para derramar-se inutilmente o sangue de nossos patrícios que se achem indefesos nas Minas, e para perdermos totalmente as descobertas de nossos maiores.
[...]

- Senhor Amador Bueno, foi por diante Luís Pedroso, depois de breve pausa, em que vos pese, o padre falou verdade: não é mais possível tentarem-se meios conciliatórios. Está exausta a paciência dos paulistas: é incrível até que já tenhamos suportado tanto sem desforço. - Quem havia de dizer que os sertanejos de Piratininga chegariam a sofrer um dia que **nos territórios descobertos à custa de mil fadigas se viessem estabelecer como senhores, forasteiros ávidos e insolentes?** Quem havia de crer que levassem a tolerância ao ponto de deporem as armas, de reconhecerem uma supremacia ilegítima? Quem sequer pensaria na possibilidade de verem impassíveis, após tantos insultos, quando já raiava no peito a sede da vingança, seus chefes menoscabados e assassinados seus irmãos?!

O vento dos desertos que desvirginamos traz-nos aos ouvidos o escárnio de nossos amos...

- Teu gênio é arrebatado, Luís Pedroso, retorquiui Amador Bueno; levado por ele não dás muito lugar a reflexão. Façamos subirem nossos clamores ao governador, ao próprio rei, se tanto formister; e teremos remédio seguro e sem efusão de sangue.

- **Mas não teremos vingança, e deixaremos de ser dignos do nome de paulistas!** Não é de nossas tradições pedir por esmola o que se nos deve por direito, nem obter por meio de súplicas o que se pode conquistar com armas! Guerra aos "emboabas", guerra de morte!"¹³⁶

Essa conversa, presente no capítulo "Voces Belli" do romance, é bastante reveladora, em diversos aspectos, das convicções históricas norteadoras da reconstituição da Guerra dos Emboabas que Júlio Ribeiro obrou fazer em *Padre Belchior de Pontes*. O papel central que a ordem religiosa da Companhia de Jesus teve para esse autor na incitação do conflito armado já havia sido mencionado em análises anteriores, sobretudo no prólogo do romance, quando na narrativa de Ribeiro os jesuítas aparecem como interessados em todo e qualquer questão histórica que os aproximem de seu intento maior de instalar um Estado teocrático de abrangência universal, com sede estabelecida inicialmente no Brasil, mais especificamente na Vila de São Paulo de Piratininga.

Nessa última passagem em destaque, essa disposição é reforçada pela presença de um jesuíta que toma parte na conversação que se dá entre ilustres paulistas, e cuja fala ratifica a inevitabilidade da guerra advertindo as ações intoleráveis que teriam

¹³⁶ PBP pp. 65-67

praticado os emboabas na região das Minas, região essa que supostamente pertenceria por direito aos descobridores paulistas. Uma das ações mencionadas é a afronta referente ao roubo de uma arma, citando nominalmente também o desafeto aos paulistas de algumas personalidades emboabas de renome, como frei Francisco de Menezes, Ambrósio Caldeira e Antônio Francisco.

De fato, alguns aspectos, que aparecem mencionados de passagem nessa primeira descrição mais detida a respeito dos conflitos que opuseram paulistas e emboabas no contexto dos descobrimentos e exploração das riquezas minerais dos sertões mineiros, são fundamentais para a compreensão dos significados e amplitude desses eventos. Todavia, o interessante será notar que, apesar de ter referenciado pontualmente tais questões, Júlio Ribeiro se concentrará no aprofundamento, sobretudo das questões bélicas envolvidas na contenda.

A historiadora Adriana Romeiro, na obra “Paulistas e emboabas no coração das Minas: idéias, práticas e imaginário político no século XVII”, realizou um estudo de fôlego buscando inserir na perspectiva da longa duração os processos implicados nas querelas protagonizadas por paulistas e os “forasteiros emboabas” entre os anos de 1707 a 1709. A autora mostra que os levantamentos respondiam antes a uma conjuntura sócio-política e econômica bastante intrincada e com potencial explosivo, uma vez que o estabelecimento desses dois partidos – paulistas e emboabas – na região mineradora se dera de forma tumultuária, pois levas populacionais foram rapidamente atraídas para uma região que se localizava nos “vastos sertões incultos” muito antes que a máquina administrativa da Coroa portuguesa e seus dispositivos de controle ali chegassem.

Assim, nessa mesma obra a pesquisadora também promove debates historiográficos e bibliográficos entre os variados autores, historiadores e demais curiosos que se debruçaram sobre o tema, além de revisitar fontes já bastante consultadas e igualmente analisar uma documentação inédita sobre as agitações, à luz de um aporte teórico-metodológico que buscou sobrelevar a questão dos imaginários e mentalidades que correspondiam e dão inteligibilidade às práticas executadas por paulistas e emboabas durante o contexto minerador.

Desse modo, para a autora, mais do que o conflito pela posse das datas em que o ouro poderia ser encontrado em maior abundância, o que acirrou os ódios entre os paulistas descobridores, e portanto primeiros exploradores da região, e os povos adventícios emboabas atraídos pelas possibilidades de vasto e rápido enriquecimento, foi, acima de tudo, justamente as diferenças culturais que suas experiências históricas

exprimiam, distinções aliás que se manifestavam em embate frontal desde o campo de batalha até no modo de requerer e ocupar posições de mando e poder dentro da peculiar estrutura administrativa dos primeiros anos de ocupação dos sertões mineiros.

Tais divergências foram agravadas quando a postura da Coroa portuguesa, diante dos “achamentos”, se transformou por volta do ano de 1707, visto que a princípio a incredulidade frente à extensão quantitativa das minas de ouro, e o receio com o deslocamento em massa de indivíduos com seus escravos de áreas coloniais estratégicas como o nordeste açucareiro, consideradas as verdadeiras joias da coroa portuguesa, assim como a ameaça representada pela cobiça estrangeira que aumentava sobremaneira os riscos de invasões externas, faziam com que as descobertas afigurassem à Coroa mais como prenúncio de ruína total da colônia americana, do que causava entusiasmo ao monarca português e seus respectivos ministros e conselheiros.

Quando, entretanto, as minas demonstraram-se fartas, essa visão mudou radicalmente e o lugar secundário ocupado pelas Minas dentro dos projetos Reais, tendo por consequência a adoção de medidas um tanto frouxas e evasivas até então, tornaram-se paulatinamente mais enérgicas, o que alterou significativamente o modo de intervenção da estrutura administrativa portuguesa na região. De modo que paulistas e emboabas, que haviam vivido até aquele momento em estado de parcial liberdade, dominando as minas através de poderosos potentados – polos de poder privado – se viram às voltas com as investidas da Coroa para estabelecer e fazer valer na região sua legitimidade e autoridade.

Na obra, Romeiro enumera a questão da honra e da vingança como fazendo parte do repertório cultural que se expressou nas Minas, e ressalta sua relação mesclada tanto com os valores do Antigo Regime, quanto extraídos da experiência histórica de paulistas e emboabas nas lides da ocupação colonial.

“[...] A imagem de um estado de natureza quase infernal pouco se presta à compreensão do processo de emergência dos pólos de poder privado que teve lugar nas Minas, uma vez que tende a negar a premissa de que estes fundamentavam numa lógica particular, regida por códigos, valores e concepções específicos. Diferentemente das análises que enfatizam o seu caráter irracional ou intempestivo, a violência, tão típica da fase de povoamento do território mineiro, traduzia-se segundo ritos e códigos que deitavam raízes num universo cultural repleto de crenças e convicções coletivas. Mesmo os observadores mais críticos da época, a exemplo de Antonil, pareciam estar convencidos de que, embora facinorosos, aqueles homens governavam-se por algum tipo de poder, respeitando, ao menos, certos costumes e práticas, como as “leis que pertencem às datas e repartições de ribeiros”. Em meio à aparência de desordem, admitiam

que havia ali algum tipo de ordem – mesmo que estranha às concepções política correntes -, amparada numa legitimidade reconhecida coletivamente. (pp. 84 - 85)

[...]

“Seguindo a orientação teórico-metodológica de Anastasia, Célia Nonata da Silva propôs, em seu recente estudo sobre o banditismo nos sertões mineiros, o conceito de cultura política mestiça, para designar a natureza e as formas de exercício de poder, vigentes nas regiões fronteiriças da Minas setecentistas. Valores como honra, fama pública, vingança, valentia, virilidade estruturavam, segundo ela, o universo político que se disseminou no sertão, configurando um imaginário político em que desaguavam múltiplas tradições culturais. Para a autora, “o pensamento político mestiço pautava-se num poder da força, dada pela condição do herói, das mostras de jactância viril, também arrogada pela força da palavra.”¹³⁷

Como vimos exemplo na passagem do romance histórico ora em destaque, Júlio Ribeiro retoma o tema da vingança reiteradamente ao longo de sua narrativa, para ele basicamente a pauta única que mobilizou paulistas a marcharem em coluna militar em direção às Minas ao encontro dos emboabas, era vingar sua honra que havia por estes sido maculada. A questão da restauração da honra dos paulistas, aliás, é outra tópica insistentemente pontuada em diversos momentos de *Padre Belchior de Pontes*.

Nesse último trecho, Ribeiro também cita frei Francisco¹³⁸ de Meneses, uma personalidade religiosa que de fato esteve envolvida nas questões de ordem política e econômica que se relacionam e explicam a deflagração dos conflitos. Além disso, Júlio

¹³⁷ ROMEIRO, Adriana. Opus. cit. pp. 84-85.

¹³⁸ Frei Francisco de Meneses foi um importante quadro político pró-emboaba no contexto inicial do ciclo da mineração, sua atuação na formação de conchavos monopolizadores da questão dos contratos de mercadorias distribuídas nas Minas, e que representavam os interesses de uma elite econômica, em muito ajuda a compreender que as indisposições entre paulistas e emboabas estavam longe de encerrarem-se na questão da honra e da vingança manchada, e tampouco no panorama militar e cenário armado. No entanto, Ribeiro apenas o cita de passagem e não o transforma em personagem de seu romance histórico, preferindo reconstruir a biografia de modo a heroizar os feitos de personalidades que tiveram alguma projeção no campo militar. Sobre frei Francisco de Menezes a historiadora Adriana Romeiro afirma que: “[...] Em vez de arrematar sozinho o contrato, Amaral Gurgel preferiu unir-se a frei Francisco de Meneses, com quem já detinha, em sociedade, o monopólio do comércio de aguardente e de fumo, ambos importados da Bahia e considerados gêneros de primeira necessidade nas Minas. No Rio, as picardias do frei atraíram sobre ele o ódio da população, que lhe tirou o contrato do tabaco e o enxotou da cidade. Era com uma ponta de satisfação que os moradores das minas do Rio das Velhas exigiam a expulsão do frei, lembrando seu passado desabonador.

Muito pouco se sabe sobre a trajetória desse frei trinitário: fidalgo, descendente da ilustre Casa de Águas Belas, tinha fama de amotinador dos povos, alinhando-se ao partido dos forasteiros, sobretudo os condutores de escravos, aos quais aconselhava entrar armados na área mineradora, para que se fizessem respeitados pelos adversários. Para Diogo de Vasconcelos, Amaral Gurgel e frei Francisco de Meneses estavam associados, na empresa da arrematação do contrato, aos grandes criadores de gado, como Manuel Nunes Viana [...]

ROMEIRO, Adriana. Opus. cit. p. 133.

Ribeiro faz também menção ao sempre referenciado por toda a literatura existente, contemporânea e posterior, sobre o levante armado como o episódio que marcou o início das animosidades, o episódio do ressarcimento de uma arma, que colocou de lados opostos em campo de batalha pela vez primeira paulistas e emboabas, aquele que seria portanto, o episódio estopim para a Guerra.

Sobre esse caso, Romeiro observa que:

“[...] Assim, a discussão entre Manuel Nunes Viana e Jerônimo Pedroso no adro da igreja do Caeté, logo depois da missa de domingo, em torno da restituição de uma espingarda emprestada, proporcionou a ocasião para os dois potentados medirem forças, antes de um confronto armado – que viria logo em seguida. A espingarda já não contava mais e o que interessava aos envolvidos era reparar a honra que fora maculada pelo adversário.

[...]

O caso da espingarda, apontado insistentemente pelos contemporâneos como a causa imediata do levante emboaba, é revelador do cenário político da época. São muitas as versões para o episódio: a mais recorrente dá conta que um pobre emboaba pediu a um paulista um espingarda emprestada, e, vindo depois a perde-la, quis restituí-la com o pagamento de sete oitavas de ouro, que o paulista não aceitou. Conforme o costume local, o impasse obrigou os envolvidos a apelarem aos poderosos do lugar: o pobre emboaba recorreu a Manuel Nunes Viana, e o paulista, a Jerônimo Pedroso. Do confronto entre os dois poderosos locais se originaria, pouco depois, o levante emboaba. Ora, o que estava em jogo no conflito não era a espingarda, mas, sim, a fama pública dos dois potentados, posta em questão no episódio. Vista mais de perto, a deflagração do conflito armado resultou do atrito entre dois territórios de mando, liderados por um paulista e um forasteiro, este último suficientemente fortalecido para confrontar a autoridade do grupo então dominante. No cento do conflito, estava a questão da honra, ligada inextricavelmente ao poder. Afinal, como recuar ou depor armas sem ficar diminuído ou rebaixado perante o adversário? Semelhante código de conduta, marcado sobremaneira pela exaltação da honra e da bravura pessoal, iria aflorar em outros momentos do conflito entre paulistas e emboabas, particularmente na decisão dos paulistas de organizar um exército para revidar o ataque dos forasteiros. Nas atas da Câmara da Vila de São Paulo, o levante aparece vazado nos termos de uma ofensa ao povo do Planalto, que desonrado, exigia pronta reparação.”¹³⁹

Já em *Padre Belchior de Pontes*, tal episódio aparece nos seguintes termos: **“o desacato feito em Caeté a dois paulistas que queriam haver um bacamarte que lhes tinha sido roubado”**. Mais adiante na narrativa, quando é posto em execução o plano de cinco emboabas de “empregar fogo” às casas onde os paulistas se abrigavam em

¹³⁹ ROMEIRO, Adriana. Opus. cit. pp. 92-93.

frente ao forte emboaba, o fatídico incidente envolvendo a arma é novamente abordado em maiores detalhes:

- Os senhores são Paulistas?
- Sim, senhor.
- E donde vêm?
- Do forte.
- Paulistas, e vêm do forte!?
- É como lhe dizemos: estávamos lá prisioneiros e hoje, aproveitando uma ocasião, escapamos.
- São de São Paulo de Piratininga?
- Não, senhor; somos de Taquacocetiba.
- Há tempos que andam pelo sertão?
- Já lá vai um horror de anos: quando viemos éramos rapazotes.
- Com quem vieram?
- Com o sr. Carlos Pedroso da Silveira. Ele veio caçar Índios, mas depois, encontrando com a “bandeira” do sr. Bartolomeu Bueno de Siqueira, mudou de plano e associou-se com ele para lavrar “catas”. Estivemos sempre ocupados nesse serviço até que rompeu a guerra, e os “emboabas” nos prenderam.
- Conhecem a José Pardo?
- Muito: os “emboabas” o mataram por causa de um “mameluco” criminoso a que ele deu escapula.
- E Jerônimo Pedroso?
- Ora! Até nós estávamos à espera da missa no adro da igreja do Caeté quando ele e mais o sr. Júlio César conheceu a arma que tinha desaparecido de sua casa e, auxiliado pelo sr. Jerônimo Pedroso quis toma-lá. O “emboaba” resistiu. Começou logo a ajuntar-se gente, e Manuel Nunes Viana acudiu em defesa do patrício. Palavras puxam palavras: o caso esquentou-se, e seguiu-se um desafio de parte a parte. Se não tivesse havido quem apertasse a briga que já ia principiando, teria sido um dia de juízo.
- E depois?
- Homem, aquilo foi faísca que não ficou apagada. Os parentes e amigos dos srs. Júlio César e Jerônimo Pedroso entraram a juntar gente para punir pela honra paulista, que julgavam ofendida. Por sua parte os “emboabas” de Sabarabuçu, de Caeté do Rio das Velhas armaram-se para resistir. Todavia ambos os partidos tinham receio das consequências de uma guerra, e procuravam conciliação. A morte de José Pardo, de que há pouco falei, deitou fogo à mina: Manuel Nunes Viana foi aclamado governador e, unindo-se com Bento do Amaral Coutinho, veio aqui para o Rio das Mortes, e no Capão da Traição fez o que fez.
- É verdade que Manuel Nunes Viana retirou-se por causa de Coutinho?
- Manuel Nunes Viana retirou-se por causa de umas desavenças antigas que tinha com alguns moradores do arraial do Rio das Velhas: demais, ele, que chegou em Congonhas a apresentar batalha ao antigo governador, Fernando de Mascarenhas, reconheceu a autoridade de Antônio de Albuquerque.
- Antônio de Albuquerque esteve em Caeté?

- Esteve, mas retirou-se logo, deixando instruções a Ambrósio Caldeira Brant.
- O comandante daquele forte?
- Exatamente.”¹⁴⁰

Com relação ao exposto, é importante anotar o modo de desenvolvimento da reconstituição histórica de Júlio Ribeiro, que apesar de aludir factual e pontualmente a questões como o monopólio da distribuição de mercadorias nas minas, que são fundamentais para a inteligibilidade do contexto sócio-político e econômico que culminou nos levantes armados, tais matérias são secundarizadas e sublimadas na narrativa pela dedicação extremosa que o autor confere a descrição dos conflitos armados. Se tomarmos o romance *Padre Belchior de Pontes* no todo, verificaremos que tais questões passaram ao largo do que para ele seriam as reais motivações para o conflito, a honra e a vingança, e não receberam maior atenção quanto é dada “as vias de fato”, os detalhamentos beligerantes do campo de batalha. Seguindo nessa análise, observa-se que é mais importante na explicação do conflito para Ribeiro, e por esse motivo ele dedicará a maior parte de seu romance a isso, o sentimento de vingança e a implacabilidade dos valentes paulistas em campanha militar quando tinham “no século XVIII” sua honra ultrajada. Além disso, os emboabas serão apresentados como ciosos de sua honra e respeitáveis adversários em campo de batalha. Assim, Ribeiro não se demorou muito em explicar motivações que fugissem do campo de batalha.

Por último é também possível entrever por meio desse diálogo a forma personalista como Ribeiro nos apresentará a guerra pois, acompanhando sua narrativa, percebe-se que ela será claramente protagonizada por grandes heróis que decidiram e explicaram, por meio de suas personalidades, gênios e valores pessoais, os rumos e desencadeamentos do conflito. Acompanhemos ainda a sequência exata de finalização do diálogo que deixa patente o exposto:

- “[...] – Guerra ao “emboabas”! repetiu Francisco Bueno.
- Guerra aos “emboabas”! fez restrugir com voz argentina e vibrante o menino paulista.
- Guerra, guerra! dizeis vós. E sabeis se todos estão de acordo para empenhar-se em tão arriscado lance?
- Sei que eu e Francisco Bueno estamos; que, se outros não quisessem acompanhar conosco, iríamos ambos e mais este menino lavar nos sertões de Minas **um protesto contra a ousadia dos forasteiros**: escrevê-lo-íamos com sangue, e nossas ossadas, a branquejarem por entre a verdura do campo, constituir-se-iam em um padrão de brio paulista que as gerações futuras acatariam.

¹⁴⁰ RIBEIRO, Júlio. Opus. cit. p. 167.

- Uma última proposta, Luís Pedroso: és o mais entusiasta arauto da guerra, e pode-se dizer que és tu quem tem agitado a capitania. Pois bem: sujeito-me a concordar com todos os teus planos, **aceito mesmo o comando da expedição que me ofereceram**, mas com uma condição.

- Qual?

- A de que seja a campanha aprovada por Deus que nos falará por boca de seu servo, padre Belchior de Pontes. Consultêmo-lo: se ele fomentar a empresa, serei eu o capitão da bandeira; se ele condená-la, reduzir-te-ás ao silêncio. Serve?"

- Serve.

- Fica então empenhada nossa fé de paulistas de que será executada a decisão do santo homem?

- Fica.

Calaram-se todos depois desse pacto que fazia pender da vontade de um homem a sorte da capitania [...]¹⁴¹

Basicamente, temos que a guerra será decidida pelos juízos individuais de Padre Belchior de Pontes que, ainda que seja "[...] o órgão infeliz das maquinações dos jesuítas", procurará incansavelmente remediar ou atenuar os efeitos das decisões que é obrigado a tomar devido ao seu comprometimento com a Companhia de Jesus a quem deve “obediência como um cadáver”, assim como por Luís Pedroso descrito como “ardente e insofrido de caráter”, “fugoso incitador”, “gênio da vingança” e Amador Bueno cuja postura comedida e moderada levantará suspeitas a respeito de sua fidelidade aos paulistas, quanto mais pela origem castelhana de seu sobrenome.

Mais adiante aparecem ainda mais duas personagens históricas, representando todas as disposições e decisões do partido emboaba, os valorosos Ambrósio Caldeira Brant e Antônio Francisco, mas eles só chegam na narrativa a partir da Terceira Parte do romance intitulada “Os Emboabas”.

Como visto na passagem analisada a decisão pela guerra ou pela busca de meios diplomáticos para a resolução dos conflitos de posse entre paulistas e forasteiros, fica a cargo de Pare Belchior de Pontes que, mais uma vez premido pelo arbítrio obstinado da maléfica Companhia de Jesus, agirá em favor do conflito armado: “[...] mais uma vez sobrelevou a vontade ferrenha da Companhia de Jesus aos gritos do foro íntimo ferido...”, “[...] pois bem, como servo de Deus, não como falando por si mesmo, mas coagido por força superior, ele vos diz: - Armai-vos e voai ao combate!”.

Curioso é constatar que, até mesmo os episódios mais restritamente dedicados aos conflitos armados entre ambos os partidos enredados na querela, foram resumidos basicamente ao cerco do Arraial do Rio das Mortes. A finalidade de Ribeiro é tão

¹⁴¹ RIBEIRO, Júlio. Opus. cit. p. 67.

somente discorrer sobre uma batalha em si, por isso outras questões envolvidas no conflito são secundarizadas, e inclusive outros momentos da Guerra dos Emboabas são apenas citados de passagem ou mencionados com mais ou menos dedicação, como é o caso da restituição da arma que deflagrou os conflitos e a menção ao fatídico episódio do Capão da Traição que verificaremos mais adiante.

Adriana Romeiro mostra que, ao contrário de resumir-se apenas em uma única batalha tradicional, a Guerra dos Emboabas constituiu-se em uma série de levantamentos e agitações de outras ordens, dentre as quais o cerco ao Arraial do Rio das Mortes que, descrito dramaticamente por Ribeiro, representou apenas um. Assim, o autor de *Padre Belchior de Pontes* resumiu em sua narrativa diversos momentos da Guerra dos Emboabas em essencialmente um, selecionando justamente aquele que se deu em um campo de batalha e para o qual tanto paulistas quanto emboabas se prepararam e organizaram de modo um tanto menos espontâneo e reativo.

A documentação existente faz menção aos seguintes confrontos armados: o primeiro enfrentamento no Sabará, com a invasão emboaba liderada por Manuel Nunes Viana; o incêndio no arraial do Ouro Preto; o cerco paulista no lugar chamado Córrego, entre os arraiais de Ponta do Morro e Novo de Nossa Senhora do Pilar, no Rio das Mortes; o episódio do Capão da Traição; e, finalmente, o cerco ao Arraial Novo, protagonizado pelo exército paulista comandado por Bueno da Veiga. À exceção dos acontecimentos do Rio das Mortes, é bastante nebulosa a sucessão de acontecimentos que se seguiram à publicação dos editais de expulsão de Nunes Viana.¹⁴²

Assim, a Primeira, Segunda e Terceira Parte do romance histórico têm como temática central a Guerra, Júlio Ribeiro ao longo dessas Partes fornecerá com detalhamento preciosista a descrição da preparação dos paulistas para o combate, a sua marcha atravessando o sertão até a chegada ao Rio das Mortes, e a arrumação cuidadosa e inteligente também do forte pelos emboabas, que por sua vez aprontam-se para receber os homens do planalto, e finalmente uma dramática resenha do enfrentamento no campo de batalha.

De modo que, após os sucessos ocorridos no banquete de Araçariguama e a decisão pela guerra, os paulistas passam a se ocupar com os aprestos da guerra armando-se e organizando-se para irem em fileira ao sertão de Cataguases reaver a honra arranhada pelos invasores de suas posses supostamente legítimas, alegando o direito de conquista. Ao nos apresentar os paulistas ocupados com os arranjos para a guerra, Ribeiro elabora novo arsenal de elogios a essa “temível” e “honrada raça”.

¹⁴² ROMEIRO, Adriana. Opus. cit. pp. 190-191

Chama bastante atenção também a construção romanceada da história que Júlio Ribeiro faz sobre o exército paulista, uma criação bastante típica do XIX, altamente fantasiosa e imaginativa, que pouco ou nada guarda de verossímil com o que se sabe sobre sua atuação durante os conflitos, suas condições de armamento, organização e treinamento dos indivíduos pertencentes ao mesmo.

Sobre o aprestamento do exército paulista Júlio Ribeiro descreve:

"[...] Por semelhante modo cuidavam-se desde muitos dias em Piratininga nos aprestos da guerra: **aqui limavam-se e poliam-se azagaias, ali desmontavam-se e compunham-se carabinas, além afiavam-se espadas em veleiros rebolos**: as mulheres sentadas em esteiras à frente das casas falhavam e cosiam vestimentas luzidas de cores vivas e brilhantes: o rebater dos martelos nas incudes, o resfolegar dos foles; o sussurrar das fráguas, as detonações repetidas, os cantos animados, tudo inflamava o espírito, tudo fazia pulsar açodado o coração: respirava-se guerra." ¹⁴³

Já com relação à disciplina dos exércitos, para que não fique dúvida, ainda temos na partida dos paulistas a seguinte descrição:

"A população de Piratininga, aglomerada no pátio do colégio, cedia à tristeza de uma despedida e soluçava.

[...]

Os paulistas tinham acabado de ouvir a missa cantada, **com que nessa época de crenças e devoção** precediam-se todos os atos públicos de alcance momentoso.

Formados em pelotões no vasto pátio que até hoje alarga-se em frente ao colégio, esperavam a voz de marcha.

O sol na meridiana dardejava torrentes de luz, fazendo reverberar os canos polidos das longas carabinas, as pontas aceradas das azagaias, esguias, as lâminas espelhantes dos sabres desnudos.

O variegado dos trajes em que se alternavam lençarias de preço com tecidos grosseiros; os talabartes de couro cru a par de talins de anta lavrada; os ornatos de cobre prateado a emparelharem-se com aperos de ouro fino; os ginetes de pura raça, enchainelados de veludo, nitrindo ao lado desgraciosos, mais robustos garanhões de traquejo; tudo indicava que a expedição se compunha de gente de todas as classes e haveres, selvagem e orgulhosa como o leão do deserto, nivelada por uma mesma idéia, **movida por um sentimento comum, atirada ao sertão por idêntico impulso - a vingança.**

[...]

- São horas de partir, bradou; chegou o momento de moverem-se os filhos de Piratininga. **A torrente de guerreiros paulistas desencadeia-se medonha, vingativa,** implacável vai varrer da face terra os mesquinhos que os ousaram desafiar! Partamos. (p. 85)

[...]

Eram homens, e amavam: davam o amor em sacrifício à pátria, mas deixavam à dor o derradeiro sopro do coração, que em forma de lágrimas corria por mais de uma face crestada, e ia cair em mais de um peito coberto de cicatrizes.

¹⁴³ RIBEIRO, Júlio. Opus. cit. p. 74.

- São Paulo e avante! marchemos! bradou Amador Bueno, esporeando o cavalo e atirando-se para a frente de espada erguida.

- São Paulo e avante! repetiram em horrísono acorde **os pelotões dessa gente aguerrida que, unificando-se com disciplina**, puseram-se em movimento ao clangor sonoro dos clarins, ao rufar belicoso dos tambores, ao talintar festivo dos sinos estridulosos que retrugiram de repente.

Em marcha regular, compassada e medida desfilou o exército pela rua que ia dar ao convento dos carmelitas, atravessou a ponte do Tamanduateí, desceu a íngreme ladeira do morro, alongou-se pela várzea coleando nas voltas caprichosas da estrada como uma serpente descomunal que, em requebros lascivos, fizesse casquinhar a escamaria de ferro...

Sumiu-se.

Uma nuvem de pó que, avermelhada pelo sol, afigurava-se um vapor sangrento, marcava os ares as paragens que iam calcando os valentes filhos de Piratininga.

Essa nuvem e um tropear surdo que de momento a momento mais indistinto se tornava eram as últimas consolações, ou antes as derradeiras amarguras para os que ficavam abrevados de mágoa, imersos em tristezas, roídos de saudade...

Foram se atenuando, esvaecendo...

Sumiram também.¹⁴⁴

A apresentação do exército paulista, da forma como é idealizado e romanceado por Ribeiro, com o flagrante intuito de promover uma imagem grandiosa do que fora a campanha militar desse partido na ocasião, e a fim de enaltecer e encetar a construção da figura dos paulistas como heróis nacionais, em muito diverge do que foi dito pelos próprios contemporâneos envolvidos nos embates e sabido sobre a realidade dessa tropa. Além disso, um dos aspectos mais anotados e chamativos com relação a composição dessa fileira paulista foi sumariamente ignorado por Júlio Ribeiro. Para a historiadora Adriana Romeiro:

"Antes, porém, é necessário redimensionar o levante emboaba no contexto das lutas coloniais, escoimando-a dos lugares-comuns que se cristalizaram ao longo do tempo, por obra tanto dos cronistas coevos quanto dos relatos historiográficos. Exemplo desses lugares-comuns é a idéia, disseminada em grande parte dos estudos, segundo a qual o conflito teria assumido dimensões trágicas, revestindo-se de um forte caráter sangrento - do qual o Capão da Traição seria a epítome -, e redundando na morte de milhares de indivíduos. Nada mais equivocado. Aliás, é significativo o fato de que, nas narrativas escritas ainda no século XVIII, o conflito tenha sido descrito apenas como um levante dos emboabas contra os paulistas - e não como uma guerra propriamente dita. É somente no século XIX que a expressão "guerra civil" começa a ganhar terreno, especialmente sob a pena de Varnhagem, cuja obra se tornaria, depois referência aos estudiosos do assunto. É bem verdade que Varnhagem pouca importância deu ao

¹⁴⁴ RIBEIRO, Júlio. Opus. cit. p. 86

conflito, originário, segundo ele, da "cobiça dos dois partidos", cujos "pretextos foram tão fúteis que nem devem merecer lugar na história". Por essa razão, reservou-lhe pouco mais de uma página, mas, ao fazê-lo, acabou por construir uma matriz interpretativa que se imporia nos estudos sobre o tema. Em fins do século XIX, a expressão "guerra civil" já estava plenamente sedimentada entre os historiadores, ao mesmo tempo em que o episódio assumia um tom dramático e sangrento [...]"

"[...] Do ponto de vista estritamente bélico, foram raríssimas as batalhas, insignificantes as baixas, e rápido o desfecho. E o mais importante: a resolução do conflito não se deu no plano das operações militares, mas antes no campo das representações ideológicas forjadas por ambos os grupos em disputa.

[...] Ao contrário de uma guerra, o levante emboaba constituiu um conflito bastante modesto para os padrões coloniais, com escassos recontros e baixas poucos significativas de lado a lado. [...]"¹⁴⁵

Como dito, outro aspecto interessante ressaltado por Romeiro é a composição mestiça desse exército. Através dos dados apresentado pela historiadora baseados em descrições de contemporâneos ao evento, as tropas paulistas eram compostas por uma esmagadora maioria de indígenas e negros cativos, o que é praticamente inexplorado por Júlio Ribeiro em sua narrativa. De acordo com Romeiro:

"Na verdade, as tropas lideradas por Amador Bueno da Veiga contavam tão-somente com dois mil soldados - a grande maioria, índios e negros."

[...]

"Como todas as Guerras coloniais, o levante emboaba foi uma luta protagonizada por negros e índios, cujos traços praticamente desapareceram das fontes. Foram eles que engrossaram as tropas de paulistas e emboabas: enquanto os homens do Planalto de Piratininga davam preferência ao índio, os forasteiros recorriam principalmente ao negro. Este aspecto curioso põe em relevo algumas particularidades do conflito, como o emprego maciço de armas rústicas e toscas e a predominância de determinadas táticas de luta, em detrimento de outras. A preferência dos paulistas pelo elemento índio fazia parte da tradição fundada pelas bandeiras, sobretudo aquelas destinadas ao ataque das missões do Sul.

Raras, as fontes que versam sobre os confrontos armados não permitem reconstituí-los em detalhes, e se alguns eventos são relativamente bem documentados, como os que tiveram lugar no Rio das Mortes, outros são apenas citados ligeiramente. A precariedade documental é ainda agravada pelo fato de que, à exceção de uns poucos relatos, a grande maioria das descrições foi escrita por indivíduos que jamais estiveram no campo de batalha, limitando-se tão-somente a receber informações de interposta pessoa. Isso explica tanto a disparidade entre as narrativas existentes, quanto o tom

¹⁴⁵ ROMEIRO, Adriana. Opus. cit. pp. 181-188

freqüentemente fantástico dos relatos, sobretudo as informações relativas às extensão dos exércitos. [...]”¹⁴⁶

E mais adiante nessa mesma obra:

"[...] Em poucos dias, chegou o exército comandado por Amador Bueno da Veiga, "com várias tropas de gente, oficiais e cabos por ele eleitos em patentes de mestre-de-campo, sargento-mor e capitães". Eram pouco mais de dois mil "homens pretos, índios da terra, mamelucos e muito poucos brancos com seus capitães e oficiais..."¹⁴⁷

Apesar de Júlio Ribeiro, como visto, ter se debruçado com dedicação a dissertar a respeito do exército paulista dedicando boa parte de sua obra a isso, o autor do romance histórico passa ao largo dessa característica extremamente relevante e fundamental para os cronistas da época, mencionada por esse motivo reiterada vezes por eles. A única alusão nesse sentido, presente em *Padre Belchior de Pontes*, é uma singela e pueril referência que Ribeiro faz quando descreve o acampamento armado pelos paulistas em meio aos sertões incultos, na passagem os negros que apenas acompanhavam seus senhores, sem tomar parte na luta, se tornam “pingos de tinta preta que a mão travessa de uma criança esborrifa por sobre peça de custoso tecido”.

"Era um exército formidável: aos filhos valentes das plagas de Tibiriçá se tinham juntado, esquecendo antigos ódios, os belacíssimos taubateanos; não faltavam representantes de Parnaíba, de Itu, de Sorocaba, de Jacareí, de Mogi das Cruzes, de Guaratinguetá e até da nova vila de Pindamonhangaba. E todos unânimes no sentimento, movidos pelo mesmo impulso, ardentes no rancor aos "emboabas", resolvidos a tudo.

Como pingos de tinta preta que a mão travessa de uma criança esborrifa por sobre peça de custoso tecido, negrejavam aqui e ali os rostos adustos de alguns filhos da Líbia, africanos escravos que acompanhavam seus senhores.”¹⁴⁸

Da mesma forma o elemento indígena é referenciado pouquíssimas vezes e mesmo assim citado de modo bastante pejorativo, além de uma lembrança aqui e ali de arcos e flechas que seriam manejados pelos paulistas com surpreendente destreza. Não é preciso dizer que tais registros são insuficientes, e que dizem muito a respeito de uma concepção higienista que pretendeu silenciar sobre a mestiçagem paulista, com o intuito de alçarem-nos ao título de heróis nacionais sem que essa inegável característica pudesse trazer à empresa uma mácula. A taxativa omissão sobre o assunto, no entanto, tem na leitura do romance um efeito iatrogênico, ela é na verdade bastante esclarecedora

¹⁴⁶ ROMEIRO, Adriana. Opus. cit. pp. 187-189

¹⁴⁷ Idem, p.300.

¹⁴⁸ RIBEIRO, Júlio. Opus. cit. p. 111.

de uma representação construída no século XIX e da qual Júlio Ribeiro se revela correligionário, que negava a mestiçagem e mesmo a presença central de índios e negros na condução dos processos históricos.

A identificação da experiência histórica dos paulistas com o movimento republicano.

Aliás, outra questão absolutamente central no romance, e que, portanto necessita ser abordada com maior cuidado, é a construção do paulista como herói nacional republicano. Uma das teses fulcrais defendidas pelo discurso narrativo de Júlio Ribeiro é a de que os paulistas desde sempre foram, ou pelo menos já o eram à época do levante, amantes fervorosos da liberdade, arautos da democracia. Radicalizando o argumento, Ribeiro insinua que eles eram incontestáveis republicanos, mostra disso era sua postura firme e autônoma diante dos desmandos da Coroa portuguesa. Assim, segundo o autor, a luta contra os emboabas era também explicável como uma luta dos valiosos paulistas contra a monarquia!

Para comprovar tal sugestão Júlio Ribeiro abuse das passagens em que os paulistas reúnem-se em verdadeiras assembleias para deliberar sobre os cometimentos a serem tomados de forma coletiva. Acompanhemos a passagem em que é narrado, pela personagem Luís Pedroso, aos paulistas reunidos em conferência, o episódio do Capão da Traição, após a chegada de Rui Gonçalo, único sobrevivente do massacre que havia comunicado os dramáticos sucessos ao raivoso chefe paulista:

“Era Luís Pedroso, que, brandindo um archote, subira a esse improvisado rostro para arengar ao povo.

Sinistra e bela como a do arcanjo do mal era essa figura pálida de mancebo, melhor iluminada pelo coruscar de seus olhos incendiados **em amor a pátria** do que pela luz do facho que, novo Thor, sustentava.

Sublime e majestosa era essa fronte vasta, coroada por cabelos negros e anelados, anteparo augusto de um sacelo venerando em que, como nos tempos da Vesta antiga, ardia ininterrompidamente uma pira sagrada - o amor santo a uma convicção, o devotamento sem termos a uma idéia, o culto fanático a um princípio.

Quase sobrenatural parecia esse vulto varonil que sublimado a um oceano de cabeças, agitava um brandão sangrento: dir-se-ia que o espírito cavalheiresco dessas eras, que a índole do século tivera o seu "avatar", e que ia falar ao povo.

Também era profundo e medonho o silêncio que reinava: os sinos se tinham calado e os homens nem respiravam. Uma aglomeração que parecia sombra e que era gente, um vulto que parecia um fantasma e que era um tribuno - eis o que os olhos indistintamente enxergavam.

Hora sinistra essa.

Brumas na atmosfera, trevas nos corações.

Luís Pedroso viu grande multidão: teve medo de se achar só.

Todavia era preciso começar; começou:

- Paulistas, os sinos vos chamaram às armas, o linguarar do bronze vos arrancou ao conchego do lar. Por quê? Porque nossos irmãos de Minas Gerais que estavam, não há muito, cheios de vida e de esperanças, rememorando saudosos estes campos em que brincamos crianças, anelando por voltar a esta terra que a todos nos viu nascer... nesta hora em que vos falo já não vivem... apodrecem insepultos à face do céu, servindo de pábulo à fome voraz do asqueroso tatu...

Morreram todos, não em combate leal, frente a frente, arca por arca, mas prostrados pela mão infame da traição...

O cálix do sofrimento estava cheio; fê-lo transbordar a morte miserável de José Pardo... Os paulistas levantaram-se, quiseram lembrar antigos brios... Mas que pode o esforço contra o número? Manuel Nunes Viana com imensa mó de gente atalhou-lhes o passo em todos os pontos, sujeitou-os, dominou-os... No Rio das Mortes estava o inimigo cercado, reduzido a capitular, os paulistas triunfavam e o estandarte do direito como que já sentia enfunar-lhe as dobras o vento da liberdade, quando chegou o lugar-tenente de Viana, **Bento do Amaral Coutinho**.

Homem traiçoeiro e cruel, alma amassada de lodo e sangue, nascido por desgraça na América, alimentando por seus irmãos o mais tremendo dos ódios, o ódio que não dá tréguas, o ódio dos renegados, não havia esperar dele justiça ou generosidade...

Vendo-se baldos de recursos e impotentes para a luta, os paulistas levantaram o assédio, reuniram suas famílias, e pelo escuro da noite fugiram, fugiram como escravos...

Ora estugando os passos, ora escondendo-se, caminhavam para nós, corriam a pedir-nos auxílio vinham lembrar-nos o nosso dever...

E vinham ligeiros: mais ligeira, porém, voou a sanha dos perseguidores...

Uma manhã, em que os estômagos vazios se contorciam nas ânsias da fome, deram de mão ao receio, e em caça quase furtiva procuraram com que aliviar o padecer dos filhinhos que, pálidos, gritavam por comida...

Entre o risco de verem a prole perecer de inanição, como lobos em tempo de inverno, e o de morrerem com as armas na mão, escolheram o mais nobre...

Os tiros com que derribaram alguns magros veados serviram também para revelar a sua presença **a um índio...**

O índio é a traição: ser visto por um índio é ser denunciado...

Na tarde desse mesmo dia foram alcançados por um forte destacamento inimigo a cuja frente se, achava Tomaz Ribeiro Corso...

Ofereceram-lhe batalha, e ele recusou: avançaram, e ele retirou-se...

Mas, antevendo que não estariam quites com tão pouco que aí não parariam os seus males, acolheram-se a um capão que julgaram vantajoso para a resistência...

E não passaram-se muitas horas sem que voltassem os "emboabas"...

À boca da noite chegaram de novo os inimigos capitaneados por Bento do Amaral Coutinho em pessoa...

Cruéis inimigos: era uma alcatéia de lobos comandada por um tigre...

Os paulistas, tinham muitas espingardas mas pouca pólvora, pouco chumbo e nem uma bala.

Tinham espadas, mas os braços estavam cansados...

Eram paulistas, mas sentiam-se tomados de desalento...
Junto deles as esposas amadas apertavam aos seios os filhinhos infantes...
Junto deles as crianças que já tinham consciência do que viam, com os pés inchados pela jornada, com as faces cavadas pela fome, com os olhos pisados pelo chorar, fitavam-nos...
Procuravam esperança no desespero, deparou-se-lhes uma salvação única -não haver salvação possível!...
E a noite passou-se, tagarelando em seu silêncio ameaçador mil horrores aos pobres foragidos.
Como a onça e o tamanduá os dois bandos se espreitavam na treva: um calculando o arrojo; o outro acerando as garras para receber o inimigo em abraço de morte...
Rompeu o dia, romperam a hostilidade: a noite com seus terrores tem alguma cousa de compassivo para com os oprimidos; o despontar do sol é inexorável...
Os forasteiros avançaram, os paulistas aperraram as armas.
Os forasteiros avançaram ainda...
Troou uma descarga, levantou-se uma nuvem de fumo, passou uma avalanche de chumbo...
Muitos contrários rolaram no pó, escabujando na terra umedecida pelo orvalho, como em vida se tinham rebaçado nos charcos da infâmia...
Retrocederam cheios de temor, e fora de alcance das espingardas dos nossos, alongaram-se em filas, dobraram de vigilância, puseram-se à espreita com centenares de olhos...
E o sol foi subindo no horizonte; e seus raios de luz banhavam as árvores; as flores desprendiam seus perfumes; os passarinhos beijavam-se trinando...
A natureza ostentava-se e desapiedadamente bela, implacavelmente louçã, incruando cada vez mais nos corações dos sitiados o sombrio do desespero...
A ridente dos campos, o ataviado das árvores, o rebrilhar da luz, o imóvel das encostas, o ciciar das brisas, o gorjeio das aves, eram outros tantos sarcasmos atirados à miséria funda desse pugilo de bravos que, trêmulos de fome, tinham por único apanágio no meio de tantas riquezas as armas que sustentavam...
Caiu a tarde.
O penar das mulheres, o choro desconfortado das criancinhas fundiu esses ânimos de bronze...
Desceram a ousar ter esperanças...
Um volatim protegido por bandeira branca destacou-se do capão, vingou o espaço intermédio, aproximou-se de Bento do Amaral.
O jaguar escondeu as garras para receber a preá que se vinha oferecer...
Sorriu-se com brandura, elogiou a coragem e esforço dos cercados, protestou que queria desarmar e não exterminar os paulistas, exaltou-se e jurou pela Santíssima Trindade que respeitaria as suas vidas, que protegeria a sua retirada, que eles garantiria vitualhas, uma vez que depusessem as armas.
Foi crido; suas condições foram aceitas...
Dementados pelo atroz do sofrer, pelos aspectos enfermiços das esposas, pelos gemidos da prole, saíram nossos irmãos do capão, e entregaram-se à fé dos inimigos...

Não sem suspiros de rancor, humilhações e saudades, não sei pranto de despeito, foram vagarosamente deitando por terra as armas que lhes tinham granjeado o nome temido...

A uma espada seguiu-se uma pistola, a esta uma carabina, e o troféu da vergonha foi avultando...

Avultou, cresceu...

Os leões já não tinham garras...

Um secreto pressentimento os avisava de seu fado...

Estavam lívidos, tremiam, não ousavam olhar uns para os outros.

De repente uma fila de inimigos interpôs-se, rápida como o pensamento, entre as armas valentes e os guerreiros vencidos: Bento do Amaral, o pérfido, o falsário, o Judas, bradou então: - "Morte aos tiranos".

Parou Luís Pedroso como despedaçado por dor íntima, por angústia inexprimível. Um soluço pungente rompeu-lhe da garganta...

Após instantes continuou quase gaguejando:

- Os "tiranos" eram nossos irmãos, **os legítimos donos da terra**, os esbulhados, os perseguidos, os desarmados, os famintos, os traídos...

E o bacamarte estrondou, e o ferro desceu... Uns após outros foram caindo os varões paulistas... caíram todos...

Depois chegou a vez das mulheres, e afinal nem as próprias criancinhas foram poupadas...

A terra bebeu o sangue dos valentes, e o vento do deserto esfuziou por sobre os seus cadáveres...

Onde estão nossos companheiros de fadigas, nossos consórcios de glória, aqueles que amávamos?

Onde está Júlio César?

Jerônimo Pedroso?

Lourenço Vaz?

Francisco de Almeida?

Manuel Veloso?

Antônio Monteiro?

É tarde para sabê-lo: o corvo que passou esta manhã talvez no-lo pudesse contar...

A cada um destes nomes rompia um gemido pungente do seio da multidão: era um filho a quem a notícia descia ao imo do coração, fria e inexorável como a lâmina de um punhal, dizendo-lhe - já não tens pai -; era uma esposa a quem bradava - troca esses atavios por dó, que estás viúva -; era uma mãe a quem cortava o fio das alegrias com um grito tremendo e pavoroso que abalava o cérebro e repercutiu no crânio: - Já não vivem os frutos do teu ventre, estás orfã da prole querida."¹⁴⁹

No trecho destacado, além de podermos entrever o modo dramático como Júlio Ribeiro aborda o episódio do Capão da Traição, que é aliás referenciado numerosas vezes ao longo da narrativa, vemos um exemplo dentre muitos que poderiam ser ressaltados da descrição de paulistas se reunindo para dispor de modo comunitário sobre alguma questão.

¹⁴⁹ RIBEIRO, Júlio. Opus. cit. p. 81.

A peculiaridade da experiência sociopolítica e econômica dos paulistas no contexto colonial já foi muitas vezes pontuada. O seu isolamento geográfico e sua consequente relação um tanto distanciada, e por vezes mesmo contratualista, relativamente periférica diante dos lugares onde estavam localizados os grandes negócios coloniais como o nordeste açucareiro, já foram assunto de profundas investigações historiográficas. Desse modo, diversos estudiosos, dentre os quais John Monteiro e Adriana Romeiro, observaram que os serviços prestados pelos paulistas à Coroa em muito diferiam daqueles oferecidos por cariocas e baianos, por exemplo, assim como as atividades nas quais os paulistas se especializaram, sobretudo o apresamento indígena, criaram em torno deles uma série de fabulações que se aproximam mais ou menos da realidade experienciada pelos homens do planalto.

Assim, apesar de terem de fato sido reputados por contemporâneos como os vassalos mais rebeldes da Coroa portuguesa, que também apontaram a Vila de São Paulo de Piratininga como uma verdadeira rochela, um enclave que figurava como ameaça ao domínio português, uma vez que seu aparelhamento estatal e máquina administrativa de controle não a alcançava, afirmar, como o faz Júlio Ribeiro, que as relações que os paulistas estabeleceram com a metrópole, em específicas situações contratualistas, possuíam intenções e inspiração republicana já no século XVIII é forçar a interpretação fazendo uma leitura teleológica dos eventos que se passaram nas Minas, imputando-lhes um caráter que não estava no horizonte dos indivíduos envolvidos na querela, uma vez que, como defende Romeiro, ambos os partidos, em algum momento da justificação dos seus motivos legítimos para pegar em armas, se colocaram como defensores ciosos dos interesses do rei, tentando atrair para si e para seus atos motivados por ambições puramente locais a aprovação da coroa.

Vejamos mais uma passagem em que Ribeiro, no diálogo que se dá entre os emboabas Ambrósio Caldeira e Antônio Francisco, quando da chegada desse último ao forte, afirma tacitamente que o conflito se tratava de amor à causa republicana, e que estavam os paulistas em campo de batalha contra os emboabas nas Minas Gerais por essa razão. Evidentemente, mais uma vez tudo isso diz muito a respeito da militância oitocentista de Júlio Ribeiro:

"- Vem tomar parte conosco, principiou Ambrósio Caldeira, nos transe de tempos bem desastrosos. Horrível é a quadra que atravessamos.

- Horrível, diz bem, sr. Ambrósio Caldeira: fermentos de antigos ódios têm azedado os ânimos, as paixões estão exaltadas, parece que todos os peitos têm sede de sangue.

- E de que sangue? **Do sangue irmãos.**
- **Não são tanto irmãos os povos que ora combatem-se: a natureza das raças modifica-se com a influência do clima, do modo de viver, das necessidades novas. As colônias têm sido e hão de ser sempre inimigas das metrópoles.** Se são irmãos os povos de países colonizadores e colonizados, são irmãos como Jacob e Esaú, como Polinice e Etéocles, como Rômulo e Remo, isto é, são irmãos pela origem comum, mas irmãos separados por um oceano de despeito. De uma parte milita para acirrar esse sentimento o orgulho da supremacia adquirida; de outra, o amor-próprio ferido, **o anseio de independência.** O que se passa hoje nesta capitania de S. Vicente é o que se dá também na de Pernambuco. Aqui é Piratininga que se levanta contra as Gerais; lá é Olinda que se ergue contra o Recife; aqui os Portugueses são vilipendiados com o nome de "emboabas"; lá, com o apelido de "mascates".¹⁵⁰ **O mesmo se dará com a América Espanhola, o mesmo tem de acontecer com a América Inglesa. Mais cedo ou mais tarde estes países novos levantaram as suas vistas, combaterão pela sua independência, conquistarão a sua autonomia.** Seria loucura afagar a ilusão de que as gerações nascidas nestes continentes se nos conservarão sempre fiéis: **os americanos não podem ligar idéia de pátria a uma terra que nunca viram, cujas águas nunca beberam, cujos ares nunca respiraram.** Como já disse, eles têm necessidades diversas, consequentemente, diversidade de hábitos. A própria língua tende a modificar-se: cousas novas exigem palavras nova, novo torneio de frases. Interesses opostos criam separação, e todos os interesses do velho e do novo mundo são opostos entre si. É questão de tempo: quando os filhos das colônias forem em número maior do que os nascidos nas metrópoles, reventarão as revoluções, e nada poderá impedir que vinguem. Enquanto esperam, odeiam.
- Terríveis princípios...
- Provados, porém, pelo estudo da natureza humana, firmados pelo direito das gentes, **sancionados pela lógica da história.** É uma verdade dura para o orgulho dos povos do velho continente, mas é uma verdade - **a Europa pertence aos europeus e a América aos americanos.**
- Pensando por semelhante modo, sr. Antônio Francisco, não lhe parece incoerência tomar armas **em prol da causa da metrópole contra a da colônia?**
- Português nasci, e português hei de morrer. Se se tratasse de independência - eu cruzaria os braços, não tomaria parte na luta: trata-se de desforço de represálias sangrentas - estou com meus irmãos.
- [...]

¹⁵⁰ "Comparando o tratamento dispensado pelo Conselho Ultramarino aos rebeldes da Guerra dos Emboabas e da Guerra dos Mascates, este mais enérgico e menos brando, Evaldo Cabral de Mello chamou a atenção não só para os obstáculos geográficos de uma operação militar em meio aos sertões distantes e inóspitos, mas também para a natureza particular de cada uma dessas sedições. Para ele, os emboabas não protagonizaram uma sedição contra a autoridade da Coroa, "que fora obviamente desrespeitada mas não desafiada", ao contrário do que ocorreria em Pernambuco, quando fora posta em xeque. É preciso lembrar, também, o lugar ocupado pela região mineradora na nova conjuntura política que se desenhava no Império português, passando de uma posição subalterna para uma posição privilegiada."

ROMEIRO, Adriana. Opus. cit. p. 305

- Represálias sangrentas mesmo, disse Ambrósio Caldeira após breve pausa, que os Paulistas são implacáveis na vingança. Seu amor próprio que os leva a cometimentos assombrosos, que lhes dá essa tenacidade inquebrantável que todos admiram, faz também com que considerem sacrilégio imperdoável qualquer ofensa que lhes é irrigada.
- E eles estão ofendidos...
- Mortalmente. O ato de Bento do Amaral Coutinho não tem qualificação. E o que é triste é que tenhamos de carregar com a odiosidade que inspirou e inspirará sempre o morticínio horroroso do **"Capão da Traição"**.
- Mas Bento do Amaral Coutinho não é do reino, nasceu no Rio de Janeiro.
- Pouco importa: obrava em nome de Viana, e a responsabilidade recai sobre os Portugueses. É justo, e eu tanto o compreendo, que não procuro declinar essa responsabilidade.
- Oh! que Viana não teve culpa, eu posso garantir! Eu estava com ele quando chegou a notícia do que fizera Coutinho, eu vi-o chorar de indignação e vergonha, eu ouvi-lo amaldiçoar o dia em que conhecera o renegado.
- Não gosto de Vianna, mas faço-lhe a justiça de crer que não teve parte, nem sequer indireta, em tão nefanda violação de todas as leis divinas e humanas. Mas isso a que monta? As águas todas do mar não poderão lavar o nome português da viltade que sobre ele pesa: só um caminho nos resta.
- Qual?
- Não nos mostrarmos covardes, depois que sem culpa ficamos infames: vender caro as vidas, morrer combatendo.
- Para isso aqui vim, sr. Ambrósio Caldeira. Conte comigo e com os meu homens.
- [...]
- Mande-os entrar, sr. Antônio Francisco; que venham esses leais portugueses aumentar o número das vítimas que vão ser sacrificadas em expiação do crime monstruoso do vilíssimo Bento do Amaral Coutinho... Mande-os entrar.”¹⁵¹

E mais adiante na narrativa do romance ainda temos:

"Enfim representadas pela vez primeira por dois exércitos defrontavam-se a metrópole européia e a colônia americana. Entre o Brasil nascente e as instituições do Velho Mundo sem peias, sem reservas, ao ar livre, pela boca das carabinas ia enfim soar o diálogo tremendo do ajuste de contas, **diálogo de sangue começado no resmonear balbuciente do escravo, e que dura até hoje, cuja última palavra ainda não foi dita.** Encastelados no forte, alapardados por trás de suas muralhas como **uma idéia retrógrada em consciência poluta**, os Europeus dir-se-iam o transunto dos evos caliginosos, **do monarquismo feroz, do espírito do passado.** Avançando a peito descoberto, leais, temerários, poderiam considerar-se os Americanos a encarnação do **verbo da liberdade que se**

¹⁵¹ RIBEIRO, Júlio. Opus. cit. p. 129-131.

espaneja ao sopro da revolução, como um filhote de águia aos raios quentes do sol.

Antagonismo implacável - no forte os Emboabas, grupo de titãs do realismo; no campo **os Paulistas, legião de gonfaloneiros da democracia; no forte, o direito dinástico; no campo, os forais do povo; no forte os tempos de Luiz XI**; no campo, a aurora de noventa e três.

De um lado - o receio, Ambrósio Caldeira que temia pela filha; o desespero, Antônio Francisco que jurara apunhalar a noiva; o despeito, os Portugueses que se viam rebaixados ao nível dos que eram por eles considerados "escravos". Do outro - o furor tribúncio, Luís Pedroso que com sua palavra inflamada trouxera os Paulistas ao Rio das Mortes; **o sentimento de nacionalidade incipiente**, Francisco Bueno enviado à guerra pela heroica esposa vigiado de perto pelo filho precoce: a vingança, Rui Gonçalo, única testemunha paulista do morticínio do capão infamado.

Como o leão e o tigre nos areais do Saara a Europa e a América espreitavam-se no Rio das Mortes.

Duas idéias iam cruzar-se como duas espadas.

Desse embate tinha de jorrar traduzido em fato o princípio que cento e catorze anos mais tarde apregoeou Monroe...

[...]”¹⁵²

As duas passagens são bastante claras com relação ao intuito de Júlio Ribeiro de apresentar os paulistas como representantes da legitimidade inscrita naqueles que lutam pela liberdade dos povos oprimidos pelo monarquismo, todavia, o que mais chama atenção é o modo como Ribeiro apresenta os fatos como sendo dados pela própria lógica da história: “**sancionados pela lógica da história**”, ou seja, reconhecendo a existência de uma única história, e não por acaso esse mesmo sentido lógico reforça suas próprias concepções históricas e políticas. Sem falar na menção à doutrina Monroe, proclamada no dia 02 de dezembro de 1823 no congresso norte americano pelo presidente James Monroe, cujo lema “América para os americanos”, segundo o próprio autor de *Padre Belchior de Pontes*, só surgiria cento e catorze anos mais tarde, o que não o impediu de relacionar os eventos que se passaram entre paulistas e emboabas a esse princípio, deslocando-se com liberdade entre contextos e temporalidades distintas, e como dito, buscando uma amarração lógica para esses fatos aparentemente tão distantes entre si.

Nessa última passagem, extraída da “Quarta Parte”, intitulada “A Guerra” no capítulo “Tigris Et Leo”, justamente a parte reservada à descrição do confronto direto entre paulistas e emboabas, em que são reveladas mais algumas das representações construídas do conflito armado por Ribeiro observa-se, claramente a questão das

¹⁵² RIBEIRO, Júlio. Opus. cit. p. 149.

temporalidades que se sobrepõem no romance de Júlio Ribeiro: o conflito narrado que ocorreu entre 1707 e 1709, possuiria reflexos que repercutiriam e seriam contemporâneos a Ribeiro, o que se nota pela frase **“cuja última palavra ainda não foi dita”**. Com essa afirmação o autor provavelmente referia-se e prefigurava o fim da monarquia e o nascimento da República tão sonhada por ele, como radicalização do movimento iniciado com a guerra entre colônia e metrópole anunciado no início do trecho em destaque. Ribeiro se refere aos europeus, consubstanciados pelos portugueses “emboabas”, como representantes do monarquismo e do “espírito do passado” e, na direção oposta, os paulistas como corolários da democracia. Afirmação que não se pode fazer sem um alto grau de anacronismo e dimensão teleológica da história. Ribeiro observa a história de “trás para frente”, invertendo o seu sentido, assim, o processo de Independência e o desejo de liberdade que o teria caracterizado, poderia explicar o ocorrido na Guerra dos Emboabas, e não necessariamente o contrário, deixando patente um dos aspectos de sua interpretação histórica.

Para além disso, cabe ainda colocar a questão do nativismo atribuído à Guerra dos Emboabas por Júlio Ribeiro e seus coevos, ora depositando no partido paulista ora no emboaba as glórias da causa nacional. A historiadora Adriana Ribeiro assevera que essa dimensão não existia nem para uns nem para outros: “Do nativismo tão decantado pelos historiadores novecentistas, nada havia nas aspirações de paulistas e emboabas”¹⁵³ Ainda assim essa questão foi uma das mais destacadas no romance histórico *Padre Belchior de Pontes*.

Finalmente, concluímos esse segundo capítulo que se ocupou em apresentar mais algumas questões do modo de Ribeiro revisitar a Guerra dos Emboabas ressaltando suas escolhas temáticas eletivas. Desta forma, entre “paulistanismos” próprios do século XIX e posturas religiosas e republicanas que marcaram sua trajetória intelectual, Ribeiro escreveu o romance *Padre Belchior de Pontes* deslocando para isso sua narrativa no tempo e no espaço.

¹⁵³ ROMEIRO, Adriana. Opus. cit. p. 318.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

À guisa de conclusão dos estudos realizados, cabe apontar os modos pelos quais o homem de letras e imprensa Júlio Ribeiro intencionou atrelar as temporalidades dos eventos narrados por ele no romance histórico de sua autoria, *Padre Belchior de Pontes*, às suas proposições políticas e concepções historiográficas oitocentistas, ou seja, seu próprio tempo vivido, tais quais o anticlericalismo/antijesuítismo, o abolicionismo, e o republicanismo.

O Epílogo do romance histórico intitulado “O Mártir”, em seu primeiro capítulo denominado: “Um Rei ‘Magnânimo’, Paulistas e Jesuítas”, é privilegiado para verificarmos ainda uma vez a forma de Júlio Ribeiro abordar a matéria histórica por meio da literatura, suas concepções, militâncias e impressões a respeito de seu tempo experienciado, e também do tempo para o qual desloca a narrativa de *Padre Belchior de Pontes*. Além disso, também é possível retomar alguns dos principais mecanismos e métodos utilizados por Ribeiro na construção de sua produção ficcional baseada em eventos históricos.

Acompanhemos uma longa passagem reproduzida aqui de modo integral devido a plasticidade que apresenta a respeito dos pontos que nessa pesquisa buscamos ressaltar:

"Desde 1.º de Janeiro de 1707 até 31 de Junho de 1750 reinou em Portugal D. João V.

Era vaidoso e beato, e a História chamou-o "magnânimo".

Ora a história...

D. Pedro II tinha feito uma liga ofensiva e defensiva com a França e com a Espanha para colocar no trono de Carlos II o duque d'Anjou.

Essa liga desfez-se em 16 de Maio de 1703, e o rei "pacífico", que melhor se chamaria "versátil", bandeou-se com o imperador Leopoldo I, com a Inglaterra e com a Holanda para guerrear a quem antes havia sustentado.

Em 1706 o general português Marquês das Minas invadiu a Espanha, e fez aclamar em Madrid o protegido de seu amo.

Essa crisálida de rei, esse Carlos III por poucos meses, foi o arquiduque d'Áustria.

D. João V, ao subir ao trono de Portugal, abraçou com fervor a causa ultimamente defendida por seu pai.

Pulsava-lhe o coração dilatado por fofices e vaidades: esperava que o Marquês da Minas ilustrasse-lhe o reinado com novos feitos de armas, inebriava-se na idéia de que era adversário de Luis XIV.

Invejava e por isso mesmo aborrecia o monarca francês.

Parodiava-o em tudo.

Quis e conseguiu que Lisboa fosse uma nova Paris.

Em Vendas-Novas teve a sua Versalhes.

Aumentou os arsenais do reino, introduziu nele fábricas, fundou academias.

Rodeou-se de homens de letras...

E a fortuna favorecia-o.

Se as vitórias de Berwik em Almanza, de Vendomé em Vila-Viçosa, de Villares em Benain trouxeram como sequência necessária o tratado de Utrecht, privando-a da glória de ter-se em frente do filho orgulhoso de Ana d'Áustria, ampla compensação, farta messe de louros deu-lhe a batalha naval de Matapan.

D. João V era um rei galopim: andava de noite a correr a coxia pelas betesgas de Alfama.

D. João V era um rei D. João: que o digam as santas freiras de Odivelas...

A religião devia-lhe muito, e quem lhe dava alguma cousa por conta dos capitais e juro eram essas desempoeiradas monjas.

E com justiça. Quem mais do que "religiosas" deveria responder por dívidas da religião?

D. João V arrojava aos ares os campanários alterados de Mafra; estendia por montes e vales o majestoso aqueduto das Águas-Livres, desobstruía o Tejo, alargava Lisboa, renovava a face de Portugal, assombrava o mundo.

Para isso precisava de dinheiro, de muito dinheiro.

Quem lhe fornecia?

Portugal?

Portugal estava pobre, estava exausto, não podia.

Era a América, era o Brasil.

E D. João V tinha ciúmes do seu Pactolo, da sua "poule aux oeufs d'or".

Não devia, pois, morrer de amores pelos padres de Loyola que mansa e sorrateiramente se tinham tornado senhores de fato nas terras descobertas por Cabral. Não morria mesmo, antes olhava-os de traves.

E esses olhares envesgados foram-se traduzindo em fatos, foram-se mostrando ao mundo em forma de peças monumentais pregadas às santas roupeta pelo Camões do Rócio de picaresca memória, té que alfim, em 1741, desmascararam-se de uma vez na tremenda bula - "Imensa Pastorum Principais" - que, a instâncias talvez da superiora de Odivellas, promulgou Benedito XIV.

Em 1709, ao chegarem à Corte notícias do conflito entre Portugueses e Paulistas nas Minas do Ouro, já D. João V tinha começado a desconfiar dos homens de Santo Inácio.

Mas ainda vivia-lhe na mente a lembrança do Jesuíta Francisco da Cruz, que fora seu mestre de latim: assim era seu confessor o Jesuíta Simão dos Santos; ainda "primavam nos paços" Luís Gonzaga, Manuel Dias, Manuel Pires, Antônio Stieff, Francisco da Fonseca, Carlos Gallenfels, Gregório Barreto, Luís Álvares, Henrique de Carvalho, Manuel de Oliveira, Inácio Vieira, Jacinto da Costa e muitos outros...

O monarca magnânimo farejou nos movimentos de Piratininga e do Rio das Mortes dedo de Jesuíta, mas calou-se e procurou, como pôde, dar talho no mal.

Para esse fim fez baixar a seguinte carta:

'D. João, por graça de Deus, Rei de Portugal, etc.

"Faço saber aos que esta minha Carta Patente virem, que por ter resoluto, para melhor acerto da administração da justiça e das Minas

do Ouro, união entre os moradores de S. Paulo e mais distritos das mesmas Minas, haja nelas um Governador separado do Governo do Rio de Janeiro, sem ter outra subordinação mais que do Governador e Capitão-General da Bahia, como a têm os Governadores do Rio de Janeiro e Pernambuco; e na pessoa de Antônio de Albuquerque Coelho de Carvalho, concorrem todos os requisitos necessários para o tal Governo, assim pela sua qualidade e talento, como pelo bem que me tem servido em todos os Postos e Governos que tem ocupado, fazendo-se e neles merecedor de grandes empregos, e digno de fiar da sua capacidade e valor negócio tanto do serviço de Deus e meu, e conveniente ao bem comum de meus Vassallos: Hei por bem de nomear, como por esta nomeio por Governador e Capitão-General de S. Paulo e das Minas do Ouro de todos aqueles distritos por tempo de três anos, e o mais enquanto lhe não mandar sucessor, com o qual Governo haverá o soldo de oito mil cruzados cada ano, pagos pelos efeitos que houver mais prontos na primeira renda real, e gozará de todas as honras, poderes, mando, jurisdição e alçada que têm e de que usam os Governadores do Rio de Janeiro, e do mais que por minha Ordem e Instruções lhe for concedido. Pelo que mando, etc.

Dada na Cidade de Lisboa, aos vinte e três dias do mês de Novembro. Manuel Pinheiro da Fonseca, Oficial maior da Secretaria a fez. Ano do nascimento de Nosso Senhor Jesus Cristo de mil setecentos e nove. O secretário André Lopes de Lavre a fez escrever. - "El- Rey " D. Miguel Carlos'.

E, entendendo que não bastava, coroou a obra com uma insígne maravilha: em sinal de visita e de perdão, mandou aos Paulistas suas bragantina efigie, que chegou a Piratininga com uma carta de Albuquerque escrita no Rio de Janeiro em 26 de março de 1710.

Cousas do rei...

Os paulistas ouviram ler a epístola, miraram o retrato, encolheram os ombros ao perdão e começaram a preparar-se para novo cometimento.

Em 1710 foi a "vila" de S. Paulo de Piratininga elevada à categoria de "cidade".

Os cabeçudos Paulistas ainda se não deram por satisfeitos com gozar a sua terra de novos foros, e foram por diante com suas preparações.

Albuquerque, homem de tino e de consumada experiência, viu o caminho que levariam as cousas, se se lhes não desse um paradeiro: tremeu por si, tremeu pelos seus oito mil cruzados anuais, tremeu pela supremacia dos Portugueses na América, e tanto fez que conseguiu receber, com data de 30 de Maio de 1711, uma ordem régia que o habilitava a reintegrar os Paulistas na posse das fazendas e minas de que tinham sido esbulhados.

Os Paulistas aquietaram-se e entregaram-se de novo ao fadário de bater sertões.

Assim abafou-se e extinguiu-se essa faísca que, a não ser a habilidade do delegado português, talvez lavrasse convertida em incêndio devastador.

Os Jesuítas, esses não pararam com sua obra sinistra.

Humildes, melífluos, meigos, felinos, astutos, perseverantes, infatigáveis, trabalhavam em silêncio, escondidos pela religião, como o pólipó pela profundidade das águas.

Esforçavam-se, como ainda hoje se esforçam, por levantar à tona do oceano social os corais da teocracia, esperando ver quebrarem-se neles o batel da civilização **e a liberdade do Evangelho.** Como Satanás a espreitar de uma nuvem carregada as obras da criação do lóbrego 'Gesu' **espreitava o século XVIII** o chefe da milícia negra, o terrível Tamburini."¹⁵⁴

Nesse trecho, Júlio Ribeiro, além de reafirmar sua tese de que os principais responsáveis pela Guerra dos Emboabas foram os “melífluos, meigos, felinos, astutos, perseverantes, infatigáveis” jesuítas, faz também um breve, contudo pormenorizado, resumo histórico das disposições e sucessões Reais em Portugal, assim como dos conflitos assumidos por esta Coroa com os monarcas de outras nações para a garantia de sua soberania. Além disso, Ribeiro refere-se ao desfecho dos conflitos que envolveram paulistas e emboabas, citando a questão fundamental para a dissipação das animosidades da criação de um novo cargo de governador para uma nova capitania, a de São Paulo e das Minas do Ouro, em separado das capitanias do Rio de Janeiro e da Bahia, cargo esse que seria ocupado por Antônio de Albuquerque Coelho de Carvalho, personalidade central nas negociações que garantiriam alguma estabilidade ainda que não permanente no contexto das Gerais.

O interessante é notar que essas notícias nos são dadas mais uma vez através da anexação de um documento histórico, recurso já utilizado por Ribeiro em outros momentos de sua narrativa que, como visto, tem o intuito de atestar uma suposta verdade histórica ou ao menos angariar legitimidade ao seu discurso: “para melhor acerto da administração da justiça e das Minas do Ouro, união entre os moradores de S. Paulo e mais distritos das mesmas Minas, haja nelas um Governador separado do Governo do Rio de Janeiro, sem ter outra subordinação mais que do Governador e Capitão-General da Bahia, como a têm os Governadores do Rio de Janeiro e Pernambuco; e na pessoa de Antônio de Albuquerque Coelho de Carvalho, concorrem todos os requisitos necessários para o tal Governo”.

Em seguida, o autor notifica a elevação da categoria de alguns arraiais para o de vilas, e de vilas para cidade, incluindo aí a Vila de São Paulo de Piratininga, e a relevante circunstância do envio das insígnias reais juntamente com um retrato do rei magnânimo aos paulistas, episódio ao qual Ribeiro se refere de forma coloquial, afetando não dar muita importância para o evento, ou pelo menos não o compreender de forma total: “**Cousas do rei..**”. No entanto, a historiadora Adriana Romeiro aponta esse

¹⁵⁴ RIBEIRO, Júlio. Opus. cit. pp. 190-192.

caso como um dos mais significativos do processo de encerramento de um Era em que os paulistas viviam em “espantosa” liberdade. O que torna carregado de significado o ato do envio de sua imagem aos paulistas que pode ser interpretado como a extensão das benesses, controle e subordinação a Coroa portuguesa da população do planalto, que vivia até então em relativo isolamento e gozando de certa autonomia.

Enfim, nessa passagem podemos averiguar mais uma vez as operações realizadas por Ribeiro ao abordar a história através da literatura. Em seu expediente fatos e eventos históricos são citados em profusão verborrágica, crônicas setecentistas e obras consagradas pela intelectualidade do século XIX são mencionadas de maneira literal, e muitas vezes seus trechos são mesmo totalmente parafraseados, com pouco ou nenhum tratamento crítico diante de seu conteúdo. Assim como documentos históricos, sobretudo bulas papais e despachos encaminhados pela Coroa portuguesa, são reproduzidos integralmente em meio à narrativa para confirmar a pesquisa dedicada do autor Júlio Ribeiro, e para garantir ainda mais veracidade às suas afirmações de cunho historiográfico. Essas afirmativas, aliás, estão eivadas das proposições políticas e religiosas e das “procelas” atravessadas e militâncias empreendidas por Júlio Ribeiro na segunda metade do século XIX, e que são com bastante liberdade criativa e imaginativa atreladas aos processos históricos referentes ao tempo do enredo do romance que se inicia no ano de 1656 e finaliza no de 1719, com a morte da personagem que nomeia a obra, Padre Belchior de Pontes.

Ao longo de toda a narrativa, várias marcas pontuam essa relação entre as temporalidades distintas que se sobrepõem umas às outras. Um exemplo dentre muitos, presente nessa última passagem ressaltada, quando ainda se referindo à atuação dos terríficos filhos de Loyola, Júlio Ribeiro declara: “Esforçavam-se, como ainda hoje se esforçam, por levantar à tona do oceano social os corais da teocracia, esperando ver quebrarem-se neles o batel da civilização e a liberdade do Evangelho.” Esse tipo de correlação traçada, entre atividades desempenhadas no passado e reverberadas no presente vivenciado por Ribeiro, são recorrentes ao longo da narrativa, e funcionam antes como ensejo pra discorrer livremente sobre as questões contemporâneas à experiência de Júlio Ribeiro, marcada pelas transformações de *fin de siècle*, as eminentes alterações no regime escravocrata e a crise do governo monárquico diante de tamanhas agitações de ordem política, social e econômica, mais do que necessariamente para discorrer sobre o período colonial, momento no qual se passa a narrativa do romance *Padre Belchior de Pontes*.

É preciso evocar igualmente, como parte constituinte da construção narrativa ficcional de Ribeiro a partir de elementos históricos, os registros que pontuam a ligação que Júlio Ribeiro procurou traçar entre sua própria trajetória pessoal e o enredo do romance histórico, como quando afirma na dedicatória que se considerava um mineiro paulista e por essa razão escolheu abordar a temática do levante, justificando ainda que por votar um amor “ardente, intenso, bairristico até” por ambas as províncias, São Paulo e Minas, ao personificar “os dois queridos torrões em dois dos seus mais nobres filhos”, provaria dessa forma seu grande afeto. Lê-se o termo empregado pelo autor: “dois filhos” como uma referência ao partido paulista e o emboaba que digladiaram-se entre si na ocasião da Guerra dos Emboabas.

Há ainda outros momentos da narrativa que são interrompidos para digressões e reflexões do autor sobre sua relação direta com as paisagens descritas, como, por exemplo, a saudação a Pouso Alto, terra da qual Júlio Ribeiro afirmou possuir estimadas memórias de infância que relembra e homenageia situando sua localização no instante da escrita: “Daqui destas plagas de indústria e trabalho, onde o vapor tem trono e a eletricidade um altar, gasto pelo atrito do mundo, sem ter mais no peito uma fibra que possa ressoar em doce acorde – eu ainda te envio uma saudação: Salve, Pouso-Alto, salve!”.¹⁵⁵

Aliás, um ponto que não foi mencionado e que mereceria uma atenção um tanto mais detida é o fato de que, no decorrer da narrativa, percebe-se que Ribeiro não elogia apenas os paulistas como arautos da liberdade e resolutos defensores da democracia republicana, e por conseguinte da causa nacional, ele também vangloria os valorosos emboabas, que seriam na economia interna do romance os ancestrais do povo mineiro e por esse motivo estavam para além de simples representantes da monarquia portuguesa. Acompanhando a narrativa com atenção, nota-se que a derrota inegável dos paulistas na guerra é explicada pela renhida resistência do partido emboaba, e Júlio Ribeiro vai justificando o “sem razão” da empreitada, reconhecido pelos próprios paulistas.

¹⁵⁵ RIBEIRO, Júlio. Opus. cit. pp. 87

Na continuação da passagem temos:
“É o penedo legendário, a pedra dos encantos, o fabulado Picu que, posto como uma atalaia no visio da serra, marca hoje a linha divisória entre S. Paulo e Minas Gerais.
Há cento e sessenta e sete anos quando as carícias impudicas da civilização não tinham ainda rasgado e desfeito a clâmide de florestas com que se vestia a rude virgindade dessas regiões ferazes; quando o gênio aventureiro e caprichoso do homem não tinha ainda pendurado do morro de Pouso-Alto esse acervo de casinhas brancas que hoje vêem-se de longe, semelhantes a um fato de travessas de cabras; quando a poética igreja que ora coroa-lhe o cume esplanado dormia ainda o sono do nada nos intermúndios nevoentos da concepção; por uma tarde límpida de Abril, no sopé da ladeira, em uma aberta à beira do riacho – estanceava uma pequena comitiva.”

Essa questão, por sua vez, relaciona-se com o forte apelo regionalista presente no romance histórico de Júlio Ribeiro, seguindo a tendência de interpretação da questão da brasilidade da época. Buscando atribuir um sentido que enfatizasse a contribuição paulistana e mineira na obra de construção de uma identidade à nação. Assim como fizeram muitos de seus contemporâneos, Ribeiro apresenta os paulistas, e também em certa medida os emboabas/mineiros, como aqueles capazes de representar de modo exemplar e glorioso o conjunto da população brasileira. Seus heróis e seus respectivos feitos heroicos colocavam-nos como dignos representantes da particularidade nacional diante dos outros povos. Além disso, Júlio Ribeiro procurou ressaltar determinadas características da experiência histórica dos homens do planalto, assim como certos aspectos da Vila de São Paulo de Piratininga, para atrelá-los a uma certa inclinação republicana, que teria se manifestado desde a origem e da ocupação dessa capitania. Tal construção e interpretação teleológica diante da experiência histórica de São Paulo e seus habitantes correspondia às utopias republicanas alimentadas por Júlio Ribeiro e seus coevos.

A questão dos deslocamentos no tempo e no espaço é um dos aspectos que mais chamam a atenção na obra analisada, e vale a pena ainda mencionar um último trecho que nos mostra a forma profética com que Júlio Ribeiro, através da personagem Padre Belchior de Pontes, discorre sobre o futuro do Brasil. É curioso notar que a personagem pode ter uma visão clara desse futuro pois o próprio autor – Júlio Ribeiro – o vivencia, e pode afirmar o que a personagem vislumbra.

"- É infinita a Misericórdia Divina, disse alfim padre Belchior de Pontes, e só ela pode salvar-me...

Anos de sofrimento, sacrifícios, penitências de que me valem agora?
Abafei os afetos de minha alma, atrofiei o coração, abneguei a vontade, tornei-me escravo, fiz-me máquina, e por quem?

Pela "Companhia de Jesus", por esse Saturno moral que devora até os próprios filhos...

Depois, cerrando os olhos como em visão profética, continuou:

- Brasil, ó pátria, que será de ti?

A América Inglesa, livre um dia e independente, elevar-se-á ao apogeu da glória social; a África adusta florescerá cheia de vida; os juncaís da Índia coalhar-se-ão de cidades...

E tu?

Tuas florestas virgens, destruí-las-á o incêndio; teus campos férteis esterilizar-se-ão, **regados pelo suor maldito do escravo**; teus rios gigantes tomarão por entre solidões...

Tombarás de abismo em abismo; das mãos de um tirano passarás para as de outros...

Como um fantasma de liberdade hás de ser uma sombra de nação...

É que estás eivado pela lepra hereditária de Roma, é que pesa-te na ceviz o pé duro do papa, é que agrilhoa-te o pensamento o teocratismo infame dos parasitas de Cristo...

Teus filhos serão egoístas e servís, que energia, patriotismo, **virtudes cívicas só medram ao sol sagrado da liberdade de consciência...**

Tu serás céptico, que sufoca-te as crenças o inimigo da sociedade, o homem sem família, **o padre celibatário...**

Orange, porque não venceste? Holanda, porque não triunfaste?

Serias livre, Brasil! Poderias pensar, poderias crer...

Mas Deus amercear-se-á de ti... Esse jugo, hás de sacudi-lo; essas cadeias, quebrá-las-ás...

Então os confessores do Filho do Homem não irão mais para o reino espiar nas fogueiras do Campo da Lã o crime de ter fé; então os Boles pregarão o Evangelho sem que venham os Anchietas apertar-lhes ao pescoço o garrote fatal...

E a voz do velho extinguiu-se num murmúrio confuso: seus olhos cerraram-se ainda mais, **como afundando-se na intuição do futuro;** seu peito alteou-se... -- Belchior de Pontes, meu irmão em Cristo, disse Padre Sebastião Álvares, apoiando a destra no ombro do companheiro, dia virá em que eu dispa esta túnica de Nesso que me queima as carnes... Deus dar-me-á força para proclamar aos quatro ventos o nome santo de Seu Filho, para pregá-lo como ele é ensinado nas Escrituras, para anunciá-lo às turbas como o "único" verbo da salvação... Mas ainda não posso... Tu, porém, que, a falar sem cortesias hipócritas, com a franqueza de Cristãos, já tens um pé no limiar da eternidade; que esperando comparecer breve ante o trono de graça do Altíssimo, nada deves mais recear dos homens [...]"¹⁵⁶

Assim, o deslocamento se dá em direção ao passado, mas também move-se para o futuro alcançando o presente de Ribeiro e quiçá para além dele.

O que está exposto nessa passagem permite alinharmos Júlio Ribeiro às concepções e orientações historiográficas gestadas, promovidas e divulgadas pela importante instituição científica oitocentista do IHGB, ainda que em sua trajetória Ribeiro jamais tenha constado como membro dessa agremiação, as similaridades de suas escritas são notórias. O historiador Temístocles Cezar, ao comentar uma das diretrizes para a escrita da história aconselhadas pelo IHGB, assevera que era uma normativa o trânsito entre distintos extratos do tempo, assim o passado abordado tinha como futuro o próprio presente experienciado por esses intelectuais.

“Aqui está presente um outro traço do regime de historicidade caracterizado pela *historia magistra*: conhecendo as causas, pode-se prever o futuro. O talento do historiador e do geógrafo provém, em alguns momentos, do mundo da profecia. Todavia, nesse caso, a imagem do porvir não é uma projeção metafísica do que deve acontecer um dia. O futuro de que fala Cunha Barbosa é apenas o seu presente, e as pesquisas das fontes servem para explicá-lo e não para projetá-lo. O passado que o orador propõe tem uma medida bem

¹⁵⁶ RIBEIRO, Júlio. Opus. cit. pp. 202-203.

definida: até sua atualidade. Os historiadores do IHGB devem ser profetas, mas do presente.”¹⁵⁷

Finalmente, para encerrarmos essas considerações, lembramos a obra do historiador alemão Reinhart Koselleck (1923-2006)¹⁵⁸, que faz uma relevante reflexão a respeito da relação entre a percepção do tempo histórico e a influência que esta sofre a partir do ponto de vista, ou da visão de mundo corrente em uma época. Dito de outra maneira, a experiência estabelece vínculos diretos com a percepção do tempo histórico, ou seja, há uma íntima relação entre a questão da perspectiva temporal e o ponto de vista de determinado autor/historiador.

Segundo Koselleck, a partir da admissão da parcialidade e introdução da noção de que ao historiador é impossível desvencilhar-se das associações às quais está comprometido enquanto sujeito, sejam elas de cunho político ou religioso, sem que contudo isso represente o fim da busca pela verdade, estabelecem-se novas relações entre as diversas temporalidades, assim como abre-se a possibilidade para novas abordagens.

Com a perda do status do testemunho ocular, e a admissão do ponto de vista do historiador, doravante considerado parte constituinte de seu ofício, inaugura-se necessariamente nova relação entre a experiência vivida e a percepção do tempo histórico. Esse processo também esteve ligado à percepção da efemeridade das transformações e à sensação de dificuldade de se apreender a história do tempo presente, sobretudo a partir da Revolução Francesa. Nota-se, a partir desse momento, uma diferenciação muito mais clara e marcante, entre as distintas temporalidades, o presente, o passado e o futuro.

“[...] a noção de que a referência a um posicionamento é constitutiva do conhecimento histórico. A ela correspondia uma forma de apreensão do real capaz de, com o auxílio do “tempo progressivo”, favorecer a *fissura entre as dimensões de passado, presente e futuro*. Com a temporalização dessa história fraturada pela perspectiva, passou a ser necessário refletir sobre o próprio ponto de observação, uma vez que este se altera em meio ao e por causa do movimento histórico.”¹⁵⁹

Pontuamos até aqui justamente a questão da experiência de vida de Júlio Ribeiro e o modo como ela determinou sua percepção das distintas temporalidades que foram

¹⁵⁷ Temistocles Cezar p. 20.

¹⁵⁸ KOSELLECK, Reinhart. **Futuro Passado**: Contribuição à semântica dos tempos históricos. Rio de Janeiro: Editora Puc Rio, 2006.

¹⁵⁹ KOSELLECK, Reinhart. Opus cit. p. 177

por ele inscritas em seu romance histórico *Padre Belchior de Pontes*. Desse mesmo modo, o historiador Nicolau Sevcenko também levou em consideração e demarcou a relação que os literatos por ele estudados estabeleceram com os distintos extratos do tempo. Em “Literatura como Missão: Tensões Sociais e Criação Cultural na Primeira República”, Sevcenko realiza um estudo de fôlego a respeito de dois escritores brasileiros que produziram ativamente durante os primeiros anos da República: Euclides da Cunha e Lima Barreto.

Somente depois de esgotada a análise do contexto sociopolítico, cultural e histórico, e de elencar todas as possibilidades e questões que estavam colocadas para ambos, é que Sevcenko busca compreender as semelhanças e especificidades entre esses autores, em perspectiva comparativa. Desse modo, Sevcenko confere bastante ênfase às trajetórias – e tragédias - pessoais, intelectuais e artísticas de ambos, buscando o entendimento de suas produções de modo amplo. O autor observou que ambos os literatos tenderam a adotar posturas diametralmente opostas diante das mesmas questões, fossem elas de ordem políticas ou estéticas. Assim, um dos pontos de divergência diz respeito à perspectiva temporal que ambos inscreveram em suas produções, pois enquanto Euclides da Cunha encontrava respostas para os problemas da recém instaurada república em um futuro redentor, Lima Barreto, por sua vez, localizava essa chave em um retorno glorioso ao passado.

“[...] Essa contradição se explica em grande parte pela diferença de perspectiva temporal entre os dois escritores. Euclides concentrava as suas referências temporais no futuro. Um futuro entendido como evolução linear, gradual e contínua, na direção do industrialismo, da sociedade universal, pacífica e justa. A vanguarda que trilharia esse percurso arrastando atrás de si as demais nações seria composta pelos novos europeus, particularmente os anglo saxônicos. A perspectiva barretiana era inversa, seu trajeto era de retorno. Sua referencia temporal estava não no futuro, mas no passado, não na evolução, mas na tradição. Não quer isso dizer que o autor alimentasse a ilusão do recuo no tempo. Apenas que, para ele, progredir significava reatar com valores morais e comportamentos sociais típicos de um passado recente que não deveriam jamais ter sido abandonados, o que acarretou a dissolução e a decadência social. [...]”¹⁶⁰

¹⁶⁰ SEVCENKO, Nicolau. Opus cit. pp. 245-246

Assim, Nicolau Sevcenko anotou que ambos os autores puderam expressar suas frustrações e depositar suas esperanças em uma ou em outra temporalidade para os problemas que verificavam no seu presente.

“Eqüidistantes da literatura achatada, do chavão e da gramática purista – a “literatura de *frac*” – ambos definem os seus caminhos. Um preso a um passado compreendido como glorioso e fecundo, capaz de redimir a mesquinhez do tempo atual. O outro comprometido com um futuro de despojamento e comunicação transparente, que elimine as distâncias que o presente aprofundou entre s homens.”¹⁶¹

O homem de letras e imprensa Júlio Ribeiro, também pareceu explorar em suas produções literárias, sobretudo em seu romance histórico *Padre Belchior de Pontes*, essa dinâmica existente entre os distintos extratos do tempo e a experiência do tempo vivido. Ele procedeu não por acaso a um romance histórico que resgatasse a memória a grandeza da raça dos paulistas e dos mineiros. Para tanto, fez um recuo no tempo e no espaço para revisitar a Guerra do Emboabas, mas a sua intenção primordial era a de comentar livre e abertamente sobre questões sócio-políticas de sua própria experiência vivida na segunda metade do século XIX. Além disso, Ribeiro valeu-se de vários mecanismos e de uma metodologia que angariasse legitimidade à sua versão narrativa dos processos históricos que estavam absolutamente eivados e comprometidos com sua militância e suas vivências oitocentistas.

Assim, podemos concluir que a escolha de Júlio Ribeiro pelo gênero Romance, surgido como fruto vinculado a novas perspectivas e possibilidades abertas pela Revolução Francesa, sobretudo no que diz respeito à instauração de uma nova maneira de se perceber e se relacionar com os extratos do tempo e sendo uma de suas vertentes mais radicais para colocar a perspectiva temporal no centro do enredo, não foi fortuita. O fato de Júlio Ribeiro ter se valido desse expediente - o do romance histórico – para com ainda mais liberdade criativa e imaginativa versar sobre o passado moldando-o e vergando-o de acordo com as aspirações de seu presente não é mera coincidência.

Buscamos justamente, ao longo do presente estudo ressaltar tais aspectos da obra de Júlio Ribeiro e sua relação com o tempo histórico, e partimos do pressuposto de que lendo sua obra e acompanhando-a analiticamente podemos compreender muitos dos anseios que povoavam seu imaginário social marcado por sua experiência no século XIX, através dos usos, interpretação e romantização que esse intelectual fez do passado.

¹⁶¹ SEVCENKO, Nicolau. Opus cit. p. 254

“[...] Dessa forma, lê-se a história simultaneamente ao ato de ler a literatura, reproduzindo como que pelo avesso o movimento de quem fez história fazendo literatura [...]”¹⁶²

No caso de Júlio Ribeiro e seu *Padre Belchior de Pontes*, essa última orientação metodológica de Sevcenko é imprescindível, uma vez que, em sua obra literária, ele parece ter explorado ao máximo a fronteira tênue que essa estabelece com a história. Os mecanismos dessa imbricação em *Padre Belchior de Pontes* é o que minha pesquisa de mestrado pretendeu ressaltar.

¹⁶² SEVCENKO, Nicolau. Opus cit. p. 29

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALENCAR, José de. **O Guarani**. São Paulo: Editora Ática, 2006. (Série Bom Livro).

ALENCAR, José de. **As Minas de Prata**. São Paulo: Editora Ática, 2001. (Série Bom Livro). Colaboração pedagógica: Luiz Roncari.

BERRINI, Beatriz. **Brasil e Portugal: A Geração de 70**. Porto: Campo das Letras, 2003.

BOSI, Alfredo. **A escravidão entre dois liberalismos**. São Paulo: Revista do Instituto de Estudos Avançados, núm. 2-3, IEA-USP, 1988, p. 4-39.

BURKE, Peter. As Fronteiras Instáveis Entre História e Ficção. In: et al. **Gêneros de fronteira: cruzamentos entre o histórico e o literário**. São Paulo: Xamã, 1997.

CÂNDIDO, Antônio. A Revolução de 1930 e a Cultura. **Novos Estudos Cebrap**, São Paulo, v. 2, n. 4, p.27-36, abr. 1984.

CARVALHO, José Murilo de. **Os bestializados: O Rio de Janeiro e a República que não foi**. 3. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1987.

CEZAR, Temístocles. Lição sobre a escrita da História: historiografia e nação no Brasil do século XIX. **Diálogos**, Maringá, v. 8, n. 1, p.11-29, 2004.

CHALLOUB, Sidney. **Machado de Assis Historiador**. São Paulo: Companhia das Letras, 2003.

Complemento pedagógico: João Alexandre Barbosa.

COSTA, Angela Marques da; SCHWARCZ, Lilia Moritz. **1890-1914: no tempo das certezas**. São Paulo: Companhia das Letras, 2000. (Virando séculos).

COSTA, Emília Viotti da. **Da Monarquia à República: momentos decisivos**. 9. ed. São Paulo: Unesp, 2010.

DECCA, Edgar Salvadori de. As Fronteiras Instáveis Entre História e Ficção. In: et al. **O que é romance histórico? Ou, devolvo a bola para você**, Hayden White. São Paulo: Xamã, 1997.

DECCA, Edgar Salvadori de. **Quaresma: um relato de massacre republicano entre a ficção e a história.** In: *Pelas margens: outros caminhos da história e da literatura.* Campinas: Editora da UNICAMP; Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2000.

FERREIRA, Antonio Celso. **A epopéia bandeirante:** letrados, instituições, invenção histórica (1870-1940). São Paulo: Editora Unesp, 2001.

FREYRE, Gilberto. **Casa-grande & senzala:** Formação da família brasileira sob o regime da economia patriarcal. 48. ed. São Paulo: Global, 2003.

KOSELLECK, Reinhart. **Futuro Passado:** Contribuição à semântica dos tempos históricos. Rio de Janeiro: Editora Puc Rio, 2006.

LEME, Pedro Taques de Almeida Paes. **Nobiliarquia paulistana histórica e genealógica.** 5. ed. Belo Horizonte: Ed. Itatiaia; São Paulo: Edusp, 1980. (Reconquista do Brasil). Acrescida da parte inédita, com uma biografia do autor e estudo crítico de sua obra por Afonso de E. Taunay. 3 t.

LUKÁCS, György. **O romance histórico.** Tradução Rubens Enderle. São Paulo: Boitempo, 2011.

MADRE DE DEUS, Frei Gaspar da. **Memórias para a história da capitania de São Vicente.** Prefácio de Mário G. Ferri. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: Edusp, 1975.

MONTEIRO, John Manuel. **Negros da terra:** índios e bandeirantes nas origens de São Paulo. São Paulo: Companhia das Letras, 1994.

RIBEIRO, José Antônio Pereira. **O romance histórico na literatura brasileira.** São Paulo: Secretaria da Cultura, Ciência e Tecnologia, Conselho Estadual da Cultura, 1976.

RIBEIRO, Júlio & FREITAS, Padre Senna. **Uma Polêmica Célebre.** São Paulo, Edições cultura Brasileira, s/d.

RIBEIRO, Júlio. **A Carne.** Cotia: Ateliê Editorial, 2002. Apresentação e Notas: Marcelo Bulhões.

RIBEIRO, Júlio. **A Carne.** São Paulo: Editora Ática, 1997. (Série Bom Livro). Complemento pedagógico: Valentim Faccioli.

RIBEIRO, Júlio. **Cartas sertanejas/Procellarias**. São Paulo: Fundap/ Imprensa Oficial, 2007. (Coleção Paulista)

RIBEIRO, Júlio. **Padre Belchior de Pontes**. Rio de Janeiro: Ediouro, s/d. (Coleção Prestígio). Biografia, introdução e notas de: M. Cavalcanti Proença/Prefácio de: Elsie Lessa.

RICOEUR, Paul. **Tempo e narrativa: O tempo narrado**. 3. ed. São Paulo: WMF Martins Fontes, 2010. (v. 3).

ROMEIRO, Adriana. **Paulistas e emboabas no coração das Minas: idéias, práticas e imaginário político no século XVIII**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2008.

RUIZ, Rafael. **São Paulo na Monarquia Hispânica**. São Paulo: Instituto Brasileiro de Filosofia e Ciência "Raimundo Lúlio" (Ramon Llull), 2004.

SCHWARCZ, Lilia Moritz. **O espetáculo das raças: cientistas, instituições e questão racial no Brasil - 1870-1930**. São Paulo: Companhia das Letras, 1993.

SEVCENKO, Nicolau. **Literatura como Missão: Tensões Sociais e Criação Cultural na Primeira República**. 2ª ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2003.

SILVEIRA, Célia Regina da. **Erudição e ciência: as procelas de Júlio Ribeiro no Brasil oitocentista (1845-1890)**. São Paulo: Editora UNESP, 2008.

VELLOSO, Monica Pimenta. O modernismo e a questão nacional. In: FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucilia de Almeida Neves (Org.). **O Brasil Republicano: O tempo do liberalismo excludente**. São Paulo: Record, 2008.

VIDAL NETO, José Bento Cardoso. **A Grammatica Portuguesa, de Júlio Ribeiro: um corte epistemológico na gramaticografia brasileira e a questão da língua portuguesa no Brasil**. 2010. 141 f. Dissertação (Mestrado) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2010.